



Tavira, patrimónios do mar

**MUSEU MUNICIPAL DE TAVIRA
PALÁCIO DA GALERIA**



*Tavira,
patrimónios
do mar*

Câmara Municipal de Tavira
Museu Municipal de Tavira
Palácio da Galeria

2008

Museu Municipal de Tavira

Palácio da Galeria

Director/Programação

Jorge Queiroz

Exposição

Comissariado Científico

Jorge Queiroz, Rita Manteigas

Produção e Coordenação Expositiva

Luísa Ricardo

Pesquisa de campo

Marta Santos

Serviço Educativo

Luísa Ricardo, Patrícia Gonçalves

Museografia

Nerve, Atelier de Design

Multimédia

Samuel Roda/CriaActividade

Maquetas

Carlos Loureiro

Filmes/montagens

Luís Gameiro

Vídeo

Miguel Andrade

Traduções

Michelle Nobre Dias

Fotografias e Digitalizações

Nerve Atelier de Design, Biblioteca Nacional, Sociedade de Geografia, Museu da Cidade-Câmara Municipal de Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, Fundação Carmona e Costa, Museu-Biblioteca da Casa de Bragança/Palácio Ducal de Vila Viçosa, Arquivo da Câmara Municipal de Tavira
Lúcio Alves (fotografia aérea)

Conservação, Restauro e preparação peças

Serviço de Arqueologia e Restauro- CMT/Departamento de Urbanismo/DPRU: Celso Candeias, Jacquelina Covaneiro, Leonor Esteban, Sandra Cavaco, Susana Gonçalves
Sociedade de Geografia de Lisboa (Projecto de Encanamento para a Barra de Tavira): Sílvia Sequeira, Laura Moura
Maria João Petisca (Peças Namban e Ex-voto 1977)

Pesquisa Documental/Arquivo Municipal de Tavira

Isabel Salvado, Óscar Caeiro Pinto

Auxiliares de Museografia

Carlos Pires, José Gregório, José Fernandes, José Neves

Montagem

CMT/Departamento de Ambiente, Transportes e equipamentos, Carlos Encarnação e Nerve, Atelier de Design

Transportes

CMT/Departamento de Ambiente, Transportes e Equipamentos

Seguros

Allianz



AGÊNCIA NACIONAL
PARA A CULTURA
CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA



Catálogo

Coordenação

Jorge Queiroz, Rita Manteigas

Textos

Alberto Corvo, Alexandra Curvelo, Alexandre Pais, Daniel Santana, Isabel Macieira, Jorge Queiroz, José António Rodrigues Pereira, Manuel Maia, Marco Lopes, Maria Maia, Rita Manteigas

Catálogo

Alberto Corvo [AC], Alexandra Curvelo [A Cur.], Alexandre Pais [A. P.], Daniel Santana [D S], Emanuel Andrade Sancho [EAS], Isabel Macieira [IM], Jacquelina Covaneiro [JC], Jorge Queiroz [JQ], José Carlos Vilhena Mesquita [JCVM], Luís Gameiro [LG], Marco Lopes [ML], Maria Antónia Pinto de Matos [MAPM], Maria Maia [MM], Miguel Soromenho [MS], Óscar Caeiro Pinto [OCP], Rita Manteigas [RM], Sandra Cavaco [SC]

Fotografias e Digitalizações

Nerve Atelier de Design, Biblioteca Nacional, Sociedade de Geografia, Museu da Cidade-Câmara Municipal de Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, Fundação Carmona e Costa, Museu-Biblioteca da Casa de Bragança/Palácio Ducal de Vila Viçosa, Arquivo da Câmara Municipal de Tavira

Design Gráfico

Nerve, Atelier de Design

Impressão

Textype-Artes Gráficas, Lda

Depósito Legal

283 692/08

ISBN

978-972-8705-28-2

Tiragem

1000 exemplares

© Câmara Municipal de Tavira, 2008-10-09

Agradecimentos

Biblioteca Nacional, Campo Arqueológico de Tavira, Cinemateca Portuguesa, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, ERA, Arqueologia/Conservação, Gestão e Património, Fundação Carmona e Costa, Hotel Vila Galé Albacora, Instituto dos Museus e da Conservação, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Museu da Cidade - Câmara Municipal de Lisboa, Museu de Marinha, Museu Marítimo “Almirante Ramalho Ortigão”, Museu Nacional Soares dos Reis, Museu do Traje de S. Brás de Alportel, Museu-Biblioteca da Casa de Bragança/Palácio Ducal de Vila Viçosa, Paróquia de Santa Maria de Tavira, Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Tavira, Sociedade de Geografia de Lisboa

Agradece-se ainda a

Adalberto Brito, Alexandra Curvelo, Alexandre Pais, Ana Clara Rocha, Ana Cristina Leite, Ana Paula Faustino, André Almeida, António Valera, Armando Jorge das Neves Silva, Arnaldo Casimiro Anica, Bruno Gonçalves Neves, Carlos Ladeira, Carlos Nogueira Cardoso, Catarina Lopes Martins, David Sequeira, Délio Lopes, Eduardo Lomba, Eduardo Taborda, Emanuel Sancho, Fernando Araújo Sequeira, Francisco Vieira, Gisela Rosenthal, Helena Grego, Inês Cordeiro, Joaquina Franco, Jorge Couto, Jorge Botelho, José Alberto Ribeiro, José António Bastos, José António Rodrigues Pereira, Luís Aires-Barros, Luís Fraga da Silva, Maria de Jesus Monge, Maria João Jacinto, Maria João Vasconcelos, Maria Joaquina Esteves Feijão, Maria Maia, Marina Pinto, Maria Teodora Marques, Nuno Rocha Prata, Ofir Chagas, Paula Carneiro, Paulo Barreiro, Pedro Barão, Pedro Velez, Rui Costa Salta, Rui Terremoto, Sara Moreira, Tânia Olim, Teresa Pinelo, Vasco Peres Galvão, Vítor Carmona e Costa



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional



Ciência na Cidade de Tavira é um programa de promoção da cultura científica num contexto social alargado e integrado na vida cultural da cidade, conduzido pela Câmara Municipal de Tavira. Abrange iniciativas de divulgação do património histórico e natural, eventos culturais e educativos articulados com actividades de divulgação científica, apoiados por parceiros com experiência e especialização nestas áreas.





Índice

Presidente da Câmara Municipal de Tavira	10
Apresentação	12
Textos	
Território	
Tavira litoral, território em mudança	17
<i>Alberto Corvo</i>	
Urbanismo e arquitecturas ribeirinhas	
A Ribeira de Tavira: dízimas...cordas, mastros, remos... especiarias...carnes e versas	35
<i>Isabel Macieira e Rita Manteigas</i>	
A longa vida da Armação do Medo das Cascas e o “Português Suave” do Arraial Ferreira Neto	47
<i>Marco Lopes</i>	
“Economias do quotidiano” A pesca, o sal e as conservas	
Tavira e o mar, na Antiguidade	59
<i>Maria Garcia Pereira Maia</i>	
Tavira e o mar em Época Islâmica	68
<i>Manuel Maia</i>	
A pesca e a Indústria do sal em Tavira à época medieval e moderna: Receita para o sucesso e prosperidade de uma terra algarvia	75
<i>Marco Lopes</i>	
Tavira nas rotas europeias e asiáticas dos séculos XV-XVIII	
Tavira na Expansão Portuguesa	85
<i>José António Rodrigues Pereira</i>	
Ecos do Norte e do Levante. Tavira na intercepção de rotas comerciais e artísticas nos séculos XV-XVIII	94
<i>Alexandra Curvelo e Alexandre Pais</i>	
Religiosidades e Devoções Marítimas	
... <i>Ao Glorioso S. Pedro Gonsalves, nosso Patrono,</i> <i>e Padroeiro...</i> Culto e devoções da igreja dos mareantes de Tavira	107
<i>Daniel Santana</i>	
Ex-votos. O acervo de painéis votivos de Tavira	116
<i>Isabel Macieira</i>	
As novas funções do mar	
Tavira na transição do milénio: as novas funções do mar	125
<i>Jorge Queiroz</i>	
Catálogo	152
Créditos	257

Tavira possui uma ancestral relação com o mar que marcou toda a sua história.

Há séculos atrás foi, no período da expansão portuguesa, uma das mais importantes cidades do País, com uma actividade portuária intensa. O porto de Tavira desempenhava funções militares, mercantis e piscatórias, com tráfego de navios vindos de muitos lugares do Mediterrâneo, do Norte da Europa e da África, das zonas mais distantes da Ásia ou da América do Sul.

A partir do século XVIII e até meados do século XX a pesca do atum assumiu um papel relevante na economia e no emprego da cidade e da região. Nos areais do litoral se fixaram os “arraiais”, onde viviam pescadores e as suas famílias, que no mar lançavam “armações” donde provinha sustento das gentes e pescado para as fábricas.

Hoje, numa nova fase da história de Tavira, marcada



pelo turismo e por profundas alterações nos modos de vida urbanos, as antigas actividades estão ainda fortemente presentes na memória social e patrimonial da cidade.

A exposição “Tavira, patrimónios do mar”, uma das iniciativas que preparam o futuro Museu da Cidade, desenvolve uma síntese cronológica sobre a história urbana na sua relação com a envolvente ribeirinha e oceânica. No Palácio da Galeria e durante os próximos meses o público poderá viajar pela história, ver maquetas da cidade turdetana e fenícia, mapas e documentos, objectos artísticos, fragmentos de cerâmica, fotografias, filmes, ex-votos marítimos, ...

Esta exposição tem o contributo valioso de muitas Instituições e personalidades a quem a Câmara Municipal da Tavira e a cidade agradecem as colaborações, empréstimos de peças e documentos: Biblioteca Nacional,

Campo Arqueológico de Tavira, Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, Cinemateca Portuguesa, ERA-Arqueologia/Conservação, Gestão do Património, Fundação Carmo e Costa, Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, Instituto dos Museus e da Conservação, Museu da Cidade - Câmara Municipal de Lisboa, Museu de Marinha, Museu do Traje de S. Brás de Alportel, Museu Marítimo “Almirante Ramalho Ortigão”, Museu Nacional Soares dos Reis, Museu-Biblioteca da Casa de Bragança/ Palácio Ducal de Vila Viçosa, Paróquia de Santa Maria de Tavira, Paróquia de Nossa Senhora da Luz e Sociedade de Geografia de Lisboa.

Também aqui se agradece aos autores de investigação e dos textos do catálogo e às equipas do Museu Municipal de Tavira e exteriores que estruturaram e montaram “Tavira, patrimónios do mar”.

*José Macário Correia
Presidente da Câmara Municipal de Tavira*



Apresentação

Os museus não são apenas as obras expostas, por mais significativas que sejam, mas modelos relacionais de intermediação visual, entre conhecimentos e públicos, relação que o desenvolvimento educativo vai tornando cada vez mais participativa e questionante. À exposição das colecções dos museus estão também ligadas importantes e obrigatórias funções de investigação e educação, inventário e conservação, educação e divulgação, a democratização do acesso dos cidadãos à cultura.

Tavira é, como todo o Algarve, lugar de cruzamento de tradições culturais várias: greco-latina, islâmica, judaico-cristã europeia. Apesar da tentativa homogeneizadora de uma certa história nacionalista que tentou sobretudo a partir do século XIX uma versão etnocêntrica, essas raízes milenares subsistem em muitos lugares e nas manifestações que nos sugerem a riqueza da heterogeneidade da nossa mestiçagem e da sobreposição de temporalidades no espaço comum.

Num processo aberto pela decisão de criação de um Museu Municipal de Tavira e sendo a cidade elemento central deste programa que se vai construindo, revelou-

se a necessidade de aprofundar conhecimentos, testar discursos, reconhecer melhor os objectos, sobretudo estimular e acreditar no contributo de uma nova geração de investigadores e técnicos especializados, imprescindíveis para a continuidade de um trabalho onde a museologia se encontra e enriquece na relação com outras disciplinas.

A ausência de uma abordagem sistemática da matricial e histórica relação de Tavira com os patrimónios marítimos, constituía à partida uma evidência.

Muitas interrogações e lacunas bibliográficas tornaram prioridade a organização desta “exposição-teste”, que relaciona factos e presenças civilizacionais com os materiais expostos, mas que também coloca muitas questões de natureza científica e social e esperamos despertará novos e necessários aprofundamentos. Uma exposição com objectivos exploratórios, sem pretensões conclusivas, que abre caminhos para outras percepções, enfoques e desenvolvimentos.

As alterações da linha de costa e as hidrodinâmicas estuarianas terão provocado condições para assentamentos humanos mas serão também causa de (des)conhe-



cidas mobilidades internas. Percebem-se instabilidades e hiatos nas cronologias mais antigas sendo de reforçar e confirmar o que se conhece e aprofundar melhor como os homens e mulheres que nos antecederam organizaram a cidade e como dela se utilizaram.

A peça multimédia sobre o território é uma tentativa de visualização dessas mutações, uma cronologia possível das dinâmicas físicas e humanas que diversos trabalhos referem, cooperação já habitual entre as geografias, a informática e o multimédia.

As maquetas da “Tavira Turdetana”, povo ibérico pré-romano que Estrabão considerava “o mais culto dos iberos” e da “Tavira Fenícia” representam, com fundamento nos dados da arqueologia, a primeira concretização em formato tridimensional de explicitar as mais antigas fases da construção da cidade.

Alguns elementos arquitectónicos característicos de Tavira são hoje genericamente explicados pela importância do antigo porto ou pela importação de modelos orientais resultantes das viagens dos portugueses, do mercantilismo crescente e da fixação na cidade de gente

que fez vida e enriqueceu noutras paragens.

Fragmentos de cerâmica decorativa e objectos utilitários recolhidos em recentes escavações arqueológicas fornecem informações e fundamentam a ideia de intensa actividade mercantil e portuária que se terá prolongado durante séculos até ao assoreamento da barra. O estudo comparativo e articulado com museus nacionais e estrangeiros poderá fazer luz sobre várias questões relacionadas com a utilização do antigo porto de Tavira, como das ligações terrestres da urbe com outros locais peninsulares.

As pescas e o sal foram desde sempre importantes produções para a economia taviense do litoral. Marcaram profundamente a cidade os dois séculos de capturas intensivas do atum, a existência de “armações” e “arraiais” nos areais das ilhas e consequente estabelecimento já no início do século XX de indústrias conserveiras. Causa alguma perplexidade o súbito declínio das pescas, o desaparecimento das espécies já em pleno século XX, atribuídas a razões da biologia e desequilíbrios provocados nos ecossistemas oceânicos.

As religiosidades são importantes marcadores



culturais, que permitem perceber através de registos materiais e imateriais, continuidades entre o antes e o pós-ocupações dos territórios.

Também nestas, a heterogeneidade e a relação entre vencidos e vencedores resultaram na criação de sincretismos, novas manifestações religiosas com integração das anteriores, sobreposições de templos e formas rituais com origem no paganismo que, absorvidas pelo cristianismo, até nós chegaram.

São Pedro de Telmo (séc. XII-XIII), sacerdote dominicano que pregou nas Astúrias e Galiza, a quem se atribuíram diversos milagres marítimos, surge em Tavira e noutras localidades litorais da Península Ibérica como protector dos mareantes e pescadores inspirando confrarias e sistemas de entreaajuda .

As colecções de ex-votos que, em algumas ermidas erigidas junto ao mar, sobreviveram ao abandono são

preciosos textos informativos sobre essa relação de temor e promessa nas horas de grande perigo.

Se o mar é tão antigo como o mundo, haverá certamente formas votivas e manifestações religiosas a decifrar e compreender melhor e que estarão na origem de comportamentos sociais e cultos que connosco convivem.

As grandes peregrinações da Idade Média e da Idade Moderna promoveram deslocações de centenas de milhares de pessoas, em rotas de devoção como o caminho de Santiago (séc.IX) e foram precursoras do actual turismo cultural e religioso. No século XIX a viagem começou a ser sinónimo de erudição e cultura, em pleno período romântico o viajante era admirado e procurado pelas suas descrições. O interesse antropológico e etnográfico nasceu desta curiosidade e da imaginação que lhe está associada.

A extraordinária evolução das vias de comunicação e dos meios de transporte, a alteração nas mentalidades



e a melhoria das condições de vida e de trabalho, o direito a férias, criaram no século passado um fenómeno novo: o turismo.

O século XX transformou por completo a relação da cidade de Tavira com o mar.

As actividades económicas tradicionais que ocupavam parte significativa da população local foram relegadas para segundo plano pela poderosa e multifacetada indústria do turismo.

A população do concelho duplica no Verão, milhares de pessoas em férias procuram as praias da Ria Formosa. O território e a paisagem vão-se alterando.

Esta história contemporânea necessita também do Museu da Cidade, para que seja registada, estudada e explicada, sob risco de perdas irreversíveis no património colectivo.

A concepção e execução desta exposição, a sua exploração educativa e pedagógica nos próximos meses,

deve-se ao trabalho competente e dedicado de uma equipa pluridisciplinar que enriqueceu conteúdos com múltiplos contributos, na produção de textos escritos, filmes, vídeos, maquetas, peças multimédia e elementos gráficos: Rita Manteigas que coordenou parte significativa dos conteúdos, Luísa Ricardo, Alberto Corvo, Isabel Macieira, Maria Maia, Manuel Maia, Miguel Andrade, Luís Gameiro, Alexandre Pais, Alexandra Curvelo, Carlos Loureiro, Daniel Santana, Marco Lopes, Marta Santos, Patrícia Gonçalves, Rodrigues Pereira, Sandra Cavaco, Samuel Roda, Rui Gonçalves, Vilhena de Mesquita.

“Tavira, patrimónios do mar” é uma homenagem às gentes do mar, às muitas gerações que nos antecederam e ajudaram a construir a cidade que conhecemos, que nos deram a oportunidade de a viver e visitar rodeados por ambientes e uma estética tão especiais.

Jorge Queiroz

Director do Museu Municipal de Tavira



Território



EXPLICACAO
Alinda loy crada e...
segundo o collume vai...
pello canal Q
Qualquer homem
pode de remanear...
e distando se no pello...
de alho T... pallao...
d'agua V...
mas carzo on pello...
As cabecias...
de aobre a mar...
de cas...
em loco o canal

BIOSES OCCIDENTAL

EXPLICACAO
Voz pallao...
d'agua...
de aobre...
de cas...
em loco o canal

EXPLICACAO
Em frente della...
que principia...
meia d'compra...
de aobre...
de cas...
em loco o canal



Tavira litoral, território em mudança

Alberto Corvo
(Geógrafo)

Nota prévia

Proponho-me aqui expor uma abordagem geográfico-histórica de alguns aspectos genéticos e evolutivos da relação povoamento - território, entendido este como o espaço físico ocupado por um centro urbano - a cidade de Tavira - e a sua faixa litoral de influência (administrativamente definida por concelho).

Na relação com o território, como foram os homens condicionados pelo meio e como o condicionaram? Que marcas remotas podemos reconhecer nas paisagens, dos povos que as moldaram?

Não pretendo responder taxativamente a estas questões. Pretendo antes dar um contributo à reflexão sobre as mesmas, abordando, em diversos contextos históricos, aspectos pertinentes da relação dos povos com o território, numa perspectiva geográfica, deixando aos historiadores e arqueólogos análises mais sistematizadas e obviamente mais conhecedoras, da matéria histórica.



Acerca das paisagens humanizadas

As paisagens que hoje observamos resultam da uma génese geológica e posteriores processos geomorfológicos, climáticos e biofísicos a que se sobrepuseram as sucessivas transformações antrópicas, mostrando ao observador actual o resultado da “adição de camadas de história” sobre um espaço físico: o território. Essa acção transformadora, dos povoamentos humanos sobre o meio, pode ser de tal forma avassaladora que, nas paisagens humanizadas, independentemente da sua antiguidade, aquilo que observemos resulte frequentemente, mais da acção transformadora de um ser, que constitui um breve acidente temporal, comparativamente com a multimilenar escala de tempo geológico, do que propriamente da génese geomorfológica do sítio.

O grau de transformação que cada civilização imprime ao espaço que reocupa ou conquista à anterior, oferece ao nosso olhar, de forma mais ou menos óbvia, as marcas de um passado multicultural ou, pelo contrário, uma uniformidade monótona que apenas reflecte a ocupação que marcou uma intervenção mais intensa e que perdurou no tempo. Em casos mais dramáticos reflecte a ocupação actual, porque de todas as anteriores foram aniquiladas as marcas históricas.

O lugar

Tavira, como outros aglomerados urbanos exprime, pela posição do seu núcleo histórico, a escolha de um local de assentamento que combinava, para povos muito distintos mas com necessidades comuns, um óptimo sítio defensivo com uma boa localização portuária e comercial, a jusante do limite da área de influência das marés, de um rio navegável. Sendo a posição recuada relativamente ao mar, comum a outras cidades de estuário, como Lisboa ou Setúbal, que, beneficiando dessa posição abrigada, não expunham directamente os seus portos aos perigos da frente costeira, no caso de Tavira esse abrigo era mais específico, proporcionado pela existência, em posição avançada e paralela à costa, das ilhas-barreira, primeiro obstáculo a ser vencido por quem, por via marítima se aproximasse, com intuítos

não amistosos. O próprio nome da cidade poderá ter origem na sua particularidade geográfica (do árabe, *Tabíra* = escondida)¹. Permitia ainda a possibilidade de instalação de um sistema defensivo avançado, como veio a suceder com particular evidência, nos séculos XVI e XVII. Aquela barreira natural proporciona ainda excelente protecção contra tempestades ou outros fenómenos destruidores, de origem oceânica, cuja máxima expressão se verificou aquando dos violentos tsunamis de 1722 e 1755 de cujas memórias nos dão conta os relatos da época², referindo destruições imensas de que foram vítimas as povoações entre Quarteira e a Costa Vicentina e como foram relativamente poupadas a tão graves danos as do Sotavento, particularmente as que estão protegidas pelas ilhas defronte.

Quanto à estrutura urbana, as necessidades defensivas obrigavam ao posicionamento estrategicamente alcançado e amuralhado do centro político e militar e, em seu redor, ocupando as vertentes, certamente com uma certa hierarquia ditada pela maior ou menor riqueza e proximidade do poder, a população cívil. No entanto, a necessidade de criação de estruturas relacionadas com a vocação mercantil e marítima da urbe, empurravam necessariamente a expansão urbana para o sopé e para as margens do rio, onde se desenvolviam as actividades portuárias, comerciais e de exploração ou preparação de produtos de origem marinha. São exemplos elucidativos desta ocupação de espaços ribeirinhos, as salgas de peixe e armazenamento de ânforas do período turdetano³, no porto, onde se localiza agora a praça da República, ou, 14 séculos depois, durante a ocupação islâmica, os armazéns e tercenas navais na margem direita, a jusante do perímetro amuralhado e, imediatamente a montante da ponte, o Terreiro da Vila, espaço de trocas comerciais, sob a sombra protectora da cerca amuralhada.

E se, até certo limiar de crescimento, se estabelece intramuros, com excepção de actividades muito específicas, essa hierarquia urbana diferenciada, a certa altura, o dinamismo da vida de relação não pode mais, ou não necessita, ser acompanhado pela expansão de cercas protectoras e, em breve, a necessidade de expansão

urbana habitacional acaba por ditar a conquista de novos espaços: os arrabaldes, vulgarizados subúrbios actuais. Na transição para o domínio cristão e séculos seguintes, este processo torna-se particularmente evidente, surgindo inicialmente, além das inevitáveis áreas de expansão extramuros, bairros específicos para os seguidores das outras crenças a quem a intolerância não permite demasiada proximidade, a mouraria e a judiaria (bairro de Malforo). É sabido que tais separações, ocultam frequentemente, sob razões religiosas ou outras, a verdadeira motivação: a ocupação dos espaços mais apetecíveis, a conquista do *espaço vital*⁴, que se pode materializar, tanto à escala de grandes nações como de pequenas cidades ou regiões. (fig. 1a e 1b)

Entretanto, com a completa transformação de modelos estratégicos e a evolução dos paradigmas de crescimento e desenvolvimento, o primitivo centro urbano vai perdendo a sua importância funcional, mas nunca o seu simbolismo. Na cidade contemporânea ganha estatuto de centro histórico, com motivações identitárias, culturais e certamente turísticas. No imaginário do comum cidadão, ainda que pouco saiba de história, ali se localiza o berço da cidade, o tal “sítio genético”.

A interessante expressão “sítio genético”, utilizada por Orlando Ribeiro⁵, não sei se original do próprio, posteriormente adoptada por diversos autores e hoje de uso comum entre investigadores e estudiosos que se debruçam sobre a história de Tavira, por vezes com a variante “colina genética”, faz referência ao sítio que de facto marca a génese do povoamento de um lugar. A colina, actualmente conhecida por Alto de Santa Maria, teve, à luz dos conhecimentos actuais, na Idade do

¹ KHAWLI, A. (2003), *Tavira Islâmica*. Novos dados sobre a sua História, in: *Tavira, Território e Poder*, C.M. Tavira e Mus. Nac. de Arqueologia, Lisboa, pp. 131-146.

² COSTA, A. et al. (2005), *1755, Terramoto no Algarve*, Centro Ciência Viva do Algarve, Faro.

³ MAIA, M.G.P. (2004), *Tavira Turdetana. Porto do “Círculo do Estreito” nos finais do séc.V a.C.*, in: Associação Campo Arqueológico de Tavira, www.arkeotavira.com/Estudos/PescaTavira.pdf

⁴ Conceito proposto pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), definido como o espaço necessário para o domínio dos recursos e expansão territorial de um povo. Foi um dos conceitos base da política expansionista Hitleriana.

⁵ RIBEIRO, O. (1992), *Geografia e Civilização*. Temas Portugueses, 3ª ed., Livros Horizonte, Lisboa.



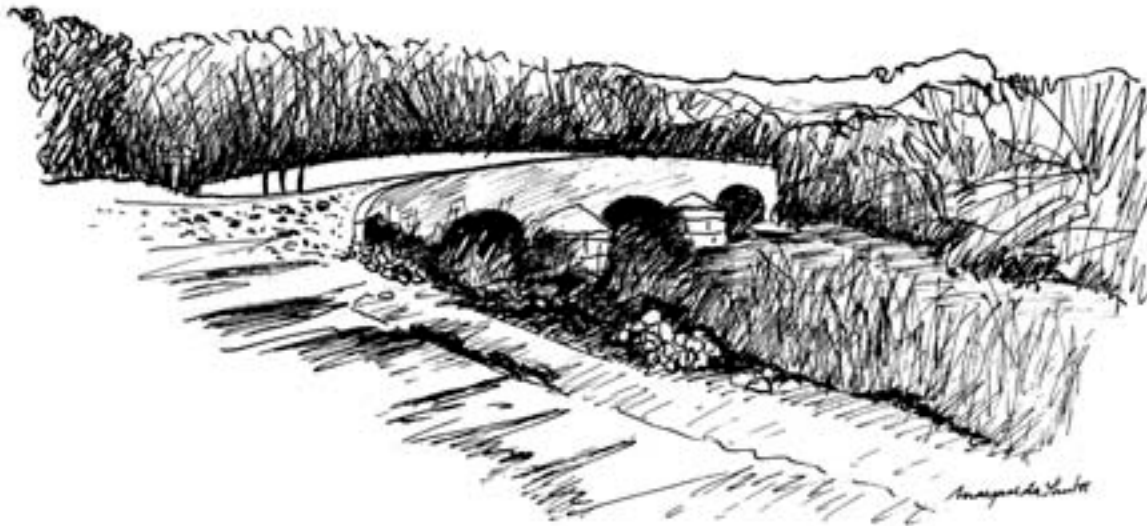


Fig. 2- Ponte romana sobre a ribeira do Almargem

Bronze Final⁶ o seu mais antigo povoamento humano. Posteriormente, ali se fixaram fenícios⁷ e turdetanos, a que se seguiu um aparente abandono de 14 séculos, até à ocupação islâmica, no princípio do século XI⁸, mas uma vez repovoada, consolidou-se, expandiu-se a partir dali, foi conquistada ao crescente pela cruz⁹ e perdurou até à actualidade, enraizando-se entretanto na memória colectiva como “o berço” dentro do próprio centro histórico, ou dito por outras palavras: o “sítio genético”.

No entanto, este processo de assimilação colectiva desse lugar simbólico, não assenta no conhecimento. A presença do castelo, ou melhor, do conjunto castelo - igreja - torre do relógio, visíveis de “qualquer” local da cidade, desempenham essa função de marco identitário, à semelhança da “ponte romana” (ou do postal ilustrado ponte - Alto de Santa Maria) que afinal terá uma origem provável medieval islâmica, enquanto a verdadeira ponte romana é a modesta e ignorada ponte do Almargem, a três quilómetros de Tavira. Trata-se de um processo comum a muitas sociedades, mas mais marcado nas que atravessaram longos períodos de autocracia, em que o simbolismo do lugar de pertença, suplanta e dispensa, o saber. (fig.2)

Os pioneiros?

Europa, entre 120 000 e 35 000 anos BP¹⁰: a Norte começavam a fazer-se sentir, sensivelmente a meio deste período, os rigores climáticos, do Würm, último período glaciário; a Sul, mais precisamente no extremo Sudoeste da Península Ibérica, o ambiente mantinha-se temperado a quente e húmido, propício ao desenvolvimento de florestas e à proliferação de grandes mamíferos, entre os quais o elefante antigo (*Elephas antiquus*) e o leão das cavernas (*Pantera Leo spelaea*) que encontravam neste extremo do continente o seu derradeiro refúgio climático antes da extinção¹¹.

Também outra espécie de mamífero, diferente dos outros, pela marcha bípede, pela especialização funcional dos membros superiores e sobretudo por uma capacidade cerebral única entre todos os seres vivos, era empurrado pelos rigores climáticos que se faziam sentir sobre sucessivas gerações à medida que as grandes massas geladas progrediam imparáveis para Sul. Com o Norte da Europa já completamente subjugado ao “interminável Inverno”, acantonava-se neste último reduto peninsular, onde veio a desaparecer, há cerca de 35 000 a 30 000 anos, sem chegar a assistir às grandes transformações que

vieram a ocorrer nos milénios seguintes, nos derradeiros territórios por onde deambulou. Este ser, hoje conhecido por Homem de Neandertal (*Homo neanderthalensis*)¹², deixou também para a posteridade vários enigmas que têm ocupado numerosos investigadores, por enquanto sem respostas conclusivas. Porquê e em que condições se terá extinguido? Ter-se-á encontrado com o Homem Moderno (*Homo sapiens sapiens*)? Se sim, ter-se-ão cruzado geneticamente?

Nesta faixa litoral, sobre a qual aqui nos debruçamos, registaram-se alguns achados arqueológicos, os mais antigos por enquanto conhecidos na região, que testemunham da presença desses caçadores-recolectores nómadas, nesse período, porque identificados com as culturas Mustierense¹³ e Mustieróide¹⁴, vulgarmente associadas ao Paleolítico Médio e ao Neandertal (apesar da complexidade dos respectivos quadros cronológicos não permitir uma conclusão tão simplista¹⁵). O espaço geográfico que milénios mais tarde veio a conhecer o importante assentamento romano de Balsa, revelou essa ancestral presença, nomeadamente nos sítios de Pinheiro¹⁶, Torre d'Aires¹⁷, Antas¹⁸, Arroio¹⁹ e, cerca de 2Km a Norte, no sítio do Alto²⁰. Registaram-se também ocorrências do mesmo período, próximo da foz da ribeira do Almargem, na sua margem esquerda, no sítio da Canada²¹.

Esta localização geográfica tinha uma particularidade que nenhum outro povoamento posterior veio a conhecer: a exposição directa ao mar Atlântico, sem qualquer ambiente lagunar intermédio. Estava ainda “longe” de ocorrer a formação das ilhas-barreira.

O Würm e a formação das ilhas-barreira

Durante a época geológica conhecida por Plistocénico Superior, que abrange o período cronológico entre 128000 e 10000 BP, coincidente com a fase mais recente do Paleolítico Médio e todo o Paleolítico Superior, ocorreu o último período glaciário (não existem de momento evidências se atravessamos, um período inter-glaciário, ou seja, se caminhamos ou não para novo período glaciário). As alterações climáticas acentuadas ocorridas nesse período tiveram uma forte influência sobre todos os seres

vivos e provocaram modificações acentuadas nas paisagens. No entanto, não parece ter sido causa directa da extinção do Homem de Neandertal, pois apesar de se ter

⁶ MAIA, M.G.P. (2003), O Bronze Final Pré-Fenício no Concelho de Távira, in: Távira, Território e Poder, C.M. Távira e Mus. Nac. de Arqueologia, Lisboa, pp. 39-47.

⁷ MAIA, M.G.P. (2003), Távira Fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a.C., in: Associação Campo Arqueológico de Távira, www.arkeotavira.com/Estudos/Tavira.pdf

⁸ MAIA, M. (2003), Muralhas Islâmicas de Távira, in: Távira, Território e Poder, C.M. Távira e Mus. Nac. de Arqueologia, Lisboa, pp. 155-162.

⁹ SERRÃO, J.V. (2001), Távira um Percurso na História, in: Távira História Viva, C. M. Távira.

¹⁰ A sigla BP (Before Present) tem como referência de “presente” o ano de 1950 dC (ano zero do radiocarbono). De utilização comum para o tempo geológico e para referência a datas da pré-história antiga (Paleolítico e Mesolítico).

¹¹ CARDOSO, J.L. (1993) Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal, Câmara Municipal de Oeiras, Oeiras; PAIS, J. (1989), Evolução do coberto vegetal em Portugal no Neogénico e no Quaternário, Comun. Serv. Geol. Portugal, Lisboa.

¹² Nome derivado das descobertas numa gruta junto ao rio Neander (Dussesdorf) em 1856, apesar de assinalado anteriormente em Engis, Bélgica. cf. VALENTE M.J., in: <http://w3.ualg.pt/~mvalente/pre-historia.html>

¹³ Nome derivado das descobertas de G. Mortillet (1869) em Le Moustier, Dordonha, França. cf. VALENTE M.J., in: <http://w3.ualg.pt/~mvalente/pre-historia.html>

¹⁴ Difere do Mustierense por não apresentar «preparação do talão» no fabrico de instrumentos sobre lascas. cf. RAPOSO, L. (1993), Paleolítico, in: Pré-História de Portugal, Universidade Aberta, Lisboa, pp. 71-73.

¹⁵ Id., pp. 67-77.

¹⁶ VIANA, A.; ZBYSZEWSKI, G. (1949) apud MARQUES, T. et al. (1995) Carta Arqueológica de Portugal – Faro, Olhão, Távira, Vila Real de Sto António, Castro Marim, Alcoutim, IPPAR, Lisboa, pp. 153-155.

¹⁷ CARDOSO, J.L. (1987), Arqueologia, in: MANUPPELLA, G. (1987), Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 53-B Távira, SGP, Lisboa, pp. 31-32.

¹⁸ VIANA, A.; ZBYSZEWSKI, G. (1949) apud CARDOSO, J.L. (1987), Arqueologia, in: MANUPPELLA, G., et al. (1987), Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 53-B Távira, SGP, Lisboa, pp. 31-32.

¹⁹ VIANA, A. (1947), apud EMDEME (1992) Plano Director Municipal. Câmara Municipal de Távira, Lisboa.

²⁰ CARDOSO, J.L., ob. cit., n.17, p.32.

²¹ VIANA, A.; ZBYSZEWSKI, G. (1949) apud MARQUES, T. et al., ob. cit., n.16, pp.149-151.

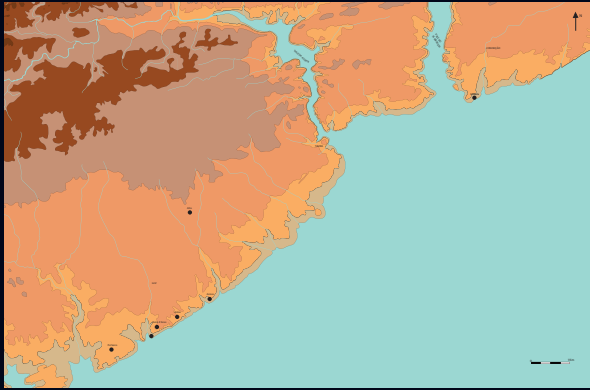


Fig. 3a - Fase pré-glaciária. Com localização de sítios, ou achados, do Paleolítico Médio

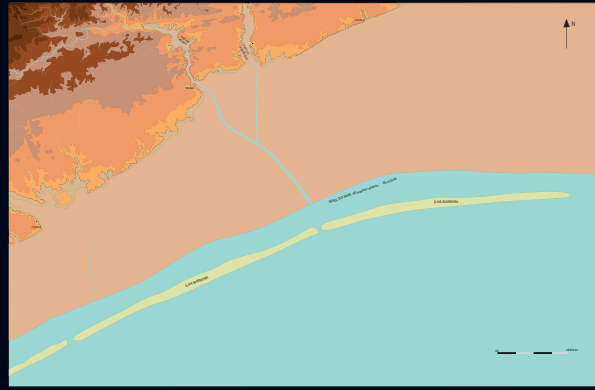


Fig. 3b - Máximo glaciário, com grande regressão marinha e formação de cordões arenosos, 18 000 anos BP

Fig. 3d - Grande recuo da linha de costa e migração das ilhas-barreira em direção ao continente, 11 000 BP



Fig. 3c- Fase transgressiva, com formação de ilhas-barreira, 16 000 BP

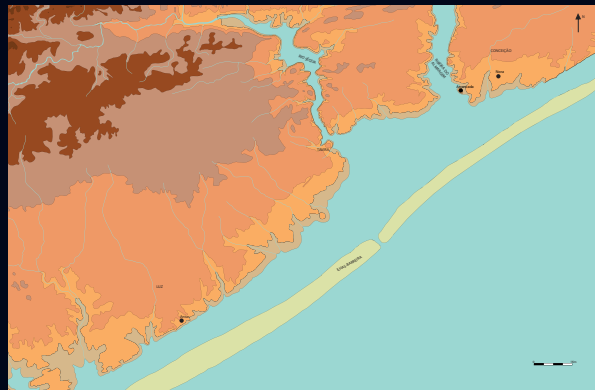


Fig. 3e - Ilhas-barreira em posições sensivelmente próximas das actuais e vales fluviais muito inundados. Localização de sítios do Calcolítico, 2700 – 1800 aC

Legenda geral

	+200m		edifício novo
	150-200m		igreja/ermida
	100-150m		forte/atalaia
	50-100m		moinho de maré
	20-50m		localização imprecisa/ruína
	10-20m		horta urbana/cerca conventual
	0-10m		sítio/achado
	planície litoral glaciária		villa romana/necrópole
	ilha-barreira		estrutura de armação de pesca
	mar/rio/estuário/área inundável		estrada/rua
	curso de água/linha de água		ponte
	sapal e área inundável		caminho de ferro
	salinas/marinhas		unidade hoteleira
	povoamento/área urbana		

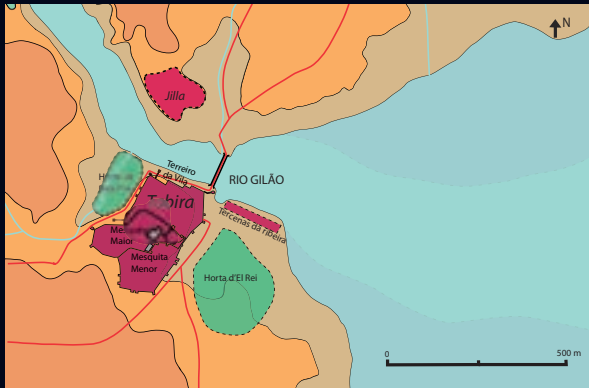


Fig. 1a - Tavira islâmica, século XIII



Fig 8 - Sistema defensivo de Tavira nos séculos XVI e XVII e migração da barra de Tavira para Leste

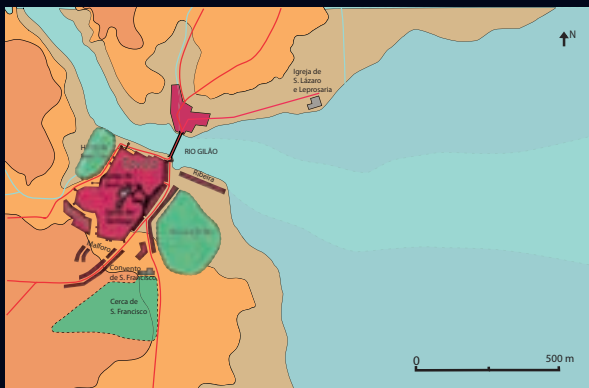


Fig. 1b - Tavira cristã, século XIII-XIV

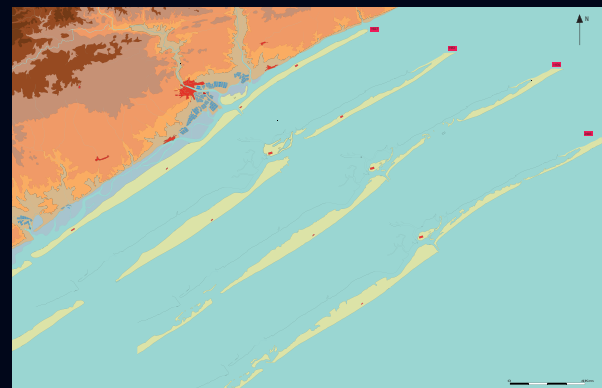


Fig 10 - Migrações das barras e evolução do sistema de ilhas-barreira entre Fuzeta e Cacula, no século XX

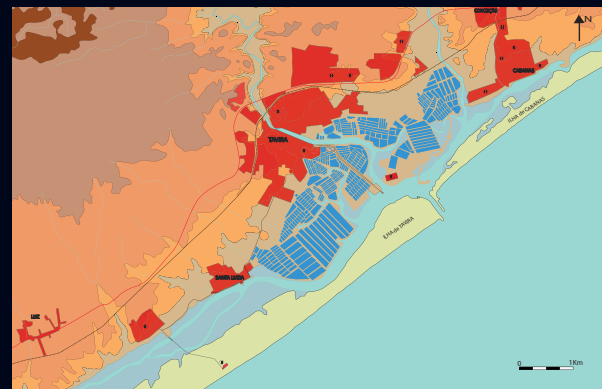


Fig 6 - Manchas urbanas de Tavira e sedes de freguesia mais próximas, sistema lagunar da Ria Formosa e ilhas de Tavira e Cabanas, início do século XXI

feito sentir em força no Norte da Europa, aproximadamente a partir de 80 000 BP, no Sul da Península Ibérica, o clima manteve-se temperado (semelhante ao actual) até ao desaparecimento ainda inexplicado da espécie.

Com efeito, o período pleniglaciário, caracterizado por frio e humidade crescentes, apenas veio a ocorrer nesta região entre 32 000 e 22 000 BP e o máximo glaciário foi atingido há 18 000 anos²². Nessa época, as calotes glaciárias atingiam na Europa os 50° N de latitude. A retenção de grandes volumes de água nas calotes glaciárias e nos glaciares de montanha provocou uma descida do nível do mar que em Portugal atingiu entre 120 a 140 metros abaixo do nível actual. No litoral do actual concelho de Tavira, ocorreram durante esse período extraordinárias transformações: em consequência da regressão marinha, a linha de costa avançou uma a duas dezenas de quilómetros, situando-se então próxima do limite da plataforma continental²³. Nas planícies litorais, vastíssimas, dominadas por vegetação herbácea, os rios que conhecemos actualmente, eram muito caudalosos, sobretudo na Primavera, aquando da fusão estival dos gelos²⁴, entalhavam vales profundos, dezenas de metros abaixo dos actuais antes de desaguiarem nas frias águas oceânicas que chegavam a atingir menos de 4°C, enquanto a temperatura do ar era cerca de 7°C abaixo da actual e o vento soprava impiedoso.

No Sotavento algarvio, próximo do bordo da plataforma continental, nas terras emersas, formaram-se então cordões arenosos paralelos à costa, que estiveram na origem da formação do sistema de ilhas-barreira da Ria Formosa²⁵.

Após o máximo glaciário, ocorre uma inversão climática e inicia-se um período transgressivo caracterizado pela fusão das grandes massas geladas e consequente subida global do nível do mar. À escala regional, ocorre a inundação de parte da planície litoral entre o continente e os cordões arenosos, que ficam assim isolados, constituindo-se em ilhas. A elevação geral do nível do mar, que então se iniciou e só viria a terminar entre 5000 e 3000 BP, quando foi atingido o Ótimo Climático e o nível do mar atingiu um nível próximo do actual, não

ocorreu de forma linear e constante. Passou por fases transgressivas mais ou menos intensas e inclusivamente por uma rápida mas importante fase regressiva devida a uma inversão climática, o Dryas Recente²⁶, há 11 000 anos. Terminado este “curto” episódio, há 10 000 anos, termina também a glaciação do Würm e inicia-se o chamado Holocénico²⁷, marcado por uma fase transgressiva (a transgressão Flandriana), muito intensa nos dois primeiros milénios e mais suave nos seguintes, mas sempre no sentido da elevação do nível do mar e, consequentemente, no recuo da linha de costa .

Respondendo às transgressões e regressões marinhas, todo o sistema de ilhas-barreira sofreu migrações transversais sobre a plataforma continental até à relativa estabilização sensivelmente próxima da posição actual atingida há cerca de 5000 a 3000 anos. (fig. 3a a 3e) Depois do Ótimo Climático, até à actualidade, têm-se registado alternâncias de tendências regressivas e transgressivas, com consequentes migrações das ilhas-barreira num ou noutro sentido²⁸, mas muito sensíveis quando comparadas com as grandes regressões e transgressões wurmianas.

E o Homem Moderno?

Enquanto ocorreram as fantásticas transformações climáticas e geomorfológicas do litoral, já outro *Homo*, o *sapiens sapiens*, também chamado Homem (anatomicamente) Moderno, colonizava diversos territórios do continente europeu, onde entrou, vindo do Próximo Oriente há cerca de 40 000 anos, admitindo-se que se tenha encontrado, desconhecendo-se em que circunstâncias, com o Neandertal antes do desaparecimento deste. A Sul do Tejo, um dos sítios arqueológicos mais significativos, a Gruta do Escoural²⁹, foi ocupada pelas duas espécies de *Homo*, provavelmente em continuidade; no Algarve, em Vila do Bispo, decorrem desde há dez anos, trabalhos arqueológicos no sítio Paleolítico de Vale de Boi³⁰ onde se registam ocupações regulares entre 30 000 e 6000 anos BP; na região de Tavira, estão referenciados dois sítios, Pinheiro³¹ e Canada³², identificados com a cultura Languedocense (Mesolítico Inicial), já referidos a propósito

do Paleolítico Médio. Não sendo possível arriscar-se uma continuidade de povoamento, porque há um grande lapso de tempo entre as culturas Mustierense e Languedocense, não deixa no entanto de ser curiosa a coincidência geográfica.

Se o Homem Moderno deixou vestígios da sua presença na vasta planície litoral “wurmiana” deste território, entretanto submersa, é um enigma que fica sem resposta, mas, cruzando conhecimentos através exemplificados e acrescentando as possibilidades de um ambiente meridional menos desfavorável à vida, podemos perfeitamente supor que sim. O clima, mesmo em plena glaciação teve várias fases temperadas (interstádias) e nas fases mais frias era, apesar de tudo, o menos frio do continente europeu; o coberto vegetal alternou entre fases de domínio de herbáceas e arbustivas e fases de domínio de espécies arbóreas e formação de florestas; a fauna era abundante, incluindo os grandes mamíferos do Plistocénico que encontraram no Sul o derradeiro refúgio climático e, sendo os recursos animais aquáticos (peixes e moluscos) importantíssimos recursos alimentares, faz todo o sentido supor que a distribuição geográfica dos grupos humanos acompanhasse a evolução da linha de costa, e dos cursos de água.

Convém aqui recordar que os homens (não o Homem) “não correm à frente” das grandes alterações climáticas e geomorfológicas. Falamos de escalas temporais muito diferentes. À parte alguns episódios ou períodos climáticos mais súbitos, e processos geomorfológicos mais dinâmicos, em regra, as grandes alterações, da ordem dos milhares de anos, vão sendo sentidas e assimiladas por longas sucessões de gerações que herdaram das precedentes e transmitem às seguintes a capacidade de adaptação.

Depois do dilúvio

Com a transgressão marinha pós-glaciária, ocorreu a inundaçã dos vales estuarinos e o desenvolvimento de um sistema lagunar entre o continente emerso e o sistema de ilhas-barreira, criando-se condições naturais propícias ao desenvolvimento de ecossistemas de alta

produtividade biológica e correlativamente propícias à instalação de grupos humanos neste território, o que de facto veio a ocorrer, independentemente de ter acontecido ainda em fase transgressiva ou mais tardiamente.

Os troços terminais dos vales, muito entalhados aquando da grande regressão marinha, inundados pelas águas invasoras, originavam uma “paisagem alagada” permanente, que podemos hoje imaginar quando, em cheias excepcionais nos vales da Asseca e Almargem, as águas cobrem as planícies aluviais e banham as bases das vertentes. (fig. 4)

As influências litorais, que se fazem sentir até ao limite máximo de oscilação das marés, penetravam rapidamente para montante. No entanto, ocorria ao mesmo tempo para jusante um intenso enchimento aluvial que empurrava em sentido contrário as influências da salini-

²² DIAS, J.M.A. (2004), A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios, in: TAVARES, A.A., TAVARES, M.J.F., CARDOSO, J.L., eds., *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*, Lisboa, pp. 157-170.

²³ As plataformas continentais constituem as margens submersas dos continentes. Apresentam declive suave até ao limite, a profundidades variáveis entre 120 e 360 m, onde sofrem uma quebra abrupta de declive para as grandes profundidades oceânicas.

²⁴ DAVEAU, S. (1980), *Espaço e tempo: evolução do ambiente de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos*, Clio, nº2, INIC, Lisboa.

²⁵ DIAS, J.M.A. (1988), *Aspectos Geológicos do litoral algarvio*, Geonovas, vol. 10, APG, Lisboa.

²⁶ DIAS, J.M.A., *ob cit.*, n. 22, p. 164.

²⁷ Na escala do tempo geológico, a época do Holocénico decorre de 10 000 BP até à actualidade. Na Europa corresponde aos tempos pré-históricos do Mesolítico, Neolítico e Calcolítico.

²⁸ DIAS, J.M.A. (1993), *Estudo de avaliação da situação ambiental e propostas de medidas de salvaguarda para a faixa costeira portuguesa (Geologia costeira)*, Liga para a Protecção da Natureza, Lisboa., in: UALG, <http://w3.ualg.pt/~jdias/JAD/indexeB.html>

²⁹ Fonte: http://www.ippar.pt/monumentos/sitio_escoural.html

³⁰ Resumo do projecto de investigação, *A tale of two seas: Upper Paleolithic ecology in Vale Boi, southwestern Algarve (Portugal)*, coord. Nuno Bicho, UALG – DHAP, in: http://www.fchs.ualg.pt/Departamentos/DHAP/outras_paginas/investigacao_e_projectos/

³¹ VIANA, A.; ZBYSZEWSKI, G. (1949) *apud* CARDOSO, J.L., *ob cit.*, n. 18, pp. 31-32.

³² *Id.*, *ibid.*, pp.31-32.

dade, estabelecendo-se um certo “equilíbrio de fluxos”. Enquanto os assoreamentos não se tornaram excessivos, as ribeiras que hoje conhecemos, secas até à foz nos meses secos, apresentavam um regime hídrico similar ao que conhecemos hoje no Séqua e Almargem, que, no período de estiagem, não são mais que braços de mar estendendo-se até ao limite máximo das marés. Daí para montante, o caudal, de água doce, é insignificante ou mesmo nulo, nos anos mais secos.

Enfim, estabilizada (entre 5000 e 3000 BP) a fronteira física entre terra e água, um interveniente vivo, cuja presença antes não provocava mais impacte na natureza que qualquer vulgar animal, virá a ter daí em diante uma influência determinante sobre os espaços naturais em que se vai fixar.

Vejamos então onde nos deixaram marcas da sua presença, nesta faixa litoral, os protagonistas pré e proto-históricos “pós-diluvianos”: na Notícia Explicativa da Carta Geológica de Portugal, O. Veiga Ferreira refere ...alguns objectos neolíticos encontrados avulso e provenientes de antigos povoados ou sepulturas destruídas³³; do Calcolítico, é referenciado no mesmo documento e pelo mesmo autor, o “Tholos da Nora”, entretanto desaparecido, cuja localização en-

tre Cabanas e Conceição, penso corresponder ao sítio da Nora Branca, hoje quase totalmente urbanizado e, ainda, sepulturas já destruídas de Antas, Arrancada e Cascalhos; da Idade do Bronze estão referenciados sítios (ou achados) em Luz³⁴, Bernardinheiro³⁵, Quinta dos Passos³⁶, Canada (ou Arrancada)³⁷ e, eis então o sítio genético, Alto de Santa Maria.

Os trabalhos arqueológicos realizados em 1998 e 1999 confirmam que a Colina Genética de Tavira conheceu uma ocupação extensa, durante os últimos momentos do Bronze Final (taças carenadas, com decoração geométrica brunida, na face interna, na externa ou em ambas), ou nos inícios da Idade do Ferro. (...) identificámos sectores de fundos de cabana, com lareiras estruturadas, em cuja base de fogo estão incluídos robustos fragmentos de olaria brunida, juntamente com pedras, algumas de origem eruptiva, fragmentos de ânfora e de pratos de engobe vermelho e, pelo menos em três casos, de ampolas de base plana, que datamos da segunda metade do séc.VIII a.C.³⁸.

Apertam-se as margens

No processo progressivo de humanização do território, cedo se fizeram sentir profundas transformações da paisagem e os primeiros impactes ambientais, nomeadamente

Fig. 4- Cheia do rio Séqua, com inundação de toda a planície aluvial, em Dezembro de 1992



sobre os cursos de água. Ao transporte sedimentar natural, responsável por assoreamentos nos troços finais dos vales fluviais, a que atrás aludi, vieram a juntar-se grandes depósitos sedimentares, resultantes da forte acção erosiva das águas de escorrência sobre solos desprotegidos devido a acções antrópicas, nomeadamente as primitivas queimadas para conquista de terras para pastoreio e o arroteamento de terras para agricultura, iniciado no Neolítico, continuado em todas as ocupações posteriores e culminado nas “Campanhas do Trigo”, iniciadas no final do século XIX e intensificadas já em pleno século XX com o “medieval” Estado Novo. Nos períodos de maior prosperidade, crescimento urbano e expansão marítima, o abate de árvores para construção cívil e naval e para exportação também foi muito significativo.³⁹ Outras transformações antrópicas importantes, vindas do antigo povoamento do território e agravadas em pleno século XX, são os aterros progressivos das margens e a artificialização das mesmas, sobretudo nas áreas urbanas.

Acerca deste fenómeno, atente-se no seguinte: apesar do nível do mar actual ser sensivelmente idêntico ao do Ótimo Climático pós-glaciário, se compararmos o mapa relativo ao Calcolítico com o mapa actual, fica a sensação que o nível do mar de então era superior ao actual, tais são as diferenças de áreas inundadas e de largura do leito normal (comparem-se as fig. 3e e 6). Simplesmente, o que a cartografia nos mostra são as diferenças provocadas pelos aterros e assoreamentos, provocados desde os primeiros povoamentos, intensificados a partir do domínio islâmico e mais intensificados nos séculos XIX-XX.

Estes fenómenos têm fortes impactes sobre o meio e são responsáveis por repercussões negativas, nomeadamente riscos acrescidos de cheias e consequentes inundações periódicas catastróficas, que não são mais que o rio a reclamar o seu espaço natural. Aliás, as cheias em si nada têm de catastrófico, só o passam a ter a partir do momento em que se rompe o equilíbrio entre povoamento e espaço físico e as águas encontram as coisas dos homens na sua corrida imparável para o oceano.

Obviamente, os ensinamentos históricos não foram devidamente assimilados, senão como se explicaria que,

com conhecimento científico, o fenómeno se tenha ampliado substancialmente no século XX e continue no presente, agravado ainda pelo entupimento deliberado de linhas de água e excessiva impermeabilização dos solos urbanos com consequente redução da infiltração e aumento do escoamento superficial.

Enfim, alheio às coisas dos homens, a montante da cidade, serpenteando preguiçoso entre colinas calcárias do barrocal de afloramentos rochosos esbranquiçados e matagais de fragrâncias mediterrâneas, corre o Séqua, que mais a montante, fora da área de influência das marés, recebe as águas da ribeira da Asseca vinda do Barrocal e da ribeira de Alportel, vigorosamente entalhada nos xistos da Serra. Aí, no chamado vale da Asseca, tal como no Almargem, as cheias periódicas são encaradas como sempre o foram: uma inevitabilidade natural. À pequena escala regional são o Nilo ou o Tejo que fecundam os campos das planícies aluviais com a nata em suspensão nas águas transbordantes.

³³ FERREIRA, O.V. (1987), *Arqueologia, Pós-Paleolítico*, in: MANUPPELLA, G. et al. (1987), *Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 53-B Tavira*, SGP, Lisboa, p. 32.

³⁴ Id. *Ibid.*, p. 32.

³⁵ GOMES, M.V.; CALADO, D.; NIETO, J.M. (2004), Machado, de bronze, de Bernardinho (Tavira), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 7:2, pp. 119-124.

³⁶ MARQUES, T. et al. (1995) *Carta Arqueológica de Portugal – Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Sto António, Castro Marim, Alcoutim*, IPPAR, Lisboa, pp. 141-143.

³⁷ MAIA, M.G.P. (2003), *Ob. cit.*, n. 6., p. 44.

³⁸ MAIA, M. G. P., *Ob. cit.*, n. 7., p. 9.

³⁹ RIBEIRO, O., *Ob. cit.*, n. 5, p. 62.: “... a Serra algarvia, ainda hoje coberta de arvoredos, nas vertentes dos seus barrancos mais entalhados, produziu sempre muita madeira e lenha, exportada pelo porto de Silves, segundo o testemunho do geógrafo árabe Edrici, no século XII, e, por exemplo, pelo de Tavira, ainda nos meados do século XIX, para Gibraltar.”; *id.*, *ibid.*, p. 88.: “... uma provisão régia impedia que se fizessem casas ao longo da ribeira e mandava reservar este espaço às construções navais. Estas eram tão importantes e tão consideráveis, por causa delas, as devastações nas matas do concelho, que foi proibido (1562) cortar mais árvores para esse fim.”

Labirintos de água

Menos de um século depois do impulso fundador de Maomé e cerca de três anos volvidos da entrada de Tarique no al-Andalus, já o povo do crescente ocupava a mesma estratégica colina de onde se haviam retirado os turdetanos cerca de 14 séculos antes. Mas, também na margem oposta do rio, na colina onde se ergueu cerca de quatro séculos mais tarde a ermida cristã de Sant'Ana, se localizaria uma alcaria de nome Gilla⁴⁰ de que terá possivelmente resultado o nome Gilão, assim como, do mesmo povo poderá vir o nome Asseca (*as-sica, o caminho ou a via*)⁴¹. (fig. 5)

Após tão longo interregno, será em torno do primitivo “sítio genético” que se irá consolidar um importante centro urbano do sudoeste do Gharb. Entretanto, no sítio da outrora grandiosa urbe romana que dali dista uma légua para ocidente, não restarão mais que caóticas memórias de pedra, dispersas por um espaço ruralizado e o curioso nome de sítio das Antas que há-de ser mencionado, séculos mais tarde, como o sítio onde se soltou a fâsca que os novos conquistadores aguardavam para atear o incêndio⁴².

Ultrapassados os preconceitos que uma matriz cristã

de muitos séculos e uma longa e recente ditadura, apologista de um nacionalismo beato, enraizaram no senso comum, é hoje amplamente reconhecida a valiosíssima herança histórica e cultural que os cinco séculos de presença islâmica nos deixaram. Neste território perduraram algumas, vagas, evocações dessa presença ainda que as múltiplas assimilações e transformações nem sempre permitam uma observação muito óbvia das mesmas. Na matriz urbana do centro histórico, nas muralhas, sobretudo em troços que deixam ver a utilização da taipa, nas ruas estreitas, irregulares e recatadas, nas ainda resistentes portas de reixa, nas hortas que envolviam a cidade e que motivavam dos viajantes, descrições extraordinárias, persistem ecos distantes da povoação mourisca. Na periferia rural, apesar da ruína quase generalizada, resistem ainda algumas noras e aquedutos, testemunhos fundamentais da herança de uma civilização que era na época do seu domínio, a mais inovadora, engenhosa e ousada.

Também na relação com o mar, ficaram desse povo, heranças a que os conquistadores deram continuidade e desenvolvimento, demonstradas no texto do muito citado Foral de 1266 de D. Afonso III⁴³. Interessa aqui referir, pela sua importância em termos de organização espacial

Fig.5- Rio Séqua, entre o Alto de Santana (sobre a margem esquerda) e o Alto de Santa Maria (na margem oposta)



do território e de transformação da paisagem do sistema lagunar, os moinhos de maré e as salinas. Uns e outros, não são mais que o simples aproveitamento de dois recursos: a força motriz das águas e o sal contido na água marinha, que a natureza oferece ao Homem e este só tem que saber aproveitar.

As construções dos moinhos de maré e das salinas implicaram uma intervenção profunda na área lagunar hoje conhecida por Ria Formosa, especialmente nas desembocaduras do rio Gilão e das ribeiras do Almargem e Livramento. Avançando sobre extensas áreas de sapal, construiu-se o imenso labirinto de caldeiras, salinas e marinhas, autêntico prodígio do engenho humano para moldar a natureza às necessidades civilizacionais.

Por conhecimento do local, por fotografia aérea ou pela cartografia, observe-se o amplo espaço entre a periferia da cidade, os troços finais do Gilão e Almargem e o canal navegável da Ria Formosa e, num exercício de imaginação, retire-se todo o intrincado xadrês das marinhas e substitua-se por imensos espaços de sapal alto⁴⁴, cobertos de densa vegetação halófitas⁴⁵, esteiros e pequenos canais de maré muito ramificados, numerosas ilhotas de sapal baixo cíclicamente cobertas e descobertas pela maré e, na transição para as margens, densa vegetação arbustiva e arbórea, menos tolerante à salinidade, caniçais e juncais. Essa paisagem, ainda existente em diversos locais da Ria Formosa, e que ali só pode ser imaginada, seria a existente antes de tão profunda transformação pelo engenho humano, ocupando uma área húmida comparativamente superior ao somatório da área que hoje ocupam as manchas urbanas de Tavira, Cabanas, Conceição e Santa Luzia. (fig. 6) Em documentos cartográficos de Sande Vasconcelos⁴⁶, na transição entre os séculos XVIII e XIX, conseguimos ainda adivinhar, em parte, aqueles espaços, pois, apesar da existência de numerosos moinhos de maré e importantes áreas ocupadas por salinas, próximo da foz do Almargem (as *Régias*) e na margem direita do Gilão, no limite da área urbana (as do *Desembargador*), existiam ainda extensas áreas por ele classificadas com “sapaes” e “morraças”. Esta curiosa distinção, que não é cartografada com rigor (não teria interesse para os

objectivos pretendidos) poderia hoje ser entendida, em termos fitogeográficos, como sapal alto (os «sapaes») e sapal baixo (os «morraças»).

Os moinhos de maré, apesar da engenhosa complexidade de concepção, baseiam-se num princípio extremamente simples: a retenção de águas num reservatório a montante do moinho, a caldeira, durante a enchente e a sua libertação durante a vazante através de canais onde se encontram as rodas motrizes (rodetes ou rodízios) que vão transmitir o movimento de rotação necessário ao funcionamento das mós. No sistema lagunar encontraram-se as condições ideais à instalação dos moinhos. As ilhas-barreira proporcionam protecção contra tempestades e ondulações fortes, a morfologia dos esteiros e canais de maré é propícia à construção das caldeiras e à circulação de água e, a grande vantagem sobre os moinhos de vento ou as azenhas: as marés variam de amplitude mas são garantidamente regulares, ao contrário dos ventos e dos caudais de rios ou ribeiros, caracterizados pela irregularidade e incerteza.

³⁹ KHAWLI, A., apud MAIA, M., *ob. cit.*, n.8, p. 155.

⁴⁰ KHAWLI, A. *Ob. cit.* n. 1, p. 132.

⁴² «Coronica de como Dom Payo Correa Mestre de Santiago de Castella tomou este Reino do Algarve aos Mouros», transcrita por ANICA, A.C., publicada em apêndice a: VASCONCELOS, D.A.B.V. (1999), *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, 3ª ed., C. M. Tavira, pp. 293-304.

⁴³ Transcrita por ANICA, A.C., publicado em apêndice a: VASCONCELOS, D.A.B.V., *ob. cit.* n. 42, pp. 305-306.; acerca do mesmo assunto ver RIBEIRO, O., *ob. cit.* n. 5, pp. 81-82.

⁴⁴ A distinção entre sapal alto e sapal baixo, reside essencialmente nos tempos de submersão a que estão sujeitos, o que condiciona os solos, as plantas e o grau de salinidade. O primeiro só fica submerso nas preiamares de marés vivas e é colonizado por vegetação arbustiva e herbácea; o sapal baixo, fica submerso em todas as preiamares e a sua vegetação é herbácea, dominada pela morraça (*Spartina marítima* ou *Spartina densiflora*), daí advindo o termo “morraçal”. A morraça, importantíssima na fixação dos bancos de sapal, constituiu também um importante recurso para alimentação do gado

⁴⁵ Halófitas: plantas adaptadas ao ambiente salgado e às grandes variações de salinidade do solo.

⁴⁶ Planta da cidade de Tavira de 1800 (IGP); «Borrão de Campo de huma légua d’suburbios orientaes de Tavira» s.d., (BN, C-par-42).



Fig. 7a- Moinho Velho, ou Moinho do Vau(?), próximo da foz da ribeira do Almargem, 1993



Fig. 7b- Antigo Moinho da Forca, na margem esquerda do Gilão, no limite do perímetro urbano, 1996.

As caldeiras ocupavam uma área entre três e cinco hectares⁴⁷, delimitadas por muros de terra, o que nos permite de forma muito simplista calcular uma área média total de quarenta hectares para uma dezena de moinhos e respectivas caldeiras que provavelmente existiriam no século XVI⁴⁸, distribuídos pelos sapais das duas margens do Gilão e margem direita da ribeira do Almargem. Em 1823 há registo de pelo menos 13 moinhos⁴⁹ e no princípio do século XX, já em grande declínio, cerca de oito, mais o do Livramento. Superados pela moagem industrial e esvaziados das suas funções, rapidamente foram reconvertidos em armazéns de sal, habitação ou, a maioria, simplesmente deixados à ruína. Bem à vista da cidade, no seu limite jusante, próximo da fábrica Balsense, o antigo *Moinho da Forca* vai-se desfazendo, mas, demoradamente, como que a querer mostrar o excelente centro de interpretação ou ecomuseu público que ali se poderia instalar. Mas, como dizia o Professor Agostinho da Silva: *a propriedade privada é, sobretudo, aquela que priva os outros de terem propriedade.* (fig. 7a e 7b)

O fim da laboração dos moinhos de maré, ultrapassados pela moagem industrial, motivou um crescimento da área de salinas, pois as caldeiras, uma vez inúteis para

os fins originais, foram, quase na generalidade, reconvertidas em salinas. A extracção de sal prosperou no decorrer do século XX, o que se reflectiu em termos espaciais na conquista do máximo espaço possível aos sapais, de tal forma que estes ocupam no espaço lagunar entre Santa Luzia, Tavira e Cabanas, praticamente apenas as áreas marginais aos limites das salinas, margens dos canais de maré e a transição entre o canal navegável e as ilhas-barreira.

Se a importância de algo se pode medir pelo esforço que fazemos para a obter, esta grande transformação operada pelos tavirenses de muitas gerações e de diferentes crenças e costumes, mostra a importância, alimentar e económica, que para eles tiveram o sal e o pão.

As paisagens de marinhas, apesar de na sua génese terem implicado destruições de ecossistemas de elevado significado biológico, têm particularidades interessantes a vários níveis: do ponto de vista ambiental, articulam-se perfeitamente com a dinâmica do sistema lagunar, sem introduzir elementos estranhos ao meio e representando para muitas espécies, nomeadamente de avifauna, espaços vitais; a nível paisagístico, são por nós percebidas quase como espaços naturais, pois apesar de serem espaços construídos, não existem ali (nas salinas tradicionais)

estruturas fixas pesadas que nos façam entendê-las como elementos agressivos ao meio e, a envolvimento do espaço lagunar, a penetração de canais de maré ramificados, as manchas de vegetação e a presença constante das aves aquáticas, reforçam-nos essa percepção; do ponto de vista cultural, constituem uma importantíssima herança da relação dos nossos antepassados com o território que povoaram e moldaram; finalmente, ao nível do ordenamento do território, podem funcionar como zonas de tampão ao avanço urbanístico sobre as áreas sensíveis do sistema lagunar, algo como uma “cintura de transição” entre espaço natural e espaço urbanizado.

Vicissitudes de um sistema natural dinâmico

O sistema de ilhas-barreira, que confere à costa do Sotavento algarvio uma originalidade geográfica interessante e da qual os povoadores da região têm tirado, ao longo da história, inúmeros proveitos, são constituídos actualmente por um conjunto de cinco ilhas e duas penínsulas, a saber: nos extremos ocidental e oriental do sistema, situam-se respectivamente, as penínsulas de Ancão e Cacela; entre estas, de ocidente para oriente, as ilhas de Barreta, Culatra, Armona, Tavira e Cabanas. Referi “actualmente” porque nem sempre assim foi, devido à grande dinâmica que caracteriza este sistema, traduzida nas diversas modificações históricas que têm ocorrido e que hão-de continuar a ocorrer.

Sendo um sistema de uma grande dinâmica geomorfológica, também é caracterizado por um equilíbrio frágil e delicado, onde as interferências antrópicas facilmente provocam desequilíbrios, geralmente com consequências que se fazem sentir a curto ou médio prazo, o que também é demonstrativo do dinamismo do sistema, porquanto é sabido que algumas intervenções do Homem sobre meios menos dinâmicos têm consequências nefastas mas a longo prazo e frequentemente não observáveis pela geração causadora da interferência. Neste caso a causa-efeito pode ser verificada pelo causador.

Essencialmente, verificam-se dois tipos de migrações neste sistema de ilhas-barreira: migração transversal, a que já fiz referência no capítulo acerca da génese do sis-

tema, actualmente em direcção ao continente, respondendo a uma elevação sensível do nível do mar que se verifica há pelo menos um século⁵⁰ (fase transgressiva) e migração longilitoral (ao longo da linha de costa) da maior parte das barras. Esta, exponho-a, sucintamente, nas palavras de DIAS, J.M.; FERREIRA, Ó.; MOURA, D.⁵¹:

Têm naturalmente tendência para migrar de poente para nascente até atingirem uma posição limite, na qual começam a assorear, abrindo-se então, no decurso de um temporal maior, nova barra a ocidente, iniciando-se assim novo ciclo.

Nas ilhas de Tavira e Cabanas, a ocorrência deste ciclo dinâmico em dois momentos históricos distintos, merece especial relevância pelas repercussões que teve sobre a vida local, ao nível da defesa marítima, das actividades económicas e da segurança das populações.

Cerca do ano de 1570, apesar de já se constatar a decadência iminente daquela que foi, no início desse século, a principal cidade do Algarve, ordenou D. Sebastião que se construísse, para defesa das «naus grossas» que entrassem dentro dela⁵², frente à barra de Tavira, um forte, porque a cobiça de corsários e piratas espreitava na costa. E assim se fez: na Ilha das Lebres, uma ilhota insalubre junto à foz do Gilão, à distância de um tiro de canhão da dita barra, foi construído o Forte de Santo António, cujas obras o próprio D. Sebastião veio a visitar aquando da sua passagem por Tavira, em 1573. Poucas décadas depois, também as forças da natureza se encarregavam de mostrar o que tinha aquele soberano de visionário...

Em 1617/1618, no seu levantamento para a “Descrição do Reino do Algarve” (1620) já Alexandre Massai informava da inutilidade do forte, pois a barra já não se situava ali, mas mais a Nascente. Menos de um século

⁴⁷ SANTOS, L.F.R. (1992), *Os Moinhos de Maré da Ria Formosa*, PNRF, Faro.

⁴⁸ Id., *ibid.*, pp. 62-66.

⁴⁹ ANICA, A.C. (1993), *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*, Câmara Municipal de Tavira, pp. 246-249.

⁵⁰ DIAS, J.M., FERREIRA, Ó., MOURA, D. (2004), O sistema de ilhas-barreira da Ria Formosa, in: *II Reunião científica rede CYTED-XVII. 3º SIPRES – Simpósio interdisciplinar sobre processos estuarinos. Livro Guia da Excursão*, Faro.

⁵¹ Id., *ibid.*, p. 2.

⁵² RIBEIRO, O., *ob. cit.*, n.5, p. 89.

volvido, em 1656, sob as ordens de D. Pedro II, novo forte se conclui, para defesa da mesma barra, três quilómetros a Nascente do Forte de Santo António, próximo do sítio onde menos de um século depois há-de nascer o arraial de Cabanas da Armação, apoio terrestre da armação de pesca do atum Medo das Cascas⁵³ e sítio genético da povoação de Cabanas. (fig. 8) O novo forte, baptizado de S. João, foi de facto de maior utilidade na defesa da barra que o anterior, no entanto, a migração da barra de Tavira, não se ficaria por aí. Na *Carta Corográfica do Reino do Algarve*, publicada por Silva Lopes em 1841 mas baseada em levantamentos cartográficos militares da década de 20, já a designação “barra de Tavira” surge no extremo oriental da ilha de Tavira, frente a Cacela, onde também se tinha construído um forte no século XVI, enquanto a barra frente ao forte de S. João, muito assoreada e inutilizada para a navegação surge com a designação de “barra perdida”. Com o fecho total desta, a Ilha de Tavira constituía-se como um corpo continuo entre Fuzeta e Cacela e completava-se um ciclo migratório. O processo é imparável, antes de terminar um ciclo, já os seguintes estão a acontecer, com o transporte das mais insignificantes partículas. Simplesmente, o fenómeno só se torna importante quando ganha dimensão capaz de nos afectar. Nessa medida, pode dizer-se que o ciclo seguinte se iniciou no século XX, induzido por acção antrópica.

Em 1926-27, após quase um século de diligências inconsequentes do poder local, foi finalmente aberta uma barra artificial, no mesmo local onde existiu a primitiva barra que o forte de Santo António, ou do Rato, era suposto ter defendido. Tavira tinha finalmente facilitado o acesso ao mar por um canal navegável em frente da foz do Gilão e a história terminava? Não! Iniciava-se uma nova história. Sem o saber (?), os decisores e construtores da obra provocavam ali um “efeito borboleta”, um novo ciclo natural de construção/destruição seria acelerado a partir daquela obra e, nas décadas seguintes, a história natural da evolução das ilhas-barreira iria cruzar-se com a história das armações da pesca do atum que nesta época laboravam em pleno, lançando nos mares ao largo das ilhas, as complexas teias submarinas que penetravam

no Atlântico mais de cinco quilómetros, enquanto sobre a frágil jangada de areia exposta aos humores do gigante azul, os seus arraiais prosperavam, na ilusória solidez da pedra e cal, onde antes eram rudimentares cabanas. De Nascente para Poente, assim se nomeavam: Abóbora, Medo das Cascas, Barril e Livramento.

Três anos depois da abertura da barra, já se tinha fechado a passagem para o mar junto a Cacela, formando-se a Península de Cacela, cujo extremo Poente era separado da Ilha de Tavira precisamente pela nova barra. No ano seguinte (1931) começam a fazer sentir-se os primeiros efeitos nefastos da abertura do canal: os sedimentos transportados pela deriva litoral de Oeste, retidos no obstáculo que constitui o molhe da nova barra, começavam a faltar nas praias a Este da mesma, que entravam assim em processo de fragilização, o que começou a fazer-se sentir de forma preocupante no arraial da armação de Medo das Cascas, localizado imediatamente a Nascente da barra. Ali foram colocadas, pesadas estruturas de protecção, mas, em 1941, um violento ciclone arrasou completamente o arraial. Hoje, as sobreviventes estruturas de defesa, raros vestígios de paredes de alvenaria e o gargalo de um poço de pedra que descobre na baixa-mar, constituem um autêntico memorial à audácia humana mas também à pequenez perante a fúria dos elementos. (fig. 9)

O mesmo ciclone provocou ali mesmo, a Nascente do arraial destruído, a abertura de uma nova barra, (chamada “do Cochicho”) que se alargou bastante, começando de imediato a sua progressão natural para Leste, enquanto a nova barra de Tavira ficou completamente assoreada. Sensatamente, o novo arraial da Armação Medo das cascas, baptizado de Arraial Ferreira Neto foi construído, em 1945, na antiga e mais resguardada Ilha das Lebres, agora terra firme, a cerca de 500 metros do velho Forte do Rato. Como que a confirmar tal sensatez, assistiu-se, oito anos depois, à destruição total do Arraial do Livramento, localizado no extremo ocidental da Ilha de Tavira, vítima da progressão natural da barra da Fuzeta no sentido geral das migrações cíclicas (entre 1951 e 1976 a extensão da ilha foi reduzida em 2,5 quilómetros). A mesma sorte teve o Arraial da Armação da Abóbora⁵⁴, também

localizado sobre a ilha, a Sueste do Forte de S. João, atingido em 1961-62 pela progressão da barra do Cochicho, que entretanto deixou completamente exposta à fúria do mar, a povoação de Cabanas, seriamente ameaçada pelo temporal de 1961. Nesse mesmo ano foi reaberta artificialmente a barra de Tavira. (fig. 10)

Em duas décadas estava consumada a destruição da maioria das estruturas terrestres de apoio às almadras, que as companhias ousaram assentar em tão frágil fímbria de terra. Apenas o Arraial do Barril, por estar situado num local de maior robustez da ilha e longe dos extremos da mesma, resistiu até à extinção das armações e foi posteriormente reconvertido a utilização turística, no final da década de 60, mantida ainda hoje. A barra natural progrediu até ao Lacém (Barra de Cabanas ou Barra do Lacém), continuando no entanto com a mesma tendência migratória; a Ilha de Tavira continua a robustecer-se junto à barra devido à acumulação dos sedimentos transportados e, a agora chamada Ilha de Cabanas, reconstituiu-se mas apresenta uma enorme fragilidade (conti-

nua a faltar-lhe a alimentação sedimentar), podendo a qualquer momento, numa situação de mar tempestuoso coincidente com preia-mar de marés vivas, sofrer galgamentos oceânicos e rupturas.

Lançando um olhar para lá desta ilha, para a frente urbana junto à “ria”, concluo: como a dinâmica natural das ilhas-barreira, a escrita também pode ser cíclica, afinal regresso ao início do texto, à reflexão acerca das paisagens humanizadas. Observo a malha urbana continua: Cabanas - complexos turísticos - urbanizações novas - Conceição, enquadrada por floresta... de gruas metálicas. Procuro distinguir ali marcas da história, originalidade do lugar, enquadramento paisagístico. Não consigo, talvez o século XX não tenha sido suficientemente esclarecedor.

⁵³ ANICA, A.C., ob. cit., n.49, pp. 52-57.

⁵⁴ O apoio terrestre às armações do Livramento e Abóbora, passou a fazer-se em Tavira, junto à fábrica de conservas da Companhia Balsense, proprietária das duas armações. in: COSTA, F. (2000), *A Pesca do Atum nas Armações da Costa Algarvia*, Editorial Bizâncio, Lisboa, p. 77.



Fig.9- Poço do arraial da armação de pesca do atum Medo das Cascas, destruído pelo mar em 1941 (a altura da secção do poço a descoberto é superior a 2 metros), 1993

Urbanismo e arquiteturas ribeirinhas



Illegible text from the map, possibly a legend or description of a specific area.

Illegible text from the map, possibly a legend or description of a specific area.

Illegible text from the map, possibly a legend or description of a specific area.

Illegible text from the map, possibly a legend or description of a specific area.

A Ribeira de Tavira: dízimas... cordas, mastros, remos... especiarias... carnes e *versas*

Isabel Macieira e Rita Manteigas
(Historiadoras de Arte)

Ainda árabe, a cidade de Tavira já se expandira para além das muralhas, descendo em direcção ao rio, ao longo do qual se vão enformando novos quarteirões, que albergariam construções ligadas às actividades económicas e áreas de habitação.

Com efeito, existiriam já estruturas portuárias importantes, visto que neste período o comércio marítimo, bem como uma série de outras actividades ligadas ao mar: a pesca, as conservas e a extracção de sal, serem já um factor de peso na economia da cidade. Diz-nos Abdallah Khawli que, desde o século X, a posição estratégica da cidade e seu termo possibilitou que esta adquirisse uma importância como centro produtor e exportador de produtos diversificados e que o seu porto, “ (...) foi o elemento dinâmico e central do desenvolvimento económico e social da cidade (...)”,¹ com os seus “ (...) arrebaldes de pescadores e comerciantes, certamente implantados a juzante da ponte, junto aos areais onde abicavam as pesadas barcas de mercadorias e os rápidos veleiros de

¹ Abdallah Khawli, “Tavira Islâmica, Novos dados sobre a sua História”, in *Tavira, Território e Poder*, catálogo de exposição, Lisboa, Ed. Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, p. 143.

Fig. 1- Parte da vista de Tavira publicada no jornal “O Panorama” onde se pode observar a zona da Ribeira, à esquerda da ponte



corso”² (fig. 1 e 2). Este movimento de extravaso da muralha terá começado ainda durante o período almorávida quando, por factores políticos, se dá um fenómeno de migração de opositores ao novo regime almóada para a cidade de Tavira³.

Com a Reconquista Cristã as actividades e riquezas que a cidade detinha passaram, de imediato, para a coroa real, integrando aquilo a que se irá chamar o «Reguengo de Tavira», ou seja, o conjunto de todos os bens que D. Afonso III toma para si e seus sucessores. De entre os bens enumerados, contam-se uma série de estruturas de apoio à actividade marítima como armazéns, fangas e açougues entre outros, que se situavam na área ribeirinha, entre a que virá a ser a Praça da Ribeira e a zona das *teracenas* reais.⁴

A descida e alargamento da cidade para as zonas extra-muralha terá sido, já em pleno domínio cristão, impulsionada por acontecimentos de grande importância no plano nacional, com os quais esta esteve ligada de perto. Assim, logo em 1415, a Conquista de Ceuta e as estratégias da Expansão para a costa do Norte de África, trazem uma nova relevância a Tavira, dada a sua posição táctica face à nova política expansionista. Este factor irá marcar a história da cidade, que assumirá, durante mais de um século, preponderância no panorama nacional, obtendo por vezes prerrogativas igualáveis às de Lisboa, capital do Império.⁵

É neste contexto que D. Manuel I irá, em 16 de Março de 1520, elevar Tavira a cidade, através de carta régia em que enaltece e engrandece a urbe, seus habitantes e enumera os seus feitos na Expansão, de modo muito elogioso, respondendo assim às expectativas dos seus mo-

radores que lho vinham requerendo desde há anos. Esta eleição trará certamente à cidade um novo impulso de desenvolvimento urbano que se terá manifestado sobretudo na zona da Rua Nova Grande; aí, cerca de 1522, será construído um novo edifício para onde se muda a câmara; de acordo com uma imagem ainda existente, podemos observar neste a tipologia usual das «Casas de Câmara e Cadeia» que se construíram durante o século XVI por todo o espaço português.⁶

Na década de quarenta do mesmo século e nas imediações deste novo eixo, a Misericórdia mandará erguer a sua igreja, que contrata com o mestre pedreiro André Pillarte, dando origem ao arranjo urbano da chamada Porta de D. Manuel (que consideramos deveria já existir tendo sido nesta altura enobrecida) e ao eixo viário da Rua Nova Pequena, de ligação à Corredoura e à Rua Direita do Corpo Santo, encabeçada pela igreja do mesmo nome.⁷

As denominadas “Ribeiras” de todas cidades do reino, das quais Tavira é a mais meridional, começaram por ser espaços, sempre na margem de um rio ou à beira-mar, onde acontecia tudo o que se preferia na zona “nobre”. Eram arrabaldes, fora da cerca, logo desprotegidos, onde ocorriam aterros muitas vezes provocados por despejos de lixo do interior e habitados, nas proximidades, por gente humilde ligada às actividades do mar. A Ribeira era também um local dessacralizado onde não existia uma igreja ou capela.⁸

É interessante observar tanto na cartografia como na documentação sobre Tavira, a apropriação desta realidade (a Ribeira) que se vai complexificando e consolidando durante os séculos XV e XVI. Assim, de um conceito generalista de “ribeira” enquanto espaço ainda à margem, onde

Fig. 2- Vista contemporânea correspondente à zona enquadrada na figura 1



se doam pardieiros em 1287,⁹ passamos à afirmação de um espaço identificado na cidade, a “(...) praça da ribeira (...)”¹⁰ onde, em 1454, já se formalizavam testamentos e, finalmente, à expansão habitacional da zona, agora privilegiada, confirmada pela estadia, em 1573, de D. Sebastião nas Casas da família Corte Real no bairro da Ribeira.¹¹

A relação intra/extra muros torna-se inversa ainda no primeiro quartel do século XVII conforme a *Descrição do Reino do Algarve* feita por Alexandre Massay, entre 1617 e 1618, na qual este refere que dentro dos muros de Tavira não moram mais do que 100 vizinhos e que fora dos ditos muros existem 900.¹²

São já do reinado de D. João I, provavelmente do princípio do século XV, as notícias que temos sobre os equipamentos que este monarca mandou construir na Ribeira, para substituição e melhoramento de outros anteriores aí existentes;¹³ estes são descritos na *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Concelho*,¹⁴ outorgada por D. Manuel I no ano de 1504, na sequência de um longo processo de acerto de contas entre o Concelho e o Contador do Rei.

Neste extenso documento são descritas as obras mandadas fazer pelo seu antecessor, delas fazendo parte “(...) huns assougues que erao na Praça da Rybeira que partiao com as Tereçenas e com a Rua pubrica que saya da Praça e hia contra a Povoação da dita Rybeira, e partia da otra parte com (a) agoa da Rybeira que vinha do Mar e per comsequite o dito Rey mandara fazer humas famgas que era o Paço mui honrado em que se vendia o pao e partiam com a dita Rybeira e com a Pontte, (...)”.¹⁵ Para além dos equipamentos

² Cláudio Torres e Santiago Macias, *O Legado Islâmico em Portugal, Círculo de Leitores*, Lisboa, 1998

³ Abdallah Khawli, *ob. cit.*, p. 142.

⁴ Cf. Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu Termo*, 1993, vol. I, Ed. CMT, p. 240.

⁵ Paula Maria de Carvalho Pinto da Costa, “Tavira nos séculos XII a XV – a ocupação cristã” in *Tavira, Território e Poder*, catálogo de exposição, Lisboa, Ed. Museu Nacional de Arqueologia e C. M. de Tavira, p. 189.

⁶ Este edifício foi demolido cerca dos anos vinte do século passado, para dar lugar ao actual edifício dos Correios. Dele existe ainda um registo fotográfico, que se encontra publicada no livro de Damião de Brito Vasconcelos *Notícias Históricas de Tavira, 1242/1840*, ed. CMT, 1989, p. 312.

⁷ Actualmente Igreja de S. Pedro Gonçalves Telmo ou de Nossa Senhora das Ondas.

⁸ Segundo Carlos Caetano, *A Ribeira de Lisboa, na época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, Pandora, 2004, págs. 44-47

⁹ Como se pode ver, na doação por parte de D. Dinis a João Domingues, “de um pardieiro, na Ribeira, que foi do Alcaide do mar de Tavira”, in J. Martins da Silva Marques, *Descobrimientos Portugueses*, vol. III, 1971, p. 15.

¹⁰ Conforme Damião Vasconcelos, *ob. cit.*, 1989, p. 128

¹¹ Conforme o cronista João Gascão: “Domingo 1 de Fevereiro Ouuiu El Rey Missa na Cidade de Tauira em huma ermida da aduacação de N. Sra. Do Loureto, que está nas próprias casas em que El Rey pouzou” in Alberto Iria, *Da Importância Geopolítica do Algarve, na Defesa Marítima de Portugal, nos séculos XV a XVIII*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1976, pág. 114; sabe-se que esta capela pertencia ao Palácio da Família Corte Real, demolido em finais do século XIX para dar lugar ao Jardim Público que ladeia o Rio Gilão (ver ainda Arnaldo Casimiro Anica, *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Tavira*, Tavira, 1983, pág. 85).

¹² Conforme Alexandre de Massay, *Descrição do Reino do Algarve*, 1621, Museu da Cidade de Lisboa, Tavoada da Primeira Parte, folhas nº7 a 10.

¹³ Sabe-se que em 1338, aquando de um cerco perpetrado pelo rei castelhano terão sido queimadas as Terçenas então existentes, que seriam ainda, provavelmente, as mesmas instalações deixadas pelos árabes. Cf. Arnaldo Casimiro Anica, *ob. cit.*, 1993, p. 74.

¹⁴ *Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Concelho*, Livro 1º, Tombo da Cidade de Tavira, Arquivo Municipal, fl. 84. Agradecemos a Arnaldo Casimiro Anica a ajuda prestada na transcrição deste documento.

¹⁵ *Idem*, *ibidem*, fl. 84



descritos, *Terecenas*, *Açougues* e *Fangas*, dá-nos o mesmo documento, logo a seguir, a informação da existência da Alfândega, embora não especifique, infelizmente, a sua localização: “(...) no nosso Livro do Tombo que andava na dita Alfândega (...)”.¹⁶

Com efeito, tal como a Ribeira de Lisboa, modelo para as restantes quer no Reino quer no Império Ultramarino, verifica-se em Tavira a associação dos vários equipamentos portuários ao espaço do mercado quotidiano. Carlos Caetano na sua obra *A Ribeira de Lisboa, na época da Expansão Portuguesa, séculos XV a XVIII*, refere que “(...) o aparecimento da Ribeira é quase um barómetro do grau de desenvolvimento das vilas e cidades (...)”¹⁷, concluindo que uma das características comuns destes espaços é, com efeito, a sua multifuncionalidade: praia, porto, estaleiro naval, armazém, mercado.¹⁸

Retomando a análise do documento acima citado, o mesmo descreve-nos também a existência do espaço da Corredora ligado à Praça por uma «rua pública», como era aliás usual designar nesta época os eixos viários,¹⁹ ilustrando uma área urbana que se estava a estruturar; dá-nos ainda, para além disso, indicações sobre as formas arquitectónicas dos Açougues e transformações sofridas nestes: “(...) avia setenta annos e mais que pellos Reis passados fora feita merçe dos Assougues da dita villa (que) assim compartiao com o mar, vindo de lomgo das Tereçenas atte a Rua que hia da Corredoira e com a Praça (...)”,²⁰ especificando-se, a seguir, “ (...) que demtro do dito Alpendre dos ditos Assougues avia huns Arcos muito pequenos em que se cortava a Carne para mantimento desta villa antre as molheres que vendiao pao e fruita (...)”²¹ sendo estes “ (...) tão compridos como as ditas Tereçenas per igual parte atte chegarem a agoa do Ryo e quando os ditos Assougues foram dados lhe foram dados feitos e apostados com marcos de ladrilho em que estavao Talhos de Carne ficando todavia Alpendre em que vendiao como agora vemdem pao fruta e ortalliças (...)”²². Mais à frente, é ainda neste mesmo documento especificado que, “ (...) quando o uso dos ditos Assougues fora dado ao dito Concelho tinham hy feitas os Reis passados duas Boticas convem a saber a logea sobradada que fora aforada a Pero Gonçalves Malhana a qual socedera Filiphia Gonçalves sua filha e a trazia Rodrigo de Mouras, e a segunda era otra loja sobradada que soya ser aforada a Marcos Judeu espicieiro e depois a ouvera Moçallgardim e depois a trazia João Coresma (...)”.²³

A minúcia descritiva deste documento confirma-nos que, logo na primeira metade de Quatrocentos, se fazem grandes melhoramentos na Praça da Ribeira; esta começa então a adquirir protagonismo urbano face ao centro intra-muros. Nela se centram as actividades comerciais (boticas sobradadas), marítimas (terecenas) e se faz o mercado diário ao ar livre com zonas que, embora na mesma área, se tendem a demarcar - para os vegetais, carnes (açougues) e pão (fangas), sendo que se verifica a tendência de construir melhores instalações para a venda de pão/trigo (em grão ou farinha) e, como iremos ver, para o corte das carnes. O adossamento de alpendres a edifícios era recorrente como se pode observar no azulajo presente no Museu da Cidade de Lisboa, que ilustra a Praça da Ribeira desta cidade, localizada em frente à actual Casa dos Bicos, e onde se pode observar uma correnteza de alpendres de madeira sob os quais se vendiam produtos “passados que exigiam a protecção que os “produtos do dia”, como a hortaliça, a fruta ou o peixe fresco, dispensavam”.²⁴

A *Sentença da Relação...* foi, como referimos, produzida cerca de um século depois das edificações e melhoramentos levados a cabo por D. João I, que logo cede o seu uso ao Concelho. Relata-nos que, volvidos cerca de trinta anos, ou seja por volta da década de trinta do século XV, “ (...) os Assougues com a dita carne estarem de mistura eram tantas as moscas com o pao e a fruita que a gente se anojava disso e ainda era pouca honra pera a villa, e que então emgendarao e acordarao todos os do dito Concelho e Povo fazerem no Cabo do dito Alpendre dos ditos Assougues huma muito honrada Caza apartada e serrada sobre sy onde demtro nella tinhao feitos sinco Talhos onde muito honradamente e com grande limpeza se cortava a dita carne (...) e que por nobrecimento da Terra serrarao os ditos Arcos e os derao a algumas pessoas com alguma conheçensa para o dito Concelho e asim as ditas pessoas fizeram dy Boticas em as quais vendiao de sorte muintos panos e mercadorias outras do que todo pagavao a nós nosso direito per tal modo que omde a nós do dito Alpendre, e Arcos dassougue soyamos daver em cada hum anno dos nossos direitos sincoenta mil reis agora aviamos em cada hum ano cem mil reis e mais que por a merce que tínhamos feita ao dito Concelho do dito Alpendre e Assougues a nós pertencia somente aver nosso direito de todallas as couzas que se hy vendessen (...)”.²⁵

É interessante salientar-se a preocupação que ressalta neste documento de se tornar a Vila mais honrada e enobrecida, facto que se insere numa política de reordenamento e melhoramento do território que, começada durante o século XIV, atingirá o seu auge com as reformas manuelinas da cidade de Lisboa efectuadas entre os finais de Quatrocentos e o princípio da centúria seguinte, de onde será, a partir daí, exportada para todo o território português;²⁶ estes modelos aproximam-se em tudo ao que se foi desenvolvendo em Tavira, o que demonstra o quanto desde muito cedo esta cidade se ligou directamente ao que de mais importante e «moderno» se fazia no reino.

Neste contexto, já nos referimos às fangas da cidade como um edifício autónomo e bem construído ao pé da ponte (tal como irá acontecer com o Terreiro do Trigo em Lisboa que na época manuelina se renova, com nova localização, junto ao Tejo) assim como aos novos Açougues, com um novo edifício feito de raiz. A política de melhorias públicas prolongar-se-ia ainda sob o reinado de D. João III, como se pode observar pelo edifício que o Infante D. Luís manda construir em Beja -uns belíssimos açougues que irão dar origem, posteriormente, à Igreja da Misericórdia.

Retirada ainda da mesma *Sentença da Relação...*, está a informação de que sensivelmente na mesma altura terá ruído o edifício do Paço do Concelho, tendo este mudado as suas instalações para os novos açougues acabados anos antes: “(...) e que sendo feitos assim os ditos Assougues poderia aver simcoenta annos que o Paço do Concelho onde se fazia audiencia cayra e fora todo derrubado pera se fazer de novo e neste tempo o dito Concelho fizera hum de partimento no cabo do Alpendre dos ditos Assougues contra o Rio com huma pequena de (sic) parede e grades de pao (...);²⁷ na continuação do mesmo documento especifica-se ainda que “(...) o dito Concelho costumava bem vinte annos fazer audiencia no dito de partimento, atte que poderia aver dezouto annos que viera Brás Affonça a dita villa com alsada e fizera acabar o dito Paço do Concelho e pintar e mandara levar os assemtos e cadeiras ao dito Paço e (...) que tanto a audiencia se mudara ao dito Paço do Concelho logo os officiaes mudarao os Talhos da carne que estavam nos Assougues ao lomgo da parede das Taracenas e fizerao quatro Talhos de carne no dito departamento

omde se fazia audiencia e os ditos Arcos ficarao vagos e sendo proprios nossos o dito Concelho os dera de foro a certas pessoas (...)”.²⁸

Assim, depois de terem ficado definitivamente livres os “ (...) assougues velhos (...)”²⁹ ter-se-á a Câmara decidido “ (...) a fazer nove Boticas nos ditos Assougues e as apropriaram asy aforandoas e alogandoas como se forao suas com as quais tolheram o uso ao Povo, e a nós nosso direito e tanto que fizerao aquellas nove Boticas lanssarao mao pellas outras duas Boticas antigamente feitas e começarao logo a arrendar e aforar todas as onze Boticas como se fora sua propria herança (...)”.³⁰

Sendo que este foi o cerne da questão que opôs o Contador do Rei ao Concelho de Tavira, interessa-nos antes focar a atenção sobre os dados construtivos que o processo vincula. Referindo-se à associação açougues/boticas, vários são os documentos da Época Moderna através dos quais nos apercebemos que adossadas ou aproveitando os vãos/arcarias disponíveis de edifícios de referência se constituíam pequenas vendas, por vezes sobradadas. Tal como se pode constatar em Tavira, cujos arcos dos velhos açougues foram cerrados e transformados em lojas, também em Lisboa, por exemplo, o Terreiro do Trigo apresentava na sua fachada norte, na correspondência dos seus trinta e dois vãos, trinta e duas casinhas onde se vendiam coisas miúdas.³¹

¹⁶ Idem, *ibidem*.

¹⁷ In Carlos Caetano, *ob. cit.*, 2004, pág.61

¹⁸ Cf. Idem, *ibidem*, p.59.

¹⁹ Cf. Hélder Carita, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Lisboa, ed. Livros Horizonte, 1999, pp. 24-25.

²⁰ *Sentença da Relação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Concelho*, fl. 85.

²¹ Idem, *ibidem*, fl.85.

²² Idem, *ibidem*, fl. 86.

²³ Idem, *ibidem*, fl. 87-v.

²⁴ In Carlos Caetano, *ob. cit.*, 2004, p.161.

²⁵ Idem, *ibidem*, fl. 85.

²⁶ Cf. Hélder Carita, *ob. cit.*, 1999, p. 32.

²⁷ *Sentença da Relação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Concelho*, fl. 86.

²⁸ Idem, *ibidem*.

²⁹ Idem, *ibidem*, fl. 83-v.

³⁰ Idem, *ibidem*, fl. 87-v.

³¹ Cf. Carlos Caetano, *ob. cit.*, 2004, p.165.



Fig. 3- Vista de Tavira publicada no jornal “O Panorama” correspondendo à descrição urbana da *Sentença da Relação das Boticas da Praça Assouges e Famgas. Serem do Concelho*. O longo edifício perpendicular ao rio corresponderia aos açougues. À esquerda destes, o local onde poderiam estar localizadas as tercenas

Por tudo aquilo que o documento em análise nos deixa perceber dos equipamentos existentes já em Quatrocentos na Ribeira de Tavira, parece-nos agora poder recuar a datação da gravura editada no jornal “O Panorama”,³² que nos apresenta uma vista da cidade onde, na zona da Ribeira, os edifícios coincidem com a descrição da *Sentença da Relação*... Nesta, no espaço da actual Câmara Municipal de Tavira, existe um destacado e vasto edifício paralelepípedo, que deverá corresponder aos Açougues com as arcarias e o alpendre a todo o comprimento do lado direito, os quais, pela perspectiva ensombrada não se destacam no desenho. Os novos açougues poderão corresponder ao corpo, no alinhamento do mesmo edifício, virado ao rio, fazendo com que o complexo perfaça uma planta em forma de L.

Se indicações como “(...) os talhos da carne que estavão nos assouges **ao longo da parede** das Taraçenas (...)” fazem com que possamos equacionar o facto de os açougues e as tercenas poderem ser um e o mesmo edifício; outras, como “(...) uns assouges que erao na Praça da Rybeira **e que partiao** com as Tereçenas e com a Rua publica que saya da Praça e ya contra a Povoação da dita Rybeira, **e partia** da outra parte com (a) agoa da Rybeira que vinha do mar (...)” podem simplesmente dar-nos a indicação das suas vizinhanças. Considerando esta última hipótese, à esquerda do edifício que identificámos como

açougue(s), poderemos visualizar um vasto espaço vago –para a construção de navios? seguido de três ou quatro edifícios paralelos ao primeiro, ou seja, em posição ortogonal face ao rio e recuados face a este, que poderiam constituir as Tercenas e sequentes Armazéns. Da localização da Alfândega, enquanto edifício destacado, não há na imagem indício. A inexistência na dita gravura, da representação do Palácio dos Corte Real e Ermida do Loreto, na zona fronteira ao rio, dever-se-á, assim, ao facto destes ainda não existirem. (fig. 3)

Sendo recorrente, no documento que analisámos, a referência às Tercenas, é oportuno referir-nos a este equipamento tão importante para uma cidade portuária assim como aos Armazéns.

Embora a iconografia mostre com frequência a construção de barcos no exterior, as Tercenas eram também constituídas por instalações cobertas onde se construía os navios. Carlos Caetano refere-se às Tercenas de Tavira em 1515 num documento de doação a Estêvão Rodrigues Bérrio de “(...) huma das naves das nosas trecenas (...) que ora estaa descuberta”.³³ Nestes espaços, guardavam-se muitos apetrechos marítimos, função que partilhavam com os Armazéns, normalmente nas proximidades. Nestes últimos, recolhiam-se, armazenavam-se e distribuía-se as matérias-primas e inúmeras mercadorias. O mesmo

autor descreve a tipologia dos armazéns, cuja lógica acaba por estruturar outros espaços de carácter funcional: “essas vastas estruturas rectangulares, colocadas com a face de topo frente ao rio, assim facilitando cargas e descargas, de modo que todos os armazéns dispusessem das mesmas condições no acesso ao cais”.³⁴ (fig. 4)

O novo Foral que Tavira recebe em 1504 dá-nos, a certa altura, um claro testemunho da realidade da construção naval e da multiplicidade de materiais necessários para equipar um navio, objectos estes que se guardavam nestes edifícios e/ou que povoavam a paisagem ribeirinha: “E quaisquer pessoas que fizerem navios ou naus de cento e trinta toneladas para cima, não pagarão dízima nem algum direito de portagem de mastros, madeira, ferro, armas, velas, remos, mantimentos, breu, cevo, e de quaisquer outras coisas que, para fazimento das naus e navios e reparo e armação sua, lhe forem necessárias, posto que venham pela foz. E se os vizinhos da dita vila fizerem naus ou navios, caravelas ou barcas, menos da dita quantia, não pagarão os ditos direitos, salvo das coisas que lhe vierem pela foz do dito reino do Algarve, ou sejam pessoas que tenham, por officio de fazerem alguns dos ditos navios para vender e não para seu uso”.³⁵

É também D. Manuel I que em 1507 “ (...) proíbe que ao longo da ribeira [de Tavira] se construam casas, sendo todo aquele espaço reservado para construções navais”.³⁶ Contudo, a actividade continuou a ser abundante dado que no ano de 1562, D. João III, “ (...) proíbe que nas matas do concelho se corte madeira para a construção de naus, navios ou caravelas, tendo em vista evitar que as matas fossem devastadas”.³⁷

Fig. 4- Pormenor da vista de Lisboa de Georgio Braunio/ *Urbium proecipuarum mundi theatrum quintum*, 1593, onde se pode observar as tercenas e a construção de barcos no exterior



Ligado directamente com as actividades náuticas está ainda a confecção do célebre biscoito, elemento fundamental na alimentação dos embarcados, do qual temos indicação em Tavira através de um documento da Chancelaria de D. Duarte, que em 1435 confirma o aforamento de um forno de biscoito a Rui Gonçalves.³⁸

Para além da gravura a que nos referimos anteriormente, é hoje conhecido um outro elemento fundamental para o estudo do desenvolvimento urbano da cidade; citando Luís Fraga: “Trata-se de uma planta inédita de meados do século XVI que chega até nós através de uma cópia efectuada cem anos mais tarde pelo pintor Leonardo di Ferrari, autor de um atlas manuscrito espanhol que esteve “perdido” no Arquivo Militar de Estocolmo até 2002”.³⁹ (fig. 5)

Balizado entre 1542 e 1568,⁴⁰ a grande novidade que o documento nos dá na zona que temos vindo a analisar é, a explícita e imponente presença da alfândega/La Aduana (fig. 5). Com efeito, no espaço em que na gravura da *Revista Panorama* se localiza o comprido edifício, que definimos como os açougues com suas arcarias e alpendre corrido, surge agora um grande complexo de

³² *Revista Panorama*, 1843, Vol. 2º, 2ª Série, p. 209. Esta gravura foi publicada sem data e tem sido atribuída entre o terceiro quartel do século XVI e meados do século XVII.

³³ In Carlos Caetano, *ob. cit.*, 2004, p.181 (nota de rodapé 232).

³⁴ *Idem, ibidem*, p.83

³⁵ In *O Foral de Tavira de 1504: estudo e transcrição*, Câmara Municipal de Tavira, 2004, p. 86.

³⁶ In Damião Vasconcelos, *ob.cit.*, 1989, p.175.

³⁷ *Idem, ibidem*.

³⁸ Cf. J. Martins da Silva Marques, *ob. cit.*, 1944, p.289.

³⁹ Este estudioso escreve, em Abril de 2008, uma notícia sobre esta importante fonte iconográfica e documental. Cf. Luís Fraga, www.arqueotavira.com. Este documento havia sido publicado anteriormente por Rocio Sanchez Rubio e Isabel Teston Nunez em, *Imágenes de un imperio perdido – El Atlas del Marqués de Heliche*, 2004, ed. Carlos Sanchez Rubio, Presidência de la Junta de Extremadura, Badajoz, e em Rocio Sanchez Rubio, Carlos Sanchez Rubio e Isabel Teston Nunez, *La memoria ausente- Cartografía de Espanha y Portugal en el Archivo Militar de Estocolmo. Siglos XVII y XVIII*, 2006, ed. 4 Gatos, Badajoz. Encontra-se ainda disponível «on-line» no Arquivo de Cartografia Urbana do ISCTE.

⁴⁰ Cf. Luís Fraga, *ibidem*.

Legenda

Vila-a-Dentro

Zona de expansão da cidade / Época Medieval

1. Mouraria

2. Convento de São Francisco

3. Casario adossado à muralha/ futura Rua Nova Grande

Zona da Ribeira / Época Moderna

4. Praça da Ribeira

5. Alfândega

6. Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo

7. Palácio dos Corte Real/ Capela do Loreto

8. Rua de Francisco de Acosta (?)

9. Rua dos Sapateiros

10. Rua do Corpo Santo

11. Corredoura

12. Rua Nova Pequena

13. Igreja da Misericórdia



Fig. 5- Planta de Tavira (meados do século XVI). Reconstituição baseada na planta da cidade proveniente de “Plantas de diferentes Plazas de Espana, Itália, Flandes e las Índias” de Leonatdo di Ferrari, 1645

planta quadrangular que acabou por ocupar o espaço vazio adjacente, à sua esquerda. Ferrari desenhou, na fachada virada à Praça, uma marcação de colunas ou pilares, ou seja, uma zona que, embora inserida no edifício, se mantém aberta ao espaço público, em consonância com o usufruto anterior. Embora se apresente regular, não sabemos se, no novo edifício, existiu o aproveitamento de estruturas anteriores. A indicação que nos chegou é de que a Nova Alfândega era, na altura, excessiva. Com efeito, temos notícia de que em 1583, Filipe I de Portugal não só concede a Henrique Correia da Silva “(...) os foros das casas sobre as Tercenas (...)” como ainda “(...) um pedaço da nave que sobejou da nave em que se fez a Alfândega Nova”.⁴¹

Carlos Caetano refere-se às alfândegas enquanto edifícios projectados como um todo, localizados sempre na zona ribeirinha, grandes estruturas feitas de boa cantaria lavrada, que apresentam, por isso, muitas vezes um carácter defensivo (algumas são mesmo ameadas). Referindo-se aos edifícios que se irão reproduzir por todo o “ultramar”, este autor acrescenta que “[são] estruturas que é necessário construir, segundo padrões construtivos e contratuais directamente transpostos do reino(...)”.⁴²

Se observarmos a monumental Alfândega Nova de Lisboa, “(...) começada cerca de 1515-1517 e concluída em 1534 ou depois, (...) [vemos que] ganhava para si o sítio mais central de toda a Ribeira”,⁴³ ou seja, em conjunto com o Terreiro do Trigo (correspondente, na devida escala, ao edifício mui nobre das famgas de Tavira), no lado oposto ao Paço da Ribeira, delimitavam lateralmente o Terreiro do Paço como uma verdadeira praça aberta ao Tejo. (fig. 6)

Com efeito, as alfândegas das duas cidades, apresentavam uma planta tendencialmente regular e abobadamento no piso térreo. Em relação à de Lisboa, pode-se constatar num desenho pertencente à Biblioteca da Universidade de Leyde, de 1570, que “(...) a relevância desta panorâmica está na composição que apresenta para essa fachada [virada ao rio e rasgada por arcos de volta inteira], com as amplas aberturas do piso térreo e uma teoria de contrafortes a denunciarem o amplo espaço abobadado interior”.⁴⁴ Em relação à de Tavira, como já referimos,

os documentos dizem-nos que, dado o espaço sobran-te da alfândega nova, foi doado ao alcaide um pedaço da sua nave. A esta informação podemos acrescentar os seguintes dados provenientes de trabalho de campo que desenvolvemos para este estudo: actualmente, o espaço a que nos estamos a referir corresponde ao edifício da Câmara Municipal e quarteirão adjacente; com efeito, ainda se pode observar no interior de algumas casas cujas fachadas viram para a antiga Rua Nova Pequena (actual Rua Alexandre Herculano), vestígios de um sistema de cobertura, do piso térreo, estruturado a partir do lançamento ritmado de grandes arcos torais, com cerca de 60 centímetros de largura (cuja direcção se apresenta paralela ao rio), em que a abobada de berço vai intercalando com a de cruzaria.

Na realidade, dadas as funções portageiras das alfândegas, pelas quais passavam todas as mercadorias importadas, verifica-se também nesta tipologia, tal como nas tercenas e armazéns, a forma de grandes arcos paralelos uns aos outros formando naves perpendiculares ao rio.

Tendo Hugo Cavaco analisado o *Regimento da Alfândega de Tavira*, outorgado em 1547, dá-nos o seu texto uma panorâmica do funcionamento, pessoal, mercadorias e tributação deste equipamento essencial numa cidade portuária.⁴⁵

⁴¹ Cf. Damião Vasconcelos, *ob. cit.*, 1989, p.53.

⁴² In Carlos Caetano, *ob. cit.*, 2004, p.86

⁴³ *Idem*, *ibidem*, p.226

⁴⁴ *Idem*, *ibidem*, p.227.

⁴⁵ Cf. Hugo Cavaco, “As alfândegas do Levante Algarvio nos “Regimentos” quinhentistas”, in *IV Jornadas de História de Tavira*, Clube de Tavira, 2003, pp. 33-53.

Fig. 6- Pormenor da vista de Lisboa de Georgio Braunio/*Urbium proecipuarum mundi theatrum quintum*, 1593, onde se pode observar a Nova Alfândega de Lisboa



Devemos destacar, em primeiro lugar, o seu estatuto de supremacia face aos restantes postos aduaneiros, o que poderá coincidir com a monumentalidade já referida: “Tavira, é na realidade a alfândega que superintende as relações aduaneiras no Algarve na primeira metade do século XVI”,⁴⁶ sendo que, por exemplo, “(...) todas as mercadorias que chegam ao “ ancoradouro ” do Rio Guadiana deverão primeiramente ser “ despachadas e alcaldadas e registadas (...) pelos oficiais da villa de castro Marim ” donde seguirão para a alfândega de Tavira, onde então serão descarregadas.”⁴⁷

O regimento fala ainda dos oficiais que esta instituição deve apresentar para que os direitos reais sejam cobrados sem falta alguma, tendo sido para isso nomeado um Procurador do Monarca, ao qual se junta o Recebedor da Alfândega, o Juíz, o Feitor, dois Escrivões e dois Guardas, um Selador, um Sacador e um Porteiro.

Em relação ao funcionamento, depois dos barcos ancorarem, os funcionários indagavam, sob juramento, sobre tudo o que a embarcação carregava; procedia-se, então, à descarga que, se não pudesse ser feita num só dia, passaria para o dia posterior, sendo que as escotilhas seriam, entretanto, seladas com a marca da Alfândega para evitar roubos e desvios. Interessante -devido ao intenso tráfego? é o facto de os barcos não puderem permanecer no porto mais do que três marés, após o que teriam de se fazer ao largo.

O Recebedor, o feitor e os dois Escrivões detêm as três chaves da porta principal e três chaves da ala das mercadorias. Os escravos eram considerados das mercadorias mais valiosas e não poderiam sair para terra sem a autorização dos alfandegários, com excepção do mau tempo. Para evitar fugas de mercadoria, incentivavam-se os delatores dos ditos crimes com recompensas financeiras. Os pagamentos das dízimas sobre as mercadorias podiam ser em espécies ou dinheiro, sendo que em tempo de feira, esta se encontrava reduzida a metade. “Tudo, (...) seria escriturado e guardado em “ *Almarios* ”, fechados a três chaves.”⁴⁸

No desenho de Ferarri não existe ainda qualquer referência a Cais de desembarque. De qualquer forma, o

Foral de 1504 explicita o processo de desembarque em Tavira no século XVI: sobre as mercadorias ou coisas do mar refere-se este documento às “Marcas da Portagem”:
“As marcas da portagem onde as barcas e navios hão-se descarregar, serão desde os padrões que são postos para isso por marca, e poderão, porém, descarregar em outra qualquer parte, quando houverem licença de nossos oficiais da dita casa, sem por isso descaminharem, ou onde estiverem padrões para algumas coisas em especial ordenadas (...)”.⁴⁹

Já em relação ao urbanismo na zona ribeirinha, a planta de Tavira de meados do século XVI é bem eloquente (fig. 5). Nela, podemos aperceber-nos de que a cidade se encontrava perfeitamente estabilizada à volta da sua Ribeira, tendo a malha urbana se estendido e consolidado ao longo da margem direita do rio, para jusante da ponte onde, para além da «via pública» de ligação à «Corredoira», já referida na *Sentença da Relação...* de D. Manuel, se abrem agora mais três ruas paralelas ao rio [a *Rua Direita do Corpo Santo*, a *Rua dos Sapateiros* e a *Rua de Francisco de Acosta(?)*] e que, com as suas travessas, definem uma área urbana de quarteirões perfeitamente consolidados que se estendem até aos limites das hortas do rei e do bispo e à zona de sapais que se desenvolvem na direcção da foz do Rio Gilão.

Este conjunto viário articula-se entre si através de largos e praças que, dentro de uma matriz de carácter geométrico, procuram as melhores condições construtivas assim como a melhor adaptação à topografia do vale, desenvolvendo-se em formas não totalmente regulares mas cuja forte tendência é notória. Com efeito, Pedro Barrão fez a análise algébrico-geométrica do alçado de um quarteirão da Ribeira virado para o Rio (na actual Rua Dr. José Pires Padinha) onde registou uma tendência regular das fachadas, tendo como matriz, que se vai multiplicando, a medida de 15 palmos.⁵⁰ (fig. 7)

Esta regularidade é ainda pressentida de outra forma: ao observarmos o interior de vários edifícios que deitam para o Gilão, é importante salientar que se verificou existir um sistema corrido de dois largos arcos, paralelos entre si e com o rio que, atravessando os pisos térreos onde hoje se localizam lojas (numa relação de uma arcada por loja), se apresentam como arcos torais⁵¹ do assentamento

da zona habitacional, actualmente no piso de cima, ilustrando mais uma vez o ancestral carácter pragmático e funcional desta zona da cidade.

Em relação à cerceia que, na generalidade da Ribeira, não ultrapassa o primeiro piso, já nos referimos anteriormente a alguns indícios para a formação desta altura. Tal é o caso da já citada doação por parte de Filipe I ao alcaide-mor de Tavira das “(...) casas por cima das Terceiras (...)” em 1583 ou das lojas sobradadas referidas no *Sentença* manuelina (duas das quais já do tempo de D. João I), que se foram multiplicando na área que passou a ser a Alfândega.

O facto da informação visual sobre esta última nos ser veiculada na forma de um planta unicamente com contornos exteriores, faz com que não percebamos se existiu uma reabilitação das estruturas anteriores (já com primeiro piso) ou se foi um projecto totalmente de raiz. De qualquer forma os Paços do Concelho instalam-se definitivamente na área em 1645,⁵² num edifício sobre arcaria com lojas e habitações distribuídas por dois andares, situação que se manteve até ao século XX.⁵³

Dentro do conjunto edificado da Ribeira cabe ainda salientar que no século XV D. João II concede como privilégio aos mareantes de Tavira poderem ter o seu próprio açougue, visto que “(...) enquanto andavam no mar, os almotacés e oficiais da vila não contemplavam, de forma justa e equitativa, as suas mulheres e servidores

na distribuição da carne.”⁵⁴ A atestar a importância desta classe e o patrocínio da nobreza às suas obras, terá sido edificado, durante o primeiro quartel do século XVI, a igreja do Corpo Santo dos Mareantes, vulgo igreja de S. Pedro Gonçalves Telmo ou de Nossa Senhora das Ondas, que encabeçava a Rua Direita. Esta apresenta, na sua cabeceira, a esfera armilar de D. Manuel I, associada às divisas dos Menezes, família que detinha o Marquesado de Vila Real e o Condado de Alcoutim, e “(...) a quem D. Afonso V concedera a renda da portagem de Tavira da terra e do mar (...)”.⁵⁵

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p.51

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p.48

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 45.

⁴⁹ In *O Foral de Tavira de 1504: estudo e transcrição*, p.116.

⁵⁰ Cf. Walter Rossa, Antonieta Reis Leite, Isadora Coelho, Nuno Simões e Pedro Barão, “Recenciando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico” in *V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Universidade do Algarve, FCSH, Faro, 2001, pp. 73-74.

⁵¹ Arcos torais que apresentam, em média, 50 centímetros de largura;

⁵² Cf. Arnaldo Casimiro Anica, *ob. cit.*, 1993, p. 280.

⁵³ Idem, *ibidem*, p.285.

⁵⁴ Paula Maria de Carvalho Pinto da Costa, *ob. cit.*, p. 196.

⁵⁵ Cf. José Eduardo Horta Correia, “André Pilarte no Centro de uma escola Regional de Arquitectura Quinhentista” in, *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*, 1987, Coimbra, ed. Universidade de Coimbra, p. 390.



Fig. 7- Análise algébrico-geométrica (sumária) do alçado de um quarteirão da antiga Ribeira de Tavira (Rua Dr. José Pires Padinha)

A construção de edifícios nobres, como o palácio dos Corte Real, que deverá ter sido erigido poucos anos antes da visita de D. Sebastião a Tavira, ou a construção da referida Igreja do Compromisso Marítimo, associada ao alto patrocínio do rei, seguem-se a outras obras de valorização neste espaço que temos vindo a analisar; de facto, como verificámos pelo documento da *Sentença da Relação...*, esta intenção reporta já ao reinado de D. João I que “(...) de sua própria vontade fizera e mandara fazer na dita vila uns assouques que eram na Praça da Rybeira (...) e por conseguinte o dito Rei mandara fazer umas fangas que era o Paço mui honrado em que se vendia o pão e partiam com a dita Ribeira e com a Ponte (...)”. Todos estes factores constituem, quanto a nós, indícios decisivos da importância que a zona da Ribeira vai adquirindo ao longo do tempo e que terá o seu expoente máximo durante o século XVI, altura em que Tavira atinge ela própria, também, a sua máxima importância.

Em forma de conclusão...

Dada a sua vocação marítima, desde muito cedo que Tavira se foi expandindo para fora das muralhas na direcção do rio e do mar. Alguns equipamentos portuários foram sendo aqui implantados, permanecendo numa zona considerada *menos protegida* até à construção das sucessivas fortalezas na barra do rio e na costa.

A zona da Ribeira, uma área de quarteirões perfeitamente estabilizada e conservada após o século XVI, de tal modo que ainda hoje podemos seguir perfeitamente o seu percurso através da cartografia desta época como se de uma planta actual se tratasse, apresenta um traçado de uma clara intenção ortogonal, definido em relação à margem de rio, que é, naturalmente, o seu eixo gerador. Estamos assim perante mais um claro e paradigmático exemplo do modelo de cidade marítima portuguesa que se afirma a partir dos finais do século XV, e tem o seu auge nas transformações ocorridas em Lisboa durante o reinado de D. Manuel I,⁵⁶ de onde é, a partir daí, exportado para todas as novas situações coloniais.⁵⁷

Contudo, Tavira mostra-se precoce na instalação, fora das muralhas, de uma série de edifícios-tipo que, na capital do reino, se manterão até mais tarde intra-muros.

É o caso das *fangas* (celeiros públicos) que só na época

de D. Manuel I passam para o Terreiro do Paço, enquanto que em Tavira já se apresentam na Praça da Ribeira, como um *paço mui nobre*, na época de D. João I.

As tercenas, podemos localiza-las em 1338, fora das muralhas (motivo pelo qual foram saqueadas pelo rei castelhano), sendo que as tercenas medievais lisboetas (as novas), se localizavam na Baixa, entre as muralhas de D. Dinis e D. Fernando (paralelas entre si e face ao rio).⁵⁸

O Largo do Açougue lisboeta é também portas adentro, sendo que só em 1498 nasce o projecto de fazer edificar paralelamente à Rua Nova, viradas ao Tejo, um vasto número de boticas nas quais estavam inseridos, no seu centro, o açougue das carnes e o açougue das versas.⁵⁹

Contudo, é importante salientar que as tipologias adoptadas em Tavira apresentam um carácter generalista e pragmático próprios um modelo que é exportado: “arcarias de volta perfeita assentes sobre pilastras ou meias pilastras, aduelas e pilastras largas e lisas com arestas chanfradas; coberturas de madeira, eventualmente abobadas, muitas vezes de tijoleira”.⁶⁰

Por tudo aquilo que nos foi dado conhecer depois desta primeira abordagem sobre o assunto, parece-nos assim que a Ribeira de Tavira, a mais meridional do reino, merecerá pois, um estudo posterior exaustivo, que contemple não só uma análise minuciosa da documentação existente, nomeadamente no Arquivo Histórico Municipal, entre outros a nível regional e nacional, como ainda um levantamento sistemático, medição e análise formal dos respectivos edifícios, comparando-os posteriormente, com outros casos no reino (principalmente no Algarve) e no “império”.

⁵⁶ Cf. Hélder Carita, *Arquitectura Indo-Portuguesa na região de Cochim e Kerala – modelos e tipologias dos séculos XVI e XVII*, 2006, Tese de Doutoramento, Universidade do Algarve, (fac-simile).

⁵⁷ Como acontece na Ilha de Moçambique, entre outros casos. Cf. Isabel Macieira, *A Ilha de Moçambique durante a Idade Moderna: a «cidade de pedra e cal»*, 2007, Tese de Mestrado, Universidade do Algarve, (fac-simile)

⁵⁸ Cf. Carlos Caetano, *ob. cit.*, 2004, p.38.

⁵⁹ Cf. Hélder Carita, *ob. cit.*, 1999 p.63.

⁶⁰ Paulo Pereira, “Lisboa (séculos XVI-XVII)” in, *actas do Simpósio Internacional Novos Mundos, Portugal e a época dos Descobrimtos*, Deutsches Historisches Museum, Berlim, 2006, p.4.

A longa vida da Armação do Medo das Cascas e o “Português Suave” do Arraial Ferreira Neto

Marco Lopes
(Historiador)

*À memória de João Cesário, meu avô paterno,
pela intensa labuta depositada
nas fábricas de conserva vilarealenses.*

*A pescaria dos atuns bastaria por si só
para fazer do Algarve
huma das províncias mais ricas do reino*

João Baptista da Silva Lopes,
*Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica
do reino do Algarve, 1841.*

I. As armações de atum da costa de Tavira

Se o lançamento de almadravas nas costas de Tavira em Quinhentos levanta dúvidas¹, altura em que esta arte piscatória observa significativo peso na economia regional², o mesmo não sucede quando nos reportamos ao século XVIII. Na década de 30 dessa centúria é assinada uma escritura que formaliza a criação de uma companhia de pesca de atum a partir da vontade de meia dúzia de sócios. Chamar-se-ia *Armação dos Mares de Tavira*, nome que em meados do século XVIII é substituído por *Armação do Medo das Cascas*, talvez em homenagem ao local onde decorria o lançamento das redes, umas léguas à frente da fortaleza do Rato, que no passado se tornou célebre por ali ter concentrado um invulgar (e porque não assustador) monte de cascas de ostras³. A povoação de Cabanas, por outro lado, merece também ser aqui assinalada, quanto não seja por ter ajeitado os companheiros dessa armação de atum “ao fundo da Canada que descia da Igreja de N.ª. S.ª. da Conceição”⁴, abrigo piscatório que se distancia demasiado do local de pesca do Medo das Cascas à medida que a barra avança para levante, situa-

¹ Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993, p. 52.

² Joaquim Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Cosmos, 1970, p. 149.

³ Arnaldo Casimiro Anica, *ob. cit.*, p. 53.

⁴ *Idem*, *ibid.*, p. 55.

Fig 1- Maqueta da Armação “Medo das Cascas” em exposição no antigo Arraial Ferreira Neto, actual Hotel Vila Galé Albacora



ção que vai obrigar a companhia a deslocar o arraial até uma posição mais vantajosa, que neste caso demonstraria ser um terreno a “duzentos metros a sul da fortaleza do Rato”⁵, desconhecendo-se no entanto a bom rigor a data em que a migração dos *companheiros*, seus familiares e haveres se processa.

A esta armação de atum somam-se outras no século XIX, que competem nas costas de Tavira pelos limites das águas que melhor se ajustem às manobras dos seus aparelhos de pesca e das suas embarcações, ao mesmo tempo que a direcção das companhias diligenciam todos os cuidados de alojamento aos seus trabalhadores e respectivas famílias, e de armazenamento aos apetrechos da faina. Ao todo são quatro as armações de atum que se apuram a mergulhar as malhas de rede nas águas de Tavira a partir Oitocentos: Medo das Cascas (diante da Fortaleza do Rato), Abóbora (a sueste da Fortaleza da Conceição), Barril (Santa Luzia) e a Armação Nova (estabelecida no Livramento, em frente à ermida da povoação). A primeira tem a seu mando a Companhia das Pescarias do Algarve, firma que os antigos donos da Companhia Real das Pescarias entendem inaugurar logo assim que miguelistas e liberais decidem apertar as mãos. Na dependência da Companhia Lisbonense fica a Armação da Abóbora e a Armação Nova. Resta a Armação do Barril, tutelada pela Tavirense assim que se dá o início dos anos 40 do século XIX. É a muito custo que estas empresas sobrevivem depois de terem adquirido a posse das armações e a autorização que lhes permite pescar o atum nas costas de Tavira. A falta de peixe e os lucros baixos que daí se retiram justifica a recusa da Lisbonense lançar à água em 1852 a sua armação. Depois de ter quebrado a parceria que a juntava à Companhia de Pescarias do Algarve, descobre-se que põe à venda os materiais de pesca que funcionavam na armação da Abóbora e na armação Nova. A onda de desentendimento invade também o acordo que unia a Companhia de Pescarias do Algarve à Tavirense. Zangam-se as comadres, perde-se um negócio que em épocas transactas permitiu a ascensão de muita gente e o destaque de muitas povoações do litoral algarvio, entre elas, a cidade de Tavira.

Sobre ela e em particular sobre os costumes das suas comunidades piscatórias, fala-nos Baptista Lopes. Diz-nos na sua obra *Corografia do Reino do Algarve*, impressa em 1841, entre demais aspectos, que o número de embarcações à pesca tem diminuído consideravelmente, a tal ponto que no seu tempo apenas ha 10 artes, 6 dentoneiras, 8 lanchas ou botes de pesca, e 20 cahiques de coberta, ou viageiros, maioria delas convertidas em meio de transporte de mercadorias da região a comercializar com Lisboa, Cadix e Gibraltar, sobrando umas poucas que fazem da faina a sua vida, pelos vistos insuficientes, pois o pescado que capturam é tão reduzido em quantidade que tem de vir reforço desde a Fuzeta⁶. Grandes ganhos não estão nas previsões dos pescadores locais. Impedem-nos de ter uma vida mais desafogada, por um lado, os escassos cardumes que traçam rumo pela costa algarvia, por outro lado, os pesados impostos lembrados pelas autoridades municipais. Verdade, verdade, é que a barra e a movimentação da ilha também em nada facilitam o quotidiano das tripulações. A profundidade das suas águas é tão diminuta que apenas dá entrada a barcos de pouco mais de mil arrobas⁷. Oferta muito modesta para grandes carregamentos e negócios que se façam ao longo da costa algarvia. Pelo mar não só ocorria o transporte de mercadorias, a bordo também seguiam passageiros. Havia grandes possibilidades de Tavira espereitar o sucesso e afirmar-se como importante centro portuário da região, honra que no passado lhe valeu elevada consideração, contudo, o presente não augura grande optimismo, nem mesmo o futuro, a não ser que a antiga barra fosse aberta⁸. Ainda assim nem tudo é mau na barra de Tavira, aliás, advoga-se mesmo que as rias de Tavira e Faro possuem qualidades ideais para a actividade piscatória, facto que se atribui à *abundante massa de água que entra com a maré, a natureza arenosa e lodosa do fundo e margens, a pequena velocidade das aguas, e a vasta superfície d’esta ria ao abrigo das tempestades do mar*⁹. Não é por acaso que estão referidos nos cadernos eleitorais do município tavirense dos finais da década de 70 do século XIX cerca de meio milhar de marítimos¹⁰, repartidos entre as freguesias de Santa Maria, Santiago e Conceição. São muitos, quando comparados com outros misteres, os que se dedicam à pesca das espécies marítimas que

habitam as águas da costa de Tavira, prevalecendo entre estas, evidentemente, o atum, que tanto aparece em parca escala, conduzindo à falência de armações, como é bem capaz de surpreender pela imensidão dos exemplares que se recolhem. Na memória fica o mês de Julho de 1877, tantos eram os atuns retidos pelas armações tavirenses, *que não havia pessoas suficientes para os preparar, chegando a vender-se a 1\$300 réis a duzia*¹¹. Pescarias como estas acontecem pontualmente.

E azares também, que ninguém deles se livra. Fatídica a data de 9 de Agosto de 1880. A morte bate à porta de um armazém de preparados de atum situado na cidade. Entraram nele quatro homens com a ordem de remover *uma porção de espinhas* de atum, e dele não saíram com vida. O mal parece que se deveu à *acção mortífera dos miasmas desenvolvidos pelas espinhas do atum*, criando imediatamente uma vaga de pânico sobre a generalidade da população local¹². Daí até à aversão e repúdio dos moradores de Tavira pela permanência dos armazéns de atum no centro da cidade vai um passo.

Indiferentes, as armações de atum, vão fazendo pela vida, que não pode parar como diz o velho ditado. Esse luxo não é permitido a portos algarvios, como o de Tavira, que *vivem exclusivamente do producto da pesca* e são detentores de uma actividade piscatória comparável àquela que regista a Póvoa de Varzim, Peniche, Lisboa, Sesimbra e Setúbal¹³. Ajudam a construir essa imagem de movimentado centro pesqueiro algarvio dos finais do século XIX as quatro armações de atum que frequentam o termo de Tavira. Todas elas de revez, desde *ha muitos annos*, competindo-lhes recolher o atum magro da desova que regressa das águas temperadas do Mediterrâneo, valendo comercialmente menos que o atum de direito. Atenta à passagem dos cardumes, *em frente do extremo occidental da ilha de Tavira*, apresenta-se a Armação do Livramento, propriedade de João Rodrigues Centeno. A par desta ainda temos a do Barril ou dos Três Irmãos, pertença de José Pires Padinha, a Armação Medo das Cascas, da qual Manuel Joaquim de Almeida é dono, e por último a da Abóbora, administrada por Sebastião José Teixeira Neves de Aragão. Arraial para a *companha* não lhes falta e ainda se podem orgulhar

de ter uma área para varar as suas embarcações.

Na ria a apanha do marisco tem grande adesão junto dos pescadores, segundo nos afirma Baldaque da Silva¹⁴, não obstante, é a pesca ao atum na centúria oitocentista que garante a maior fatia de lucro em Tavira, marca económica tão satisfatória e promissora que as autoridades políticas e as direcções das armações depositam alta confiança no desempenho económico desta actividade piscatória e da indústria conserveira no século que se avizinha.

II. O século XX tavirense e a implantação da indústria conserveira

A vitória republicana, obtida em Outubro de 1910, tem epicentro em Lisboa e depressa se propaga às restantes províncias do país, sim, porque já não tem cabimento pronunciar o termo reino. Dias depois a essa data que derruba o regime monárquico, toma posse em Tavira a Comissão Municipal Republicana, executivo presidido pelo Dr. António Padinha, cargo que conserva até ao seu óbito, ocorrido em Novembro de 1916¹⁵.

É ele também que lidera a Comissão Organizadora do Centro Republicano de Tavira, organismo que colabora – além das comissões políticas do Partido Republicano Português – na divulgação propagandística dos ideais e das ambições perfilhadas pelo regime político

⁵ Idem, *ibid.*, p. 55.

⁶ João Baptista da Silva Lopes, *Corografia ou Memoria Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, vol. I, Faro, Algarve em Foco, 1988, p. 366.

⁷ Idem, *ibid.*, p. 113.

⁸ Idem, *ibid.*, p. 369.

⁹ A. A. Baldaque da Silva, *Estado actual das pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

¹⁰ Arnaldo Casimiro Anica, *ob. cit.*, pp. 212-213.

¹¹ Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IX, Liv. Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1880, p. 510.

¹² Idem, *ibid.*, p. 511.

¹³ A. A. Baldaque da Silva, *ob. cit.*, p. 157.

¹⁴ Idem, *ibid.*, p. 160.

¹⁵ Arnaldo Casimiro Anica, *ob. cit.*, pp. 165-166

recém instaurado¹⁶. Na primeira reunião, marcada para Novembro de 1911, as atenções do plenário não estão apenas concentradas na discussão da orientação política deste centro republicano, no exame das contas ou na eleição do mandato, conforme estava determinado na ordem de trabalhos, mas também nas melhorias que a cidade deveria abrigar nos próximos tempos, dissertação que o Dr. António Padinha faz questão de abordar na sua comunicação. Estão entre as prioridades – por seqüência de importância – a luz eléctrica, a indústria das conservas de peixe e a dragagem do porto¹⁷. De qualquer forma, a não ser a cadeia civil, na Atalaia, o matadouro de gado, na Bela-Fria, e o cemitério público, no sítio de São Pedro, nenhum outro investimento de assinalável envergadura teria concretização, pelos menos nos anos imediatos ao discurso do Dr. Padinha, o próprio que promete minorar o desgosto dos tavirenses provocado pela saída da Banda Regimental para Faro em 1915 com a instalação de fábricas de conserva¹⁸.

Nem de propósito, nesse mesmo ano, o *Povo do Algarve* noticia em primeira página que está definitivamente assente a próxima criação de uma grande fábrica para conserva de peixe cujo capital – cinquenta mil escudos – foi subscrito pelos acionistas da Companhia de

*Pescarias Balsense, no Algarve*¹⁹. Provavelmente a Companhia do Barril seguir-lhe-á o caminho, hipótese avançada pela redacção desse periódico tavirense, depois de ter escutado que fazia parte dos planos dessa firma a construção e montagem de outra fábrica havendo a família Padinha, subscrito 24 contos e devendo o restante capital ser dividido por alguns acionistas importantes e pelo público que o deseje²⁰. Intenções do agrado de todos, que só mais tarde tomarão corpo, até lá, dois anos volvidos desde a saída do Regimento de Infantaria n.º 4²¹, muita tinta fará correr a imprensa local.

Numa entrevista concedida ao *Povo do Algarve* em Agosto de 1915, o director geral da Balsense, o Coronel José Vicente Cansado, elogia o entusiasmo que gira em torno da instalação de fábricas de conserva em Tavira, mas por outro lado lamenta o atraso da iniciativa, estando em vantagem nesse particular a localidade de Vila Real de Santo António, que tem inscritos no seu território desde os anos 60 do século XIX²² modernos estabelecimentos fabris para enlatados de peixe. Desde então todo o pescado amealhado pelas armações de atum de Tavira é desviado para a lota vilarealense, um dos pontos mais importantes de venda de atum e sardinha na região, visto que na cidade do Gilão a indústria conserveira desperdiçara

Fig. 2- Imagem geral da antiga Fábrica Balsense



oportunidades de se fixar, algo que a ser diferente – na opinião de José Vicente Cansado – traria (...) outras manifestações de progresso e evitaria a perigosa decadência a que chegamos²³. Desta vez é que é a sério, ou não circulasse no Povo Algarvio a novidade que muito em breve vamos ter em Tavira uma fábrica de conservas e preparação de peixe, propriedade dos nossos patrícios srs. Joaquim Marques Cruz e Carlos Rodrigues Mil-Homens²⁴. Nome escolhido parece já ter, Gilão, em homenagem ao rio que banha a histórica cidade, mas até que labore nada mais resta senão esperar pelas próximas notas informativas da imprensa de Tavira.

Em passo acelerado, um escritor lisboeta de visita pelo Algarve, vê a cidade de Tavira como quasi todas as terras algarvias, incaracteristica e triste, dando a quem chega a impressão de que a vida, a acção e o movimento a abandonaram, deixando-a inerte, a morrer lentamente²⁵. Se ao menos uma fábrica de conservas tivesse aqui residência, suspira o marítimo que conversa com Adelino Mendes, o jornalista da Capital, a cidade de Tavira sairia fortalecida e depressa faria anular o juízo dramático que os visitantes se possam sentir tentados em apregoar.

Os preparativos para a instalação das tão ansiadas casas fabris vão progredindo ao ritmo possível. Disso

andam a tratar o senhor Coronel José Vicente Cansado e o senhor Pedro Mendes, directores da Balsense, que se têm encarregue de estudar todos os aperfeiçoamentos introduzidos nas melhores instalações do Algarve²⁶. Um pouco mais problemática tem sido a escolha e a aquisição dos futuros terrenos para a colocação da Balsense. Junto ao Forte do Rato é uma hipótese descartada, dadas as delongas e os complicados tramites que o processo demonstrou ter.

¹⁶ Maria Cândida Proença, “O Algarve e a implantação da República”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*, Lisboa, Colibri, 1999, p. 477.

¹⁷ Arnaldo Casimiro Anica, *ob. cit.*, p. 158.

¹⁸ Idem, *ibid.*, p. 251.

¹⁹ *O Povo do Algarve*, 8 de Agosto de 1915, Ano II, p. 1.

²⁰ Idem, *ibid.*, p. 1.

²¹ Arnaldo Casimiro Anica, *Anica, Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*, vol. II, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2001, pp. 58-59.

²² Joaquim Manuel Vieira Rodrigues, “Vila Real de Santo António, centro piscatório e conserveiro”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*, Lisboa, Colibri, 1999, p. 417.

²³ *O Povo do Algarve*, 15 de Agosto de 1915, Ano II, p. 2.

²⁴ Idem, 30 de Outubro de 1915, Ano II, p. 1.

²⁵ Idem, 3 de Outubro de 1915, 2.ª Série, n.º 8, Ano II, p. 1.

²⁶ Idem, 24 de Outubro de 1915, Ano II, p. 1.



A alternativa reside agora nuns metros quadrados que estão em nome de Sebastião José Teixeira Neves de Aragão, parte deles a funcionar como estrumeira municipal, situados à *sahida da cidade de Tavira ao lado direito da E.N. N.º 78 para Vila Real de S. António*²⁷. A *Tavirense*, por seu lado, convoca assembleias-gerais com os accionistas, perspectivando no final de 1915 estabelecer o montante do capital social da empresa, acertar o modo de cobrança e delegar poderes à direcção para fazer a escritura da sociedade e adquirir os terrenos para edificar a fábrica²⁸. Quase pronta a abrir, na rua José Pires Padinha, avista-se a fábrica Gilão, que ultima a *montagem da caldeira a vapor e estufas e dos aparelhos de aquecimento e iluminação*²⁹.

Em Novembro de 1915 a cidade de Tavira confirma pelos seus próprios olhos o início da laboração da fábrica de conservas Gilão, acoorrendo a visitá-la uma *verdadeira romaria*. Estão empregadas nesse estabelecimento entre 30 a 40 mulheres. À venda do público estão latas de sardinha e chicharro em folha branca, que em breve terão a personalizá-las uma imagem de Tavira inspirada num postal ilustrado, na qual se poderá reconhecer uma *parte bonita da cidade em que se ve o rio, a ponte árabe e alguns campos arborizados a montante*³⁰.

Um ano depois a pesca do atum em Tavira pouco promete: as capturas são pobres e as receitas mal cobrem o investimento realizado pelas armações. Nada que faça vergar a actividade das únicas fábricas de conserva assentes em Tavira: a Gilão e a Santa Maria, esta *propriedade dos srs. Manuel Caleça e filho*³¹, a laborar ao que se desconfia no largo Dr. Parreira, se pensarmos que a autarquia delibera alienar em hasta pública duas parcelas de terreno para acomodar fábricas de peixe – uma no largo José Pires Padinha, morada da Gilão, e a outra naquele ponto da cidade³².

As principais e maiores, *Balsense e Tavirense*, entram em cena em 1917. Uma vez testados com sucesso em Abril desse ano os equipamentos da fábrica *Balsense*³³, é previsível que não dure muito até ao momento da inauguração. Esse acontecimento tem lugar no mês seguinte, mais precisamente no dia 9 de Maio, tendo a *direcção da Balsense convidado os accionistas, direcção da fábrica A Tavirense e proprietários das outras fábricas a assistir à inauguração dos seus trabalhos*³⁴. Logo a seguir é o turno da *Tavirense*, estávamos em meados de Junho. Vencidas dificuldades de vária ordem pela *direcção desta fábrica, nomeadamente a falta de cumprimento de contratos de alguns fornecedores*, dá-se início à laboração de mais uma unidade industrial, que perfaz um total de

Fig. 3- Imagem geral da antiga Fábrica Tavirense



quatro a operar em Tavira nas primeiras décadas do século XX, o que dentro de poucos anos trará um grande incremento a esta cidade³⁵.

III. Um bairro piscatório no Sapal do Rato

O mar é acusado muitas vezes de ser aliado mas também adversário dos pescadores e da faina. Em 1926, inaugurada a nova barra, a distância que as embarcações do termo de Tavira precisam de rumar até às águas mais profundas em nada se compara quando estavam forçadas a viajar até às imediações da velha aldeia de Cacela, estando aí situada a barra natural³⁶. Essa obra em muito veio abreviar a aproximação da frota piscatória tavirense ao mar alto, antes habituada a grandes deslocações e grossos dispêndios. Fica-se-lhe a dever, contudo, uma agressividade maior ao comportamento do mar. A ondulação branda dá lugar, depois de construída a barra, aos avanços ameaçadores das marés sobre os arraiais de Tavira, particularmente ao que acolhia a armação do Medo das Cascas, colocando em perigo a permanência dos moradores e dos aparelhos de pesca nesses locais.

Corria o mês de Março de 1936, quando o mar já tinha devastado uma série de casas da companhia da armação

do Medo das Cascas, cenário constatado e lavrado pela direcção da Companhia de Pescarias do Algarve no seu livro de Actas³⁷, decidindo nesse instante pedir auxílio à Junta Autónoma dos Portos para proteger o arraial. Um espaço novo para onde transitem é tão indispensável quanto irreversível, dado que o mar parece não estar disposto a apresentar tréguas. Relativamente perto da posição que o arraial parcialmente arruinado ocupa vai a Direcção Hidráulica do Guadiana arrendar uma parcela de terreno arenoso, respondendo à solicitação feita pela Companhia

²⁷ Idem, *ibid.*, p. 1.

²⁸ Idem, 7 de Novembro de 1915, Ano II, p. 2.

²⁹ Idem, 24 de Outubro de 1915, Ano II, p. 1.

³⁰ Idem, 28 de Novembro de 1915, Ano II, 2.ª série, n.º 16, p. 2.

³¹ Idem, 13 de Julho de 1916, Ano II, 2.ª Série, n.º 47, p. 3.

³² Idem, 16 de Janeiro de 1916, Ano II, 2.ª Série, n.º 23, p. 2.

³³ Idem, 26 de Abril de 1917, Ano III, n.º 86, p. 2.

³⁴ *Província do Algarve*, 13 de Maio de 1917, Ano IX, n.º 436, p. 2.

³⁵ Idem, 17 de Junho de 1917, Ano IX, n.º 441, p. 1.

³⁶ Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*, 1993, p. 199.

³⁷ Arquivo Distrital de Faro, *Livro de Actas das Sessões da Direcção da Companhia de Pescarias do Algarve, 1933-1948*, fl. 7.



das Pescarias do Algarve³⁸. Assina o contrato de arrendamento um dos directores da Companhia, João da Silva Neto, que em Abril de 1939 tem a sua Armação Medo das Cascas pronta a ser lançada a partir do novo arraial, aguardando-se apenas que seja publicada a autorização do senhor Ministro da Marinha³⁹. A escolha revelar-se-á dois anos mais tarde pouco caprichosa. Vem confirmar a direcção da Companhia ao tocar-se no mês de Abril de 1941 que o novo arraial na Ilha de Tavira está condenado a desaparecer em virtude do mar ter lambido a maior parte da areia que a constitui, tendo-se a convicção do seu desaparecimento num futuro mais ou menos próximo⁴⁰. Dias complicados, portanto, são os que a Companhia de Pescarias do Algarve vão ter de enfrentar.

Pior mesmo só a passagem de um forte vendaval pelo arraial da armação do Medo das Cascas na Ilha de Tavira, em Junho de 1942, que não leva tudo porque as obras de conservação iniciadas um mês antes não permitem tais desgraças. Convencida da utilidade dessa empreitada, a direcção da Companhia, apesar de a achar onerosa, delibera a sua continuidade⁴¹. Simultaneamente, sem grande perda de tempo, trata de obter a adjudicação de um terreno, junto à foz do rio de Tavira, posto em praça pela Direcção

Hidráulica do Guadiana, esperando desta feita ter melhor augúrio do seu lado.

De pouco vale o esforço e a despesa que se investiram na defesa do arraial, projecto que trava uma batalha desigual com o mar, bem mais forte e eficaz do que os suportes levantados junto das casas da companhia, que em breve terá de mudar as suas bagagens e os apetrechos da armação até ao sapal do Rato, sitio onde se escolheu edificar o futuro arraial do Medo das Cascas.

A direcção da Companhia de Pescarias do Algarve garante a licença de construção em Março de 1943⁴². Tem pressa em ver alçadas as paredes que o Engenheiro Sena Lino risca, principalmente as dos armazéns, para recolha de material, de modo a estarem em condições ao ser levantada a armação⁴³. É aberto o concurso para se levar a cabo a constituição dos armazéns e do cercado do arraial, tendo a ele concorrido sete firmas, sendo que a de Eduardo Martins Seromenho & Rosa leva a melhor, logo notificada da classificação e do prazo a que a obra deveria obedecer, concretamente até ao fim do próximo mez de Agosto de 1943, isto é, a tempo de preverem nele ser armazenados os materiais todos da armação na ocasião do seu levantamento⁴⁴. Em Maio desse ano arrancam as obras, mas



em Junho o ritmo da construção do arraial desacelera, em vista da falta de cimento que há no mercado. Não se conhece em rigor a data de conclusão da primeira fase dos trabalhos, porém, apercebemo-nos que a direcção da Companhia das Pescarias do Algarve assim que recebe os planos e orçamentos, elaborados pelo Senhor engenheiro, promove no mês de Dezembro de 1943 a abertura do concurso da segunda fase da obra, correspondente às moradias dos companheiros. Recebe a confiança deste serviço, mais uma vez, a firma Eduardo Martins Seromenho & Rosa, avaliado em mil trezentos e vinte e quatro mil escudos e que assume iniciar a construção no mais breve possível espaço de tempo⁴⁵. Os armazéns, por alturas de Setembro de 1944, estão aptos a admitir todos os materiais da armação, sejam eles novos ou usados, não se justificando na opinião da Companhia de Pescarias do Algarve que continuem a permanecer em instalações de armazenamento no centro da cidade, como até então se remediavam, pois que isso apenas contribuía para a dispersão dos aparelhos de pesca e para o pagamento do salário a mais um funcionário.

Sena Lino, engenheiro a quem a Companhia de Pescarias do Algarve confia a assinatura do projecto do arraial,

visita ao declinar de 1944 o estado em que se acham as obras do futuro bairro piscatório da armação do Medo das Cascas. A presença desse técnico em Tavira, conforme nos testemunha a direcção daquela empresa, obedeceu no fundo para trocar impressões sobre as obras mais urgentes e necessárias do novo arraial em construção, estando incluído nessa reunião o tema da construção do balneário⁴⁶. Em breve as portas do arraial abrir-se-ão aos olhos da companhia e dos seus familiares próximos, mas primeiro, alguém importante do meio político, que sem tal figurante não conta, terá de abençoar a cerimónia. Data escolhida já existe: ditoso 15 de Abril. Convites especiais também estão a ser impressos, a pensar sobretudo nos accionistas

³⁸ Idem, *ibid.*, fls. 12 n.º – 13.

³⁹ Idem, *ibid.*, fl. 14.

⁴⁰ Idem, *ibid.*, fl. 18.

⁴¹ Idem, *ibid.*, fl. 21.

⁴² Idem, *ibid.*, fl. 23.

⁴³ Idem, *ibid.*, fl. 23.

⁴⁴ Idem, *ibid.*, fls. 23-23 v.º.

⁴⁵ Idem, *ibid.*, fl. 26.

⁴⁶ Idem, *ibid.*, fl. 32.



da firma e nas autoridades cimeiras da região, não vá a memória falhar.

O Arraial Comendador Ferreira Neto, nome de um antigo administrador da Companhia de Pescarias do Algarve que se empenhou incansavelmente pela defesa dos interesses da pesca algarvia, inaugura na data prevista, a 15 de Abril de 1945. Lidera a comitiva de honra o senhor Sub-Secretário de Estado das Corporações e Previdência Social, o Dr. Castro Fernandes, alto governante da nova geração que brilhantemente se tem distinguido, especialmente no campo do corporativismo onde a sua inteligência e a sua energia tem marcado um lugar de destaque⁴⁷. Estamos no Domingo, dia do Senhor, que se representa nesta festa pelo prior António do Nascimento Patrício, aspergindo com as santas gotas o novo arraial e as redes da armação⁴⁸. Terminadas as orações, que os pescadores e os homens de fato e gravata

⁴⁷ Povo Algarvio, 15 de Abril de 1945, ano XI, n.º 562, p. 2.

⁴⁸ Jornal do Pescador, Maio de 1945, ano VIII, n.º 77.

Fig. 5- Casa da Administração do antigo Arraial Ferreira Neto



entoam junto a um altar improvisado com a imagem da N. Sr.^a do Carmo, segue-se a oferta de um lanche pela direcção da Companhia de Pescarias do Algarve, que tem direito à exposição de uns quantos discursos à mesa. Sentado no lugar de honra, o Dr. Castro Fernandes, escuta as palavras de agradecimento que Miguel Galvão, representante da empresa, lhe endereça pela sua presença, sem esquecer as pessoas que se tinham deslocado até ao sapal do Rato, umas mais conhecidas da praça do que outras. A comunicação deste porta-voz da Companhia das Pescarias do Algarve continua, agora para explicar à assistência as razões da construção do novo arraial e expressar o júbilo que transporta na alma ao ver os governos, companheiros e suas famílias devidamente instalados, os materiais da armação convenientemente arrecadados e a Companhia em condições de poder continuar a sua exploração industrial que vem realizando desde que foi fundada em 1835⁴⁹. Cabe ao Sub-Secretário de Estado das Corporações, antes de tomar o caminho de Loulé a tempo de assistir à procissão da Nossa Senhora da Piedade, tecer os comentários finais na cerimónia festiva de inauguração do arraial. Elogia a obra e a capacidade empreendedora da Companhia de Pescarias do Algarve, fazendo votos que beneficie de muitos êxitos e sucessos⁵⁰.

A envergadura deste projecto – constituído à data da sua abertura por 52 moradias, um armazém de recolha de materiais, a casa do fio, lavadouro, três cisternas e cinco armazéns em folha canelada⁵¹ – envolveu um forte sacrifício orçamental da parte da Companhia de Pescarias do Algarve, investimento avaliado numa quantia bem acima dos mil contos, que nem por isso a impediu de doar à Misericórdia de Tavira o habitual *donativo* que lhe proporciona o estatuto de benemérita numa lápide afixada nos claustros do antigo hospital⁵².

A traça arquitectónica, como mandam as regras estatais, obedece a critérios que idealizam a autoridade, a disciplina e a ordem⁵³. A torre da Administração, desde a sua imponente estatura, vigia os trabalhos da faina e as operações no arraial. É essa edificação que marca o eixo do aldeamento piscatório, dividindo a área residencial da área industrial, formada pelos armazéns. As moradias da companhia variam consoante o agregado familiar, tanto

mais espaçosas quanto mais numerosa se mostre o conjunto de pessoas com o mesmo apelido. Aos professores também estava destinada uma moradia, talvez das maiores no arraial, sorte dos que estudaram e dos que desempenham cargos de relevo social. De qualquer maneira a obra do arraial ainda se encontra longe de estar concluída: os edifícios da capela e da escola só uns tempos depois de ter sido cortada a fita de inauguração é que vão ser erguidos e pelo menos catorze blocos de habitações da companhia estão a aguardar licença de habitabilidade da Câmara de Tavira, tendo a mesma deliberado a esse propósito que se atenda a tal solicitação formalizada pela Companhia de Pescarias do Algarve, logo que a vistoria a ser conduzida pelo Delegado de Saúde e pelo capataz das obras municipais esteja concluída⁵⁴.

Independentemente dos adiantamentos que o aspecto final da obra possa ter deparado, em certos pormenores, como a toponímia, a Companhia das Pescarias do Algarve joga pela antecipação. Nos finais de Janeiro de 1945, antes de se estrear o funcionamento do arraial, a direcção decide em unísono identificar as ruas e os largos que compõem o bairro piscatório com nomes de figuras associadas à administração da empresa ou à vida marítima algarvia. A história da empresa e a memória de gerações antepassadas da classe piscatória da região devem ser retidas e respeitadas pela companhia, tal como o conjunto edificado em que habitam, cujo programa construtivo alia o passado à monumentalidade e junta o ar austero ao plano clássico, sem dúvida, mostrando total empatia quer ideológica quer artística face ao gosto arquitectónico preconizado pelo regime do Estado Novo.

⁴⁹ Arquivo Distrital de Faro, Livro de Actas das Sessões da Direcção da Companhia de Pescarias do Algarve, 1933-1948, fl. 34 vº.

⁵⁰ Povo Algarvio, 22 de Abril de 1945, ano XI, n.º 563, p. 1.

⁵¹ Arquivo Distrital de Faro, Livro de Actas das Sessões da Direcção da Companhia de Pescarias do Algarve, 1933-1948, fl. 34.

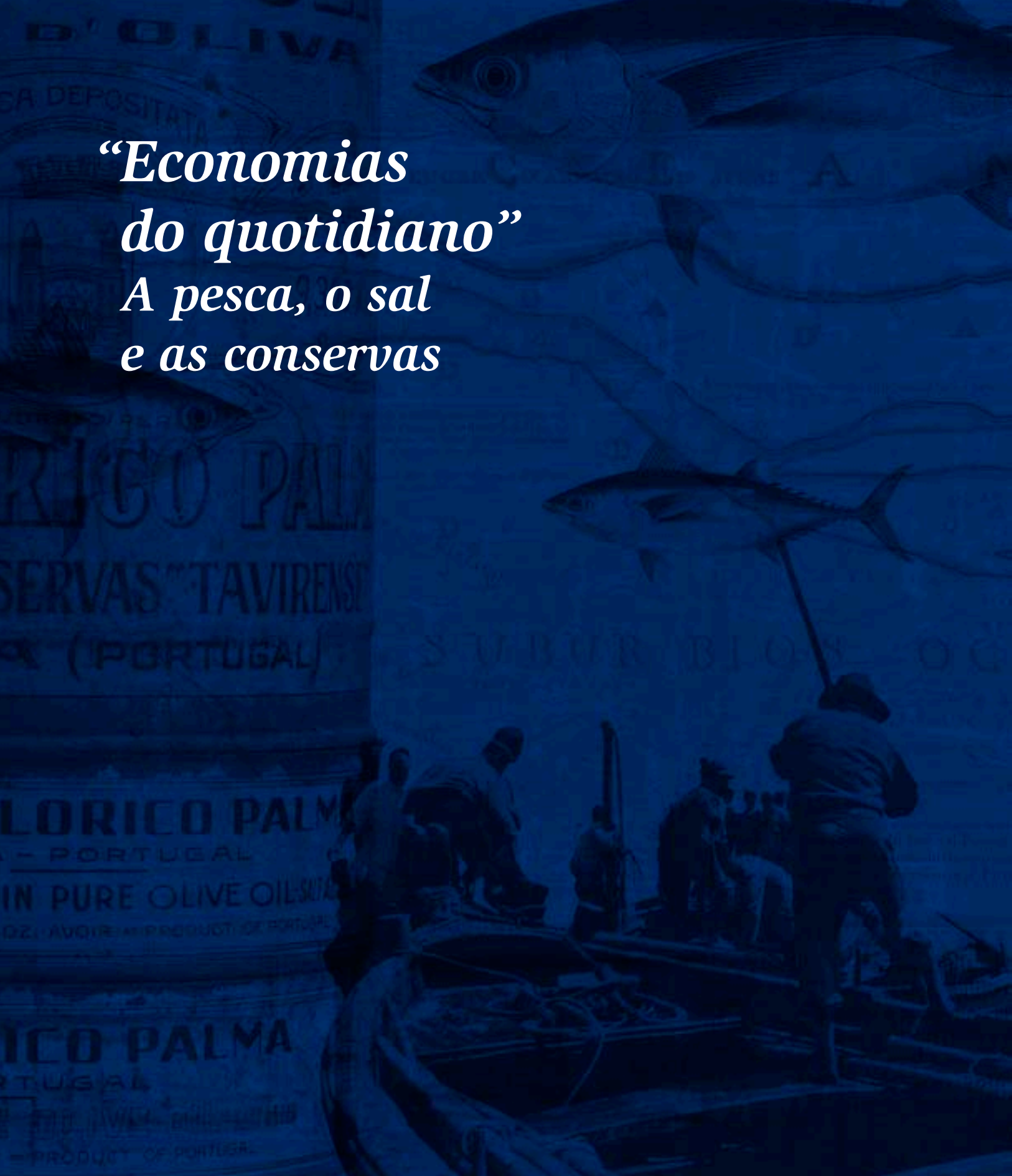
⁵² Povo Algarvio, 15 de Abril de 1945, ano XI, n.º 562, p. 2.

⁵³ Nuno Teotónio Pereira, "Arquitectura", in Dicionário de História do Estado Novo, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, Lisboa, Bertrand, 1996.

⁵⁴ Arquivo Histórico Municipal de Tavira, Actas da Câmara Municipal, 1944-1947, fls. 57 v. – 58.

*“Economias
do quotidiano”*

*A pesca, o sal
e as conservas*



Tavira e o mar, na Antiguidade

Maria Garcia Pereira Maia
(Arqueóloga)



Fig. 1- Vaso da idade do Bronze, entre 1000 e 700 a.C.

I- O Sal e as Salinas

É banal afirmar que o sal era a forma de retardar a putrefacção das matérias orgânicas, antes da refrigeração artificial (a par com a seca e a defumação). O próprio Evangelho nos transmite esse facto, quando Jesus, dirigindo-se aos seus discípulos, os descreve como “sal da terra, luz do mundo”.(Mateus, 5,1,13).

Dados cronológicos

Até ao presente, pudemos estabelecer, para a ocupação da “Colina Genética” de Tavira, uma cronologia que se situa entre 1000 e 750 a. C. (fig.1) que, em termos de “Idades” se coloca entre o Horizonte Médio e o Horizonte Residual da Idade do Bronze Final¹. Não me repugna admitir que esta sociedade, já complexa e hierarquizada, sujeita a uma qualquer forma de chefias que não cabe discutir aqui, contasse, entre os produtos valorizados, numa economia pré - monetarista, o sal.

A um Horizonte Residual que ocupa o século VIII a. C., seguem-se os primeiros vestígios da presença fenícia, nos finais deste século e o forte contingente destas populações semitas, mas já subsidiárias da colónia de Gadir, no Ocidente, torna-se esmagadoramente maioritário, pelo que nos é dado conhecer, através do registo arqueológico, durante os séculos VII e VI a. C. *BAALS... era então um porto marítimo, com todos os significados que esta noção implica, estando integrada numa rede de portos de escala lançada pelas mais antigas colónias ocidentais e constituindo um centro de armazenamento (fig. 2), com função capilar² de onde controlava a actual Ria Formosa e a via terrestre que comunicava com a Serra do Caldeirão e com o Baixo Alentejo. Simultaneamente, a antiga Tavira fenícia tinha uma situação geográfica

¹ Francico Gómez Toscano, (2008) “El Bronce Final en la Región de Huelva”, *Sidereum Ana II*, Mérida-Badajoz, 28-38 de Maio (no prelo) Idem e Maria Garcia Pereira Maia, (2008), “ Um Achado da iCADE do Bronze em Tavira”, *Sidereum Ana II*, Mérida-Badajoz, (no prelo).

² J. Ruiz de Arbulo (1998), “Rutas Marítimas y Tradiciones Náuticas, Cuestiones en Torno a las Navegaciones Tírias al Mediterráneo Occidental”, *Rutas, Navios y Puertos Fenicio-Púnicos*, Eivissa : 23-48; 42.



Fig. 2- Parede de Silhares, século VII a.C.



Fig. 3- Níveis de destruição sobre a Muralha Fenícia, desenho de Maria Maia

excelente para apoio à navegação que, partindo de Cádiz, se dirigisse para costa atlântica do Sudoeste peninsular e para os navios que regressassem, em direcção oposta³.

Não se regista uma nítida descontinuidade ocupacional, até meados do século V, altura em que arqueologicamente se torna patente que a grande muralha de filiação fenícia deixa de ser funcional, tendo muitos materiais com esta cronologia sido lançados de cima do soco pétreo, para o exterior. Pela posição dos depósitos, formando linhas diagonais, desde o topo até à base, alguns com abundantes carvões e cinzas, pode-se depreender uma destruição violenta, com incêndio⁴ (fig. 3).

O Período seguinte, convencionalmente designado de Turdetano, deixa perceber uma orientação diferente, nas construções, o que pressupõe novos critérios urbanísticos, onde talvez comecem a surgir os primeiros ensaios de traçados hipodâmicos. Mas este período caracteriza-se ainda por uma nova forma de apropriação do espaço e, aparentemente, dos recursos naturais.

Numa área fora do perímetro das antigas muralhas e sobre a linha de costa, construiu-se um molhe de atracção em alvenaria conglomerada com barro, ao lado do qual se fez uma rampa para a retirada das embarcações para terra (fig. 4). Muito perto, eram processados os

produtos da pesca (fig. 5 e 6), ali mesmo desembarcados, existia uma cabana onde estava guardada uma rede de pesca (fig. 7) cuja malha era feita de esparto torcido e preso pela técnica dos nós e havia ainda, num plano mais elevado, mas contíguo, um armazém onde se colocavam ânforas de diferentes tipologias, mas quase todas não completas⁵.

Regista-se, nas ânforas recolhidas sobre esta plataforma elevada, provavelmente constituindo uma espécie de primeiro andar, para vencer o declive da encosta, uma notável ausência de bocas, relativamente aos exemplares entretanto reconstituídos e vestígios de um fortíssimo aquecimento deixaram manchas cinzentas no interior de algumas, acompanhadas de uma deterioração das paredes laterais que literalmente ficaram reduzidas à parte central, tendo as faces saltado em esquirolas, que registámos e recolhemos. Atribuímos estes fenómenos ao incêndio generalizado que levou ao abandono do complexo e o fortíssimo aquecimento que deu origem à desagregação da parte exterior das paredes, à ebulição do seu conteúdo que, na ausência de análises, apontamos hipoteticamente para azeite.

Abreviando, entre finais do século V e os albores do século III a.C., Tavira (*BAALSA...) teve um cais de acostagem

construído, participou num movimento comercial e económico conhecido hoje como “Liga do Estreito” e utilizou grandes quantidades de sal, sob a forma de cristais ou de salmoura, para conservar peixes, mariscos bivalves e sobretudo grandes troços de escombrídeos.

O Sal

Durante a maior parte da existência da humanidade, o sal foi imprescindível e ainda hoje o é.

Não admira, portanto, que o sal tivesse tido um valor intrínseco, de tal forma que o seu comércio (troca) a longa distância tem sido apontado como a razão pela qual Jericó, durante o sétimo milénio a.C. se transformou num grande agregado populacional, dotado de imponentes muralhas que ainda conservam cinco metros de altura. O facto de os seus habitantes serem sedentários e terem uma coesão social suficiente para a edificação de tão poderosos panos defensivos, leva a classificar esta fase de Neolítico Acerâmico (não existia ainda a olaria). Situa-se a muito perto do Mar Morto, onde extrairiam o sal, responsável pela prosperidade dos seus habitantes⁶. 1965).

Também há autores que sustentam a opinião de que a Via Salaria, uma das vias consulares que saía de Roma e que indubitavelmente deve o seu nome à voz latina sal, *salis*, e que ligava a Urbe à costa adriática (Castrum Truentinum) está relacionada com o comércio pelos sabinos deste produto, havendo ainda quem atribua a escolha daquele local para a fundação de Roma, ao comércio do sal. Talvez os gregos tivessem instalado alguma forma de salinas, no mar Adriático e Roma fosse, efectivamente, um centro redistribuidor.

³ Maria Garcia Pereira Maia (2006), “Tavira, como um Porto-Santuário de Influência Fenícia”, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve*, XELB 6, Silves : 227-240; 229 e s.

⁴ Maria Garcia Pereira Maia (2000), “Tavira Fenícia. O Território para Ocidente do Guadiana, nos Inícios do I Milénio a.C.”, *Fenícios y Territorio*, Alicante: 121-150; Fig. 8.

⁵ Maria Garcia Pereira Maia (2006 -2) “A Pesca, a Actividade Conserveira e as Ânforas de Tavira”, *História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho, I Conferencia Internacional, El Puerto de Santa Maria, Sevilla*: 459-487.

⁶ K. M. Kenyon (1965), *Digging in Jericho*, London.



Fig. 4- Molhe de atracação do período Turdetano



Fig. 5- Representação do processo do atum em Conil, gravura do século XVIII



Fig. 6- Buracos para sustentar uma armação de madeira destinada a suspender os atuns



Fig. 7- Pormenor da rede de pesca Turdetana, com pesos associados

Outro exemplo elucidativo da importância do sal, enquanto produto de valor por si próprio é a narrativa de Cadamosto, navegador e pertencente a uma família aristocrática e mercantil de Veneza, que se incorporou na empresa do Infante D. Henrique de Portugal e que narra, num manuscrito em italiano, datável de 1463-4, como se trocava, no modo classificado como “comércio mudo”, sal por ouro, nas costas da Guiné.

Após a Guerra da Restauração de Portugal, (contra Espanha), por 1660, o país estava totalmente depauperado e o sal era a riqueza disponível, de tal forma que se punia com pena de morte qualquer marenoto que ensinasse aos galegos a arte das salinas (Galopim,2003).

As Salinas

Os exemplos acima expostos mostram, além do mais, que a extracção do sal por meio de salinas artificiais (também designadas de marinhas), em zonas de sapal, para onde a água salgada é conduzida, mas ficando ao abrigo de marés e intempéries e portanto afastadas da frente marítima, por mais que aos nossos olhos pareça óbvia e intuitiva, não o é e não o foi, até momentos relativamente recentes e variáveis, no espaço e no tempo.

As salinas que os habitantes das imediações da Ria Formosa, onde se produz o melhor sal do mundo, estão habituados a contemplar, juntamente com as serras de sal, podem não ter feito parte da paisagem de Tavira, durante a Proto-história. A identificação simplória de salinas actuais e serras de sal com o factor que facilitou o implemento de uma “indústria” de salga de produtos do mar, por parte de fenícios e turdetanos é um ponto que merece alguma reflexão, mediante o cotejo de provas arqueológicas com as fontes escritas hoje disponíveis.

As salinas são um sistema de distribuir a água do mar por tanques extensos e pouco profundos, de forma a facilitar a evaporação da água e a precipitação do sal, sob a forma de cloreto de sódio (juntamente com algumas impurezas), no fundo destes tanques, sendo posteriormente recolhido, com muito trabalho, reputado de um dos mais pesados e penosos, porque é efectuado na Primavera e sobretudo no Verão, quando o sol aquece

excessivamente e se reflecte nos cristais, ferindo os olhos, por vezes de forma irreversível.

Além do mais, a manutenção dos canais de condução de água do mar para tanques principais, a partir dos quais é conduzida para outros menores (talhos), onde se espera que o aquecimento solar produza os seus efeitos, ocupa um número não muito elevado de trabalhadores todo o ano, tornando-se as necessidades de mão-de-obra mais prementes, nas estações caracterizadas por um clima mais cálido e por mar mais calmo: numa palavra, nos mesmos meses em que a navegação e a pesca eram praticadas, na Antiguidade. Não se pretende ignorar as condições naturais óptimas para a produção de sal em salinas em todo o Golfo de Cádiz, que foram já salientadas, como existentes na Antiguidade.

Para o período romano, é conhecida uma descrição de tanques para a extracção de sal, em Volterrana (Livorno), feita por Rutilius Namatianus (I, 429-510), embora deva ser considerada a data tardia, 416 d. C., no seu poema *De Reditu Suo* e a presença de povos bárbaros no Império Romano do Ocidente que poderiam ter introduzido esta técnica, aprendida no Oriente (Mar Cáspio, onde a elevada salinidade permite a formação de sal rapidamente e sem muita intervenção humana, ou Mar Negro, Ponto Euxino, onde as salinas parecem ter sido relativamente precoces, a julgar pelos testemunhos gregos) que, pela estranheza com que é descrita, mostra bem que não era comum, nem na Península Itálica, nem na Gália, local de nascimento do autor.

O achado, na zona de San Fernando (Cádiz), de uma estrutura submersa possivelmente romana que corresponde à referida descrição⁷ aponta no sentido de que a extracção de sal de salinas já não era desconhecida, no aro circummediterrânico, embora não possamos assegurar desde quando. No que respeita ainda à Andaluzia, documentaram-se *fossae* que poderiam atestar a existência de salinas⁸, junto da “fábrica” romana de salga de Punta Umbria, onde também foram detectados possíveis fornos de ânforas⁹.

É certo que a extracção do sal está documentada, na foz do Guadalquivir, desde o Neolítico¹⁰, mas este pro-

cesso era complementado pela cocção artificial de água do mar.

Mas sabemos também que a extracção do sal ainda hoje é praticada por camponeses e não por homens do mar e que, observando a carta de distribuição das olarias romanas destinadas a fornecer contentores para produções de conserva salgada de produtos do mar conhecidas até hoje em Portugal, verificamos que coincidem, em linhas gerais com as grandes áreas de salinas observáveis na actualidade e documentadas para a Idade Moderna,¹¹ com a notável excepção dos fornos de ânforas romanas de Murtinhal (Sagres)¹² que se situam hoje numa falésia batida pelas ondas do mar e que, mesmo descontando os assoreamentos tão bem documentados para a orla costeira, desde a Proto-história e a subida do nível do mar que também ninguém ignora, estão implantados em terrenos que não eram interiores e que não apresentavam quaisquer potencialidades para o estabelecimento de salinas.

Ao contrário, a foz do Sado, conhecida desde tempos medievais e modernos pela grande capacidade de produção de sal marinho, e onde está atestado um estabelecimento fenício, em Abul¹³ e onde se conhece a existên-

⁷ Enrique Garcia Vargas, (2001) “Pesca, Sal y Salazones en las Ciudades Fenicio-Púnicas del Sur de Ibéria”, *De La Mar y de La Tierra Producciones y Productos Fenicio-Púnicos*. Eivisasa : 9-66;20.

⁸ J. M. Campos Carrasco, N. de la O Vidal Terruel, (2006), “La Industria Pesquera en Época Romana en el Litoral Onubense”, *História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho, I Conferência Internacional*, El Puerto de Santa María, Sevilla; 407-454; 417.

⁹ M. Beltran Lloris, (1978) “Problemas de la Metodología y del Concepto histórico-Geográfico que Recubre la Noción”, *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l’Étude des Amphores*. Roma : 97ss. Idem, (1990), *Guía de la Cerámica romana*. Zaragoza: 224.

¹⁰ J. L. Escacena Carrasco, M. R. Zuloaga Montesino, I. Ladron de Guevara Sanches (1996), *Guadalquivir Salobre. Elaboración Prehistórica de la Sal Marina en las Antiguas Bocas del Rio*. Sevilla.

¹¹ C. Fabião (2006) “A Exploração de Recursos Marinhos na Lusitânia Romana: Balanço dos Conhecimentos e Perspectivas de Investigação” *História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho, I Conferência Internacional*, El Puerto de Santa Maria, Sevilla; 496-529;518. V. Rau (1951), *A Exploração e Comércio do Sal lem Setúbal*. Lisboa.

¹² M. L. Estácio da Veiga Affonso dos Santos (1971) *Arqueologia Romana do Algarve*, Lisboa; 70-75.

cia de numerosos fornos romanos de ânforas e demais contentores de olaria comum romana¹⁴ parece um local onde seria possível afirmar que teria conhecido salinas, desde o período fenício¹⁵, o mesmo se passando com sítios orientalizantes localizados perto da foz de rios navegáveis, como o Guadiana, o Tejo e o Mondego.

Acresce ainda o antigo nome de Alcácer do Sal, também no estuário do Sado, *Salcia Urbs Imperatoria*. Moedas de cunhagem autónoma, datadas de 45-44 a.C. apresentam legendas como *IMP SAL* e *IMP SALAC*, onde aparenta estar presente o étimo latino *sal*¹⁶. Contudo, trata-se, mais uma vez de presunções baseadas em evidências posteriores e arriscamo-nos aos mesmos simplismos que tenho vindo a comentar. A este propósito, é bom lembrar que *Salacia* era o nome da mulher de Neptuno e que a efigie deste deus figura no anverso de algumas destas moedas.

Fontes Escritas Antigas

Perante a impossibilidade de estabelecer um padrão claro, no que respeita à existência ou não de salinas, na Proto-história peninsular, por via arqueológica, histórica ou etno-arqueológica, vejamos, de forma rápida, o que nos dizem as fontes escritas antigas.

Estrabão, geógrafo grego que escreveu no tempo de Augusto (65-20 d.C.), menciona os complexos de salga de peixe da zona de Gadeira (Cádiz) e, sobre a Turdetania, afirma o que passo a transcrever (III- 2, 6-7): “Os turdetanos têm também sal fósil e muitas correntes de rios salgados, graças ao que, tanto nestas costas como para além das Colunas, abundam os estabelecimentos de salga de peixe, que produzem *hophson taricheia* (produções de peixes salgados) tão boas como as ponticas”. Descontando o carácter erudito e literário da *Geographiká*, características que favorecem a inclusão de narrativas de fenómenos insólitos ou mesmo maravilhosos, não é possível negar que o texto é perfeitamente explícito e que a ausência de qualquer menção a salinas não pode ser atribuída ao possível carácter anódino deste método de extracção do sal, caso se aplicasse, nesta região. Na zona centrada no triângulo *Asido – Iptuci – Carissa*, situado na área comercial

da antiga Cádiz, verificam-se abundantes afloramentos de terrenos salinos do Keuper (Triássico Final).

O autor de *Geographiká* afirma (III- 5, 11) que os “fenícios” tinham a exclusividade do comércio com as “Ilhas Cassitérides”, onde trocavam pacotilha por sal. Não posso demorar-me sobre a discussão do verdadeiro significado de “Cassitérides”, sabendo que era a terra de onde provinha o estanho e sabendo que ele existia na península Ibérica e não esquecendo que a Grã-Bretanha teria sido a grande fonte deste minério e tendo ainda em conta que existiram vias terrestres de acesso à costa atlântica da actual França, apenas posso afirmar que os “fenícios” necessitavam de sal e que o “comerciavam” nas margens do Atlântico. Esta informação parece poder pesar no sentido de que os “fenícios” não teriam salinas, ou pelo menos que não sabiam produzir sal suficiente para acorrer às suas necessidades.

Regressando à primeira passagem estraboniana transcrita, é de referir que o sal-gema está atestado no actual Algarve, numa grande mina ainda em laboração, em Loulé e que a Serra da Arrábida, sobranceira a Tróia (grande centro de produção de conservas salgadas, no período romano) e muito perto da actual Setúbal (onde esta actividade está também bem documentada), é uma deformação alpina que está relacionada, em parte, com uma deformação denominada haloquinense (de *hals*, palavra grega para sal), devida à presença de massas salinas, em profundidade.

Quanto às correntes de rios salgados, é de notar que grandes massas de sal ascendem, por vezes da profundidade, através de zonas de fraqueza, formando “chaminés” que, arrasadas pela erosão, afloram à superfície e permitem a entrada de água, que vem a originar rios salgados subterrâneos. Muito perto de Tavira, regista-se o topónimo Fonte Salgada.

Por seu lado, Plínio, o naturalista romano que reuniu incansavelmente dados para uma “enciclopédia” do seu tempo (23-79 d. C.) e que foi Procurador da Província Hispania Citerior, afirma (N.H.,II,31:83) que “numa parte da Hispania extrai-se dos poços uma água chamada *salmoura*”. Hoje mesmo, em Rio Maior, existe um sítio

denominado Fonte da Bica, onde se abrem poços em terrenos formados por rochas salinas, cuja água é lançada em tanques (talhos), onde a água, no verão, demora cerca seis dias a evaporar. Esta água é 6,3 vezes mais salgada do que a água do Atlântico. A utilização desta salmoura natural está atestada historicamente, desde 1177, por um documento que certifica a aquisição de um quinto do caudal do poço pelos Templários, aos seus proprietários e D. Afonso V foi aí proprietário de cinco dos tanques para a obtenção do sal.¹⁷

Não quero terminar o apanhado de notícias que as fontes clássicas nos oferecem sobre o sal, sem citar Heródoto, o historiador grego, autor de 9 Livros que intitulou de *Histórias*, no século V a.C. e que foi acusado pelos próprios contemporâneos de incluir muitas narrativas fantasiosas, se não totalmente imaginárias, mas que os avanços dos modernos conhecimentos se têm encarregado de reabilitar, ao descrever, no Livro IV, aquilo a que chama Líbia (o Norte de África, do Egipto até Marrocos) refere, à medida que se aproxima do Ocidente, montículos que jorram sal, fenómeno documentado e estudado modernamente, como já comentei.

Algumas inscrições de Chipre (século IV a.C.), de Cartago e ainda da Sardenha (século II a. C.) referem personagens de alguma maneira relacionadas com a extração do sal, sendo que esta última fala de um homem de condição servil, encarregado dos recintos que estão nas salinas¹⁸. A interpretação desta inscrição é ainda controversa, mas parece não deixar dúvidas sobre a existência de dispositivos para obter sal, por precipitação a partir da água do mar, no Mediterrâneo.

Finalmente, a primeira verdadeira menção a salinas (*salinae si quae sunt in praediis et ipse in censum deferendae sunt*) consta do Digesto, uma recolha de Direito Civil, contemplando Leges (constituições imperiais anteriores), organizada sob o Imperador Justiniano I, entre 529 e 537 d.C. (Digesto, 50,16,4).

Esta constatação prende-se com algumas das dúvidas anteriormente expostas, nomeadamente: a) quando e onde teve início a obtenção de sal, por precipitação do cloreto de sódio contido na água do mar, em tanques

próprios para esse fim? b) a partir de quando as salinas passaram a fazer parte integrante dos *fundus* agrícolas que pertenciam às *domus* que, como é do conhecimento geral, os tratadistas romanos, como Varrão (*De Re Rústica*) e Columela (*De Agricultura*) deveriam ser completos e auto-suficientes? c) será possível estabelecer uma articulação imediatista entre a confecção de ânforas destinadas a conter e transportar produtos alimentares salgados e a localização de salinas?

Os métodos antigos de conserva, pela salga

Para ser breve, terei que constatar que os textos clássicos são mudos, sobre a maneira de salgar o peixe, mas que usam duas palavras principais para designar matérias orgânicas conservadas pela acção do sal: tárichos e garos.

Desconhece-se a origem de qualquer destas palavras: não foi possível encontrar raízes gregas, nem fenícias, nem egípcias para elas, ainda que o Egipto já exportasse peixe salgado para a Síria, por 1100 a. C.¹⁹

Tárichos parece ser o resultado de uma operação de seca e de conservação do peixe, através do sal, mas o palavra grega *taricherá* pode designar também conservas de qualquer alimento (incluindo carne), preservado por agentes cuja acção é semelhante à do sal, como vinagre e vinho (Idem, 183). Curiosamente, Heródoto (II,113) escreve sobre os sítios de recolha do sal, na foz do Nilo (*tarichenías*) e sobre peixe salgado (*tetaricheuménous*), mas

¹³ F. Mayet e C.T. da Silva (1997), "L'Établissement Phénicien d'Abul (Alcácer do Sal), Itinéraires Lusitaniens. Paris: 235-275.

¹⁴ F. Mayet, A. Schmitt e C. Tavares da Silva (1998), *Les Amphores du Sado* (Portugal), *Prospection des Fours et Analyse du Matériel*. Paris.

¹⁵ A. M. Arruda (2006), "Os Recursos Marítimos na Economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal: O Sal, a Pesca e os Preparados de peixe", *História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho, I Conferência Internacional*, El Puerto de Santa Maria, Sevilla: 383-406; 390 e ss.

¹⁶ Manuel Maia (2004), www.arqueotavira.com : 231.

¹⁷ A. M. Galopim de Carvalho (2003), *O Sal, na História da Terra e do Homem*, www.triplov.com/galopim/sal.htm

¹⁸ E. Garcia Vargas (2001), "Pesca, Sal y Salazones en las Ciudades Fenicio-Púnicas del Sur de Ibéria", *De la Mar y de la Tierra – Producciones y Productos Fenicio-Púnicos*. Eivissa: 9-66;38.

¹⁹ P. Counillon e R. Étienne, (1997) "Les Taricheai d' après les Sources Grecques », *Itinéraires Lusitaniens* Paris : 181-193 ;186 e ss.

emprega palavras semelhantes para a mumificação de cadáveres (II,85-86). Sabe-se que as mumificações que ele descreve como de segunda, consistiam na imersão do cadáver durante sessenta dias em natrão (salmoura recolhida no lago homónimo, no Egipto), processo que reduzia os corpos a pele e osso. Este será o processo de secar os alimentos, com recurso ao sal.

A descrição que possuímos da confecção de *tarichos* está contida no tratado de Columela *De Re Rustica* (12,55,4) e refere-se à conservação de carne, mas parece ter sido igualmente aplicado a peixe²⁰ e é a seguinte: os pedaços grandes que anteriormente foram salgados (com *sal coctum*) são introduzidos num tanque e, passados cerca de quinze dias, são postos, em camadas alternadas de carne (ou peixe) e sal e o conjunto é prensado por meio de um peso que se coloca por cima. De quinze em quinze dias, preenche-se os espaços com salmoura, que pode ser a mesma que foi exsudada, durante o tempo em que o produto esteve a marinar, no tanque. Este será o método de conservar os alimentos em salmoura, utilizando vasos cerâmicos (nomeadamente ânforas), que facilitavam o seu transporte, quando o processo estava concluído.

Foi este o método utilizado no sítio dito BNU, em Tavira, onde numerosas ânforas fragmentadas, mas identificadas e recolhidas *in situ* mostravam que o seu conteúdo era constituído por grandes troços de atum, com respectiva coluna dorsal, por cabeças de dourada, com os respectivos maxilares, por ostras com as valves fechadas e ainda por berbigões também por abrir. Identificámos ainda, no mesmo sítio, um pequeno poço que, por atingir o nível freático a poucos centímetros de profundidade, pode ter servido para a recolha de água salgada, que seria posteriormente sujeita a cocção e transformada em *sal coctum*, tal como estipulava a prática acima descrita. Também numerosas pedras, de formato arredondado e regular, achadas dispersas pelo recinto, podem ter desempenhado o papel de pesos. Um tanque pouco profundo, mas em terra batida (e não utilizando qualquer espécie de cimento, como seria de esperar), pode ter servido para a maceração em salmoura, que constituía a primeira fase da preparação do *tarichos*.²¹

Garos e *garum* em latim, por seu turno, parecem designar principalmente molho de peixe salgado, onde são aproveitadas as partes menos nobres dos peixes, como cabeças, vísceras e sangue e que, juntando-lhes sal, são submetidas a um processo de fermentação, ao sol, ou por aquecimento artificial e são frequentemente mexidos.

No período romano, estes molhos, extremamente apreciados, eram produzidos em unidades “industriais”, compostas por grupos de tanques de várias dimensões, que deixaram abundantes vestígios arqueológicos, pelo que são conhecidos do grande público²². Para as imediações de Tavira, estão documentados na cidade romana de Balsa²³. Mas existem descrições (Manlio, *Astron*,667-681), segundo as quais os pescadores confeccionavam o *garum* em plena praia, em recipientes cerâmicos (*bacchi dolia*).

II - Tavira e o Mar, na Antiguidade

O consumo alimentar de moluscos bivalves

Compulsando o registo arqueológico da Colina Genética de Tavira (Alto de Santa Maria), há um facto que imediatamente salta à vista e que é abundância de “conchas”. Outros trabalhos arqueológicos realizados nas suas imediatas redondezas mostram uma realidade diferente, que consiste na acumulação de sedimentos naturais que constituem o substrato geológico, a que se sobrepõem entulhos difíceis de datar, mas quase todos datando da Idade Média, da Idade Moderna e sobretudo da Contemporaneidade, onde existem algumas conchas, mas dispersas entre outros restos.²⁴

Esta mera constatação mostra que o consumo de bivalves estuarinos foi uma parte importante da dieta alimentar da população de Tavira, na Antiguidade, de tal forma que sempre que se verifica uma descontinuidade ocupacional, a que chamamos no nosso jargão profissional “nível de abandono”, correspondendo a períodos em que as ruínas serviram de lixeira doméstica, as conchas de bivalves, nomeadamente ostras (*ostrea edulis*), amêijoas, berbigão (*cerastoderma edule* L.) e lingueirão (*ensis arcuata* L.) serem tão abundantes que quase se não juntou terra entre

elas. É digno de registo o facto de os moluscos gastrópodes de água salgada serem largamente minoritários.

A Púrpura

No imaginário de todos, os fenícios eram um povo de marinheiros e comerciantes, um pouco piratas, que trocavam objectos de pacotilha que eles próprios manufacturavam massivamente, por produtos que os nativos das diferentes regiões a que aportavam não atribuíam o mesmo valor. Há, porem, uma matéria que lhes é unanimemente atribuída e para a qual todos reconhecem a sua superioridade: a púrpura, essa tinta por vezes mais vermelha, por vezes mais arroxeadada, aplicada a tecidos tão finos quanto possível, nomeadamente o linho e raramente a seda.²⁵ (Fernandez Uriel, P. 2001).

A púrpura era um atributo da realeza, enquanto tecido muito dispendioso e que, na tradição ocidental, iniciada pelos romanos era reservada à Ordem Senatorial (apenas uma faixa, na parte inferior das togas), após a derrota e expulsão dos reis. Durante o Império, era privilégio dos Imperadores e durante a Idade Média, os reis revestiam-se com mantos corados com esta cor e dotados de golas de arminho. A Igreja Católica apoderou-se desta tradição, atribuindo a púrpura a Cardeais e a Papas.

A posição minoritária de conchas de murex, nas suas numerosas variantes, nos estratos arqueológicos propriamente “fenícios”, em contraste com autênticos “concheiros” que se registam nos centros produtores de púrpura, permite-me afirmar que as áreas de *Baals... que escavei se não dedicavam a esta actividade, embora seja de notar que apenas intervimos na zona urbana, bem definida pelo facto de se situar por de trás da muralha que a defendia e que, simultaneamente, marcava simbolicamente a diferença entre os que “pertenciam” e os “outros”.

O processo de laboração desta tinta, que passava por um certo apodrecimento do molusco, antes de ser possível retirar o pequeno apêndice que contem o corante, pode ser responsável por esta exclusão, tendo sido esta actividade relegada para longe das habitações, por causa do cheiro que exalava e talvez também por razões ergonómicas: porquê levar os “búzios”, subindo cerca de

15m, para dentro da cidade, quando eles podiam ser processados junto da praia, com muito mais comodidade?

O Atum

A colónia fenícia de Gadir (Cádiz, na actual Andaluzia) era célebre, na Antiguidade, pela excelência dos seus produtos salgados, derivados da pesca. O mesmo se aplica a vários outros centros que, ainda que não mencionados directamente nas fontes clássicas, faziam parte de um círculo económico que foi já descrito como a Liga Púnico-Gaditana. Tavira foi, no período Turdetano, um dos pontos onde se processou a salga de numerosas espécies marítimas, nomeadamente o atum, que foi introduzido, em grandes troços, em ânforas de tipologia bem conhecida e identificada como proveniente do Golfo de Cádiz.

No período romano, as próprias moedas de cunhagem autónoma que ostentam o nome Balsa, mostram (à semelhança de vários outros locais), a importância do atum, na economia do centro populacional que, mais tarde, viria a ser a *civitas balsensium*, antes de ascender à categoria de Município.

²⁰ E. Garcia Vargas (2001), “Pesca, Sal y Salazones en las Ciudades Fenicio-Púnicas del Sur de Ibéria”, *De La Mar y de la Tierra. Producciones y Productos Fenicio-Púnicos*. Eivissa: 9-66; 22.

²¹ Maria Garcia Pereira Maia (2006-2), “A Pesca, a Actividade Conserveira e as Ânforas de Tavira”, *História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho. I Conferência Internacional, El Puerto de Santa Maria, Sevilla*: 459-487.

²² M. Ponsich e M. Tarradell (1965). *Garum et Industries de Salaison dans la Méditerranée Occidentale*. Paris.

²³ L. Fraga da Silva (2007), *Balsa, Cidade Perdida*. Campo Arqueológico de Tavira, Câmara Municipal de Tavira.

²⁴ Maria Garcia Pereira Maia (2003), “Fenícios em Tavira”, *Tavira Território e Poder*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa: 57-72. e Maria Garcia Pereira Maia e Luís Fraga da Silva (2004) “O Culto de Baal em Tavira”, *Actas del 3 Congreso del CEPO, Huelva Arqueológica*, 20: 173-194

²⁵ P. Fernandez Uriel (2001), “La Púrpura Mas que un Tinte”, *De la Mar y de la Tierra- Producciones y Productos Fenicio-Púnicos*, Eivissa: 67-90.

Tavira e o mar em Época Islâmica

Manuel Maia
(Arqueólogo)

Implantada ao fundo da enseada formada pelas desembocaduras do Gilão e do Almargem, numa pequena península habitada desde o Bronze Final¹, e onde os fenícios se estabeleceram durante cerca de dois séculos, ocupada por populações turdetanas até aos finais do século IV a. C.² mas local quase ignorado pelos romanos, abrigada do Mar pelas ilhas barreira, a Tavira Islâmica quase invisível dos que passavam ao largo da sua costa, merecia bem o nome de *Escondida*³.

As condições da cidade para actividades ligadas ao mar, pesca, comércio e construção naval eram excelentes. Porém só pela interpretação dos raros textos em que Tavira é mencionada poderemos retirar algumas conclusões nesse sentido.

Segundo Garcia Domingues⁴ data de 1134 o mais remoto acontecimento histórico referente a Tavira, a participação de um contingente militar no auxílio a Tâxfín Ibn Ali, governador do al – Andalus.

Esta notícia, da qual discorda A. Khawli⁵ reveste-se de especial importância para a História de Tavira e mais ainda para a relação da cidade com o mar.

Primeiro porque revela que Tavira possuía já uma considerável importância sob o ponto de vista político e militar, segundo porque a força de socorro, que se foi juntar, a uma outra ida de Sevilha, na cidade de Jerez, se deve ter deslocado por mar como parece lógico, embora esse facto não seja mencionado.



Não se pode afirmar peremptoriamente que essa viagem se tenha feito por via marítima e não terrestre mas, se tivermos presente a distância a percorrer, atravessar toda a província de Huelva até à foz do Guadalquivir e depois atravessar este rio para passar para Jerez, parece-me que seria mais rápido, prático e económico fazer o percurso por mar. A outra hipótese como seja a deslocação até Sevilha e a posterior deslocação para Sul, está à partida eliminada pela fonte que diz que o contingente de Tavira se reuniu ao de Sevilha em Jerez.

A. Khawli afirma também que, no período almorávida, Tavira não passaria de uma alcaria dependente de Cacela e que, por isso dificilmente poderia albergar um corpo militar⁶. Khawli baseia-se essencialmente na obra de Idrisi que se refere a Tavira como alcaria, termo que em geral designa aldeia mas que é utilizado, por exemplo, para designar Medina e até Meca. Por outro lado Idrisi não será uma fonte de inteira confiança como veremos. Ao descrever a viagem de Algeciras para Sintra afirma que de Saltes (próximo de Huelva) a Cacela são dezoito milhas e que de Cacela a Tavira distam catorze milhas. Se esta descrição estivesse correcta da ilha de Saltés a Cacela e tendo presente que a milha árabe corresponde a 2,16 Km, seriam cerca de 39 km, o que é manifestamente curto, e desta última a Tavira iriam uns 30 km o que, obviamente, é uma distância exagerada.

Mais correcta é a informação que nos chega de um autor, Ibn Sa'îd al-Magribi⁷, posterior a al-Idrisi, que coloca Saltes a 23 milhas de Tavira, ou seja, cerca de 50 km, distancia muito mais próxima da realidade.

Todos os elementos que se têm vindo a recolher nas escavações arqueológicas a decorrer na cidade, desde 1996⁸ apontam para um século XII, com uma sociedade rica, para um aglomerado urbano de certo vulto e defendido por muralha desde, muito provavelmente, o século XI⁹.

Em 1134 estamos em plena época das segundas taifas, pequenos principados independentes resultantes da desagregação do poder almorávida.

Nessa mesma época tem início a conquista portuguesa. Em 1135 Afonso Henriques alarga o seu território

para Sul do Mondego conquistando Leiria. É certo que esta conquista foi efémera porque esta cidade voltou para a posse do Islão dois anos depois só em 1142 ficou definitivamente pertença de Afonso I. No entanto, Ourém, conquistada em 1136 não volta ao domínio muçulmano e, com Leiria, abre todo o território, que se estendia até ao Tejo, a correrias e a fossados por parte dos portugueses.

Com a conquista de Santarém e Lisboa, em 1147, e a consequente queda de Almada e Palmela na posse dos cristãos, toda a vasta charneca alentejana fica aberta às incursões dos homens de armas de Afonso Henriques.

Grande parte da população destas praças, como sempre os mais possidentes, foge para Sul e se uns passam para o Norte de África muitos ficam nas cidades do litoral algarvio. Este facto, como veremos, é essencial para compreendermos toda a evolução histórica de Tavira de meados do século XII e aos inícios do XIII.

Em 1151, apenas dezassete anos após a ida de um contingente militar para Jerez, em auxílio do emir Tâxfîn, assistimos à revolta de Omar Ibn AbîTût Walqût, um berbere¹⁰ contra o poder dos Almóadas, em Tavira. Nada su-

¹ Maia, Maria Garcia Pereira, "O Bronze Final Pré Fenício no concelho de Tavira", in, Tavira Território e Poder, Tavira, 2003, p.39-47.

² Maia, Maria Garcia Pereira, "A Pesca, a Actividade Conserveira e as Ânforas de Tavira", in, História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho, Sevilha, 2004/2006, p. 455-488.

³ Tahiri, A. "Tavira Islâmica. Una entidad urbana de Uksunuba en Garb al Andalus", in, Tavira Territorio e Poder, Tavira, 2003, 147-154.

⁴ Domingues, Garcia, "Tavira em Época Árabe", in, Tavira Território e Poder, Tavira, 2003, p. 341-359

⁵ Khawli, A. "Tavira Islâmica. Novos Dados Sobre a Sua História", in, Tavira Território e Poder, Tavira, 2003, p.131-146

⁶ Khawli, A. op cit na nota anterior, p. 133

⁷ Rei, A. O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século XII/XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa'îd al-Maghrîbî, 2005, www2.fcsh.unl.pt/em/medievalista, p. 21

⁸ Maia, Maria Garcia Pereira, "O Vaso de Tavira e o seu contexto", in, Portugal, Espanha e Marrocos – O Mediterrâneo e o Atlântico, Faro, 2004, p. 143-166.

⁹ Maia, Manuel, "Muralhas Islâmicas de Tavira", in, Tavira Território e Poder, Tavira, 2003, p. 156 ss.

¹⁰ Khawli, A. op cit na nota 5, p. 134.

gere que esta cidade alguma vez estivesse subordinada a Cacela nem isso consta das fontes árabes.

No Verão de 1154, al-Wuhaibi, atacou Niebla que conquistou e onde terá permanecido pelo menos alguns dias, como se pode inferir do relato de Ibn Idárí. Segundo esta fonte, quando tomou conhecimento do ataque de Niebla, Abû Zacarias que se encontrava em Córdoba saiu com o seu exército e em marchas forçadas seguiu para Niebla. Estas marchas forçadas são descritas pelo autor árabe como seguindo *de noite e de dia*. Aparentemente Abû Zacarias teria feito o percurso de Córdoba a Niebla, cerca de 300 km, sem paragem, na Andaluzia e no Verão! Mesmo em marchas forçadas dificilmente esta distância poderia ser vencida em menos de uma semana. Podemos assim considerar que al – Wuhaibi dominou Niebla ao menos, durante alguns dias.

Esta acção de al – Wuhaibi levanta alguns problemas.

O primeiro é o motivo que terá levado este caudilho a atacar uma cidade situada a mais de cem quilómetros de Tavira. Pela descrição de Ibn Idárí e como propõe Garcia Domingues¹¹ em Niebla existiria pelo menos um grupo anti almóada que pretenderia revoltar-se contra os detentores do poder. Por uma questão de política regional al – Wuhaibi teria resolvido apoiar esse grupo de descontentes atacando a guarnição da cidade. Esta acção, aliás, parece apoiar a tese defendida pelo arabista português que propõe: *Pelo testemunho de Ibn Idárí vemos que a revolta de Ibn al – Wuhaibi não se limitava a uma atitude de indignação local. Tinha mais aspirações. Pretendia criar um estado que dominasse as duas margens do Guadiana. Para isso não lhe faltavam tropas, nem uma esquadra como veremos*¹².

Como parece evidente al–Wuhaibi terá feito esta incursão por via marítima, entrando pela foz do rio Tinto e acercando-se o mais possível de Niebla, muito possivelmente até à própria cidade cujo acesso por rio era possível como o demonstra a existência da *Puerta del Desembarcadero*¹³.

Com isto fica-nos um problema, então e Cacela? Se Tavira em 1134 tinha que ser uma *alcaria* rural dependente de Cacela, como pretende Khawli¹⁴ qual o papel desta cidade em todo este processo? A guarnição aí esta-

belecida não teria poder para dominar a rebelião de al-Wuhaibi, teria aderido à insurreição daquele líder, teria sido dominada por Tavira, ou nunca teria desempenhado o papel que lhe atribui Khawli?

Considero esta última hipótese como sendo a mais provável.

Três anos depois do ataque a Niebla, ou seja em 1157, os almóadas têm a primeira reacção contra a insurreição de Tavira, neste ano o príncipe Iúsuf Ibn Abd al – Múmen, governador do al – Andalus, com as suas forças comandadas por Ibn Atiá, grande general almóada, ataca Tavira, dirigida por al – Wuhaibi, cercando-a por terra e por mar. Seria de prever que o poderosíssimo exército almóada dominasse rapidamente um local que, no dizer de alguns investigadores¹⁵, não passaria de uma *alcaria* rural, dependente de Cacela. Porém, o que sabemos é que a cidade resistiu durante dois meses ao cerco e que este acabou com um acordo entre o governador Iúsuf e Ibn al- Wuhaibi, compromisso que segundo Garcia Domingues¹⁶, teria sido alcançado por iniciativa de Ibn Atiá.

Curioso notar como após levantar o cerco a Tavira o emir Iúsuf rapidamente domina os estados de al Wazír: Silves, Évora e Beja e ainda Mértola governada por Tâxfín al – Lamtúnî.

Estes factos levam-nos de imediato a concluir que Tavira não era uma simples *alcaria* rural nem em 1157 nem mesmo em 1134. Mais, era impossível que a cidade não estivesse defendida por forte muralha, única hipótese de aguentar um cerco. Um aglomerado urbano aberto não tinha a mais pequena possibilidade de resistir a um ataque por terra e mar, levado a cabo por forças poderosas. Seria de imediato ocupada sem qualquer possibilidade de resistir.

Sabemos também que os cercos às cidades fortificadas eram tanto mais rápidos quanto os abastecimentos, principalmente a água, fossem pouco abundantes. Tavira tinha, como ainda tem, abundantes recursos aquíferos no seu interior pelo que dificilmente poderia ser vencida pela sede. Quanto a viveres, como veremos mais adiante, a cidade, habitada por homens ricos e poderosos, deveria estar bem abastecida.

Sabemos por Ibn Çâhib al Çalâ (*apud* GARCIA DOMIN-

GUES)¹⁷ que houve uma segunda tentativa de conquistar Tavira, por parte de Iúsus Ibn Abd al Mûmen entre 1157 e 1167. Desta tentativa apenas sabemos que foi mal sucedida como a primeira.

A mais importante informação sobre a actividade marítima de Tavira é-nos fornecida pelo mesmo Ibn Çâhib al Çalâ que, ao narrar a conquista definitiva de Tavira em 1167, diz que os almôadas: *Esforçaram-se contra ela na repulsão do prejuízo e no extermínio do mal que piorara nela desde o princípio do ano de 546 até ao fim do ano de 563 com a reunião de depravados no seu interior, de uma espécie de aventureiros de gente nobre e rica, na dissolução, na subordinação e no prejuízo dos muçulmanos na terra e no mar em todas as regiões. Houve perturbações na outra banda (Maghrebe) e no al-Andalus com o roubo de bens de viajantes e comerciantes, na terra e no mar*¹⁸.

Garcia Domingues conclui deste texto que não se tratava de piratas mas de uma autêntica armada com gente de todo o Algarve e que em Tavira existia já gente rica.

Quanto à existência de uma armada ou pelo menos de uma grande quantidade de navios bem aparelhados e equipados parece não restarem dúvidas. Quanto à gente rica não me parece que, na totalidade, a sua existência fosse recente.

Al – Wuhaibi, segundo as fontes, era de ascendência árabe e a sua família teria vindo de Lisboa para o Sul, ou seja, pertencia às elites de Tavira.

Sabemos que a invasão islâmica da Península Ibérica não significou o extermínio das populações pré existentes. Muitos converteram-se ao islamismo e tornando-se, assim, *muladi*.

A este grupo pertencia Ibn Qassî, natural da alcaria Gillah ou Jilla, situada nas imediações de Tavira, ou nas margens do Gilão como afirma Khawli¹⁹

A comunidade moçarabe devia, também ser numerosa. Do século X data a inscrição do bispo Juliano proveniente da Fonte Salgada. Não sabemos de onde era bispo Juliano ou de onde era natural, mas a sua sepultura, em princípio, estava situada na área de Tavira²⁰.

Por certo que os muçulmanos mais ortodoxos, de que os almôadas eram, na época e no Garb o expoente máximo, não veriam com bons olhos nem os moçarabes

que não obedeciam ao Islão nem sequer os *muladi* cujas origens cristãs eram conhecidas e que facilmente poderiam ter ligações, até de parentesco, com a comunidade moçarabe ou com os reinos cristãos que a Norte ameaçavam as fronteiras do “império” almôada, como já referi.

Temos ainda que ter presente, e como mencionei anteriormente, que a conquista afonsina da linha do Tejo levou a que muitos homens ricos das cidades conquistadas ou ameaçadas pela ausência de uma fronteira natural se tenham deslocado para Sul. Muitos terão vindo para Tavira, desses, sem dúvida, alguns seriam moçarabes tendo em atenção que a comunidade moçarabe de Lisboa não foi poupada (veja-se o fim trágico do bispo moçarabe da cidade).

Mas se os moçarabes não mereciam a inteira confiança dos governantes provenientes do Norte de África parece-me lógico que grande parte dos *muladi* também não a mereceria. Por certo que muitos deles talvez até levassem os preceitos da sua religião a extremos de fundamentalismo mas humanamente seriam sempre olhados como os judeus convertidos ao cristianismo, os cristãos novos, como muçulmanos novos, como recém chegados cuja cultura religiosa assentava em bases diferentes e que, por isso, se na aparência tinham uma vida de acordo coma sua nova religião, no seu intimo continuariam a raciocinar dentro dos quadros do seu antigo credo. Em relação aos *muladi* convém não esquecer que após a sua conversão ao Islão deixavam de pagar as taxas a que os cristãos eram

¹¹ Domingues, Garcia, op. cit. na nota 4, p. 345

¹² Idem.

¹³ Campos Carrasco, J.M., Gómez Toscano, F. e Perez Macias, J.A, ILIPLA NIEBLA, Evolución Urbana y Ocupación del Territorio, Universidade de Huelva, 2006, p. 243.

¹⁴ Khawli, A. op. cit. na nota 5, p. 133

¹⁵ Idem

¹⁶ Domingues, Garcia, op. cit. na nota 4, p.346

¹⁷ Idem, p. 346

¹⁸ Idem, p.347

¹⁹ Khawli, A. “ Um Quirât de Ibn Casi cunhado em Mértola”, in, Mértola – Revista Municipal, nº 3, Mértola, 2001, p. 70-72

²⁰ Dias, Maria Manuela A., “ Sobre o epitáfio de Juliano, Bispo (Cacela 987 d.C.), in , Arqueologia Medieval, 6, p.11-18

obrigados se quisessem prosseguir dentro da sua religião, quantos não se terão convertido por esse motivo.

Muitos dos governantes das Taifas eram *muladi*, como *muladi* eram muitos dos que governavam as cidades desde o califado e durante o período almorávida. Aparentemente as elites dominantes mudavam de credo de acordo com os seus interesses económicos. Quase que me atreveria a dizer que eram ainda os descendentes dos visigodos ou dos terra tenentes tardo romanos que pontuavam na política local ou mesmo regional durante o longo período da dominação da cultura árabe.

Embora não haja qualquer referência nas fontes árabes, conhecidas, à comunidade judaica na cidade de Tavira, ela existia como se pode constatar pela existência de uma judiaria dentro da cidade, bairro que ainda vem mencionado na planta do século XVI, também publicada neste catálogo²¹. A sinagoga situar-se-ia no local onde foi erguido o Convento da Graça.

Sabemos que, de uma forma geral, os judeus formam uma comunidade abastada em que a entreajuda é muito

forte. Temos conhecimento de que os almóadas fizeram algumas perseguições à comunidade hebraica. Muito possivelmente entre os homens ricos mencionados por al-Çalâ também se contavam judeus que, devido às perseguições, teriam fortes razões para não apreciar demasiado o poder almóada.

Como, porém, não temos qualquer referência a judeus no século XII em Tavira, não me alongarei sobre o assunto.

O que tenho vindo a expor prende-se com o que nos chegou através de Ibn Çâhib al-Çalâ que nos descreve a população de Tavira como constituída por depravados, aventureiros e piratas. É evidente que uma comunidade onde pontuavam *muladi* e moçarabes não podia ser bem vista aos olhos dos integristas almóadas, principalmente se os membros dessa comunidade, para além de não acatarem a autoridade almóada, se dedicassem a actividades como a pirataria ou o corso que prejudicavam grandemente as actividades comerciais no espaço marítimo que, *lato sensu*, pode ser designado por Golfo de Cádiz.

Não podemos, também, deixar de ter em conta que



Ibn Çâhib al – Çalâ era secretário e cronista oficial do califa almóada Abû Iaçûb Iússuf²² o que no mínimo o torna suspeito de pouca objectividade, sendo natural que elogie o seu senhor e vilipendie os que se lhe opunham.

Como nos diz al-Çalâ, em Tavira havia homens ricos. Estes seriam muito possivelmente comerciantes e armadores cuja principal actividade se ligaria à pirataria no mar e nas costas do al-Andalus e do litoral magrebino.

Nessa actividade, porém, não seriam muito diferentes de todos os que, na época, se dedicavam ao comércio marítimo.

Cerca de 1152 foi executado depois de derrotado Umar Ibn Abi Tut Walgut, um chefe da marinha militar de Tavira²³.

Umar Walgut seria o almirante da armada de Tavira, não um corsário ou um pirata, se este personagem é descrito como chefe da marinha militar isso significa que a cidade tinha poder económico suficiente para manter uma armada que defendesse a navegação na sua zona de influência e, ao mesmo tempo, demonstra a importância

da actividade marítima na economia do Sotavento algarvio em meados do século XII.

Também não me parece correcto classificar como pirata Abdallah Ibn ‘Ubaidallah, o último grande caudilho da Tavira independente, derrotado pelos almóadas em 1168.

A existência de uma frota numerosa e bem aparelhada seria, aliás um dos principais motivos que terá impedido uma mais rápida submissão de Tavira ao poderio almóada que só mais tarde construiu uma poderosa armada que se impôs entre o al-Andalus e o Magrhebe e que chegou mesmo a infligir uma pesada derrota à esquadra portuguesa, no Cabo de São Vicente ou no Cabo Espichel.

A existência de uma forte esquadra, tanto antes como depois da sujeição de Tavira ao poder almóada, conduz também a uma outra actividade que relaciona Tavira com o mar: a construção naval.

²¹ Fraga da Silva, L. www.arkeotavira.com

²² Khawli, A., op. cit. na nota 5, p.132

²³ Khawli, A. “ Le Garb Al-Andalus à l’Époque des Secondes Taifas (539-552 / 1144 – 1157” , in, Arqueologia Medieval, 7, p. 30.



Não temos qualquer texto que mencione essa actividade, não são conhecidos vestígios arqueológicos que nos apontem nesse sentido, a lógica, porém, parece demonstrar que as tercenas teriam existido. Os navios teriam que ser construídos nalgum local e Tavira tinha óptimas condições para a construção naval. As matas que se estendiam pelo litoral de que ainda existem pequenos vestígios, no concelho de Tavira, forneceriam as madeiras necessárias a essa actividade e a desembocadura do Gilão tinha margens com condições ideais para a implantação de estaleiros. Sabemos que no tempo de D. Manuel no local actualmente ocupado pelo Jardim do Coreto, se situavam as tercenas e que, por isso, o rei proibiu que aí se construíssem casas.

No século XVI, aliás, a construção naval em Tavira devia ser tão intensa que D. João III proibiu o abate de árvores para a construção de naus nas matas do concelho,²⁴ com fim de evitar que as matas fossem devastadas.

Se a arqueologia não nos forneceu, até agora, provas de que existia construção naval em Tavira e se as fontes escritas também não mencionam essa actividade, aquela ciência, porém, forneceu-nos provas de uma faina para a qual os barcos eram imprescindíveis: a pesca.

Os restos osteológicos de fauna marinha são abundantes em todas as escavações dos níveis islâmicos até hoje realizados em Tavira. Se algumas espécies de menores dimensões, como por exemplo o linguado e afins, que surgem com uma certa frequência no decurso das escavações, poderiam provir de pesca à linha nas águas estuarinas, já outras espécies como a dourada de grandes dimensões e principalmente o atum, são prova de que a actividade piscatória se revestia de grande importância e de que ela teria que decorrer em mar aberto.

A pesca, principalmente a do atum, cujas artes ainda hoje utilizadas são de origem árabe, conduziram a uma outra actividade económica de que não existem vestígios materiais mas que a documentação escrita denuncia, trata-se da exploração do sal.

Não são conhecidos vestígios arqueológicos que nos demonstrem sem sombra de dúvida que o sal era explorado na zona do litoral algarvio. Porém, o facto de existir

uma técnica diferenciada na construção de salinas entre o litoral Sul e o Oeste leva-nos a pensar que essa diferença se fica a dever a uma distinta herança cultural, que provirá da civilização islâmica.

O primeiro foral atribuído por D. Afonso III à cidade de Tavira, menciona claramente a produção e comércio do sal: ...*faço carta de foro a vós povoadores de Tavira presentes e futuros, excepto a jugada de pão de que vos desobriço perpetuamente e retenho para mim e todos os meus sucessores, todos os fornos de pão e todas as salinas construídos ou a construir em Tavira e seu termo...*

*Igualmente reservo para mim e todos os meus sucessores que se não venda em Tavira nem no seu termo outro sal, senão o meu.*²⁵

Ainda este foral afonsino refere uma outra actividade marítima de cuja importância nós hoje não temos uma exacta noção, trata-se da pesca da baleia.

Não sabemos se os grandes cetáceos se pescavam para utilização da carne e da gordura, não esqueçamos que a extracção do óleo de baleia quase levou à extinção destes gigantescos mamíferos ou se a sua captura tinha por fim, apenas ou principalmente a recolha do âmbar cinzento, substância segregada no estômago ou intestino dos cachalotes e que utilizado como fixador de perfumes teve uma grande procura e atingiu preços muitíssimos elevados até quase à actualidade, quando foi substituído por um produto sintético.

Fontes árabes como Abu Bakr Ahmad ibn Muhammad al-Razi entre outros, referem a existência deste âmbar que afirmam ser melhor que o do Oriente. Estes autores referem a existência desta substância na costa ocidental, mencionam-na em relação a Lisboa, porém, é de crer que as mesmas informações se possam relacionar, também, com o Algarve, atendendo à menção da pesca da baleia no foral de D. Afonso III.

²⁴ Brito de Vasconcelos, D. A. Notícias Históricas de Tavira 1242-1840, Tavira, 1989, p.175.

²⁵ Franco Araújo, A. D. e Costa Franco, A. " Os Forais de Tavira " , in Tavira do Neolítico ao Século XX, Actas das II Jornadas de História de Tavira, Tavira, 1993, p. 169

A pesca e a indústria do sal em Tavira à época medieval e moderna: Receita para o sucesso e prosperidade de uma terra algarvia

Marco Lopes
(Historiador)

O Algarve islâmico é um território muito cobiçado pela monarquia cristã afonsina que a pouco e pouco dele se aproxima, em boa medida devido à campanha vitoriosa empreendida pela Ordem de Santiago em praças importantes da limítrofe região alentejana, braço militar ao serviço da Coroa que tem em Paio Peres Correia o seu mestre e proeminente líder. Ao arranque dessa incursão belicista pelas terras da mourama terá ajudado o espírito de cruzada religiosa que movia a figura cimeira dos santiaguistas, exemplo de *boom Cavalleyro e catholico guerreyro*¹. A ideia não é bem vista entre alguns conselheiros próximos do mestre santiaguista que mostram certa prudência ao considerar que a região algarvia é *muy povorada* de Mouros e facilmente atingível pelo mar sempre que estes requeressem *socorro e ajuda Dafriqua*². Nada que o demova a enfrentar os redutos islâmicos de Alvor e Estombar sem problemas maiores, aceitando mais tarde devolvê-los como moeda de troca pelo lugar de Cacela, que por ficar mais no fim da terra constituía uma perda secundária mas não irreversível já que ao lado fica Tavira que *por ser lugar forte e de grande povoraçam hos Mouros e vizinhos e moradores delle*

¹ Rui de Pina, *Chronica do muito alto e muito esclarecido principe D. Afonso III*, Lisboa, Of. Ferreyriana, 1728, fl. 10.

² Idem, *ibid.*, fl. 10.



poderiam mais facilmente lançar hos Christãos³. Essa descrição em nada assusta os homens de Santiago que depois da sua instalação em Cacela verificam o seu domínio territorial reforçado no Baixo Guadiana e o caminho aberto para tomar de assalto as muralhas de Tavira, acto que se materializa em Junho de 1242 precipitado pela ruptura das tréguas acordadas entre os santiaguistas e as tropas comandadas por Ben-Afan, governador de Silves⁴. Ultrapassado sem contestação este relevante bastião islâmico, por ser *Cabeça e ha principal cousa do Algarve*⁵, pertence aos seus novos senhorios, a Ordem de Santiago primeiro e a Coroa mais tarde, regulamentar as medidas administrativas, jurídicas e fiscais a que deverá ser sujeita a sua heterogénea população, bem como gerir os recursos económicos que se conhecem e se recolhem no termo de Tavira.

Pela sua proximidade marítima, sem descurar a linha fluvial do Gilão que a separa em duas bandas, não parece difícil adivinhar que Tavira, assim como outras importantes cidades islâmicas do barlavento algarvio⁶, se tenha dedicado folgadoamente à pesca e à indústria do sal. Isso também nos confirma os achados arqueológicos recolhidos no centro urbano tavirense, alguns deles reveladores de uma comunidade local habituada a consumir peixe e marisco⁷.

O perfil comercial e económico de Tavira, bastante familiarizado com a actividade piscatória, manter-se-á bastante dinâmico nos primeiros tempos de dominação cristã, tirando a Coroa óptimos proveitos desse negócio. Percebendo o potencial de venda e compra que residia em torno do sal e do pescado capturado nas costas de Tavira, o monarca Afonso III, mediante carta de foral outorgada aos seus habitantes em 1266, estabelece como propriedade régia as salinas cheias ou por encher na vila e no seu termo, bem como a sua transacção, e ainda a pesca da baleia⁸, também ela merecedora de atenção da Coroa na importante povoação de Silves, conforme documenta o foral que lhe destina na mesma data⁹. Há mesmo notícia, já no reinado de D. Afonso IV, mais concretamente em 1352, referente ao aparecimento de almocreves no termo de Tavira, provavelmente oriundos do Alentejo, a abastecerem-se de baleias dadas à costa em

troca do cereal que muita falta faz à região algarvia¹⁰. Faz todo o sentido que pelo Algarve litoral atravessem almocreves ligados a concelhos do interior do país, atendendo às dificuldades que estes tinham em adquirir bens essenciais para a sua alimentação quotidiana como o pescado e o sal¹¹. Às baleias teremos de adicionar outras espécies piscícolas que em Tavira por estas alturas se cruzam com as redes dos pescadores, das quais se destaca o marisco, o atum, os espadartes, os golfinhos e as toninhas¹².

Perante uma oferta tão variada e rica de pescado em Tavira, sinónimo de segura projecção comercial e económica desta vila, é com naturalidade que o poder régio se importe em aplicar medidas tributárias que favoreçam o seu cofre, poupando os profissionais marítimos locais ao pagamento de certas contas fiscais ou à prestação de determinados serviços, desde que o seu contributo na faina piscatória seja assegurado entre 8 a 10 meses ou a sua ajuda na protecção ao rei não seja esquecida, por exemplo¹³. Mas a pesca nas águas de Tavira não é privilégio exclusivo dos seus marítimos, pois os pescadores da Pederneira também a esse usufruto são autorizados em 1351¹⁴. A visita de mercadores da capital aos portos algarvios, igualmente deferida, tem como intenção principal a venda de panos e a compra de fruta, vinho e sal, artigos esses que se destinam a ser exportados¹⁵. Mas nem todo o ambiente espreita pacificidade no que toca à disputa pelo desejado pescado, seja ela por razões comerciais, fiscais ou tão só alimentares, chegando a estar mesmo no centro de quezílias entre sectores sociais de Tavira e as autoridades administrativas locais. Se recuarmos até ao reinado dionisiano sabemos que derivado a certas irregularidades a administração local fica mandatada a cobrar o dízimo do pão e do pescado¹⁶. Esse tributo percorre tanto a família cristã, como a judia ou a muçulmana, que se dispõem a acatar sem levantar protesto, a não ser estes últimos, que se queixam dos cristãos apreenderem abusivamente e sem justificação o pescado dizimado¹⁷. Livres desses e outros encargos estão os pescadores de Tavira, um dos raros grupos da sociedade local que se dá ao prazer de escapar ou contornar às rígidas regras fiscais criadas pelo governo régio, assim como às suas

mordomias a cada deslocação que programavam até à cidade do Gilão. É nesse âmbito que no reinado de D. João I os pescadores tavirenses respiram total permissão para vender em terra ou no mar a qualquer freguês o pescado recolhido, depois de liquidados os impostos régios. Esse serviço de venda do peixe era explorado na praça exclusivamente pelas regateiras, que daqui em diante começam a dividir os lugares nas bancadas com os pescadores da terra. Nos anos que se seguem à expedição ultramarina a Ceuta aquele monarca concede aos alcaides, arraises e homens do mar a isenção de almotaçaria sobre o pescado, benesse a que poucas terras alcançam e que escassos cargos locais desfrutam.

Essa constante benevolência real a que a região algarvia e a vila de Tavira em particular se acostumaram não tem repercussões práticas na comparência frequente ou na estadia prolongada da corte nas terras resgatadas aos mouros. Por uma ou duas ocasiões apresentam-se no Algarve os monarcas Afonso III, D. Dinis e Afonso IV. Mais tempo, cerca de dois meses, entre Março e Abril de 1359, esteve D. Pedro I, que faz escala em Tavira, Faro, Loulé, Silves e Lagos. D. Fernando nem por uma única ocasião se abeirou ao Algarve. Se nesta altura as fugazes visitas do poder régio ao Algarve se deve às barreiras geográficas e às deficientes acessibilidades terrestres, a partir dos finais do século XIV, dada a notoriedade que a região experimenta, principalmente em virtude do pólo comercial e económico em que se torna muito à custa do abastecimento de peixe e de sal, não espanta que os monarcas venham parar aqui mais amiúde¹⁸. Na verdade o solo algarvio é pisado em mais que uma ocasião por D. João I, D. Afonso V e D. João II, que confirmam e incentivam no que deles depende o alto progresso económico e o desenvolvimento urbano de meia dúzia de povoações, tendo no entanto bem presente que são as viagens marítimas aos territórios ultramarinos em expansão um dos principais propósitos que os leva até ao sul do reino. Sem nos ausentarmos ainda da centúria trecentista, época em que se regista uma subida da população no Algarve e em que a vila de Tavira se destaca nesta matéria dos restantes núcleos urbanos da província, descobre-se nos

capítulos das cortes de Lisboa em 1389 que as autoridades concelhias de Silves, em representação do Algarve, aludem ao descontentamento dos pescadores da região pelos abusos que constantemente os afligem. Segundo os “deputados” algarvios os pescadores do termo de Silves, e presumivelmente todos aqueles que pertenciam a municípios ligados à vida piscatória, estavam injustamente a ser prejudicados pelos respectivos alcaides que a seu bel-prazer achavam-se no direito de reservar para si e para os seus a terça parte do pescado comprado, premiados além disso – como se ainda pouco fosse – com um grande e gratuito cesto cheio de sardinhas. Sensível ao protesto levantado, D. João I proíbe os alcaides algarvios de prosseguirem com a arrecadação da terça do pescado, mas consente que levem para casa um balde de sardinhas que não tenha um fundo a perder de vista¹⁹.

³ Idem, *ibid.*, fl. 11.

⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *Tavira - História Viva*, s.n., edição de Rui Guedes, 2001, p. 21.

⁵ Rui de Pina, *ob. cit.*, p. 17.

⁶ Rosa Varela Gomes, “O Barlavento Algarvio nos finais da islamização”, in *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo* (catálogo de exposição), Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998, p. 136.

⁷ Maria Garcia Pereira Maia, *Lendas das Mouras Encantadas* (catálogo de exposição), 1999, p. 41.

⁸ Damião Augusto de Brito Vasconcelos, *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*, Tavira, Câmara Municipal, 1989, p. 31.

⁹ Manuela Santos Silva, “Estudo histórico”, in *Fornis de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 1993, p. 214.

¹⁰ Paula Pinto Costa, “Tavira nos séculos XII a XV”, in *Tavira: território e poder*, Lisboa/Tavira, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal, 2003, p. 190.

¹¹ Humberto Baquero Moreno, *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI: estudos de história*, Lisboa, Presença, 1986, p. 168.

¹² Paula Pinto Costa, *ob. cit.*, p. 188.

¹³ Idem, *ibid.*, p. 197.

¹⁴ Idem, *ibid.*, p. 190.

¹⁵ Idem, *ibid.*, p. 194.

¹⁶ Idem, *ibid.*, p. 188.

¹⁷ Idem, *ibid.*, p. 192.

¹⁸ A. H. Oliveira Marques, *Novos ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988, p. 179.

¹⁹ Alberto Iria, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XIV (Subsídios para a sua história)*, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982, pp. 48-49.

A pesca no século XV ainda dá os seus frutos, inclusivamente alguns moradores de Tavira arriscam mergulhar os seus anzóis nas águas da costa africana, ao que se apurou na zona do rio de Ouro²⁰. Cenário bem diferente acontece com o cereal que por estes cantos do reino é escasso e cujas encomendas saem normalmente dispendiosas, situação algo parecida ao sal, bem indispensável para a conserva do peixe e da carne, em desvalorização comercial face ao vinho e à fruta, frequentemente procurado em Castela enquanto a Coroa não autoriza o crescimento do número de marinhas no Algarve. Este tema é recorrentemente abordado nas sessões de cortes do século XV pelos concelhos algarvios, apostados em escapar às despesas na compra do sal no estrangeiro ou então em rogar a isenção de dizima pela sua importação²¹. Tavira é precisamente um dos municípios que participa activamente na discussão da circulação comercial do sal, concretamente nas cortes de Évora em 1447, onde expõe à Coroa a vantagem que representa em termos económicos a fixação de um prazo de defeso para o carregamento desse tradicional produto, alegando que o seu peso na economia local era consideravelmente inferior ao do vinho e da fruta, a tal ponto que um navio com estas mercadorias valia mais do que um atestado com sal²². Este desequilíbrio comercial conduz o sal a um papel menos destacado na economia marítima tavirense, que nem por isso se deprime, antes se mostra de boa saúde e bem animada, bastando para isso referir que na centúria quatrocentista recaem sobre os ombros dos pescadores da terra privilégios ímpares, tal como o uso de porte de arma e a isenção de aposentadoria, procurando a Coroa dessa hábil maneira incentivar essas gentes a empreender todo o seu labor nas actividades que dominavam²³ e consequentemente a tirar o máximo proveito económico desses officios.

A realeza terá efectivamente a sua recompensa no século XVI, mais concretamente na primeira metade, fase em que Tavira atinge no contexto regional um desenvolvimento económico praticamente imbatível. Recordemos apenas neste sentido que a vila de Tavira, decretada cidade a partir de 1520 pelo monarca D. Manuel I, forne-

ce ao almoxarifado as maiores receitas fiscais²⁴, resultado da riqueza em curso no Algarve. Uma cidade bem cotada no plano económico e comercial como Tavira, é naturalmente uma cidade que abre boas perspectivas de se lançar um negócio, uma empresa e até assentar morada, não sendo estranho que seja a mais habitada da região. Pelos censos que se conseguiram recuperar sabemos que viveram no termo de Tavira na década de 30 do século XVI mais de 8 000 pessoas. Esta marca demográfica, adicionada à nobreza dos seus habitantes e aos excelentes recursos naturais que disponibiliza, nomeadamente os marinhos, vale legitimamente à cidade de Tavira o título de principal povoação do reino do Algarve²⁵. A noção da importância económica dos artigos provenientes do mar constata-se sem dificuldade no foral dado em 1504 por D. Manuel I. Uma apreciável lista de bens marítimos está contemplada neste diploma, desde logo submetida a determinadas obrigações de foro fiscal. Estão presentes em tal documento as sardinhas, os polvos, os enxarrocós, os mariscos e as baleias, estas – à semelhança do que previa o foral afonsino de Tavira – descritas como propriedade exclusiva de sua alteza real, devendo as rendas daí resultantes ser arrecadadas pelo almoxarife²⁶. Também da responsabilidade e receita da Coroa é o comércio do sal em Tavira, que a isso mais ninguém está autorizado. Na tabela de venda o alqueire vale oito reais e na nova moeda, segundo a reforma manuelina, o real custa seis ceitis, preço idêntico quer para os residentes locais quer para os estrangeiros²⁷. O sal é precisamente um dos produtos ligados à economia marítima que constitui uma das parcas especificidades do foral tavirense, sendo no resto semelhante ao de Silves, que serve de padrão às localidades algarvias bafejadas por tamanho privilégio. Refere Veríssimo Serrão que a salga do peixe compreendida entre 10 de Maio e 1 de Novembro, utilizando-se três moios de sal teria um custo de um vintém. Depois desse prazo, qualquer habitante interessado em recorrer novamente ao sal incorria no pagamento de um vintém e meio. A facturação desse dinheiro decorria somente após a liquidação da dizima à Coroa²⁸, que se note.

Temos ainda o marisco, que se arrebatava em abundância

na ria nos anos setenta do século XVI²⁹, dispensado de imposto caso fosse vendido para Castela ou importado além das fronteiras do reino. Na senda da isenção de tributo também figuram os polvos, enxarocos, lulas e chocos que se obtenham a partir de bicheiros, fisga ou mesmo à mão. No entanto, define o foral novo, se alguma destas espécies surgir por intermédio de uma embarcação proveniente de fora do reino o fisco vai garantidamente pedir contas³⁰.

Resta-nos no quadro do pescado mais conhecido no Algarve e relevante para as suas finanças, embora o foral taviense não o mencione explicitamente, anotar aqui o atum. Muitas explicações são avançadas para caracterizar o súbito protagonismo atingido pela pesca do atum no século XVI, mas sem que alguma seja totalmente convicta³¹. Certo parece ser que Tavira lançava almadras nas suas costas já nesta centúria, sucedendo o mesmo com demais povoações litorais da região³². Apesar dos perigos e dos roubos que rondavam as almadras, forçando as autoridades locais a reforçar a vigilância e a segurança nas costas, o comércio fazia-se a bom ritmo, sobretudo para o estrangeiro, que o diga Castela, Itália ou o Norte de África³³. A cidade de Ayamonte é precisamente uma das localidades que mais benefícios ganha com o pescado e o marisco importado de Tavira, *por valer lá em Castela sempre mais caro e lho pagarem em reales, que lhes estimam muito mais que os nossos patações*³⁴, não sendo espanto qualquer reparar que a povoação castelhana cresça mais que a cidade algarvia na segunda metade de Quinhentos.

Indispensável para a conservação do pescado, seja sardinha ou atum, continua a ser o sal, vá aquele parar ao interior do reino ou a Castela em troca do cereal. Tavira não tem razões de queixa quando nos temos de reportar à produção de sal, visto que mal principia a década de 30 do século XVI identificam-se 1360 talhões, mais 96 em frente à ermida de Santa Ana³⁵. A mantê-los estão os braços e os corpos de muitos homens, alguns deles provavelmente em situação de degredo³⁶. Se tudo indica que a actividade marítima absorve muito emprego e exige grande esforço dos seus trabalhadores, não é menos crível assumir que a pescaria e a produção do sal repre-

senta na economia regional uma substancial receita para os cofres do reino³⁷, senão mesmo a mais significativa. Alguns particulares, nomeadamente gente da nobreza, também disputam os rendimentos disponibilizados pelo mar. Acontece ao detentor do título de Marquês de Vila Real, a quem pertence por privilégio dado pelo monarca D. Afonso V, assim como aos seus descendentes, a cobrança da *renda da portagem da terra e do mar e os quintos do pescado que morre na costa e o dizimo do que morre no alto*³⁸. Quanto aos pescadores, a julgar ainda pelas cláusulas fixadas no foral manuelino, pouco mais tinham direito do que levar para casa nas suas canastras uma parte do pescado capturado, excepto as espécies mais valiosas. Isto consentia o foral, bem se sabe, ainda para mais sem ter de desembolsar

²⁰ Paula Pinto Costa, *ob. cit.*, p. 197.

²¹ José António de Jesus Martins, *O reino do Algarve nos finais da Idade Média: os concelhos algarvios do século XV*, s.l., s.n., 2007, p. 60.

²² *Idem*, *ibid.*, p. 117; Alberto Iria, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XV (subsídios para a sua história) 1404-1449*, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990, p. 160.

²³ João Silva de Sousa, “Privilégios singulares e colectivos concedidos a algarvios no século XV (elementos para o seu estudo)”, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1987, pp. 226-227.

²⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *ob. cit.*, p. 43.

²⁵ *Idem*, *ibid.*, p. 56.

²⁶ AA VV, *O Foral de Tavira de 1504: Estudo e Transcrição*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2004, p. 20.

²⁷ *Idem*, *ibid.*, p. 99.

²⁸ Joaquim Veríssimo Serrão, *ob. cit.*, p. 49.

²⁹ Frei João de São José, “Corografia do Reino do Algarve”, in *Duas descrições do Algarve do século XVI*, (apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães) Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 51.

³⁰ AA VV, *O Foral de Tavira de 1504...*, p. 64.

³¹ Joaquim Romero Magalhães, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Lisboa, Cosmos, 1970, p. 149.

³² *Idem*, *ibid.*, p. 154.

³³ *Idem*, *ibid.*, p. 158.

³⁴ Frei João de São José, *ob. cit.*, p. 52.

³⁵ Joaquim Romero Magalhães, *ob. cit.*, p. 162.

³⁶ Geraldo Pieroni; Timothy Coates, *De couto do peccado à vila do sal: Castro Marim (1550-1850)*, Lisboa, Sá da Costa, 2002, pp. 126-127.

³⁷ Joaquim Romero Magalhães, *ob. cit.*, p. 164.

³⁸ Frei João de São José, *ob. cit.*, p. 53.

qualquer imposto, desde que a intenção do marítimo fosse tomar o peixe como refeição em sua própria casa ou na casa de amigos seus³⁹.

Tavira na segunda metade do século XVI não tem o esplendor de outrora. Isso dirá o frade agostinho João de São José, que melhor do que ninguém sabe, já que aqui viveu e ainda gastou tempo para a descrever. Custa-lhe aceitar este diagnóstico adverso mas refere ser bem evidente que a cidade de Tavira na década de setenta da centúria quinhentista se encontra mais vazia de gente, sem o charme da alta sociedade e pouco zelosa na conservação da sua imagem urbana. A responsabilidade pela crise que a seu ver paira em Tavira deve-se ao abandono das praças norte africanas, mas também à fuga dos agentes comerciais e económicos para Sevilha e outros centros mercantis de Castela⁴⁰. Nada que afecte a fertilidade do rio, antes pelo contrário, pois segundo o lacobrigense Henrique Fernandes Sarrão, coreógrafo contemporâneo de João de São José, ainda se acha muito pescado, marisco, amêijoas e ostras⁴¹. Aliás, tantas ostras deram à costa de Tavira no ano de 1571 *que diziam os pescadores que faziam vulto de ua grande serra*⁴². Há de sobra e que dê para todos saborearem. No entanto, aqueles que se atrevem a ir recrutá-las em primeiro lugar são os pescadores castelhanos, apetrechados com uns ancinhos grandes de ferro a que chamavam rastros e uns grandes penedos em cima deles com ua rede de cordas de trás e tudo isto levavam à toa por cordas, ua barca remando com grande força, de maneira que todas as ostras que o ancinho com seus dentes levantava, apanhava a rede que detrás ia⁴³. A frota, em número de vinte embarcações, tira do sério os da *governança desta cidade*, que mandam confiscar as velas e mais as ostras que levam a bordo, sanção ditada pela falta de licença de pesca que os devia acompanhar. O erro já tinha sido cometido mas o interesse pelo negócio da pesca da ostra é a tal ponto relevante para os pescadores castelhanos que se dispunham a dar de concerto boa soma de dinheiro por os deixarem pescar e se obrigavam a trazer à cidade cada dia ua barca de ostras a vender por bom preço⁴⁴. Aos pescadores locais é que a proposta nem um pouco agrada, visto que no seu entendimento ficam arredados dos ganhos que por natureza lhes pertencem. Durante um ano a ostra fez esquecer o que restava de pesca nas

águas de Tavira. Sol de pouca dura. Quando o negócio corre favoravelmente ninguém espera que termine tão cedo, muito menos que se aponte a culpa a uas tormentas, o principal motivo de abandono da pesca à ostra. A apanha deste molusco desceu consideravelmente depois do enorme número dado à costa ter sido coberto pelas areias que até aí se arrastaram pela *força das ondas*, estragos que muitos atribuíam a uma reprimenda de Deus Nosso Senhor⁴⁵.

Definitivamente a graça divina não está virada para a cidade de Tavira. O Cabido considera-a enferma e sem igreja que se consiga converter em sede episcopal. A cidade fica na periferia do reino, alega o cabido, mas no fundo o que mais lhe preocupa são os rendimentos que detém em Silves, demasiado distante do seu alcance. Lagos entra também na corrida para segurar a cabeça do bispado, mas a escolha recai sobre Faro, mais central e em crescimento, transferência que está associada ao bispo humanista e letrado D. Jerónimo Osório. Pelos anos em que este assume o comando da diocese algarvia, as principais cidades do litoral da região aumentam os censos populacionais, situação que obriga a um esforço maior da parte desses centros urbanos para reunir em permanência uma reserva alimentar que sustente as bocas que agora se multiplicam. A economia da região, que mantinha contactos no mercado internacional, baseia-se na fruta, no azeite, no vinho e no atum exportado, mas também no trigo importado⁴⁶, essencial na alimentação quotidiana dos habitantes algarvios e que infelizmente tem produção pequena nestas imediações.

O campo é a morada predilecta das gentes algarvias a partir da segunda metade do século XVI e ao longo da centúria seguinte, ainda que o mar seja praticamente insubstituível enquanto fonte de rendimento significativa para os cofres régios, disso ninguém duvida. Nem mesmo o bispo Jerónimo Osório que critica o excessivo imposto taxado pelas autoridades fiscais do reino: em dez peixes recolhidos, não interessam aqui os nomes pelos quais se conheçam, seis ou às vezes até sete são depositados à ordem da Coroa⁴⁷. É obra! Esse ambiente fiscal de asfixia que afecta pesadamente a classe piscatória, que contava

no século XVII com 66 pescadores e 19 mareantes, vai motivar a sua saída da sede concelhia e a consequente deslocação até localidades do termo menos exigentes do ponto de vista tributário⁴⁸. A cidade perde capacidade de reter no seu território as actividades profissionais que ainda lhe podem injectar algum alento económico, sobretudo numa altura em que a maioria decide residir no campo e em que os equipamentos vitais de Tavira, como o porto, dão sinais de crise. A acção portuária da cidade de Tavira, em época de domínio filipino, limita-se a algum contacto comercial com o Brasil e pouco mais⁴⁹, tráfego marítimo mais pobre em virtude dos problemas que a barra apresenta, impedindo a entrada de embarcações de maior calado. A presença de um barco no rio era a tal ponto raro que alguém sendo visto a pescar logo o tinham como pessoa rica⁵⁰.

Já sabemos que os arredores rurais do termo tavirense estavam mais povoados de gente do que a cidade, referenciada

³⁹ AA VV, *O Foral de Tavira de 1504...*, p. 58.

⁴⁰ Frei João de São José, *ob. cit.*, pp. 50-52.

⁴¹ Henrique Fernandes Sarrão, "História do Reino do Algarve", in *Duas descrições do Algarve do século XVI*, (apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães) Lisboa, Sá da Costa, 1983, p. 166.

⁴² Frei João de São José, *ob. cit.*, p. 51.

⁴³ Idem, *ibid.*, p. 51.

⁴⁴ Idem, *ibid.*, pp. 51-52.

⁴⁵ Idem, *ibid.*, p. 52.

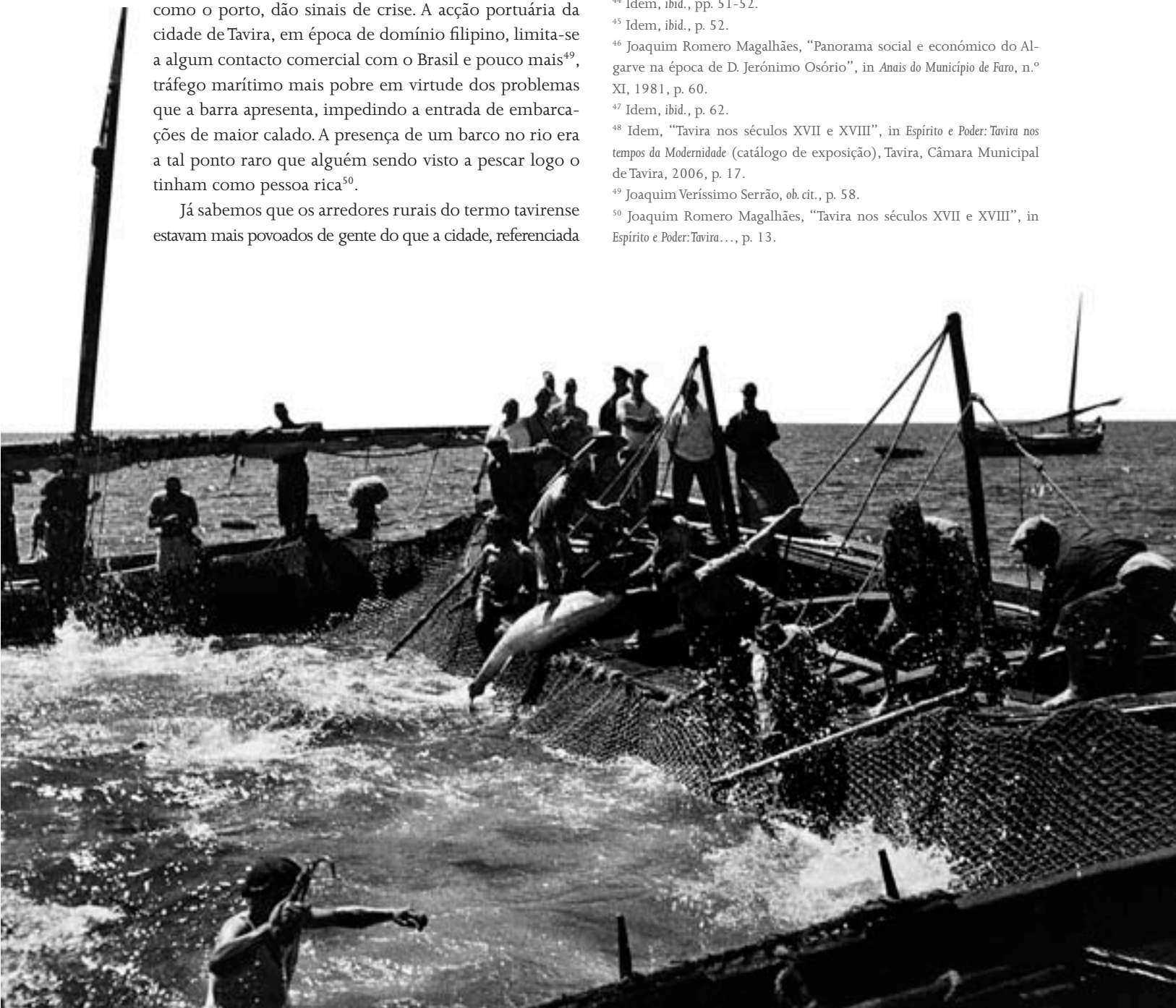
⁴⁶ Joaquim Romero Magalhães, "Panorama social e económico do Algarve na época de D. Jerónimo Osório", in *Anais do Município de Faro*, n.º XI, 1981, p. 60.

⁴⁷ Idem, *ibid.*, p. 62.

⁴⁸ Idem, "Tavira nos séculos XVII e XVIII", in *Espírito e Poder: Tavira nos tempos da Modernidade* (catálogo de exposição), Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2006, p. 17.

⁴⁹ Joaquim Veríssimo Serrão, *ob. cit.*, p. 58.

⁵⁰ Joaquim Romero Magalhães, "Tavira nos séculos XVII e XVIII", in *Espírito e Poder: Tavira...*, p. 13.



em Seiscentos como uma localidade em recessão, quer demográfica quer económica. Tentando contrariar essa imagem pessimista que certamente preocupa Tavira, os seus moradores e as principais autoridades locais, surge-nos num claro golpe propagandístico pelo cronista português de Filipe III, chamado Rodrigues Mendes Silva, uma alusão a esta cidade em que nada falta e em que o vinho, o azeite, as hortaliças e o pescado existem em abundância⁵¹. Se nos reportarmos ao atum é falso, pois no início do século XVII tudo indica que os níveis de captura venham a conhecer uma curva descendente que apenas se ergue no século seguinte. Esse registo é igualmente válido para a sardinha⁵². Aliado a esse baixo rendimento das almadravas figura habitualmente a falta de investimento, as antiquadas técnicas e artes de pesca utilizadas, o acosso da pirataria, mas também é costume atribuir-se as culpas desse resultado desolador da pesca do atum à mudança da rota dos cardumes e à violação das regras da faina pela parte dos armadores⁵³. Quem sofre desde logo com a penúria de pescado recolhido é a Fazenda Régia, que vê as suas receitas fraquejarem. Se nos finais do século XVI o atum proporcionava à Coroa 1,3 % dos seus lucros totais, na primeira década do século XVII não vão além dos 0,8 %⁵⁴.

A venda de peixe no século XVII resume-se praticamente a quatro localidades da região: Tavira, Faro, Portimão e Lagos. Antes dessa centúria era ao ocidente algarvio que cabia o favoritismo da pesca do atum, destaque que se transfere mais tarde para a capital regional, vindo a tornar-se no mais significativo centro exportador. O Cabido da Sé, atento ao crescimento da actividade piscatória em Faro nos finais do século XVII, anseia pelo controlo das rendas que os frutos do mar em principio lhes reserva em agradável quantia, às quais pensa juntar os dízimos que já beneficia dos celeiros instalados na serra algarvia. No mesmo século, o porto de Tavira, menos frequentado que em anos anteriores, contenta-se em acolher algumas embarcações que saem de Setúbal e Cascais para irem à pescada no mar alto. Aquelas que apanhadas fossem tinham como destino a exportação para a vizinha Andaluzia, umas sem desobedecer a lei, outras

recorrendo à transacção clandestina⁵⁵, única maneira de escapar ao importuno fisco.

Lentamente a crise afasta-se dos mares algarvios. A pesca, que entrara em depressão na década de vinte do século XVII, a isso levada em boa parte pelas rígidas leis que barram a entrada na região do espírito de modernização e inovação ligado à actividade marítima⁵⁶, vai encarar dias mais risonhos a partir dos anos vinte de Setecentos⁵⁷. Os catalães que estão em Tavira e comercializam atum no porto da cidade a isso ajudam. Estávamos nos anos de ressaca do terrível terramoto. Até ao cais chegam iates e seítias, diz-nos o pároco de Santa Maria⁵⁸, mas muitas mais embarcações podem entrar, desde que a carga não exceda as oitenta toneladas, esclarece o prior da freguesia de Santiago⁵⁹. A defesa não representa qualquer problema à embarcação que deseje parar em Tavira, disso tratam as duas fortalezas que se posicionam na barra, a da Conceição e a do Rato, já para não referir que se encontram *bem artilhadas*⁶⁰. O perigo e a principal insegurança para alguns navios que desejem tomar rumo a caminho de Tavira está na irregular profundidade do rio, que se transfigura consoante os altos e os baixos que as areias movediças venham a formar⁶¹.

Os referidos párocos são unânimes em afirmar que o Gilão não é de imenso caudal, mas água não falta em estação alguma do ano. É navegável, inclusivamente da ponte para cima, mas apenas a embarcações de pequeno porte. Tainhas, linguados, sargos, muges e *barbos em abundância* é quanto o rio oferece em pescado nos meados do século XVIII. Segundo o pároco de Santa Maria não havia pesca pública ao longo do ano, esse privilégio somente abarcava os *camaristas da Ponte para cima onde propriamente é Rio*⁶². Resposta distinta tem o prelado da freguesia de Santiago quando o convocam a pronunciar se há pesca no rio e em que altura do ano ocorre. Confirma que a pescaria tem adeptos o ano inteiro, mas que ninguém se atreve a dar o primeiro passo *sem licença da Câmara da Ponte para cima com rede de rojo*⁶³.

Esta pesca de rio, que chega para as encomendas de meia dúzia de famílias ou para as solicitações do pequeno comércio local, nada se compara com a pesca do mar,

que gere um negócio de projecção comercial bem maior e que consome gastos incomparavelmente superiores, cenário que se aplica por exemplo à pesca do atum. Neste último capítulo podemos falar dos pagamentos aos homens que trabalham nas armações ou na manutenção e aquisição de redes e ferros. Quanto ao potencial económico ligado à pesca do atum – que tem em Olhão, Monte Gordo e em Vila Real os emergentes centros de exportação da região no século XVIII – ninguém parece duvidar da sua mais valia. É nesse sentido que na década de 30 de Setecentos a família Oliveira-Freire torna-se empresária de uma armação de atum que fará lançar nas costas de Tavira⁶⁴. Um decénio depois, temos informação que no porto de Tavira, que apresentava sintomas de revitalização por estas alturas⁶⁵, metade das embarcações que tinha esta cidade como destino viajava com barris e pipas vazias para depois as encher de atum e sardinhas, entre outras mercadorias disponíveis e igualmente procuradas⁶⁶. Figura entre elas o sal, que se envia a caminho de Gibraltar, contudo, o que alicia as embarcações a atracar em Tavira é sem discussão o abastecimento de peixe salgado, cujo rumo termina na sua grande maioria em portos castelhanos⁶⁷, isso se os ventos a tal ajudarem e se os piratas a tal não o impedirem. É precisamente de Castela, que em troca, sai o cereal, que grande falta tem o Algarve dele.

Sem o sal dificilmente o peixe, sardinha ou atum, que as embarcações transportavam em barris ou em pipas completamente lotadas, conseguiria permanecer até ao fim da viagem em bom estado de conservação. Tavira nunca concebeu salinas em demasia. Nos anos finais da década de sessenta do século XVIII, os velhos talhões de sal que se descobriam pela cidade, arruinados ao que se consta, dão lugar a uns novos de acordo com instruções régias⁶⁸. O aumento da busca pelo pescado salgado em Tavira a isso obriga. São as regiões do interior, como Mértola, e a Andaluzia que mais reclamam na segunda metade de Setecentos pela comparência do atum ou da sardinha em frente às suas mesas. Ainda quanto à indústria do sal, um pouco antes de concluir o século XVIII, temos notícia de existirem em Tavira trinta e três marinhas,

sendo que vinte e sete se achavam cultivadas e seis incultas. Neste levantamento, efectuado por Lacerda Lobo, acrescenta-se que a produção anual na cidade tavi-rensê ronda os mil moios e que o número de empregados a trabalhar diariamente nas salinas durante a época em que decorre a safra atinge as oitenta pessoas⁶⁹.

Destes anos em diante a economia marítima tavi-rensê, que como vimos assenta na pesca e no sal, vai-se aperfeiçoando e modernizando, as fábricas de conservas ganham o seu espaço na cidade, assim como os arraiais das armações de atum em certas localidades do termo de Tavira, mas sobre isso outro texto deste catálogo fará alusão mais exaustiva.

⁶⁴ Joaquim Veríssimo Serrão, *ob. cit.*, p. 60.

⁶⁵ Joaquim Romero Magalhães, “A conjuntura económica”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*, Lisboa, Colibri, 1999, p. 254.

⁶⁶ Idem, *O Algarve Económico (1600-1773)*, Lisboa, Estampa, 1993, pp. 197-199.

⁶⁷ Idem, *ibid.*, p. 195.

⁶⁸ Idem, *ibid.*, p. 209.

⁶⁹ Idem, “A conjuntura económica”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias...*, p. 261.

⁷⁰ Idem, *O Algarve Económico (1600-1773)*, p. 213.

⁷¹ Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*, vol. II, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2001, p. 290.

⁷² Idem, *ibid.*, p. 299.

⁷³ Idem, *ibid.*, p. 299.

⁷⁴ Idem, *ibid.*, p. 299.

⁷⁵ Idem, *ibid.*, p. 292.

⁷⁶ Idem, *ibid.*, p. 301.

⁷⁷ Idem, *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*, vol. I, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993, p. 200.

⁷⁸ Joaquim Romero Magalhães, “Tavira nos séculos XVII e XVIII”, in *Espírito e Poder: Tavira...*, p. 13.

⁷⁹ Valentino Dinis Tavares Galhardo, “O porto de Tavira na quarta década do século XVIII: alguns aspectos significativos”, in *Actas das I Jornadas de História de Tavira*, Tavira, Clube de Tavira, 1992, pp. 48-49.

⁸⁰ Idem, *ibid.*, p. 51.

⁸¹ Joaquim Romero Magalhães, “Tavira nos séculos XVII e XVIII”, in *Espírito e Poder: Tavira...*, p. 17.

⁸² Virgínia Rau, *Estudos sobre a História do Sal português*, Lisboa, Presença, 1984, pp. 11-12.

*Tavira nas rotas
europeias e asiáticas
dos séculos XV-XVIII*



Tavira na Expansão Portuguesa

José António Rodrigues Pereira
(Capitão-de-mar-e-guerra
Director do Museu de Marinha)

Portugal é um Estado independente desde 1140 e, pode dizer-se que tem as suas fronteiras estabilizadas desde cerca de 1260, o que o torna um caso raro na Europa e no Mundo. (fig.1)

Situado na extremidade sudoeste do continente europeu, nas suas costas passam, desde a Antiguidade, as rotas marítimas do Mediterrâneo e, mais recentemente, as do Atlântico Sul. Esta situação aliada à existência de bons portos e abrigos, favoreceu o contacto das populações com as actividades marítimas.

A pressão exercida, desde a origem, nas suas fronteiras terrestres – a norte e a Leste por Leoneses e Castelhanos e a Sul pelos Muçulmanos -- contribuiu para que o mar tivesse grande influência no desenvolvimento do novo Estado porque, apesar dos perigos que então representava, era a única via de comunicação com o exterior.

Pelo mar se recebiam os reforços dos Cruzados para as conquistas territoriais, por mar se recebiam e expediam mercadorias, no mar se obtinha parte importante dos alimentos.

São do século XII os primeiros documentos relativos à actividade marítima portuguesa que mostram a importância que já tinha naquela época o comércio marítimo e a pesca.



Fig.1 - Mapa da Europa Medieval

A criação de uma feitoria na Flandres, no último quartel do século XII, e as negociações com a Inglaterra, nos primeiros anos do século XIII, contribuíram também para o desenvolvimento das actividades marítimas.

Em meados do Século XIV, o rei D. Fernando I preocupou-se com a criação de uma Marinha forte através de incentivos à construção naval e da criação do seguro marítimo, matéria em que teremos sido pioneiros; sabe-se também que a pesca se fazia já no alto-mar e em águas distantes.

No início do Século XV, Portugal iniciava um período de estabilidade política e social aliada a uma economia em desenvolvimento e a uma Marinha já com tradições.

Com a Dinastia de Avis dera-se um profundo golpe na Nobreza Feudal e subia ao poder a Burguesia comercial, especialmente aquela que, em Lisboa e no Porto, estava ligada ao comércio marítimo.

Nessa época (início do Século XV) a Europa era ainda assolada por conflitos feudais que opunham a nobreza aos seus monarcas e pela Guerra dos Cem Anos (1337-1457) entre franceses e ingleses. A vizinha Castela debatia-se ainda com a existência do Reino Muçulmano de Granada.

Portugal era o único país em condições de iniciar metodicamente a exploração do Atlântico, já tentada desde o Século XII por muçulmanos – os Aventureiros que saíram de Lisboa em 1147 – italianos – os irmãos Vivaldi que na década de 1340 tentaram explorar a costa ocidental africana – e portugueses – que desde 1336 efectuavam viagens às ilhas Canárias.

A expansão portuguesa no Século XV foi uma verdadeira empresa nacional, pois obrigou à conjugação de esforços do Estado, da Ordem de Cristo e de particulares, segundo o que hoje se chama uma *Estratégia Nacional* (ou *Grandes Opções Nacionais*) de que devemos salientar os seguintes objectivos:

- Exploração oceanográfica e meteorológica do Oceano Atlântico;
- Exploração hidrográfica e comercial da costa africana, das ilhas atlânticas e povoamento destas;
- Desenvolvimento da *Arte da Navegar* com a utilização

da navegação à bolina, a determinação da direcção do navio no alto mar e ainda o uso dos métodos astronómicos para a determinação da posição do navio;

- Desenvolvimento da arte da construção naval através da melhoria técnica dos navios e do aumento das suas capacidades militares e de transporte;
- Ocupação dos portos da orla atlântica de Marrocos;
- Domínio das zonas de passagem obrigatória do tráfego marítimo, as denominadas *Áreas Focais*.

O regime dos ventos

Nos dias de hoje não há quaisquer dúvidas sobre o regime dos ventos existente nos Oceanos. No início do século XV, no entanto, apenas eram conhecidos, e de forma empírica, os ventos das regiões costeiras da Europa, do Norte de África e do Mar Mediterrânico.

Sabe-se também que as Ilhas Canárias eram já visitadas por marítimos portugueses e genoveses desde o século XIV, e que, eventualmente o mesmo sucedia com Porto Santo e a Madeira.

Os ventos NW da Costa Ocidental portuguesa facilitam a navegação para sul, mas tornam difíceis as viagens para Norte e impossibilitam-nas quando o vento ronda para Norte/a conhecida **Nortada** dos dias de Verão.

Na Costa Sul os ventos habitualmente SW, facilitam a navegação de e para o Mediterrâneo; apenas nos dias de **Levante** essa navegação se torna difícil e perigosa.

Na Costa Africana os aliseos NE, soprando paralelamente à costa não oferecem qualquer dificuldade nas viagens para Sul, mas o regresso à vela não é possível sem um grande afastamento da costa (o que na época não era habitual).

Talvez por isso tenha surgido a lenda do *Mar Tenebroso* que impedia a navegação para sul do Cabo Bojador.

O regresso daquela região navegando à vela só era possível fazendo a volta pelo largo, navegando à bolina até encontrar os ventos favoráveis de NW aproximadamente na latitude dos Açores, que facilitavam o regresso a Portugal.

Para conseguir este objectivo foi necessário aos

portugueses desenvolverem a arte de navegar abandonando os métodos empíricos que vinham da idade média e da navegação mediterrânica. (fig. 2)

Assim foi necessário, introduzir a bússola a bordo para se determinar a direcção em que o navio se desloca quando fora da vista de terra.

Depois foi necessário adaptar navios que permitissem navegar à bolina, melhorando as condições de navegação; e surgiu a caravela.

Foi ainda necessário criar um método de determinar a latitude do navio no alto-mar de forma a saber os momentos em que deveria alterar o rumo para atingir o porto de destino.

Relativamente à navegação à bolina, convém aqui definir o significado da palavra BOLINAR.

Bolinar não significa, como muitas vezes se pensa, navegar ou caminhar em sentido contrário ao vento; bolinar significa avançar num sentido que faça com o sentido donde sopra o vento, um ângulo inferior a 90°; e diz-se que a embarcação bolina melhor ou pior conforme o ângulo é, respectivamente, menor ou maior.

Assim, uma nau bolinava com um ângulo de 80° enquanto a caravela o fazia com ângulos de 65°. Hoje os modernos veleiros de competição conseguem ângulos de bolina inferiores a 45°.

A expansão portuguesa no Século XV baseou-se, fun-

damentalmente em quatro pilares de desenvolvimento.

Em primeiro lugar os meios humanos capazes de concretizar os projectos que a Ordem de Cristo e depois o Rei desenvolviam.

Em segundo lugar, as técnicas de navegação com a introdução de métodos astronómicos de determinação da posição do navio no mar.

A construção naval, com o desenvolvimento da caravela, navio cujas características especiais permitiam o avanço das navegações contornando os ventos dominantes, depois de conhecido o seu regime.

Por último a cartografia cujo desenvolvimento se iniciou logo no Séc.XV e atingiu o seu apogeu nos finais do Século seguinte.

No Século XV Portugal estabelece bases no Mediterrâneo como instrumento de comunicação entre a sua nascente expansão atlântica e os centros da vida económica europeia e como veículo de penetração no Norte de África.

Cria-se um espaço geopolítico e geo económico que geograficamente se traduz num triângulo a que se chamou o Golfo das Éguas e onde se desenrola parte significativa da história portuguesa do Século XV.

As viagens Atlânticas

Após o regresso da conquista de Ceuta (1415) o Infante D. Henrique fixa-se no Algarve, na chamada Vila do Infante e rodeou-se de mestres nas artes e ciências ligadas à navegação, criando uma Tercena Naval, um local de reunião de mareantes e cientistas onde, aproveitando a ciência dos doutores e a prática dos hábeis marinheiros algarvios se debatia a marcha dos descobrimentos, se criavam novos métodos de navegação, desenhavam cartas náuticas e se adaptaram navios às tarefas requeridas por tal empreendimento.

Surgem cedo os primeiros resultados; Gonçalves Zarco atinge Porto Santo (1419) e a Madeira (1420), Diogo de Silves descobre Santa Maria (1427) e Gil Eanes ultrapassa o Cabo Bojador (1434) o limite do Mar Tenebroso dos geógrafos árabes.

As viagens de descobrimento dirigidas por D. Henrique

Fig.2- Caravela dos Descobrimentos



a partir do Algarve podem ser divididas em 4 fases distintas:

A **Primeira Fase** (1418-1433) é a do estudo dos ventos e correntes do Atlântico Central e da consequente descoberta da ilha atlântica.

A **Segunda Fase** (1434-1440) é a época das descobertas na costa ocidental africana, assinalada pelas expedições de pequenos navios com o objectivo de avançar o mais possível para Sul e tentar contactos amigáveis com os indígenas, com o objectivo de encontrar o Reino de Preste João. (fig. 3)

A **Terceira Fase** (1441-1446) é o período das grandes esquadras de caravelas, caracterizada pela busca do lucro fácil, através da apanha de lobos-marinhos, do comércio do ouro e da captura de escravos.

A **Quarta Fase** (1447-1460) é marcada pela presença de navegadores e comerciantes italianos (Cadanosto, Noli, Usodimare, etc) e a eles pertencem as mais pormenorizadas descrições dessas regiões a das navegações. Fizeram-se ainda mais progressos nas explorações atingindo-se a Serra Leoa ($8^{\circ} 30'N$) no ano da morte do Infante (1460).

Com a morte do Infante a responsabilidade pela con-

tinuação das expedições passam para a Coroa e o rei D. Afonso V, mais preocupado com as expedições militares em Marrocos arrenda o comércio dos novos territórios ao comerciante lisboeta Fernão Gomes com a obrigação de continuar as explorações descobrindo 100 léguas de costa por ano.

Foram os navegadores de Fernão Gomes que descobriram o Golfo da Guiné, até ao Cabo de Sta Catarina ($2^{\circ}S$) e as 4 ilhas daquele Golfo, S. Tomé, Príncipe, Ano Bom e Fernando Pó, ou seja mais de 2.600 milhas de costa. Transfere-se também para Lisboa a base operacional das novas viagens e o Algarve (Lagos) perde alguma importância.

A subida ao trono de D. João II faz regressar ao controlo da coroa a organização das viagens de descobrimento. Como primeira iniciativa o monarca manda construir a fortaleza de S. Jorge da Mina, o primeiro entreposto europeu na África Sub-sahariana. Depois continuaram as viagens para Sul com as duas expedições de Diogo Cão que exploraram as costas de Angola e da Namíbia, até à actual Walvis Bay ($22^{\circ} 30'S$) e o Rio Zaire até à Catarata de Ielala a 150 Km da Foz. (Fig. 4)

Em 1488 o navegador Bartolomeu Dias atinge finalmente



Fig. 4- Planisfério de Cantino

a ponta sul do continente africano e entra no Oceano Índico.

As viagens de descobrimento no Atlântico vão ser concluídas, já no reinado de D. Manuel, com a expedição de Vasco da Gama que atinge por mar a península indostânica e a viagem de Pedro Álvares Cabral que *descobre* o Brasil.

É importante lembrar que, além das viagens ao longo da costa de África e da descoberta das ilhas Atlânticas, os portugueses atingiram o Mar dos Sargaços, as Antilhas, a Gronelândia, a Terra de Lavrador e a Terra Nova.

O pequeno povo da ponta setentrional da Europa com cerca de um milhão de habitantes conseguiu protagonizar a conquista dos Oceanos e o descobrimento de ignorados continentes, dando início a uma nova era na História do Mundo: a Globalização.

Terminadas as viagens de descobrimento ia iniciar-se a Carreira da Índia e a construção do Império Português no Oriente.

As conquistas no norte de África

A expansão territorial portuguesa iniciou-se no Norte de África com a conquista de Ceuta em 1415 e a sua presença naquela região prolongou-se até 1769, quando Mazagão a última praça portuguesa foi abandonada. Esta área de expansão portuguesa estava inserida na luta ideológica entre o Cristianismo e o Islamismo, admitindo-se também como razão para aquelas conquistas a tentativa de travar a pirataria e o corso muçulmano no Atlântico, de modo a facilitar o comércio marítimo e as viagens de exploração do Oceano Atlântico.

Terminadas as Guerras com Castela surgiram na sociedade portuguesa duas correntes de pensamento estratégico relativamente à orientação de política nacional. Depois da unanimidade relativamente à empresa de Ceuta, logo se desenvolveram duas tendências. De um lado a nobreza, defendendo o prosseguimento das conquistas territoriais em Marrocos, continuando um pensamento típico medieval, renovando o carácter de Cruzada contra o infiel mulçulmano e com a perspectiva de que eram as conquistas territoriais que faziam a grandeza do Estado.

Do outro a burguesia, apoiando o abandono das praças africanas, enquanto sorvedouro de gente e de dinheiro, defendendo a política de expansão marítima no Atlântico, característica da Idade Moderna e do Renascimento, baseada no conceito, séculos mais tarde defendido por Mahan, de que quem domina o mar, domina o comércio marítimo; quem domina este, domina as riquezas da terra e, com estas se domina o Mundo.

Em 1437 a nobreza consegue do rei D. Duarte a organização de uma expedição contra Tânger que resultaria num desastre militar e deixaria cativo o infante D. Fernando, irmão do rei. (fig. 5)



Fig. 5- Praças de Marrocos

O monarca D. Afonso V volta-se de novo para Marrocos ocupando Alcácer-Seguer (1458), Arzila e Tangêr (1471).

D. João II que definiria a política portuguesa dos próximos séculos – o avanço para o Atlântico – consegue equilibrar os negócios da Guiné e da Mina com o comércio de Marrocos, apesar do falhanço da expedição de Graciosa (1488).

Na época Manuelina conquistam-se diversas praças e pontos estratégicos no Meseta e no Suz, procurando desviar para o litoral o comércio caravaneiro, satisfazendo novas iniciativas da nobreza e aumentando a procura de ouro e cereais.

Em 1511 os portugueses sofrem o primeiro grande revés militar em Marrocos com a expedição de Mamora. Quando se tentou desembarcar simultaneamente, uma força militar, os artífices e o material para a construção de uma fortaleza e a população civil que ali se iria estabelecer, aconteceu um inesperado desastre militar – perderam-se 4000 pessoas entre mortos e cativos – que teve enorme repercursão no Reino; a tentativa de preparar uma expedição punitiva que resgatasse os prisioneiros esbarrou na falta de homens, de navios e de dinheiro. Foi esta projectada acção que esteve na origem do auto de Gil Vicente *Exortação da Guerra* em que se apelava à mobilização contra o infiel.

Outro dos fracassos da política portuguesa em Marrocos foi a sua organização militar porque os governadores dependiam directamente do Rei, não existindo qualquer coordenação de esforços de defesa das praças.

A maioria delas só era abastecida a partir do mar e, algumas, apenas em condições especiais de tempo e de maré, o que tornava complicada a situação em caso de ataque prolongado dos muçulmanos.

Por este motivo a guarnição de Sta Cruz de Cabo Guer foi chacinada pelos muçulmanos (1541) sem que pudessem ser reforçada ou evacuada pelos navios portugueses. Tornou-se a maior derrota militar portuguesa em Marrocos e levou D. João III a iniciar a retirada de algumas fortalezas mais vulneráveis.

Portugal desenvolveria, ao longo da sua história, modos muito próprios de relacionamento com os povos nativos das áreas onde se fixou, de que resultaram intercâmbios culturais assinaláveis pela miscigenação civilizacional e de que são exemplos a Índia, o Brasil e Cabo Verde. No Norte de África assim não aconteceu, apesar de se ter ali iniciado a expansão extra-europeia de Portugal – fora as falhadas tentativas de posse das Canárias no Séc XIV – com a conquista da praça marroquina de Ceuta.

A presença portuguesa em Marrocos, nos Séculos XV e XVI, é de carácter essencialmente militar, visando a perseguição de objectivos estratégicos (a defesa da costa do Algarve e da navegação nacional contra a pirataria), políticos (a ocupação e sustentação da nobreza guerreira com dificuldades de adaptação aos novos tempos) e económicos (o abastecimento cerealífero, o comércio de escravos e do ouro).

A presença portuguesa em Marrocos, sendo apenas uma ocupação militar obrigou a criar uma linha de apoio logístico que permitisse abastecer e reforçar as praças, o que só era possível a partir do mar.

Pela sua localização, pelas capacidades do seu porto e pelas características da sua gente – simultaneamente aguerrida e com prática de mar – Tavira tornou-se a chave do reabastecimento das praças africanas.

Assim enquanto Lagos se tornou o porto de excelência para os descobrimentos ao tempo de D. Henrique, Tavira tornou-se o centro de apoio às guerras no Norte de África e ao combate da pirataria e do corso muçulmano que atacava a navegação nacional.

Apesar do envolvimento do país nas expedições atlânticas, o comércio com o Mediterrâneo e com a Europa do Norte mantinha-se e desenvolvia-se.

Se por um lado este desenvolvimento comercial atraía o apetite do corso muçulmano por outro obrigava Portugal a um esforço de defesa das suas águas criando frotas para combater estes corsários. A chamada Esquadra do Estreito seria criada em 1520 como resultado da necessidade de manter defendidas as águas da Costa Sul de Portugal e garantir a livre navegação no Golfo das Éguas.

São muitas as referências à participação do Algarve (e de Tavira) neste esforço de defesa da soberania nacional, em terra e no mar, de que adiante daremos alguns exemplos.

O Algarve no período da expansão

O ano de 1249 marcou o culminar da reconquista cristã em Portugal. Com a tomada de Faro o domínio Al-móada ficou circunscrito ao Magrebe e as comunidades de piratas sediadas agora no Norte de África, deixaram

de controlar a zona costeira da Península Ibérica onde tradicionalmente se acoitavam.

No entanto mantinham-se os ataques muçulmanos ao litoral algarvio, fustigando a navegação costeira saqueando as populações ribeirinhas e capturando alguns cristãos que serviam depois de escravos ou seriam trocados valiosos resgates.

D. Afonso III (1245-1279) foi o primeiro monarca português a cuidar das mais antigas fortificações da costa sul, política depois seguida por D. Dinis (1279-1325) que visitou o Algarve para poder observar o andamento dos trabalhos de defesa da região.

Em 1309, durante o auxílio naval que D. Dinis prestou ao Reino de Castela contra os mouros de Granada, Tavira tornou-se o porto base da esquadra e da organização de apoio logístico à frota.

D. Dinis e D. Afonso III avaliaram, pessoalmente a privilegiada posição geográfica e a singular importância do Sotavento Algarvio, nomeadamente o Porto de Tavira, que era o mais fronteiro de Marrocos e portanto excelente base naval para levar a guerra naval à outra margem do Golfo das Éguas.

Era uma reacção natural na guerra com os mouros que depois de expulsos do Algarve passaram a infestar aquela costa com ataques de corso à navegação e às populações ribeirinhas.

É portanto antiga a preocupação real para não descuidar a defesa marítima da costa Sul do Reino.

Foi em Tavira que, em 1415, no regresso da expedição a Ceuta o rei D. João I doou solenemente aos seus filhos, os Infantes D. Pedro e D. Henrique os títulos de Duque de Coimbra e de Duque de Viseu, respectivamente.

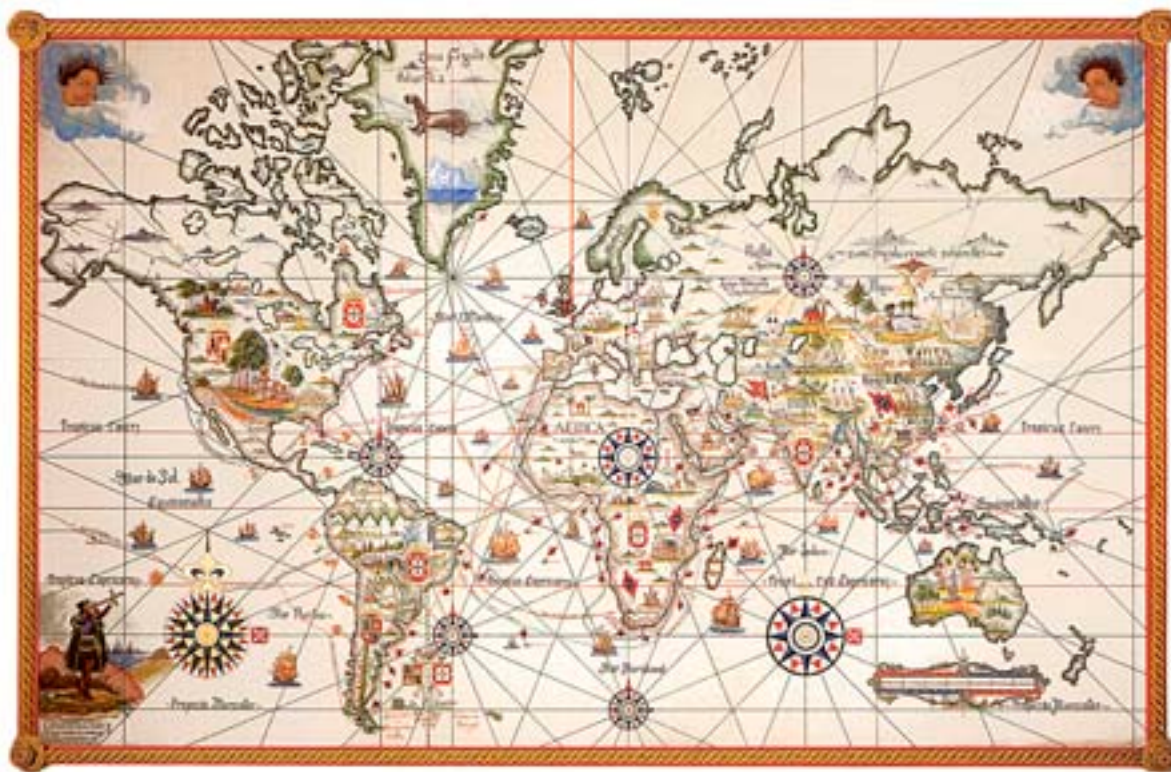


Fig. 6- Viagens da Expansão

Seria D. Henrique quem se apercebeu da excepcional importância geo-política da costa Sul do Reino, a região portuguesa fronteira ao continente africano, bem como da possibilidade de utilizar as excelentes características da sua gente do mar, fazendo de Lagos o centro inicial das Descobertas.

Uma carta de 1440 atribui a João Garcia de Contreiras, morador em Tavira e cavaleiro da casa do Infante D. Pedro, a importante tarefa de “guarda dos portos do extremo dos nossos reinos e os de Castela, desde a vila de Castro Marim até Alcoutim e Mértola”.

Em 1441 é sepultado no convento de S. Francisco o corpo do capitão D. Fernando de Castro, Governador da casa do Infante D. Henrique. Este fidalgo comandara em 1424, uma expedição às Canárias de 120 cavaleiros e 2.500 infantes e viria a morrer ao largo de Tavira num combate naval com uma carraca genovesa que se dedicava ao corso.

Este fidalgo ia para Ceuta com a missão de entregar aquela praça em troca da libertação do Infante D. Fernando. Pedro Afonso morador em Tavira, recebe de D. Afonso V em 1442, a mercê de ser aposentado com todas as honras e privilégios, embora não tivesse ainda completado os 70 anos, pelos serviços prestados ao Infante D. Pedro.

Uma Ordenança de 28 de Agosto de 1453, do Infante D. Henrique, estabelece que a dízima da frota de Tavira que entrava pela foz do Guadiana e ali carregavam e fundeavam, pertencia o à Ordem Militar de Cristo; eram excepção as mercadorias que vinham do estrangeiro e que pertenciam ao Rei, pelo que deveriam passar pela Alfândega.

Foi D. Afonso V quem se apercebeu da importância verdadeiramente excepcional do Algarve, como posição chave para assegurar a defesa marítima da zona Sul do Reino e também a defesa e o reforço das praças marroquinas, nomeadamente o excelente porto de Tavira.

Mais tarde (1489) D. João II, deslocou-se e estabeleceu-se com a Corte em Tavira durante a malograda empresa da Graciosa – uma vila que tentou fundar na foz do rio Larache – porque deste modo poderia ser mais rapidamente informado do que ia acontecendo em África.

D. Manuel I encara, várias vezes no seu reinado, a possibilidade de se estabelecer no Algarve para melhor acompanhar o desenrolar das expedições em Marrocos.

D. João III manifestou sempre o maior interesse em assegurar, a defesa marítima da costa Sul, flagelada pela acção frequente de piratas e de corsários, que já incluem franceses.

A câmara de Tavira, em carta de 27 de Fevereiro de 1527 endereçada a D. João III recorda os serviços praticados pelos seus naturais, nas lutas contra Castela e contra os mouros de África “de que esta cidade é fronteira”. E nessa carta se revela que naquele ano existiam em Tavira mais de 1.600 marítimos que utilizavam mais de 240 navios, empregues na navegação comercial e de pesca que se expandiam até Andaluzia; era uma frota considerável para um só porto, pelo que podemos considerar Tavira um dos principais portos do Reino.

D. João III escreveu à câmara de Tavira em 30 de Abril de 1530 uma carta que revela a sua preocupação na defesa da costa algarvia contra o corso e pirataria dos Turcos.

O monarca mandava aparelhar a Esquadras de Caravelas ou do Estreito e sugeria que se organizassem atalaias com fogos e fumos para afugentar os piratas, porque assim se sentiriam pressentidos.

D. João III realça e enaltesse o valor e lealdade do povo do Algarve, nomeadamente da sua gente do mar, especialmente no socorro das praças africanas.

Em 3 de Março de 1534, quando Tânger é ameaçada, logo largam do Algarve 6 caravelas com gente e artilharia para socorrer a praça.

Em 1535 volta a organizar-se, por acordo entre D. João III e Carlos V, uma esquadra que deveria cruzar entre os cabos de S. Vicente e de Santa Maria para proteger a navegação de comércio dos dois reinos.

Em 5 de Janeiro de 1537, D. João III determina que seja enviada para Tavira a artilharia necessária para armar 4 caravelas com dois bombardeiros experientes; para Faro seria enviada idêntica quantidade de material e para Portimão material para duas caravelas com um bombardeiro.

Em 7 de Fevereiro de 1549 o capitão de Tavira

informa o monarca da situação alarmante que se vivia na região onde “os piratas andavam tão seguros como se a terra fosse sua”. De Tavira e de outros locais do Algarve foram enviadas emissários ao monarca para lhe expressarem o modo como se deveria guardar a costa algarvia: a existência de “4 caravelas muito rasas e compridas e bem artilhadas”, uma em cada porto (Tavira, Faro, Portimão e Lagos) par além das atalaias de fumos e de fogos, para se transmitirem os sinais de alarme, para todo o litoral sul.

Quanto à guarda das cidades e vilas, o exemplo de Tavira poderia ser seguido por outros locais, mandar tocar o tambor na praça, com pregão para que todos os espingardeiros, besteiros e infantes, ordenadamente acorressem com as suas bandeiras onde fosse necessário “e não cada um por sua parte”.

Esta organização mereceu o reconhecimento do Rei que em 29 de Abril de 1550 escreve a forma exemplar como naquela cidade se tinha organizado a defesa e vigilância da costa.

Em carta de 16 de Março de 1553 o monarca recomendava que se reactivassem “as vígias da costa do Reino do Algarve” de modo semelhante ao dos anos anteriores, por se ter conhecimento da passagem pelo Estreito de Gibraltar de 45 navios de remo.

Em 21 de Maio de 1559 o Cardeal D. Henrique dirige à câmara de Tavira uma carta em que recorria às suas gentes e aos seus mantimentos, na organização da luta contra os ataques dos piratas, numa época em que o Governador do Algarve, Fernão Teles de Meneses, residia em Lagos.

A situação económica entretanto, não permitia por um lado aumentar o Poder Naval – conforme aconselhava a situação militar – nem manter a totalidade das praças marroquinas voltadas para o Atlântico: Santa Cruz do Cabo Guer, Safim, Azamor e Mazagão; e para o Mediterrâneo: Ceuta Alcácer – Seguer, Tânger, Arzila e mais a Sul, o Castelo de Arguin.

Como consequência, em 1541 o Rei ordena o abandono de Safim e Azamor, cujas posições já não tinham interesse militar, e em 1550 foram também abandonadas Alcácer – Seguer e Arzila.

Mazagão é cercada por um poderoso exército do Rei

de Marrocos, facto que mobiliza Portugal, que prepara com entusiasmo o socorro aos defensores da praça.

Do Algarve, nomeadamente de Tavira, partem logo numerosos grupos de voluntários, tendo os mareantes mandado 40 homens pagos pela sua confraria e que se anteciparam aos reforços oficiais organizados pela coroa.

Depois de levantado o cerco em 7 de Maio de 1562 continuou viva a exaltação patriótica de defesa das praças de Marrocos e que se reflectiu nas deliberações das cortes de finais de 1562 – onde D. Catarina entregou a regência ao cardeal D. Henrique – de que destacamos.

Que se não abandonassem as praças de Marrocos.

Que no Algarve se construíssem as fortalezas que fossem necessárias para garantir a defesa do Reino.

Que nenhum mouro viva na costa do Algarve par não darem avisos aos piratas, como se presume que façam.

Mas os ataques à Soberania Nacional eram cada vez mais diversificados; agora, franceses e ingleses investem no Atlântico Sul contra as áreas de interesse de Portugal, obrigando a reforçar as defesas do Brasil e dos açores, ou seja, as rotas de navegação e os seus pontos de apoio. Este novo esforço significa menos meios para as praças africanas.

Em 24 de Junho de 1578 sai do Tejo uma Armada que transporta os 24.000 homens do Exército que D. Sebastião leva para Marrocos. O Capitão-mor dos navios de alto-bordo, a quem toda a Armada presta obediência, era o Capitão-mor e Governador do algarve, D. Diogo de Sousa.

Durante a invasão de Portugal pelo Duque de Alba, em 27 de Junho de 1580, a Armada do Duque de Medina Sidonia, reunida em Cádiz, larga em 7 de Julho, conseguindo a rendição de Alcoutim, Cacela e Tavira, a que se seguiria todo o Algarve: Faro, Portimão, Lagos, Sagres e São Vicente.

A 25 de Agosto após a Batalha de Alcântara o Reino passava a ser dominado pela Espanha, tendo as Cortes de Tomar, de 16 de Abril de 1581, confirmado Filipe II como Rei de Portugal.

Ecossistemas do Norte e do Levante Tavira na intercepção de rotas comerciais e artísticas nos séculos XV – XVIII

Alexandra Curvelo e Alexandre Pais
(Historiadores de Arte,
Técnicos do Instituto dos Museus
e da Conservação -IMC)

Situada no extremo Sul de Portugal continental, Tavira surge como um local particularmente dinâmico no mapa ibérico do período correspondente à Idade Moderna.

No arco cronológico compreendido entre meados do século XV e início do século XVIII, o Algarve e, dentro dele, Tavira, principal cidade deste “reino” dentro do Reino, assumiram diferentes escalas e pesos na balança comercial peninsular. Na primeira metade do século XVI, convém não o esquecer, Tavira, que havia sido elevada a cidade em 1520, era a principal urbe do Algarve e a terceira cidade costeira de Portugal, apenas antecedida por Lisboa e pelo Porto¹.

Nas descrições que se conhecem do Algarve do século XVI – a *Corografia do Reino do Algarve* de Frei João de S. José (1577) e a *História do Reino do Algarve* de Henrique Fernandes Serrão (cerca de 1600) –, a imagem que nos surge de Tavira é a de uma cidade opulenta, de uma riqueza que lhe advém de três ordens de razão: «(...) é, ao presente, e foi sempre a principal de todo o reino do Algarve, não só na grandeza da povoação e dotes que a natureza repartiu com o solo do seu sítio, mas também na nobreza dos moradores dela, que são as três excelências que trazem a terra nobre e que com razão se pode gloriar delas².”

A historiografia aponta, em uníssono, o século XVI como o período da expansão algarvia, ainda que as últimas décadas tivessem sido já marcadas por dificuldades que se acentuaram muitíssimo ao longo de Seiscentos. Este último terá sido já um século de “contração”, de “ruralização” e de perda de ligações comerciais ou de “descomercialização”³. As causas, há que buscá-las em diferentes ordens de factores, mas em que dois merecem particular destaque: o progressivo assoreamento do rio Gilão, o acesso natural ao mar, e o abandono das praças de África, processo que começou ainda em meados de Quinhentos (Safim em 1541, Azamor em 1542, Alcácer Ceguer em 1549 e Arzila em 1550) e que culminou com a perda de Ceuta e Tânger, decorrentes da Restauração⁴. Esta “sangria” marroquina acarretou, aliás, ameaças crescentes ao litoral algarvio, a começar pela pirataria berbere, o que obrigou à necessidade de reforçar as suas defesas⁵.

As décadas “douradas” da Tavira de Quinhentos, que correspondem, pelo menos em parte, ao momento em que esta funcionou como principal praça de apoio à política africana, mesmo na logística arquitectónica, já que foi daqui que Diogo Boitaca e Francisco Danzilho partiram para terras marroquinas⁶, tiveram evidente expressão no crescimento demográfico e consequente desenvolvimento urbano.

A sociedade tavirense era então composta não apenas pelos mareantes, que se afirmaram paulatinamente como uma “burguesia mercantil”, mas também pela velha nobreza das alcaidarias-mores que residiam em Tavira ou no seu termo, e pelos pequenos fidalgos (escudeiros e cavaleiros) com um poder económico de base agrícola. A camada mais alta da população compunha-se, pois, “(...) de toda ou da mais fidalguia do reino e nela se acham pessoas de todas as gerações nobres de Portugal, porque, como da conquista dos lugares de África, em que os reis trabalharam muito tempo, esta fosse a escala, onde todos acudiam, achando-se os homens nela favorecidos da natureza, fizeram nela seu assento. Há nela Melos, Cunhas, Corte-Reais, Peçanhas, Barretos, Pantojas, Correias, Ichoas, Viegas e outra muita gente nobre que nela mora e que está derramada por suas quintas e fazendas⁷”.

Mas não esqueçamos os mercadores. Os mareantes, ou “almocreves do mar”⁸, que tal como os “de terra” asseguravam o comércio ambulante, detinham uma das actividades mais importantes na circulação inter-regional, já que podiam mais facilmente fugir ao espartilho das posturas concelhias. A par do dito “comércio fixo”, pautado pelas ligações regulares, este comércio errante, situado nas margens ou franjas do primeiro, promovido pelos almocreves, mareantes e pela rede de feiras, servia de forma especialmente eficaz a articulação do Algarve com o resto do país e com as vizinhas Castela e Andaluzia. O comércio internacional estava, sobretudo para o Algarve Quinhentista, aberto ao exterior, em estreita associação com o comércio local. As feiras, espaços de contacto, de transacção e de articulação, eram o local por excelência desta interpenetração, e a de Tavira, que assumiu particular importância no século XVI, já que até

1579 o período de isenções fiscais durava 49 dias, não foi excepção⁹.

¹ CRUZ, “Tavira no processo de abandono de praças portuguesas do Norte de África no século XVI. Abertura de um estudo”. *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2006, p.24.

² Frei João de S. José, *Corografia do Reino do Algarve (1577)*, in *Duas Descrições do Algarve do Século XVI. Cadernos da Revista de História Económica e Social*, 3. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983, p.49.

³ MAGALHÃES, *O Algarve Económico 1600-1773*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988, p.363.

⁴ Idem, “Tavira nos séculos XVII e XVIII”. *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2006, p.13-19.

⁵ CRUZ, *Op.Cit.*, p.42 e ss.

⁶ *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2006, p.134.

⁷ Frei João de S. José, *Corografia do Reino do Algarve (1577)*, in *Op. Cit.* p.53.

⁸ MAGALHÃES, *O Algarve Económico 1600-1773*, p.267.

⁹ Idem, *Ibidem*, p.269-271.

Fig.1- Janela na Travessa de Dona Brites



Se bem que não se possa estabelecer *a priori* uma relação de causa-efeito, o facto é que neste contexto particular e a esta dinâmica comercial, mercantil e social, correspondeu um processo artístico verdadeiramente notável, liderado por uma nobreza que imprimiu à cidade um cunho renascentista ao gosto italiano de uma modernidade surpreendente.

O aparecimento de uma escola regional de arquitectura renascentista no Algarve durante o reinado de D. João III, e o entendimento de Tavira enquanto uma subescola dentro do Renascimento algarvio, foram já objecto de estudo e reflexão no domínio da historiografia da arte portuguesa¹⁰ (fig.1). Se há um nome a destacar, é sem dúvida o de André Pilarte¹¹, justamente associado a um dos estaleiros de obras mais importantes de então: o do mosteiro dos Jerónimos, em Lisboa. Várias razões permitem supor que terá trabalhado em Sevilha, cidade por onde passaram alguns artistas tavirenses, de que Nicolau Zuzarte será, porventura, o mais conhecido. A Pilarte, e às obras por ele realizadas nas décadas de 1520/1530, se deve a dinamização precoce do Renascimento algarvio da região do sotavento.

No panorama da arquitectura civil, refira-se o maior palácio da cidade – o Palácio da Galeria – com importantes apontamentos renascentistas, de que se destaca a *loggia*

no topo da escadaria nobre (fig. 2). Trata-se, sem dúvida, de uma expressão erudita dos ecos da arquitectura italiana renascentista, transposta para o Algarve exactamente no momento em que este assumia um papel activo enquanto ponto nodal do cruzamento de circuitos comerciais e culturais.

No âmbito da arquitectura religiosa, sobressai a igreja de Nossa Senhora das Ondas, o Compromisso marítimo de Tavira, obra patrocinada pelos Menezes, família associada à presença portuguesa no Norte de África, cuja divisa *alleo* se inscreve duplamente na abside (fig. 3). O mesmo acontece, aliás, na Igreja Matriz de Alcoutim, seguramente da mão de Pilarte, também financiada pelos Menezes, Condes de Alcoutim, que apresenta no remate a mesma epígrafe. *Alleo* (ou *aleo*) o grito de guerra dos Portugueses na conquista de Ceuta, foi o mote de D. Pedro de Menezes, Conde de Vila Real e Governador desta praça norte-africana, que ficou marcado para a posteridade nos baixos-relevos das faces laterais da sua arca tumular, que se encontra na Igreja da Graça, em Santarém. Associar a utilização desta divisa às obras patrocinadas por esta Casa, permite-nos inserir neste contexto um universo particularmente notável da arte portuguesa (leia-se europeia, em sentido mais amplo) em contexto ultramarino. Referimo-nos ao “afro-português”, denominação

Fig.2- Enquadramento urbano do Palácio da Galeria





Fig. 3- Alleo, divisa dos Menezes

utilizada para designar os objectos fabricados na África sub-saariana (Golfo da Guiné, da Serra Leoa à actual Nigéria) sob encomenda portuguesa. E fazemo-lo porque este fenómeno originou peças em marfim de uma qualidade impressionante, primeiríssimos exemplos a entrar na Europa de uma arte de feição híbrida, tanto do ponto de vista formal como iconográfico/decorativo, de que sobressai um conjunto de olifantes, ou trompas de caça. De entre este grupo de peças destaca-se, para este efeito, a que se guarda no Museo Nacional de Artes Decorativas, em Madrid, que, a par da representação de cenas de caça, ostenta a inscrição *aleo*¹². Não deixa assim de ser significativo (e simbolicamente relevante) que esta manifestação pioneira de um fenómeno artístico motivado pela expansão marítima portuguesa tenha em Tavira ecos surgidos pelas mãos dos descendentes directos dos Menezes, envolvidos desde o primeiro momento na política de conquista de praças marroquinas e no desbravar da exploração da costa ocidental africana.

A uma escala mais microscópica, Tavira emergia como cidade de passagem na encruzilhada de inúmeras rotas terrestres e marítimas. A ela afluíam e dela irradiavam pessoas, produtos e bens. Os pontos de origem e/ou de destino situavam-se, fundamentalmente, no Norte de África, no Norte e centro da Europa, no Mediterrâneo e nos portos da Ibéria atlântica.

Em parte, estas grandes regiões correspondem aos

territórios que podem ser considerados "vizinhos" ao Algarve: em primeiro lugar, também pela proximidade física, a Andaluzia muçulmana e cristã. Estes dois espaços estavam de tal forma ligados, que as guerras da Restauração (1640-1668) tiveram consequências devastadoras para ambas as partes, apesar de nunca ter desaparecido o contrabando, designadamente da prata americana que era desviada de Sevilha¹³. Aqui começava, efectivamente, um Levante que se estendia pelo Mediterrâneo até, pelo menos e seguramente, à Península itálica. Mas deste mapa faziam igualmente parte o litoral marroquino mediterrânico e atlântico e, prosseguindo em direcção a Sul e a Ocidente, a costa africana até ao Golfo da Guiné e as ilhas atlânticas. Da Europa do Norte – de França, Inglaterra e, sobretudo, da Holanda –, mais longínqua territorial e culturalmente, chegavam os marinheiros, mercadores e agentes comerciais envolvidos nos circuitos internacionais do comércio europeu¹⁴.

A larga maioria destas ligações estava associada a interesses de natureza mercantil, com base em produtos agrícolas e marítimos. Mas não só. Atrás dos bens que podemos classificar de "primeira necessidade", vinha toda uma série de peças ou objectos manufacturados cuja encomenda obedece já, pelo menos nalguns casos, a um consumo que ultrapassava claramente uma motivação

¹⁰ CORREIA, "A Arquitectura do renascimento em Tavira". *Actas das I Jornadas da História de Tavira*. Tavira, Clube de Tavira, 1992, p.81-88. Deste autor merece particular realce o livro *A Arquitectura Religiosa do Algarve de 1520 a 1600*. Lisboa: Publicações Ciência e Vida, 1987, obra que corresponde à tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa em 1984.

¹¹ Idem, "A Arquitectura do renascimento em Tavira", p.82 e ss e, do mesmo autor, "André Pilarte no Centro de uma Escola regional de Arquitectura Quinhentista". *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte. Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*. Coimbra, 13 a 17 de Abril de 1987. Lisboa: Universidade de Coimbra/Instituto de História da Arte, 1988.

¹² BASSANI e FAGG, *Africa and the Renaissance: Art in Ivory*. New York / München: The Centre for African Art / Prestel-Verlag, 1988, p.106 e 108.

¹³ Idem, *Ibidem*, p.15-16.

¹⁴ CRUZ, "Tavira no processo de abandono de praças portuguesas do Norte de África no século XVI. Abertura de um estudo". *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2006, p.21-22.



Fig. 4- Fólio 1 do Foral de Tavira de 1504, IAN/ Torre do Tombo

meramente utilitária. Assim, no Foral datado de 1504, surgem referências a panos vindos de Inglaterra, da Flandres e de Castela, havendo igualmente menção a loiça vidrada e não vidrada e a “mármore de levante”¹⁵ (fig. 4).

O século XVI, tanto para as elites económicas e/ou intelectuais europeias, como, de forma especial, para as camadas superiores da sociedade portuguesa, trouxe, como já foi notado¹⁶, um novo paradigma de gosto. Esta alteração de valores, directamente associada a um consumo de produtos que podemos classificar de “luxo”, mas que na época eram, por vezes, valorizados como sendo de primeira necessidade, está directamente ligada a uma mudança económica que teve um definitivo impacto cultural. Entrou-se então, e talvez pela primeira vez na História, numa era de consumo de bens materiais a uma escala global que pressupôs, inclusivamente, um tipo diferente de relação, claramente mais participativo ou dinâmico, entre o encomendador/fruidor e o próprio objecto.

A observação do espólio cerâmico recolhido nas escavações efectuadas em Tavira, especialmente no convento das Bernardas, fundado em 1509 e entregue às monjas

de Cister em 1530¹⁷, confirma o que foi anteriormente afirmado e permite avançar com alguns elementos que poderão lançar alguma luz sobre os hábitos de consumo destes produtos naquela região. Um dos aspectos que se torna evidente após a observação dos fragmentos recolhidos, é que se podem definir especificidades nas faianças, consoante o tempo a que estas se reportam. Deste modo, e para o século XVI, predominam os exemplares provenientes de Espanha e de Itália, ao passo que para o século XVII adquirem maior protagonismo as louças oriundas dos fornos de Lisboa. Já para Setecentos, e em simultâneo com a origem lisboeta de algumas peças, juntam-se as produções de Coimbra, as de Aveiro e objectos de manufactura holandesa, espanhola e inglesa.

Estes cambiantes na proveniência das faianças empregues nos usos da região poderão fornecer pistas para compreender melhor vias comerciais ou, eventualmente, a fixação de populações. Quando observamos estes objectos, ou o que deles resta, importa ter em atenção que a sua presença pode não ser sinónimo de vias comerciais ou de uma importação específica. O facto de se encontrarem neste local pode indiciar outro aspecto, isto é, a fixação de famílias de diferentes origens europeias que tivessem trazido objectos e um gosto diverso do da população autóctone. Ainda que possamos ser tentados a interpretar a questão sob um outro prisma, não podemos no presente afirmar com segurança estarmos em presença de um consumo específico aliado a vias comerciais determinadas. Porém, talvez no futuro esta possibilidade seja comprovada, pois há, de facto, um tipo de manufactura que foi especificamente encomendada para Tavira: a azulejaria hispano-mourisca.

Os fragmentos de azulejos, losetas e cantoneiras encontrados em Tavira narram um pouco da história do revestimento arquitectónico de alguns espaços interiores da cidade. Foram descobertos exemplares que permitem recuar a utilização da cerâmica na arquitectura aos séculos XV-XVI, nomeadamente um pequeno conjunto de elementos alicatados que formariam uma composição de pavimento e do qual ainda subsiste a argamassa original.

O uso de elementos cerâmicos de cores contrastantes

de modo a formar padrões decorativos, cortados com o auxílio de uma torquês, e por isso designado de alicatado, está documentado noutros pontos do país, sendo talvez o exemplo mais conhecido o Palácio da Vila, em Sintra. Esta metodologia de trabalho, herdeira de tradições mouriscas e evocativa da técnica de execução dos mosaicos clássicos, pela sua morosidade e rigor de corte dos elementos compositivos (feitos após a cozedura das placas cerâmicas vidradas), obrigava a alguma capacidade financeira por parte do encomendador. Por este motivo, o seu emprego esteve confinado a palácios e a capelas em igrejas cujos fundos financeiros permitiam este investimento.

Um pouco mais tardios, da primeira metade do século XVI, são os exemplares de azulejos e losetas descobertos em Tavira. Originários, na sua maioria, de Sevilha, estes elementos correspondem a dois tipos de entendimento do revestimento de superfícies. No caso das losetas, elas eram maioritariamente empregues em pavimentos, quer directamente associadas a outras losetas, quer formando o centro de composições, rodeadas por placas de barro cozido, por vezes vidrado, que realçavam os elementos decorativos nelas empregues.

No caso dos exemplares que terão integrado espaços arquitectónicos em Tavira, para além de composições florais, relativamente comuns, foram descobertas uma série de losetas em que surgem representadas garças, dragões e outros monstros, um perfil masculino (fig. 5), e o que parece ser o dorso de um elefante.

A técnica empregue nestes pequenos quadrados cerâmicos é a de aresta, na qual o motivo observado foi pressionado no barro ainda húmido, ficando o seu contorno relevado, o que impediu que os vários óxidos empregues na decoração se misturassem aquando da cozedura, garantindo uma definição do tema representado. O estado de conservação das losetas descobertas parece corroborar a ideia de que terão sido utilizadas em pavimento, pois as arestas dos motivos encontram-se pouco definidas e a própria superfície cerâmica aparenta desgaste.

Importa realçar um aspecto curioso numa das losetas expostas, a que apresenta o perfil de pajem, pois ao



Fig. 5- Loseta proveniente do Convento das Bernardas, Tavira

contrário do que é usual, e que as restantes peças confirmam, ela não tem a composição colocada contra o fundo estanífero branco, mas sim azul.

Provavelmente também originários de Sevilha, os azulejos encontrados fazem eco de várias influências artísticas, ainda que a metodologia empregue seja sempre a aresta. Podemos, assim, encontrar exemplares de nítida influência islâmica, goticizante e renascentista, concebidos quer como motivos circunscritos a um único azulejo, quer como elementos de padrões de 2x2 azulejos. Foram ainda descobertos elementos de cercadura e mesmo uma cantoneira, o que poderá indiciar a existência de um altar cujo frontal estaria revestido com azulejos, prática aliás relativamente comum à época e de que subsistem ainda alguns exemplares.

Foram também descobertos exemplares do que deverá ter sido uma complexa composição com contorno a roxo de manganês, em que é patente a existência de

¹⁵ O Foral de Tavira de 1504: Estudo e Transcrição. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2004, especialmente p.68-69 e 93-94. ¹⁶ MOREIRA, “A importação de obras de arte em Portugal no século XVI”. Da Flandres e do Oriente. Escultura Importada. Coleção Miguel Pinto. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português de Museus, 2002, p.11-21.

¹⁶ MOREIRA, “A importação de obras de arte em Portugal no século XVI”. Da Flandres e do Oriente. Escultura Importada. Coleção Miguel Pinto. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português de Museus, 2002, p.11-21.

¹⁷ Sobre a fundação do convento e algumas das personagens a ele associadas, vide VASCONCELOS, *Notícias Históricas de Tavira 1242-1840*. Lisboa: Livraria Lusitana, 1937, especialmente p.175 e ss.

elementos de padronagem e elementos figurativos. A partir dos fragmentos encontrados, não é possível definir se pertencem todos ao mesmo painel e qual o tema aí representado, mas o que é evidente é que este, a ser uma única composição, teria um carácter figurativo, pois num dos elementos surge uma mão, e estaria ligado a uma temática celestial, pela presença de um céu estrelado noutra azulejo. Da mesma representação, e muito provavelmente, fariam ainda parte elementos de padronagem maneirista, talvez associados a uma representação têxtil.

A proveniência destes azulejos parece apontar, pela paleta empregue, para uma origem exterior ao território nacional, talvez uma manufactura espanhola, podendo pertencer a um painel do último quartel do século XVI, o que alguns dos elementos parecem indiciar.

Com a entrada no século XVII, torna-se evidente que em Tavira, como um pouco por todo o território nacional, foram empregues azulejos de produção lisboeta, enviados da capital para todo o país. Este século foi aquele em que a imaginação dos pintores cerâmicos alcançou um apogeu na definição de temas de padronagem e que não foi igualado por nenhum outro centro de manufactura azulejar europeu. A riqueza de elementos decorativos é de tal forma vasta que, ainda hoje, após o estudo profundo de grandes ceramógrafos como o Eng. Santos Simões, é possível, por vezes, descobrir novos padrões ou mesmo novas soluções compositivas.

Do espólio descoberto em Tavira, a maioria pertence a um padrão de 4x4 azulejos¹⁸ que, de acordo com este investigador, foi um “dos padrões que mais se vulgarizou, e também dos mais belos, (...) com apenas dois elementos tão diferentes entre si, resulta numa composição de dezasseis azulejos, cuja multiplicação permitia a decoração de grandes superfícies, jogando com ritmos cromáticos e lineares aparentemente complexos. (...)”¹⁹. De entre o restante espólio encontrado, surgiram cercaduras e cantoneiras com o motivo de corrente, relativamente comum no remate dos chamados revestimentos de “tapete”. Sendo o contorno a azul comum a todos, a produção destes azulejos deverá remeter para a primeira metade do século XVII.

Para o século XVIII não foram descobertos exemplares significativos, somente algumas cercaduras com folhagem de acanto do primeiro quartel da centúria. Esta ausência de elementos parece demonstrar uma diminuição no investimento deste tipo de revestimentos.

No universo da faiança, as escavações efectuadas em Tavira permitiram encontrar inúmeros fragmentos de objectos em barro cozido, por vezes vidrado ou mesmo com vidrado estanífero, mas sem decoração ou, a existir esta, circunscrita a um mero apontamento, a chamada “louça malegueira”. Fora da órbita desta produção mais comum e que define usos e costumes tradicionais no emprego quotidiano da cerâmica, foram detectados exemplares mais requintados de origem espanhola e italiana.

Os fragmentos de produção espanhola encontrados em Tavira demonstram uma variedade de origens e estilos que parecem reforçar a ideia de uma rede de contactos vasta. Assim, é possível encontrar exemplares ainda do século XIII, sendo já patente a influência mudéjar nos elementos epigráficos que tiveram, igualmente, expressão na azulejaria. A riqueza de espécies permite documentar diferentes técnicas na definição dos temas decorativos, desde o emprego de engobes de tons contrastantes, à utilização da corda seca, em que o motivo era contornado com um fio metálico envolvido em matéria gorda e mangânês, ficando assim, após a cozedura, realçado por uma linha escura. Esta técnica, também ela com expressão na azulejaria do século XVI, pode ainda ser encontrada no fragmento de um objecto de perfil cónico, este já com vidrado plumbífero, com decoração geometrante, originário de Sevilha.

Num registo decorativo diferente, encontraram-se exemplares do que se convencionou designar como “louça de reflexo metálico”. O facto desta técnica implicar uma terceira cozedura a baixo fogo dos elementos que surgem metalizados, impede que estes se fundam com a superfície vidrada, previamente cozida. Assim, a durabilidade destes motivos é menor, sendo por vezes difícil detectar a sua presença devido ao desgaste a que estes fragmentos estiveram sujeitos, como ocorre com a escudela de orelhas ou a taça em que o tema da “folha

de salsa” quase desapareceu, subsistindo unicamente a composição geometrizar azul. Datáveis do final da centúria de Quatrocentos, ambas serão originárias de Manises, ainda que a escudela possa, provavelmente, provir de Paterna, pois as folhagens que apresenta, cuidadosamente esgrafitadas para criar uma ilusão de tridimensionalidade, surgem frequentemente neste centro produtor.

Proveniente de Manises é a peça de reflexo metálico encontrada no Convento da Graça, das mais surpreendentes descobertas em Tavira (fig. 6). Trata-se de uma taça com quatro asas, decorada com os elementos epigráficos, como *al-‘afiyā*, expressão de saúde ou bem-estar. De composição mais densa são os dois fragmentos que terão pertencido a um grande prato, proveniente de Manises e preenchido com o motivo dito de “solfas”, característico do início do século XVI, cujo *horror vacui* exigiu na construção da decoração um cuidado que, não sendo caso único, não deixa de ser digno de registo.

Se as peças originárias de Espanha demonstram um modo de vida requintado, o mesmo se comprova quando observamos exemplares de proveniência italiana. Destes, podemos estabelecer três tipos específicos.

Do final de Quatrocentos e com origem em Montelupo, podem observar-se diversos exemplares, uns com o motivo dito de “tridente”, em que é perceptível uma sensibilidade islamizante, e outros com o tema renascentista das “laçarias”, este já datável de inícios do século XVI.

Com uma origem menos clara, atribuível quer a Faenza, quer a Montelupo (ainda que seja mais provável ser esta a sua origem), são uma série de inúmeros fragmentos que terão feito parte de um jarro, pois foram encontrados parte de um pé e o arranque de uma asa. A peça deverá ter tido uma dominante num tom quente, amarelo acastanhado, com decoração de elementos vegetais pintados numa cor mais escura, de modo quase caligráfico, e reservas em azul onde os mesmos motivos foram esgrafitados, expondo o fundo branco do objecto.

Também de origem ainda pouco clara, mas indubitavelmente italiana, são os numerosos fragmentos de louça dita “de safra” ou *smalto berettino*. Estas peças caracterizam-se pelo seu fundo em tonalidade azul sobre o qual se inscrevem motivos variados, normalmente pintados num tom mais forte da mesma cor. São muito diversificados os desenhos que se encontraram, talvez indiciadores das várias origens que este tipo de decoração parece ter. Assim, de final do século XVI e, eventualmente, associáveis à manufactura de Pesaro, parecem ser os fragmentos onde se observa decoração vegetalista em que parte do motivo é acentuado por amarelos. Já com provável origem em Faenza são os fragmentos de taça com uma cuidada estilização do tema das penas de pavão, com o centro do motivo assinalado por duas tonalidades de amarelo. Ainda que nestes fragmentos algumas decorações possam ser associadas a origens tão distantes como Veneza ou Caltagirone, na Sicília, a maioria poderá, de acordo com publicações recentes, pertencer à produção de Montelupo²⁰. Dos exemplares encontrados, o mais interessante



Fig. 6- Taça de Manises

¹⁸ Santos Simões classificou este padrão com a designação P-401. Cf. SIMÕES, *Azulejaria em Portugal no século XVII*. Tomo I – Tipologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971, p.66.

¹⁹ Idem, *Ibidem*, p.64.

²⁰ BERTI, *Storia della ceramica di Montelupo: uomini e fornaci in un centro di produzione dal XIV al XVIII secolo*. Montelupo Fiorentino: Aedo, 1997, volume primo.



Fig. 7- Prato de Montelupo proveniente do Convento das Bernardas, Tavira

é um pequeno prato, quase completo, em cujo covão se encontra um troféu (fig. 7), mas igualmente invulgar é o fragmento em que se observa o ventre e coxas de um putti que segura um objecto com apontamentos a amarelo.

Com o início do século XVII surge em Tavira um novo gosto, em que predominam as faianças de Lisboa. A riqueza de fragmentos encontrados permite fazer (quase) uma história da produção portuguesa, pois estão patentes praticamente todos os motivos conhecidos. Do período da União Ibérica, encontram-se numerosos exemplares com o tema dos “aranhões”, estilizações de elementos presentes na porcelana da China, normalmente associados aos “Oito Objectos Preciosos”. Destes, um sobressai pela qualidade do desenho: o fragmento da aba de um prato onde é visível a “Folha de Artemisia” finamente desenhada a azul, o que permite datá-lo das décadas de 20-30 do século XVII. Provavelmente do mesmo período e, normalmente, associado a um tipo muito específico de decorações, aparentemente destinadas ao circuito de exportação para os mercados hanseáticos, é o pequeno fragmento com uma Cruz de Cristo e parte dos raios de um sol (fig. 8). Esta decoração emprega, para além do azul, o amarelo de antimónio e o laranja, cor rara na faiança portuguesa e da qual são conhecidos poucos exemplares.

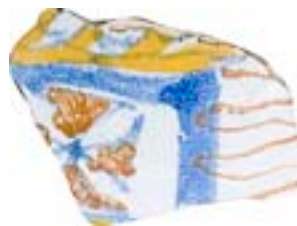


Fig. 8- Pequeno fragmento com Cruz de Cristo

De um período mais alargado de manufatura, que terá chegado quase a meados de Seiscentos, são os elementos com motivos islamizantes, reminiscências da decoração presente na “louça de reflexo metálico”. Já de meados do século, encontraram-se fragmentos com o motivo de “rendas”, o qual conheceu grande fortuna até final da centúria, nomeadamente através das manufacturas de Coimbra.

Da segunda metade do século XVII são as peças com motivos de contorno a manganês, encontrando-se desde persistências de “aranhões”, agora tratados de forma menos cuidada, ao género decorativo que se convencionou designar como “desenho miúdo”. São numerosos os elementos heráldicos provenientes destas escavações, um dos quais com as quinças das armas do Reino, outros, em grande número, com o leão rompante associado aos Silva. Noutros, surgem legendas ou brasões religiosos, como o coração que pode ser representado quer alado, quer atravessado por par de setas. Também deste período é a adaptação de um tema chinês que ficou conhecido como o motivo de “contas”. Definindo uma espécie mais rara de utilização da paleta cerâmica, são os fragmentos de uma taça em que os motivos orientalizantes, pintados em azul e contornados a manganês, possuem apontamentos em amarelo ferro.

Já do final desta centúria são alguns exemplares com o tema das folhagens de acanto, cuja expressão mais eloquente surge na azulejaria de Setecentos.

Ainda do século XVII deverão ser os vários fragmentos de cachimbos com origem holandesa. Objectos deste tipo e com esta proveniência podem ser encontrados um pouco por toda a costa atlântica, da África às Américas, passando pelas Ilhas Britânicas, provavelmente associados quer às tripulações dos barcos que ligavam as várias terras conhecidas, quer a todos os que com elas entravam em contacto.

Para o século XVIII não se encontram tantos fragmentos, mas é patente, de novo, a diversidade de origens encontrada. Persistem as produções espanholas, agora de Talavera de la Reina e de Puente del Arzobispo e surgem, pela primeira vez, de Delft, objectos decorados com o motivo floral dito “persa”.

Nos produtos cerâmicos nacionais é notória a deslocação para novos centros de produção, como Coimbra, com peças decoradas a azul e elementos quase caligráficos a manganês ou motivos a verde de cobre, ou o que se supõe ser a produção de Aveiro. A este centro têm vindo a ser atribuídas uma série de decorações onde o manganês assume um protagonismo que só viria a conhecer paralelo com a produção da Fábrica do Juncal.

O último quartel do século XVIII foi marcado pela industrialização, com fábricas que, um pouco por toda a Europa, iniciaram uma produção cerâmica em massa. Em Tavira encontram-se fragmentos de manufacturas diversas. Destas, a que nos merece maior destaque tem origem inglesa e, ainda que empregue metodologias diferentes, na decoração foram utilizadas barbotinas de cores contrastantes. A produção britânica, que veio a ser responsável pela decadência da cerâmica nacional, está aqui representada em dois modelos que demonstram a mestria destes oleiros. Entrava-se, pois, numa outra era, marcada por diferentes requisitos estéticos e novos contextos de fabrico.

Se o material cerâmico que tem vindo a ser posto a descoberto pelas campanhas arqueológicas realizadas em Tavira revela a existência de uma rede de circuitos comerciais e artísticos associados a uma clientela (fixa e móvel) heterogénea, sobretudo no âmbito da teia imbricada das redes mercantis intra-europeias, as ligações da cidade e do seu termo aos territórios ultramarinos ultrapassaram claramente os horizontes do Magreb e mesmo do Golfo da Guiné.

A atestar uma relação que carece ainda de um estudo comparativo, está a própria arquitectura, designadamente a nível das coberturas. Os telhados “em tesoura”, que marcam ainda nos dias de hoje o perfil da parte ribeirinha da cidade, remetem directamente para a imagem que nos chegou do desaparecido Palácio dos Vice-Reis em Velha Goa. As descrições que nos ficaram de viajantes europeus que passaram por esta “Roma do Oriente”, não deixam dúvidas sobre a caracterização tipológica de uma construção que imprimia um cunho de diferenciação na paisagem edificada indiana.

Da China, esse reino imenso que havia construído nas primeiras décadas do século XV um império que estendeu a sua presença até à costa oriental de África, deixando comunidades chinesas espalhadas pelo Índico, e com elas a sua correspondente cultura material, terão chegado a Tavira números impressionantes de um dos mais apetecíveis produtos para a Europa quinhentista: a porcelana chinesa. De mais longe ainda, do extremo limite do Estado da Índia – o Japão –, chegaram duas peças lacadas que podem ser incluídas na designada “arte *namban*”. São uma estante de missal e um cofre de pequenas dimensões que se guardam presentemente na Igreja de Santa Maria e que correspondem, plausivelmente, a encomendas ibéricas realizadas durante o período de permanência dos Portugueses no arquipélago (c.1543-1639). Fabricados por artistas japoneses a partir de modelos europeus, estes objectos atestam ao nível do revestimento empregue e da decoração utilizada, o sincretismo artístico que pautou uma produção caracterizada pela riqueza tipológica, técnica e iconográfica de um *corpus* material verdadeiramente original no panorama da designada “arte colonial portuguesa”.

À Rota do Cabo, que ligava Lisboa e o resto da metrópole a Goa, Macau e Nagasaki, juntava-se também a via atlântica por meio do império espanhol com a América dita “espanhola”, ou Iberoamérica. Efectivamente, os contactos estabelecidos com a Andaluzia tiveram no Algarve um impacto de alcance bastante mais vasto do que aquele que poderíamos ser levados a supor num primeiro momento. Primeiro Sevilha, com o porto de Sanlúcar de Barrameda, e mais tarde Cádiz, com o Puerto de Santa Maria, funcionaram como a porta de partida de muitos algarvios para terras americanas, já que o número de marinheiros espanhóis foi sempre inferior às necessidades exigidas pela Carreira das Índias (Carrera de Índias)²¹. Se a bordo dos navios cerca de 20% dos tripulantes eram estrangeiros, destes, 50% eram de nacionalidade portuguesa. E do contingente português, a maioria provinha do Algarve, de todas as províncias de Portugal aquela que mais contribuiu para o engrossamento deste grupo.

A origem desta prática, que veio a tornar-se cada vez mais recorrente, sobretudo durante o período de união

das Coroas ibéricas, remonta ainda à primeira viagem de Cristóvão Colombo, quando já há menção a um grumete com origem no termo de Tavira. Mas foi, de facto, entre 1580 e 1640, que a nova legislação não só propiciou a eliminação de entraves ao recrutamento de marinheiros portugueses, como, concomitantemente, originou uma maior presença destes a bordo dos navios.

Os cargos desempenhados abarcavam todo o espectro social da vida a bordo: desde os de mais baixa categoria, como os de grumete e marinheiro, até aos que representam a máxima autoridade, designadamente o de mestre e piloto, passando por postos intermédios como contra-mestre e despenseiro da nau.

Uma vez mais, foram decisivas a proximidade geográfica e a tradição marítima, tornando particularmente apelativa uma viagem que teve como principais centros de recrutamento cidades como Lagos, Portimão, Castro Marim e, especialmente, Tavira. Até ao momento, há registo de 53 tavirenses que participaram, com diferentes postos, como gente do mar nos barcos da Carreira das Índias, particularmente como pilotos, tendo a larga maioria servido no período em que as duas Coroas permaneceram unidas. E se este número peca, será por defeito e nunca por excesso.

Desta listagem de nomes, há um que merece uma referência individual dado o conhecimento que temos sobre o seu percurso, que aponta para redes de contactos especialmente interessantes: Manuel Nobre Canellas²². Nascido em Tavira em 1611, pertencente a uma família da pequena fidalguia local, foi Capitão de navios, Cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo de Cota de Armas. Como tantos outros, partiu para as Índias Ocidentais ao serviço de Castela, fazendo parte daqueles que passaram a ser designados por “Piruleiros” ou “Peruleiros”, numa evidente alusão à rota marítima do Peru, que associava o porto de Sevilha ao de Lima (“El Callao”). Mas não foi nem num, nem noutro, que este tavirense fixou a sua morada. Optou antes pela então emergente Cidade do Panamá, ponto de contacto entre as orlas do Pacífico e do Atlântico americanos, e não sem que fizesse inúmeras doações e mercês à sua cidade natal antes de morrer,

revelando uma atitude que não deve ter constituído uma excepção.

Na Igreja Matriz de Santa Maria do Castelo, templo com fundações que remontam ao século XIII, mas reconstruído após 1755 pelo arquitecto italiano Francisco Xavier Fabri por encomenda do Bispo D. Francisco Gomes do Avelar²³, encontra-se uma pintura com a representação de «Nossa Senhora do Leite», que surge neste caso designada por «Nossa Senhora da Escalera»²⁴. De acordo com o texto que corre no registo inferior da composição, estamos perante uma cópia, feita em 1753, por Joseph Deslobs, de uma outra obra com o mesmo tema que pertencia então à igreja da localidade de Rota, na Andaluzia. Surpreendentemente, a proveniência mexicana da pintura, que uma primeira apreciação meramente estética/estilística deixa adivinhar, é atestada pela própria legenda²⁵ (fig. 9).

O que casos como os que foram apontados parecem, pois, indicar, é que estamos, quase sempre, perante circuitos comerciais e artísticos fugidios, esquivos, por vezes fugazes, difíceis de captar, mais ainda de seguir, mas que têm no património material e arquitectónico de Tavira a prova indubitável da sua existência.



Fig. 9- “Nossa Senhora do Leite” também designada por “Nossa Senhora da Escalera”, Joseph Deslobs, 1753 existente na Igreja de Santa Maria do Castelo, Tavira

²¹ MANCHADO MUÑOZ, “Gente de mar del Algarve en la carrera de Índias: Tavira, siglos XVI-XVIII”, *IV Jornadas de História de Tavira. Actas*. Tavira: Câmara Municipal de Tavira / Clube de Tavira, 2003, p.23-31.

²² PINTO, “A “Obra Pia” do Capitão Manuel Nobre Canellas”. *al Gharb. Revista Cultural do Algarve*. N.º2, Fevereiro de 2008. Olhão: Gente Singular editora, p.4-10.

²³ LAMEIRA, *Roteiro das Igrejas de Tavira / A Guide to the Churches of Tavira*. S.l.e.: Região de Turismo do Algarve, 1996. [Monografia / 5]

²⁴ As referências a esta pintura baseiam-se na informação divulgada por MACIEIRA, *A Pintura Sacra em Tavira (Séculos XV a XX)*. Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Tavira, 2004, p.97-98.

²⁵ «MILAGROSA IMAGEM da N.ª S.ª della Escalera q. se Venera en el Collegio d. Merz. desc. dela Villa de Rota hizose âdevoc. del P. fr. Gaspar de S. Joseph Ano de 1749. Y en Mex. Iacopio Deslobes ano de 1753 (...)».

**...Ao Glorioso S. Pedro
Gonsalves, nosso Patrono,
e Padroeiro...
Culto e devoções da igreja
dos mareantes de Tavira**

Daniel Santana
(Historiador de Arte)

**1 - A corporação dos mareantes de Tavira: história,
funções, identidade**

É Tavira cidade marítima muito bem assentada (...), constata Frei João de São José em 1577, aludindo com justeza à situação geográfica da urbe e ao peso que as gentes e actividades ligadas ao mar sempre tiveram na sua história. Pescadores e mareantes de toda a espécie aqui atracaram e dinamizaram a cidade e o seu porto, especialmente nos séculos XV e XVI, quando o movimento de pessoas e mercadorias era vultoso pelos tratos das praças africanas, pelo apoio às operações de corso e contra-corso, pela descarga do rico produto das fainas piscatórias e pela muito proveitosa inserção de Tavira nas rotas do comércio marítimo europeu, o que naturalmente beneficiou a cidade e a projectou em destinos longínquos.

Parte importante da camada popular de Tavira era composta por pescadores e mareantes, os quais se agremiavam na Corporação do Corpo Santo, vulgarmente conhecida por *Compromisso Marítimo*. De carácter religioso, esta associação de solidariedade corporativa ou confraria zelava pela regulação e arbitragem de aspectos profissionais da classe e planeava a assistência na doença, velhice, invalidez e pobreza relativamente aos seus membros. A seu cargo estava a gestão de um hospital privativo, ao qual se alude na carta de privilégio atribuída por D. Manuel I a 10 de Fevereiro de 1497, autorizando os mareantes de Tavira a elegerem entre si, em cada ano, um juiz para tomar conhecimento e executar as determinações da dita confraria¹. De modo geral, os monarcas sempre se mostraram generosos para com esta e outras confrarias de mareantes algarvias, concedendo-lhes privilégios e isenções em reconhecimento dos serviços por elas prestados à navegação, à assistência, à economia, à segurança costeira, entre outros gestos de carácter patriótico².

¹ Cfr. Damiano VASCONCELOS, *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, (anotações de Arnaldo Casimiro Anica), Câmara Municipal de Tavira, 1989, p. 202.

² Para um rol de privilégios concedidos pelos monarcas aos pescadores e mareantes de Tavira consultem-se as obras de Damiano VASCONCELOS, *Op. Cit.*, 1989, pp. 179-181; e Albino LAPA, *O Compromisso dos Pescadores da Cidade dos «Sete Mártires» Tavira*, Separata do "Boletim da Pesca", n.º 52, Lisboa, 1956, p. 54 e ss.

Sabemos que a corporação de Tavira vem desde o século XV e que o seu primeiro compromisso, ou seja, os estatutos a que ficavam obrigados os seus confrades, terá tido origem no século XVI, copiando o modelo do compromisso dos mareantes de Faro de 1529. Logramos somente ter uma cópia do documento, datada de 1665, que no essencial impõe a interdição, com fundamento religioso, de pescar aos Domingos e nos dias de Nossa Senhora, sob pena de se perder o pescado e de se pagar dez arráteis de cera em benefício da Confraria do Corpo Santo³. Há notícia de um outro compromisso redigido mais tarde, em 1783, em substituição de um antigo que se havia perdido, sendo confirmado pelo Desembargo do Paço em 1793. Entre as várias normas preceituadas, destaque-se a que determina a responsabilidade da confraria em manter e conservar a igreja de São Pedro Gonçalves Telmo, santo padroeiro em honra do qual se fazia uma festa, anualmente, na *Dominga in albis*. Neste dia era também eleita a Mesa da corporação, composta pelo Juiz, Escrivão e Tesoureiro ou Recebedor, sendo eleitores todos os mestres dos barcos, que logo após a eleição da Mesa, votavam novamente para escolher *doze Elleitos, que haõ de servir para os negocios de maior ponderação, que se não pôdem rezolver sómente entre Officiais...*⁴

Entre outras obras pias, cuidava a confraria de despendar esmolas para os mareantes pobres e para outras necessidades públicas, além de custear os enterramentos e os inevitáveis sufrágios pelas almas dos confrades mais desfavorecidos, pois *que quando poderão trabalhar, ganháão para ella [confraria], e a sua pobreza os chegou a necessitarem desta esmola tão pia*⁵. Para tal, concorriam com parte dos seus ganhos todos os que estivessem alistados na corporação marítima⁶.

No seio da corporação se tomavam resoluções relativas às regras da profissão que todos se comprometiam a observar, ao mesmo tempo que se afirmava um desejo de intervenção social mais alargada, traduzido na necessidade de marcar uma imagem pública. As procissões da cidade eram propícias para os mareantes manifestarem a sua coesão e poder diante de diversos grupos urbanos, dando o número dos seus membros a ideia da sua força relativa – que seria notável em alguns períodos da his-

tória de Tavira. Nas primeiras décadas do século XVI, os representantes dos vários officios da cidade disputavam entre si os lugares mais honrosos e destacados nas procissões, sendo o assunto motivo de *muytas differencias sobre a preçendencia dos lugares em que cada officio ha de hyr, de que resultavam, entre mareantes e lavradores, odios he escandallos (...) he malquerenças*⁷. Porquanto a *confraria do corpo sancto* tinha *muyta cera em que podem [os mareantes] honrar as dictas procissoões*, determinou D. Manuel I – por carta de privilégio de 26 de Abril de 1521 – regular a incorporação desta nos cortejos processionais relativamente aos lavradores. Estabeleceu o monarca que *daí em diante os doze mareantes que aquelle anno forem emlegidos pera Reger a dicta confraria, vão nas dictas procissoões, diante os mercadores de lógias de panos cada huu com sua tocha acesa na mão he os outros mais mareantes yram com os dictos lauradores huus de huua parte he os outros da outra...*⁸.

Com tão favorável conjuntura social, não tardou a *confraria do Corpo Santo* em assumir empenhadamente a necessidade de edificar uma casa que reflectisse materialmente, e em justa medida, o prestígio e a relevância da classe dos pescadores e mareantes da cidade – de acordo, aliás, com o coevo quadro de desenvolvimento construtivo de Tavira, nesta época impulsionado por um “activo mecenato de nobres, burgueses e clérigos empreendedores, dinâmicos e dotados de recursos, apto a ornamentar os seus templos e palácios com obras de valia artística”⁹. A partir da década de 1530 deram os mareantes início à construção (ou reedificação) da sua igreja de São Pedro Gonçalves Telmo. Mercê de algumas fontes documentais, concretamente a *Visitação da Ordem de Santiago* de 1554, sabemos alguma coisa mais sobre a vida deste templo quinhentista, em grande parte sumido na sequência da reconstrução ocorrida em 1756. Numa perspectiva de *cripto-história de arte*, sobressai nesta fonte documental os contornos de um edifício marcado pela ousadia, pela riqueza e pela modernidade das propostas estéticas do Renascimento¹⁰. Sob o signo deste novo estilo e por deliberado estímulo mecenático da nobre família dos Menezes – “família de grandes tradições humanísticas ligada à nossa presença no Norte de África”¹¹, Marqueses de Vila Real, comendadores da Ordem de Santiago em Cacula,

Castro Marim e Alcoutim; e usufrutuários, por concessão régia, das rendas da portagem da alfândega de Tavira – se promoveram importantes campanhas no templo dos mareantes, todas elas já malgradadamente desaparecidas em grande parte, as quais vieram actualizar as formas arquitectónicas e acervo artístico segundo critérios clássicos e italianizantes. Destaque para o antigo pórtico principal, que era lavrado de romano cõ sua cimalha (...) e encoamento e nelle hua image de vulto do Sancto [Pedro Gonçalves Telmo] e da banda do ponente hua image de vulto São Pedro e da banda do llevente outra de Sancto André¹², cuja composição se aproximaria do modelo dos pórticos renascentistas da Misericórdia de Tavira e da matriz de Moncarapacho, devendo-se, por isso, atribuir a sua autoria ao célebre mestre-pedreiro André Pilarte, com quem os Menezes mantinham ligações privilegiadas¹³. Corroborava o formulário renascentista do pórtico o arco triunfal – de *pedraria da terra, oitavado, lavrado de romano*, ainda hoje visível (fig. 1) – e o retábulo principal, este último revestido de pintura figurativa nos diversos painéis sobre madeira distribuídos em torno da imagem de vulto do padroeiro (fig. 2).

³ Cfr. *Compromisso da Irmandade do Corpo Santo da Cidade de Tavira no Reyno do Algarve*, 1665, in Fernanda Cinturão Pacheco PIRES, *A Igreja de S. Pedro Gonçalves Telmo de Tavira. “Templo dos Mareantes e Pescadores”*, Relatório de Seminário da Licenciatura em Estudos Portugueses – Ramo de História da Arte, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2003 (policopiado); e cfr. Albino LAPA, *Op. Cit.*, 1956, p. 62 e ss.

⁴ *Compromisso da Confraria do Corpo Santo dos Mareantes da Cidade de Tavira*, Lisboa, Officina de José de Aquino Bulhoens, 1793, p. 9, in Fernanda Cinturão Pacheco PIRES, *Op. Cit.*, 2003.

⁵ *Idem*, *ibidem*, p. 5.

⁶ Determina o *Compromisso de 1783*, no seu capítulo XIV, *Que todo o Mariante pescador, e de navego, Carpinteiros, Calafates, que vivem alistados nesta Corporação Marítima, serão obrigados a concorrer com aquella parte dos ganhos, que por acórdão anterior se tem estabelecido, que he o que corresponde a hum companheiro, e aos Mestres dos barcos sobre quem carrega a sue arrecadação, a tirará logo nas contas, para a entregar em Meza, como he costume, pois a Caza não tem outros rendimentos próprios, e se faz preciso o muito cuidado na cobrança (...)*. *Compromisso da Confraria do Corpo Santo dos Mareantes da Cidade de Tavira*, Lisboa, Officina de José de Aquino Bulhoens, 1793, in Fernanda Cinturão Pacheco PIRES, *Op. Cit.*, 2003.

⁷ Cfr. Alberto IRIA, *Descobrimientos Portugueses. O Algarve e os Descobrimientos*, Vol. II, Tomo 1, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988, pp. 34 e 35.

⁸ Cfr. *Idem*, *ibidem*, p. 35.

⁹ Vítor SERRÃO, “O contexto artístico de Tavira quinhentista”, in AAVV, *Tavira – Território e Poder*, (catálogo de exposição), Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Tavira, 2003, pp. 221 e 222.

¹⁰ Cfr. *Visitação de Igrejas Algarvias – Ordem de Santiago*, (apresentação, leitura e notas de Francisco I. C. Lameira e Maria Helena Rodrigues dos Santos), Faro, ADEIPA, 1988, pp. 88 e 89.

¹¹ José Eduardo Horta CORREIA, “A Arquitectura do Renascimento em Tavira”, in *Actas das I Jornadas de História de Tavira*, Tavira, Clube de Tavira, 1992, p. 84.

¹² *Visitação de Igrejas Algarvias – Ordem de Santiago*, (apresentação, leitura e notas de Francisco I. C. Lameira e Maria Helena Rodrigues dos Santos), Faro, ADEIPA, 1988, p. 88.

¹³ A divisa dos Menezes (“aleo”) surge embutida nas traseiras da capela-mor do templo, assinalando o seu apoio mecenático. A ligação desta família ao mestre-pedreiro André Pilarte reflecte-se na igreja matriz de Alcoutim, obra igualmente patrocinada pelos Menezes e realizada por aquele artista. Cfr. José Eduardo Horta CORREIA, “André Pilarte no centro de uma escola regional de arquitectura quinhentista”, separata das *Actas do IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1988.

Fig 1- Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo, Tavira. Arco triunfal e capela-mor



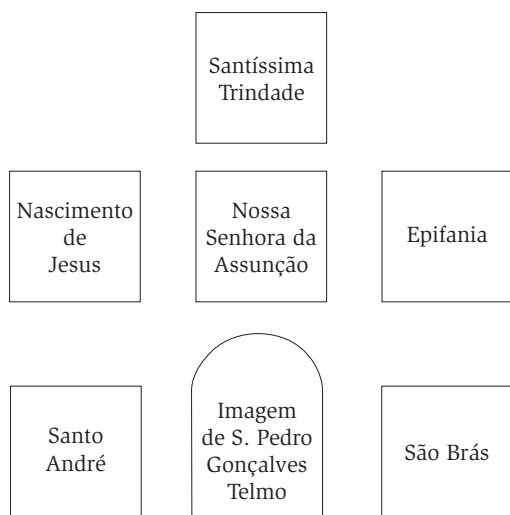


Fig.2- Reconstituição do antigo retábulo principal da igreja de São Pedro Gonçalves Telmo (a partir da Visitação da Ordem de Santiago de 1554) (em cima)

Fig. 3- Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo, Tavira. Porta principal (à direita)

O sismo de 1755 terá causado danos a esta igreja quinhentista, determinando a sua reconstrução parcial no ano seguinte, pela mão do mestre Diogo Tavares de Ataíde, nos termos ajustados em contrato entre este e a Mesa da confraria do Corpo Santo a 11 de Setembro de 1756. Foi então restaurado o templo com manutenção da capela-mor, reconstrução de paredes da nave e com actualização de linguagem no novo pórtico, agora com frontão triangular fechado encimando as armas reais envoltas num decorativismo *rocaille* (fig.3)). Os danos infligidos pelos sismos, as intervenções de reparação do templo e as instintivas mudanças de gosto artístico vieram a consumir grande parte das obras quinhentistas que ali subsistiam, fazendo com que o seu acervo decorativo se actualizasse, essencialmente, dentro dos moldes do barroco setecentista. Saliente-se neste capítulo a valiosa pintura de perspectiva ilusionística do tecto da igreja, obra de hábil sabor cenográfico executada pelo tavirense Luís António

Pereira em 1765 e uma das mais importantes peças desta disciplina artística na província algarvia¹⁴ (fig. 4).

Após a reconstrução da igreja, a confraria do Corpo Santo adquiriu o edifício em anexo para em seu lugar construir a casa do despacho, cujas obras principiaram em 1781. Depois de várias reformas estatutárias impostas pela monarquia constitucional ao longo do século XIX, este e outros Compromissos Marítimos foram extintos e substituídos pelas antigas Casas dos Pescadores, criadas pelo Estado Novo Corporativo (Lei n.º 1953 de 11 de Março de 1937).

2 - Vida cultural

Observando algumas das fontes já mencionadas, verifica-se a existência de um conjunto de normas destinadas aos indivíduos integrados na confraria do Corpo Santo e relacionadas com a vivência religiosa comunitária.





Fig.4- Luís António Pereira, Pintura em perspectiva ilusionística, 1765

O compromisso de 1530 – na prática um traslado do compromisso dos mareantes de Faro de 1529 – é explícito quanto à reverência a ter para com um dos Mandamentos da Igreja, estabelecendo, como princípio regulador, que nenhuma pessoa (...) nem nenhum Pescador de nenhuma arte do mar (...) não pesquem ao Domingo (...) com nenhuma rede, assim cerco, como chávêga, por nenhuma maneira, e modo que seja, assim ao Domingo, como aos dias de Nossa Senhora (...) e pescando qualquer pessoa por qualquer maneira sem nenhum temor a Deos, nem acatamento da santa Madre Igreja os taes dias, que todo o pescado (...) seja perdido para a Confraria do Corpo Santo¹⁵. Assentado o princípio geral, com base nas Leis da Igreja (3.º Mandamento: Guardar os Domingos e Dias Santos), se deduz a reserva daqueles dias para os mareantes cultivarem a sua vida religiosa, participando na missa, abstendo-se de tomar parte em quaisquer actividades e negócios que impedissem o culto a ser prestado a Deus.

Também por razões de culto, o compromisso de 1783 preconizava que se tratasse sempre a igreja de São Pedro Gonçalves Telmo com aquella perfeição, e grandeza, que anteriormente se tem praticado, pela obrigação de Catholicos, que temos de honrar, e louvar ao nosso Creador, e Redemptor, motivo pelo qual a corporação mantinha por sua conta um sacristão e um

capelão que zelavam pelo edificio e asseguravam a missa diária, que ocorria às onze horas da manhã, por ser tão util ao Povo¹⁶.

A festa do Glorioso S. Pedro Gonsalves, nosso Patrono e Padroeiro, tinha lugar na Dominga in Albis, ou seja, ao primeiro Domingo depois da Páscoa, por constar que o santo faleceu nesse mesmo dia. Nesta data, celebrada pela confraria com a possível grandeza, expunha-se o Santíssimo e ofereciam-se dois sermões, de manhã e de tarde¹⁷.

Chegado o mês de Novembro, em memória dos irmãos já falecidos, a confraria celebrava na sua igreja o *Anniversario das Almas dos Mariantes defuntos, com Officio, e Missas dos Padres, que se quizerem chamar, pela esmola costumada*¹⁸.

¹⁴ Vítor SERRÃO, “A arte da pintura em Tavira no século XVII. Obras importadas e produção local”, in AAVV, *Espírito e Poder. Tavira nos Tempos da Modernidade*, (catálogo de exposição), Câmara Municipal de Tavira – Instituto Português de Museus, 2006, p. 104.

¹⁵ *Compromisso da Irmandade do Corpo Santo da Cidade de Tavira no Reyno do Algarve*, Lisboa, 1665, p. 5, in Fernanda Cinturão Pacheco PIRES, *Op. Cit.*, 2003.

¹⁶ *Compromisso da Confraria do Corpo Santo dos Mareantes da Cidade de Tavira*, Lisboa, Officina de José de Aquino Bulhoens, 1793, p. 8, in Fernanda Cinturão Pacheco PIRES, *Op. Cit.*, 2003.

¹⁷ Cfr. Idem, *ibidem*, p. 8.

¹⁸ Idem, *ibidem*, p. 12.

A par com estas coordenadas que configuravam a vida cultural da confraria do Corpo Santo, adicione-se o facto, já aludido, dos seus membros marcarem presença assídua nas várias procissões que ocorriam na cidade ao longo do ano.

3 - Práticas devocionais

Assinalamos de seguida algumas expressões iconográficas representadas na igreja da confraria, patentes nos seus retábulos, as quais nos ajudam a descobrir as principais práticas devocionais que fundamentaram a espiritualidade dos seus membros. De um modo geral, estão aqui presentes obras artísticas que reflectem empreitadas devocionais para apoio ao culto praticado num espaço habitado por mareantes: manifesta-se a vontade de protecção dos poderes sagrados contra um mar sinistro e acentua-se a veneração dos santos patronos dos viajantes, dos santos protectores dos caminhos e daqueles cujas vidas contavam como tinham dominado e ultrapassado as mesmas intempéries, ataques e naufrágios que tanto atemorizam os marinheiros.

Na igreja da confraria do Corpo Santo a prática devocional orientou-se principalmente para duas vertentes: *Mariana e Hagiográfica*.

3.1 - Devoção Mariana

Com um papel de relevo na espiritualidade da confraria do Corpo Santo, a devoção mariana encontra-se expressa em três dos cinco retábulos que actualmente se conservam na sua igreja. Maria, mãe de Jesus, assume aqui traços culturais de mãe carinhosa, sendo tradicionalmente invocada em horas de tormenta e perigos no mar, ou para afiançar o sucesso da faina piscatória ou da viagem marítima, emblematizando ainda as mulheres viúvas e filhos órfãos, que em naufrágio perderam marido e pai. Recorde-se que no compromisso quincentista os mareantes estavam inibidos de pescar aos dias de Nossa Senhora, guardando-os para enaltecer o culto mariano, e que nesta época se exhibia no retábulo da igreja um painel representando *Nossa Senhora da Assunção* (fig. 1). No caleidoscópio das invocações marianas são particularmente simbólicas

para os marítimos as devoções à Senhora da Boa Viagem, da Guia, da Luz, da Ajuda, do Socorro, do Amparo, das Angústias, da Esperança, do Cabo, entre outras, cujas capelas ou santuários marcam presença em vários pontos da costa marítima portuguesa. Analogamente, em Tavira, o percurso histórico da confraria do Corpo Santo ficou bastante vinculado à figura de Maria, como bem ilustra a devoção e nome pelo qual também é conhecido o seu templo: *igreja de Nossa Senhora das Ondas*. Na base desta devoção está uma imagem tida como milagrosa, cujas origens estão envoltas num mistério revelado por Frei Agostinho de Santa Maria no seu célebre Santuário Mariano (1718):

Nesta Igreja [de São Pedro Gonçalves Telmo] collocarão com justa razão huns venturosos pescadores huma milagrosa Imagem da Rainha dos Anjos, a quem deraõ o titulo das Ondas, de donde a livraraõ, ou aonde lhes appareceo (...); cuja appareção, & manifestação se refere por tradições (porque não houve quem escrevesse este successo, não sendo muyto antigo) & he nesta maneyra.

Sahião em certo dia huns pescadores para a praya (foy isto no anno de 1659) para se embarcarem ao seu costumado exercicio; & chegando à praya achãraõ a Imagem de hum Anjo; recolhêraõ na, reconhecendo que era a Imagem de Anjo, & que havia estado em alguma parte collocada. Dalli a pouco tempo viraõ vir sobre as aguas outro vulto, & reconhecendo o que era, descobriraõ ser huma Imagem da Rainha dos Anjos. Ficãraõ contentíssimos os pescadores, em acharem taõ bom lanço sem o ministério das redes. E discorrendo no que haviaõ de obrar, assentãraõ comsigo, collocalla em sua mesma Igreja; porque sendo assim, servindo a com devoção, culto, & reverencia asseguravaõ melhor as suas pescarias, & as suas viagens. Collocando a em a referida Igreja de São Fr. Pedro Gonçalves, & começando logo a accenderse a devoção para com a Santíssima Imagem, se lhe erigio em o mesmo Templo huma Capella particular, aonde se lhe deo lugar, & assento, & na mesma Capella se collocou tambem o Santo Anjo; que podemos julgar ser o Paraninfo Gabriel, & que a Senhora aonde estava, representava o Mysterio da Anunciação.

Alguns julgãraõ que estas Imagens viriaõ em algum navio, que se perderia; & que Deos pela sua altíssima Providencia, para amparar, & defender mais aquella Cidade, lhe quis fazer aquella mercê, (livrando-as somente de hum naufragio; porque nenhuma outra cousa appareceo delle) honrando a, & favorecendo a com aquelle celestial presidio. Vinhaõ estas Santas Imagens no que tocava ao estofado muito roçadas das ondas, &

areas; mas o rosto, & as mãos da Senhora, & tambem do Anjo, estava tão bello tudo, que parecia não havião andado entre as ondas.

He a escultura da Senhora tão primorosa, & soberana, que se duvida se poderia as mãos dos homens obrar tão perfeyta, & peregrina Imagem. A sua estatura he de tres palmos, ou pouco mais. Com esta soberana Imagem da Rainha dos Anjos tem muyta devoção, não só os seus devotos pescadores, mas toda aquella Cidade, & achaõ no seu amparo, & patrocínio tão milagrosos favores, como publicão os que os recebem. Tão grande he a reverencia, & veneração, que infunde aquella Sacratissima Imagem, que ainda nella se confirma mais, ser aquella obra toda do Ceo¹⁹.

A dita imagem de Nossa Senhora das Ondas – escultura seiscentista em madeira estofada e policromada, com certa influência artística das esculturas importadas da Flandres no século XVI (fig.5) – pode ser hoje venerada no seu retábulo do lado da Epístola, crendo-se ser esta a que foi descoberta pelos pescadores tavirenses no relato de Frei Agostinho de Santa Maria²⁰.

A devoção mariana encontra ainda expressão em três pinturas, duas delas integradas em retábulos laterais, sob os modelos iconográficos de Nossa Senhora da Fruta²¹ (fig.6) e da Imaculada Conceição. Sob a forma deste último modelo, destaca-se a tela de apreciáveis acertos de pincel dada a

conhecer por Isabel Macieira²² (fig.7), que atribui a sua possível autoria à famosa pintora tavirense Teodora Maria Andino (1672-1716) – “espécie de Josefa de Óbidos algarvia”²³. Tema maior da pintura peninsular dos séculos XVII e XVIII, a Imaculada Conceição, exprime a ideia de que a Virgem Maria teria vindo ao mundo sem a “mancha”

¹⁹ Frei Agostinho de SANTA MARIA, *Santuário Mariano...*, Vol. VI, Lisboa, Officina de António Pedrozo Galram, 1718, pp. 426 e 427.

²⁰ Não obstante, note-se que esta imagem representa a Virgem com o Menino em vez da Rainha dos Anjos (Anunciação) mencionada no relato do autor do *Santuário Mariano*.

²¹ Esta pintura da segunda metade do século XVIII, de autor desconhecido, representa uma cena raramente retratada, só narrada por São Mateus e completada pelos apócrifos da Natividade. Segundo o *Evangelho do Pseudo Mateus* (séc. VI-VII), durante a fuga para o Egipto, Maria, esgotada, descansa sentada sob a sombra de uma grande palmeira, desabafando: “Gostava, se fosse possível, de apanhar algum fruto desta palmeira”. Então o Menino Jesus ordenou à palmeira que se abaixasse para que Maria pudesse colher os seus frutos e que, com as suas raízes, fizesse brotar água da terra para saciar também a sua sede.

²² Cfr. Isabel MACIEIRA, *A Pintura Sacra em Tavira (Séculos XV a XX)*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Tavira, 2004, p. 192.

²³ Vítor SERRÃO, “A arte da pintura em Tavira no século XVII. Obras importadas e produção local”, in *Op. Cit.*, 2006, p. 100.



Fig.5- Nossa Senhora das Ondas, século XVII, madeira estofada e policromada, retábulo lateral da Epístola (à esquerda)

Fig.6- Nossa Senhora da Fruta, segunda metade do século XVIII, óleo s/ tela, retábulo lateral do Evangelho (em cima)

do pecado original. O assunto provocou durante séculos acesas controvérsias entre teólogos, divididos entre imaculistas e maculistas, só terminando em 1854, quando o Papa, favorável aos imaculistas, acabou por decretar o dogma da Imaculada Conceição. Em termos plásticos, os artistas e teólogos elaboraram uma representação a partir da imagem da Mulher do Apocalipse, “imaginou-se a Virgem Maria suspensa nos céus sobre o globo terrestre, rodeada dos símbolos das Litanias que cantam a pureza virginal e a beleza da Mãe de Deus”²⁴. Por razões devocionais e políticas, o tema foi tratado com frequência em Portugal nos séculos XVII e XVIII. Além dos portugueses serem tradicionalmente devotos de Maria, o rei restaurador – D. João IV –, e seus colaboradores, atribuem à protecção da Virgem o sucesso do golpe de 1.º de Dezembro de 1640, proclamando-a padroeira do reino nas cortes de 1646. Este gesto político-religioso, que alimentou o fervor imaculista no País, não terá deixado indiferente a confraria do Corpo Santo de Tavira, cujo templo estava sob protecção régia.

3.2 - Devoções hagiográficas

A igreja da confraria do Corpo Santo é o espelho da veneração de Santos emblemáticos do hagiológico cristão



Fig. 7- Teodora Maria Andino (?), *Imaculada Conceição*, primeira metade do século XVIII, óleo s/ tela, retábulo lateral da Epístola (em cima)

Fig. 8- São Pedro Gonçalves Telmo, século XVIII, madeira estofada e policromada, retábulo principal (à direita)

para marinheiros e pescadores. Apontemos os que marcam, ou marcaram, aí a sua presença:

- São Pedro Gonçalves Telmo, também conhecido por Santelmo ou Corpo Santo (fig. 8): sob a sua invocação foi constituída a confraria e construído o templo, ao qual alude Frei Agostinho de Santa Maria no seu *Santuário Mariano: Na Cidade de Tavira tem os Mareantes huma Igreja, que elles fabricaõ, & adornaõ com grande devoçaõ, dedicada ao seu Protector S. Frey Pedro Gonçalves, que nas tormentas lhes acode, & os livra de naufragar, & de serem sumergidos nas aguas*²⁵. Enquanto protector dos mareantes, São Pedro Gonçalves é um dos santos mais populares em todo o litoral da Península Ibérica. Nascido em Frómista, diocese de Palência (Espanha), entre 1180 e 1190, entrou na Ordem Dominicana e apostolou nos reinos de Leão e Castela. Na Galiza pregou especialmente entre marinheiros e pescadores. Começou a ser-lhe prestado culto logo após a sua morte, correndo depressa a fama dos seus milagres. Parece que a devoção de São Pedro Gonçalves assumiu e cristianizou a lenda do fogo meteórico ou fálscia eléctrica, designada “fogo de santelmo”, fenómeno atmosférico que ocorria durante as tempestades no mar, quando nas extremidades dos mastros apareciam as luzes das descargas eléctricas, interpretado pelos mareantes como sinal da protecção do santo e prenúncio de bonança.



- *São Pedro*: popularmente assume a função de porteiro ou arauto responsável pelas chaves que abrirão as portas do reino de salvação prometido por Deus. O Apóstolo surge associado ao mar através do seu ofício de pescador, no lago Genesaré. Aí foi encontrado por Jesus que, diante da sua barca, fez o milagre da Pesca Miraculosa: “Deitaram as redes à água e apanharam tanto peixe que elas ficaram quase a rebentar” (Lc 5, 6). Mais tarde, no mesmo local, Pedro caminhará sobre as águas como testemunho da sua fé. Estes aspectos da história carregados de simbolismo de alguma forma ligaram São Pedro a cultos relacionados com as fainas e perigos do mar. Por esse motivo, tal como Santo André, aparecia representado em relevo na fachada quinhentista da igreja do Corpo Santo.

- *Santo André*: irmão de São Pedro e, como ele, simples pescador no lago Genesaré, sendo o primeiro apóstolo a seguir Cristo, tornando-se assim um santo muito venerado. Discípulo de São João Baptista, preparou-se para seguir o Messias, deixando o barco e as redes na resposta pronta à chamada de Jesus: “Vinde comigo, e vos farei pescadores de homens”. É muitas vezes representado com uma rede de pesca em alusão ao seu ofício.

- *São Francisco de Paula* (fig. 9): nascido em Itália (1416-1582), ingressou na Ordem de São Francisco e veio mais

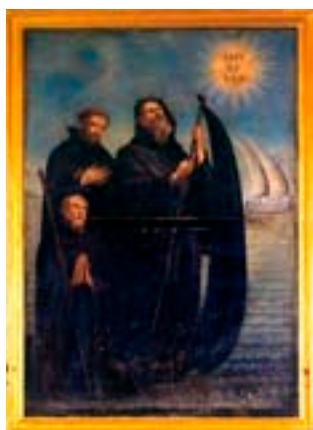


Fig. 9- *São Francisco de Paula e o Milagre do Manto*, segunda metade do século XVIII, óleo s/ tela, retábulo lateral do Evangelho.

tarde a fundar a Ordem dos Padres Mínimos, marcada pela sua extraordinária rigidez. Após ter recebido a aprovação da Ordem, em 1474, São Francisco de Paula fundou muitos conventos na Calábria e na Sicília. Aí aconteceu o milagre, representado numa pintura da igreja, que lhe confere o título de protector dos mareantes: tendo os barqueiros recusado a transportá-lo para o porto de Messina, segurou o seu velho manto e, estendendo-o sobre a água, navegou até ao seu destino.

- *São Brás*: médico e bispo de Sebaste, na Ásia Menor, falecido em 316 (?). De acordo com a lenda, no tempo da perseguição aos cristãos pelo imperador Diocleciano, o São Brás foi aprisionado pelo governador da Capadócia, sofrendo todo o tipo de sevícias, contando-se, entre estas, a de ter sido lançado a um lago para que se afogasse. Ao cair à água o santo fez o sinal da cruz e o lago se solidificou, pondo-se então em pé sobre a sua superfície, como se fosse terra. Na margem os soldados imperiais contemplavam atónitos aquele milagre, setenta e cinco dos quais se arrojaram a caminhar sobre a água solidificada, dando apenas uns passos antes desta se abrir, caindo ao fundo do lago e perecendo. São Brás tornou-se um dos santos mais populares na Idade Média, possivelmente por ser médico e lhe serem atribuídas curas milagrosas, razão pela qual os fiéis enfermos pediam a sua intercessão. Nos países germânicos o seu nome está relacionado com o verbo *blasen*, soprar, sendo invocado contra as tempestades e furacões. O retábulo quinhentista da confraria do Corpo Santo ostentava um painel com este santo representado.

Em jeito de síntese, resta dizer que todos estes cultos permitiam superar o medo e o receio do mar, constantemente lembrado como morada de santos, tornando a vida e actividades dos mareantes perfeitamente integradas no quotidiano da sociedade cristã.

²⁴ Luís de Moura SOBRAL, “Imaculada Conceição”, in AAVV. Bento Coelho (1620-1708) e a Cultura do Seu Tempo, (catálogo de exposição), Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998, p. 210.

²⁵ Frei Agostinho de SANTA MARIA, *Op. Cit.*, 1718, p. 426.

Ex-votos

O acervo de painéis votivos de Tavira

Isabel Macieira
(Historiadora de Arte)

Entende-se por ex-votos todo um conjunto de objectos, produzidos com os mais variados materiais, que têm como função marcar de um modo explícito um qualquer favor ou voto pedido, num momento de aflicção e angústia, a um ente sobrenatural. São assim objectos depositados em lugares sagrados e testemunho de pedidos alcançados.

O seu uso perde-se no tempo, sabendo-se estar já generalizado no Oriente, de onde se transmitiu aos impérios da antiga Grécia e Roma; aqui existiam santuários dedicados à recolha destas ofertas votivas, dos quais se destaca, pela quantidade e qualidade das oferendas, o santuário de Epidauro.¹

Esta tradição manter-se-á no mundo cristão, nomeadamente na Europa, onde a sua presença se regista desde sempre em santuários (igrejas, capelas ou ermidas), mas também ao ar livre, em cruzeiros ou simplesmente fixados em árvores ou em marcos, como ofertas feitas às entidades que protegem caminhos recônditos ou os viajantes perdidos.²

Em Portugal, o ex-voto mais antigo que se conhece data de 1310; está registado no testamento de Lourenço Dinis (em documento que se encontra na Torre do Tombo), onde se refere: “Item mando q me ponham ante ho oragoo de Santarém duas ffeguras de bestas hua de coor baio e outra de mua baya, e duas omajejes affeguradas de mym e outra daffonso sanchez e sejam de cera”.³

Misto de devoção de fé, os ex-votos são também manifestações de criação artística, de expressão normalmente popular, que testemunham a religiosidade de um povo e fornecem importantes elementos sobre aspectos da vida das comunidades, tornando-se por isso elementos de interesse do ponto de vista da Sociologia e da Etnografia, bem como da História da Arte, onde se assiste à valorização crescente dos testemunhos de uma arte popular de matriz regional e local (fig. 1).

¹ Cf. Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, editorial Enciclopédia Lda., Lisboa, Rio de Janeiro, vol X, p. 794.

² Como exemplos desta modalidade salientam-se as *pietàs* italianas e os *Dieux de piété* franceses. Idem, *ibidem*.

³ Idem, *ibidem*.



Fig.1- Ex-voto, Ermida de São Lázaro ou de Nossa Senhora do Livramento

Como refere José Cláudio Alves de Oliveira “O ex-voto, (...), acompanha uma série de vertentes que permite estudar a humanidade. É um testemunho histórico, documento que exalta o estudo da fé e religiosidade (...)”.⁴ De facto, embora produtos da crença popular, intimamente ligados à fé religiosa com propósitos variados, os ex-votos não deixam de ser também objectos de estudo da História da Arte, que não deverá bastar-se com a descrição dos seus aspectos técnicos e físicos, sob pena de passar a ser, então, nada mais do que uma análise técnica, distanciada dos seus verdadeiros fundamentos.

Estes objectos possuem de facto, para além da sua riqueza informativa, também uma carga de produção artística, que pode entrar em conflito com alguns conceitos desta disciplina, o que, segundo o mesmo autor, não



Fig.2- Ex-votos, pormenores de representações do mar

deverá significar a derrota de qualquer das partes, mas antes o engrandecimento, através da diversificação, destes mesmos conceitos, pois “perpetuam uma simbologia na forma, dão um contínuo à tipologia, proporcionam uma dialética da produtividade e se tornam elementos ricos para o estudo do património cultural, respaldado nas histórias de fé, da religiosidade católica.”⁵ (fig. 2)

Dentro da imensa panóplia de objectos votivos (que podem ir de simples fotografias ou objectos de uso, a membros humanos em cera), que revestem as paredes de vários santuários, encontra-se um grupo a que chamaremos de “painéis votivos”, também apelidados de “retábulos”, “quadrinhos” ou “milagres”⁶. Carlos Gomes define-os como sendo “ (...) em geral pequenos quadros que reproduzem uma cena singela que representa invariavelmente uma graça recebida em momento de aflição, caso de doença grave ou ameaça de naufrágio. Elemento comum a todos os painéis é a imagem da santa a quem se invocou protecção e uma legenda que descreve o milagre ocorrido.”⁷

Estes painéis votivos são assim documentos que não só comprovam a fé e religiosidade popular, como se constituem como uma importante fonte iconográfica, onde se registam aspectos do seu quotidiano, das suas actividades e das suas práticas religiosas.

O acervo de painéis votivos de Tavira

No acervo de ex-votos aqui existentes o tema recai, sistematicamente, sobre desastres marítimos, o que nos aproxima da realidade de uma região desde sempre intimamente ligada ao mar.

A história da cidade, com funções de guarda avançada na época das conquistas do Norte de África e onde as odisséias com a pirataria são uma constante até ao século XVIII, para além das tempestades e outras vicissitudes da vida quotidiana de mareantes e pescadores, revestiu-se permanentemente de perigosas e imprevisas situações em que a vida humana se torna frágil e a necessidade de ligações ao sobrenatural se torna, por isso, mais forte.

É em momentos de agonia que se invoca a Virgem Maria, a eterna mãe que vela por nós, simples humanos,



Fig.3- Ex-votos, pormenores de representações da Virgem

fazendo-se promessas a troco da sua interferência divina nestas horas de angústia. Parte do pagamento dessas promessas faz-se, mandando ilustrar de forma clara e legível para todos, e para todo o sempre, o milagre em que a Senhora terá interferido em favor da vida.

Surgem assim estes quadros que José Luís Porfírio refere como peças “Entre os encantos da pintura e os poderes de uma imagem (...) aparentemente sem tempo nem tradição, situados entre a imitação da pintura culta, cujos segredos os seus autores não detinham, e as cristalizações de uma artesanaria que também não chegam a atingir.”⁸

Jorge Queiroz, na sua obra sobre o acervo votivo da ermida de Nossa Senhora da Visitação de Montemor-o-Novo refere, ao fazer a sua caracterização geral, que os “retábulos” aí existentes apresentam como características comuns “A destacada representação de Nossa Senhora, situada no quadro em posição superior, raramente ao nível dos mortais de acordo com a sua condição divina (...). A Senhora está sempre envolta total ou parcialmente em nuvens, prolongamento celestial e fronteira do sobrenatural, demarcação pictórica entre o profano e o divino. Apresenta-se coroada porque é Rainha, condição simbólica distintiva, vestindo um longo manto, azul na maioria dos casos (...) (fig.3).

A legendagem surge quase sempre no terço inferior do retábulo, com uma muito sintética descrição do milagre, normalmente o nome do beneficiado(a), o acontecimento, o lugar e a data. A legenda é muitas vezes uma imitação do alfabeto tipográfico, melhor ou pior desenhado. São também frequentes os erros orto-

gráficos acompanhando uma linguagem eminentemente não erudita.”⁹

Todas estas características são visíveis no acervo tavi-
rense, demonstrando como independentemente do tema (ali sobretudo sobre doenças e pedidos de cura), ou da sua autoria, se seguem nestes registos uma série de “regras” que se transformam numa espécie de linguagem própria, onde a “expressão narrativa (...) determina uma valorização do simbólico sobre a descrição do real e do quotidiano”.¹⁰

Relativamente à autoria, também é comum que esta não esteja assinalada na obra, facto que, e seguindo ainda a opinião do mesmo estudioso, “ (...) permite perceber uma relação social e um estatuto de arte pouco

⁴ Cf. José Cláudio Alves de Oliveira, “Ex-votos da sala de milagres do Santuário de Bom Jesus da Lapa na Bahia”, in *Revista Museu*, <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/asp?id=6942>. Pesquisa realizada em 22 de Fevereiro de 2008.

⁵ Idem, *ibidem*.

⁶ Sobre esta nomenclatura é interessante registar as reflexões que esta suscitou em alguns autores e estudiosos portugueses e que Alberto Iria tão bem explicita na sua obra *Ex-votos de mareantes e pescadores do Algarve – religião e náutica*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, 1973, pp. 4 a 7.

⁷ Cf. Carlos Gomes, Ex-votos, in <http://www.raizesportugal.com.br/cgomes/exvotos.htm> pesquisa realizada em 22 de Fevereiro de 2008

⁸ Cf. José Luís Porfírio, “Uma tradição sem tradição”, in *Do Gesto à Memória. Ex-Votos*, Museu da Guarda, Museu Grão Vasco e Museu de Lamego, 1998.

⁹ Cf. Jorge Queiroz, *A Ermida de Montemor-o-Novo e os seus Ex-Votos*, Montemor-o-Novo, Paróquia de N.ª. S.ª. da Vila, 1999, pp. 25 e 26.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 26.

reconhecida no plano estético (...)”¹¹, intimamente ligada, estamos em crer, não só à faceta autodidacta dos seus autores, como também à pouca importância que este aspecto reveste para os seus encomendadores. Estes, gentes do povo e também assim maioritariamente de poucas posses monetárias, encomendam obras cuja função é sobretudo o do testemunho fiel dos acontecimentos e da paga de uma promessa feita, delegando para um plano secundário a qualidade estética e capacidades técnicas demonstradas pelo seu autor.

O acervo de painéis votivos existente em Tavira foi recentemente levantado por nós, como parte integrante do trabalho de inventariação da pintura sacra do concelho.¹² Engloba hoje um conjunto de 12 pinturas, executados entre os séculos XIX e XX, aos quais se pode acrescentar a memória de mais dois exemplares, entretanto desaparecidos mas registados por Alberto Iria na sua obra *Ex-votos de mareantes e pescadores do Algarve*.¹³

Este espólio distribui-se por três ermidas, a de Nossa Senhora das Ondas e de Nossa Senhora do Livramento, na cidade, e de Nossa Senhora do Livramento, na freguesia da Luz de Tavira. Todos estes templos são, desde tempos remotos, da especial devoção das gentes do mar, pescadores e mareantes, que a eles votaram desde sempre especial atenção.

A história da cidade desde sempre recheada de feitos e de gentes ligadas ao mar, permite-nos avançar como certa a existência deste tipo de manifestação religiosa e pia desde tempos remotos; muitos mais ex-votos terão por certo coberto as paredes destes templos e de outros, como nos fica, a atestar, a referência que deles faz Fr. Agostinho de Santa Maria, em 1718.¹⁴ Uma parte destes seria certamente constituído por painéis votivos onde, tal como nos actualmente existentes, se agradeciam as graças concedidas e se seguiam, provavelmente, os mesmos «cânones».¹⁵

Sobre as ermidas

A ermida de Nossa Senhora do Livramento, é um templo de origem medieval, erigido primitivamente fora do recinto da cidade e dedicado a S. Lázaro, santo pro-

tector dos leprosos. Dela nos diz Fr. Agostinho de Santa Maria que estaria adossada a uma leprosaria e que nela se encontrava “(...) huma antiga Imagem da “Rainha dos Anjos; (...) não havia quem cuydasse, nem do seu adorno, nem do seu culto, que se lhe devia (...)”.¹⁶

Esta situação de abandono será transformada, nos finais de seiscentos, graças à acção de um tal António Martins pescador que, juntando em redor desta ideia um grupo de outros companheiros, com eles se lança na tarefa de reabilitação da ermida. Ter-se-á então dado o primeiro milagre desta santa imagem, segundo nos conta o mesmo frade: “(...) estando António Martins na Igreja da Senhora, sentado em um banco junto à Capella mor, & chegado ao arco della; & indo a levantar-se, tropeçou (...) & deo com a cabeça em huma esquina (...) huma pancada tão grande, que rachou a cabeça, & cahindo para a outra parte, disse para a Senhora: “Senhora, no dia em que com tanto cuydado vos festejamos, permitis que me succeda isto” (...) Chamarão ao Cirugião, para que o curasse, & depois de curado, havendo passado só duas horas se foy outra vez para a Igreja assistir à Festa de Nossa Senhora, ainda cheyo de sangue, (...) & julgando o Cirugião que era temeridade, (...) Mas a Senhora que estava paga do seu fervoroso zelo, lhe deo tão perfeyta saúde, que em dous dias (com admiração de todos) se vio são (...) Tiveram principio estas maravilhas no anno de 1698, & tão modernas são as fervorosas deligencias, & desvelos do devoto António Martins. (...)”.¹⁷

É ainda o mesmo autor quem nos deixa a prova de, pelo menos a partir desta data, existirem ex-votos nesta ermida, referindo que “(...) são testemunhos irrefragáveis dos prodígios, que a Senhora obra, os muytos sinaes, & memorias, que se vem pender da capella da Senhora, como são mortalthas, quadros, & outras cousas deste argumento”.¹⁸ É esta possivelmente a razão pela qual é nesta ermida que se encontra reunido ainda hoje o mais expressivo espólio de painéis votivos da cidade, constituído por nove exemplares datados de entre os anos de 1834 e 1977.¹⁹

Relativamente ao mais moderno destes exemplares, de 1977, será curioso salientar que se inserem na sua composição duas pequenas fotografias, uma com a imagem da virgem e outra e outra de um dos tripulantes, num claro sinal de mudança dos tempos; de facto, com o advento da fotografia estas pinturas irão deixar

praticamente de se fazer sendo, cada vez mais, substituídas por este tipo de registo mais actual. Este é também um dos raros exemplares em que se faz referência ao autor.²⁰ Existiam nesta ermida em 1956 mais duas pinturas votivas que, em 1973, Alberto Iria não conseguiu já localizar.²¹ Pela transcrição que faz da legenda de uma delas, pudemos verificar que esta se encontra agora na ermida de Nossa Senhora dos Ondas; relativamente ao segundo exemplar, também dedicado a Nossa Senhora da Conceição,²² não nos foi possível localizá-lo.

A ermida de Nossa Senhora das Ondas é também conhecida por ermida de São Pedro Gonçalves Telmo, santo protector dos pescadores e mareantes de Portugal e orago dos mareantes de Tavira.²³ Ostenta, na parede da sua cabeceira, as armas de D. Manuel I (esfera armilar), de onde se infere que a sua construção seja anterior a 1521, ano da morte deste soberano; a ladeá-la estão as divisas dos Menezes, marqueses de Vila Real, que terão patrocinado a obra. O seu projecto poderá ser da autoria do arquitecto taviense André Pilarte, autor da igreja da Misericórdia, construída alguns decénios depois e da igreja matriz de Alcoutim.²⁴

Em 1718, no Santuário Mariano, Fr. Agostinho de Santa Maria refere-se a este templo dizendo que “Na Cidade de Tavira tem os Mareantes huma Igreja, que elles fabricão, & adornão com grande devoção, dedicada ao seu grande Protector S. Frey Gonçalves, que nas tormentas lhes acode, & os livra de naufragar, & de serem sumergidos nas aguas. Nesta igreja collocarão com justa razão huns venturosos pescadores huma milagrosa Imagem da Rainha dos Anjos, a quem derão o titulo das Ondas, de onde a livrarão, ou aonde lhes appareceo, (...). Foi isto no anno de 1659 (...). He a escultura da Senhora tão primorosa, & soberana, que se duvida se poderia as mãos dos homens obrar tão perfeyta, & peregrina Imagem. (...) Com esta soberana Imagem da Rainha dos Anjos tem muyta devoção, não só dos pescadores, mas toda aquela Cidade, & achão no seu amparo & patrocínio tão milagrosos favores, como o publicão os que os recebem”.²⁵ Por esta descrição se pode inferir que noutros tempos existiria também aqui um expressivo espólio de ex-votos, entretanto desaparecidos na voragem dos tempos.

Muito danificada com o terramoto de 1755 foi, de-

pois disto, reconstruída por Diogo Tavares e Ataíde, prestigiado arquitecto algarvio do século XVIII, mantendo, no entanto, a primitiva cabeceira.

Encerrava até há poucos anos dois exemplares de painéis votivos, datados respectivamente de 1823 e 1977. Neste último repete-se o tema do exemplar com a mesma data existente na ermida de Nossa Senhora do Livramento: um naufrágio acontecido no dia 3 de Março desse ano, à entrada da barra de Tavira, onde pereceram dois dos três ocupantes do barco de pesca “Arraial Tavira”; na legenda refere-se também a autoria, diferente porém, da do exemplar anterior.²⁶ O exemplar datado de 1823 encontra-se hoje no núcleo de Arte Sacra entretanto constituído na Igreja de Santa Maria.

¹¹ Idem, *ibidem*, p. 23.

¹² Macieira, Isabel, *A Pintura Sacra em Tavira, (Séculos XV a XX)*, ed. C.M.T. e Colibri, 2004.

¹³ Cf. Alberto Iria, *Ex-votos de mareantes e pescadores do Algarve, (Religião & Náutica)*, 1973, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha, p.32 e p.40.

¹⁴ Cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *Santuário Mariano*, 1718, tomo VI.

¹⁵ Durante a pesquisa bibliográfica que realizámos, foi-nos dado conhecer alguns exemplares de pinturas votivas alemãs e italianas (entre as quais uma iluminura sem data, e outras do século XVI e XVII e XVIII), em que, se bem que se trate de um tema diferente (a cura de ataques de epilepsia), os esquemas compositivos são idênticos. Cf. Margarida de Souza Neves in, *Ciência e Preconceito*, <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/iconografia/exvotos.htm>. Pesquisa realizada em 22 de Fevereiro de 2008.

¹⁶ Cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *ob. cit.*, p. 436.

¹⁷ Idem, *ibidem*.

¹⁸ Idem, *ibidem*.

¹⁹ Cf. Isabel Macieira, *ob. cit.*, 2004, pp. 205-211.

²⁰ Idem, *ibidem*, p. 211.

²¹ Cf. Alberto Iria, *ob. cit.*, 1973, p. 40.

²² Idem, *ibidem*, p. 41.

²³ Idem, *ibidem*, p. 5.

²⁴ Cf. José Eduardo Horta Correia, “André Pilarte no centro de uma Escola Regional de Arquitectura Quinhentista”, in *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte. Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1988, p. 26, e “Arquitectura do Renascimento em Tavira”, in *Actas das I Jornadas de História de Tavira*, Tavira, Clube de Tavira, 1992, pp. 82-84.

²⁵ Cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *ob. e t. cit.*, 1718, pp. 426, 427.

²⁶ Cf. Isabel Macieira, *ob. cit.*, 2004, p. 195.

Na freguesia de Nossa Senhora da Luz de Tavira, nos terrenos que outrora pertenceram ao morgado do reverendo Dr. Henriques Nunes Leal da Gama, encontra-se uma pequena ermida, também da invocação de Nossa Senhora do Livramento, construída no ano de 1708, pelo padre-cura Manuel Viegas Leal “por sua devoção e à sua custa (...)”, como está gravado em lápide no seu frontispício.²⁷ Nesta pequena ermida abobadada, que encerra um retábulo de pedra lavrada, “à imitação da pedraria de Mafra, sem ter cousa alguma de madeira”,²⁸ encontra-se hoje um único exemplar de pintura votiva, do século XIX, sobre o qual escreve Alberto Iria: “É das mais belas e das mais raras pinturas deste género, pois actualmente não abundam, infelizmente, ao menos no Algarve, a representação de caíques em ex-votos marítimos”.²⁹ (fig. 4)



Fig. 4- Ex-voto, Ermida de Nossa Senhora do Livramento, Luz de Tavira

Este autor deixa-nos ainda a referência de mais dois ex-votos, que aí existiam ainda em meados do século XX, sendo um deles uma fotografia emoldurada “ (...) na qual se vê o vapor ou galeão (...) a navegar da direita para a esquerda, seguido do respectivo bote e de qua-

tro buques ou enviadas, embarcações de um só mastro e vela latina”, com a legenda “«Sasiadade (sic) de Pescaria de S. Sebastião Lda/ Vapor Estrela do Mar/ Oferta de Manuel Joaquim Brinca (?)/ à nossa Senhora do Livramento/ Lisboa 20=10=1924»”,³⁰ que entretanto não pudemos também, localizar.

A atestar a importância que o acervo de ex-votos terá tido em Tavira, resta-nos deixar aqui um apontamento sobre o que nos ficou escrito por Fr. Agostinho de Santa Maria que, no seu Santuário Mariano, se refere à existência de outros templos onde, no início do século XVIII, era costume fazerem-se procissões e pagarem-se promessas feitas com a entrega de ex-votos.

Assim, ainda na mesma freguesia da Luz de Tavira este frade refere a “ (...) milagrosa Imagem de Nossa Senhora da Luz da Cidade de Tavira”, festejada no dia 8 de Setembro, dia em que “ (...) se ajunta tanta gente, & tão grande multidão de Romeyros, que vão a cumprir os seus votos, & a pagar as suas promessas, que haviam feyto à Senhora, quando em suas necessidades, & apertos a invocavão; & dos perigos, & enfermidades de que haviam livrado pelos seus merecimentos, que se achão mais de oyto mil almas (...) que naquelle dia era tanta a cera, que se ajuntava de braços, cabeças, mãos, corações, & outros sinaes deste género, que importavão em seis, sete arrobas; & à mesma medida era o numero de mortaldas. E ainda que já hoje não he tão grande a quantidade; contudo são muytas ainda as cousas, que se ajuntam deste argumento. Os pesos de trigo que fazem os que se prometterão pezar, quando estavam gravemente enfermos, para que a Senhora os livrasse (...)”.³¹

Também na cidade de Tavira o mesmo autor deixa-nos o seu testemunho relativamente a mais dois templos, respectivamente a igreja de Nossa Senhora da Ajuda ou de S. Paulo, sobre a qual refere que “As maravilhas que obra, assim na terra, como no mar, ajudando nelle aos Navegantes, são sem numero, como o testemunham os sinaes dos favores, que lhes há feyto, & dos perigos de que os há livrado”,³² e a pequena ermida de Nossa Senhora das Angústias ou do Calvário, situada junto ao cemitério, à saída da cidade e onde diz, concorrem não só as gentes da cidade, como também de todas as partes do Algarve e mesmo romeiros vindo da vizinha Andaluzia “ (...) & todos em seus trabalhos, invocando o favor, & o patrocínio da Senhora das Angustias, achão remédio, alivio & consolação nelles, como testemunhão as memorias dessas mercês, & favores que se vem suspensas das paredes da sua casa”.³³



Fig. 5- Ex-votos, pormenores de casario

Não é difícil perceber o quanto seria interessante podermos hoje olhar para algumas destas peças e, para além da carga emocional e religiosa que transmitem, absorver toda a informação, “(...) a importância etnográfica dos pormenores (...)”³⁴, como tão bem o resume já Luís Chaves no dealbar do século XX, que levam a que, felizmente, cada vez mais estudiosos se debruçam hoje sobre esta temática, estudando e inventariando estes acervos e sobretudo os painéis votivos pintados, um pouco espalhados por todo o país em igrejas e ermidas, pois que eles se apresentam também como registos meticulosos de um quotidiano passado que os transforma, assim, em

importantes elementos do nosso património cultural e social (fig. 5).

²⁷ Cf. Alberto Iria, *ob.cit.*, 1973, p.29.

²⁸ Cf. Francisco Xavier de Ataíde Oliveira, *Monografia da Luz de Tavira*, 1991, ed. Algarve em Foco, V. R. Stº. António, p. 11.

²⁹ Cf. Alberto Iria, *ob.cit.*, 1973, p.31.

³⁰ Cf. Alberto Iria, *ob.cit.*, 1973, p.32.

³¹ Cf. Fr. Agostinho de Santa Maria, *ob.cit.*, pp. 418-19.

³² Idem, *ibidem*, p. 420.

³³ Idem, *ibidem*, p.426.

³⁴ Chaves, Luís, “A colecção de milagres do Museu Etnológico Português” in *O Archeologo Português*, vol. XIX, Lisboa, 1914, p. 159.

As novas funções do mar



Tavira na transição do milénio: as novas funções do mar

Jorge Queiroz
(Sociólogo)

Se das alterações físicas determinadas por ocorrências naturais e mobilidades humanas, apropriação, usos e abandonos dos espaços, se ocuparam particularmente a geografia, a economia e a história, outras disciplinas ganharam importância nas últimas décadas.

A investigação sobre as transformações territoriais e sociais reorientou-se para a convergência de conhecimentos. A interdependência aumentou, num processo contínuo de análise sobre a natureza e as consequências dessas alterações nas estruturas físicas e sociais.

As sociedades são dinâmicas e as vivências humanas determinam sempre novas relações. Os conceitos evoluem e cada nova geração olha o passado a partir dos seus próprios conhecimentos e aspirações.

A Sociologia estuda a fenomenologia dos processos sociais.

Um ramo disciplinar, a Sociologia Urbana, analisa a cidade nas suas dimensões demográficas, mobilidades internas e interrelações sociais, os factores sociopsicológicos, os espaços de sociabilidade, as organizações sociais, os problemas da identidade e da multiculturalidade, entre outros aspectos.

O século XX trouxe, para além da urbanização intensiva e das mobilidades inter-regionais, mudanças profundas na relação da sociedade com as tecnologias de informação, a emergência de direitos sociais (políticos, económicos e culturais), o processo a emancipação e participação das mulheres, novas formas de organização social, o aumento da esperança de vida. As políticas públicas e o Direito são influenciados por problemas biopsicossociais: a juventude, o feminino, os idosos, as minorias étnicas, os deficientes, ...

O surgimento de grandes metrópoles determinou atenção especial para os espaços humanos e os fenómenos que neles ocorrem, para as patologias provocadas por intervenções excessivamente funcionais, a análise dos processos de integração/exclusão, as novas formas de uso espacial, as alterações de comportamentos e valores.

A globalização colocou na ordem do dia os fundamentos das identidades nacionais, regionais e da própria cidade.

Do ponto de vista sociológico a interpretação das expressões ideológicas, dos movimentos sociais no século XX em Portugal e da muito debatida questão da “identidade nacional” são complexas e contraditórias, conforme se poderá entender pela análise das obras de investigadores e pensadores como Leite de Vasconcelos, António Quadros, Orlando Ribeiro, Agostinho da Silva, António José Saraiva, Eduardo Lourenço ou José Mattoso, entre outros.

Na primeira metade do século ideologias várias procuraram uma fundamentação científica da identidade. O nacionalismo português serviu-se da antropologia para defender nos Iberos a origem de uma comunidade muito definida. O Estado Novo no seu declinar promoveu a ideia de um “mundo que o português criou” justificando a presença colonial e as guerras no Ultramar. A partir de 1974/75, com as independências das ex-colónias e integração europeia surgiram as ideias de “Portugal Europeu” e de “Lusofonia”, reestruturações contemporâneas da identidade.

A história de uma cidade é sempre uma construção, mesmo quando se pretende apenas descritiva ou factual. J. Habermas observou que toda a investigação é “interessada”, isto é pré-definida e influenciada por interesses e valores.

A análise dos fenómenos sociais foi durante muito anos dificultada por crenças várias, pela ausência de fontes escritas em muitos grupos sociais, por referências temporais difusas e múltiplas ambiguidades provenientes da tradição oral, sobretudo pela prevalência de uma história “ideológica” e de menor exigência científica.

1. Um século de profundas transformações em Portugal

Ocorreram em Portugal no século XX as mais profundas transformações políticas, demográficas, económicas, culturais e urbanísticas desde a fundação do País no século XII.

Do ponto de vista político produziram-se alterações nos fundamentos ideológicos, missões e formas de organização do Estado, rupturas consubstanciadas por levan-

tamentos militares acompanhados de apoios de sectores significativos da população (5 de Outubro, 28 de Maio e 25 de Abril). Num século verificaram-se três mudanças de regime: da Monarquia para a República, desta para o “Estado Novo” e finalmente no último quartel, um regime democrático-parlamentar surgido com o 25 de Abril de 1974.

Se a primeira metade do século XIX foi marcada pelas invasões napoleónicas, a fuga da corte para o Brasil e uma guerra civil traumática, no último século Portugal participou na 1ª Guerra Mundial (1914-1918), enfrentou três conflitos coloniais (1961-1974), perdeu um Império mantido durante cinco séculos e em poucos meses realizou, por força das circunstâncias, uma descolonização não preparada. Integrou a partir de 1986 a actual União Europeia encetando um novo ciclo da sua História.

Durante o século XX, mais acentuadamente na segunda metade, cresceram as cidades junto ao litoral (85% da população vive a escassa distância do Atlântico) e diminuiu a população rural. No final do século verifica-se uma ocupação do território não homogénea e assimétrica, e duas cidades, Lisboa e Porto concentravam 40% da população total do continente.

Algumas áreas junto às principais cidades industrializaram-se, com consequentes alterações na organização espacial e nas formas de vida colectiva.

Um país desde sempre rural terciarizou-se, mas um atraso educativo endémico de que o económico é resultante, dificultou a evolução e a democratização.

O analfabetismo manteve em Portugal elevadas taxas ao longo do século XX. Em 1950 cerca de 40% da população portuguesa era ainda analfabeta. Contudo no final do século XX a democratização do ensino era uma realidade positiva em todo o País e o analfabetismo foi reduzido para 9%, mantendo-se ainda expressivo em populações idosas e nas zonas mais isoladas do interior.

Ao longo do século XX ocorreram diversos movimentos de emigração e retorno, centenas de milhares de portugueses saíram para a África, Brasil, Venezuela e América do Norte, outros para França, Alemanha, Países Baixos, Suíça e Inglaterra. Regressaram após a descolonização

de 1975 cerca de um milhão de pessoas na sua maioria vindas das ex-colónias africanas, designados na linguagem corrente por “retornados”.

No final do século XX surge um novo e significativo fenómeno migratório, consequência da integração europeia e da necessidade de mão-de-obra para a construção de infraestruturas públicas e serviços privados. Chegam a Portugal na última década milhares de cidadãos de África, Brasil e dezenas de milhares do Leste Europeu.

O Algarve: a dupla periferia

O Algarve acompanhou as grandes transformações do século XX numa situação de “dupla periferia”.

A região esteve isolada até à segunda metade do século, dispondo de deficientes e morosas acessibilidades a outras regiões do País, com acrescidas dificuldades para a circulação de pessoas e produtos. A economia regional assentava na agricultura e nas pescas.

Enquanto por toda a Europa, no século XIX, se desenvolviam e modernizavam sistemas viários, a viagem de Lisboa para o Algarve era demorada e difícil, recheada de travessias e mesmo com perigo de assaltos em algumas zonas.

O transporte marítimo foi a partir de 1853 a principal ligação (de Lagos, Faro e Vila Real de Santo António) com Lisboa. Por via terrestre utilizava-se o comboio até Beja, depois um trem puxado a cavalos para Mértola, a

descida de barco pelo Guadiana e finalmente a estrada real em carruagem, totalizando três dias e duas noites de viagem. A primeira estrada moderna construída no Algarve ligou Faro a Loulé e começou a ser utilizada em 1857. A ligação de comboio a Faro levou 23 anos a construir (1866 a 1889) e a ligação para Tavira mais 16 anos (em 1905) atingindo Lagos apenas em 1922.

O comércio dos produtos agrícolas algarvios, sobretudo figo e alfarroba, era dominado por estrangeiros.

A industrialização na região foi lenta, algumas fábricas de cortiça (Silves e São Brás de Alportel, Faro e Messines), conservas de peixe (Portimão, Olhão e Vila Real da Santo António) e moagens (Tavira e Portimão). Na indústria algarvia trabalhavam no início do século XX cerca de cinco mil operários.

Desenvolveu-se a navegação de cabotagem apoiada por uma indústria de construção naval e reparação de traineiras e pequenas embarcações. Espécies sazonais, como a sardinha e o atum, permitiam a exportação e fomentaram a partir da época pombalina a industrialização e a criação de companhias e “armações” sujeitas a cíclicas crises.

Com uma continuidade geográfica emergiram no Algarve duas realidades sub-regionais, o barlavento e o sotavento, animadas por vários centros urbanos de pequena e média dimensão.

No Sotavento desaguam os rios Guadiana e Sequa-

Barcos “Lusitos” e “Snipes” em treino no Rio Gilão em frente do antigo Centro de Vela da Mocidade Portuguesa, década de 1950?



Gilão, mas as barras assoreadas dificultaram o desenvolvimento dos respectivos portos. A escassa profundidade oceânica e a riqueza biológica favoreceram o desenvolvimento de artes de pesca e as boas capturas junto à costa.

A salga que fora o método de conservação do pescado até final do século XIX foi substituída pelo sistema de conservas introduzidas no Algarve por empresas italianas, sobretudo em Portimão, Olhão e Vila Real de Santo António e que se estabeleceram na Península Ibérica concorrendo com os franceses pelo controlo do comércio mundial.

O sotavento algarvio manteve durante décadas actividades florestais e agro-pecuárias no barrocal e na serra. Na frente litoral desenvolveu-se uma economia relacionada com as capturas e transformação do pescado, potenciada pelas “artes fixas” (armações) e motorização das embarcações.

A estrutura social do litoral algarvio reflecte uma organização socio-económica constituída por proprietários, empresários e accionistas das pescas, pescadores e operários conserveiros.

Pescadores, “montanheiros” e “serrenhos” eram designações estabelecidas na linguagem corrente e que correspondiam aos locais de origem e às principais actividades. Mais distantes do litoral os “montanheiros” asseguravam autosubsistência com a agricultura e a pas-

torícia, outros no barrocal abasteciam os mercados das cidades, finalmente os pescadores constituíam um grupo particular e numericamente mais restrito.

A estratificação social no Algarve no século XX era acentuada. Alguns grandes proprietários agrícolas e industriais, pequenos comerciantes e funcionalismo público, uma larguíssima maioria da população dispendo de baixos rendimentos, vivendo da pesca e da agricultura e com dificuldades de acesso à escolarização.

Sucessivas crises fizeram com que muitos milhares de algarvios saíssem do País.

Numa primeira fase deslocaram-se para a América do Sul (Venezuela, Argentina, Brasil, ...), depois para as colónias africanas, também muitos pescadores tentaram a vida em Marrocos ou na pesca do bacalhau. Já na segunda metade do século XX emigram para países europeus, sobretudo para França e Alemanha.

Nas últimas quatro décadas do século XX ocorreu um fenómeno que alterou profundamente a paisagem do litoral algarvio e as formas de vida das suas populações.

O turismo, “príncipe encantado” dos discursos modernizadores, provocou alterações no ordenamento do território, transformações económicas e culturais, criou oportunidades sociais e também tensões no uso dos espaços e pressões sobre os recursos naturais. As cidades cresceram

Lavadeiras na Ribeira da Asseca



para fora dos núcleos urbanos tradicionais e as aldeias junto ao litoral viram colar-se-lhes “aldeamentos” comercializados para gentes vinda de muitas outras regiões.

Em 1945 no artigo “Algarve Grande Zona Turística de Futuro” publicada na revista “Panorama” nº 23 editada pelo SNI afirmava-se “...A grande maioria dos portugueses nunca visitou o Algarve”, mas no final do milénio a região transformara-se no principal destino do turismo interno e atraía centenas de milhares de visitantes de outros países.

No final do século XX com 5 000 Km² e 400 000 habitantes, que representavam apenas 4% da população portuguesa, o Algarve possuía o terceiro maior PIB per capita do País.

Tavira: a enigmática e bela cidade adormecida

Tavira foi durante todo o século XX uma pequena cidade periférica, com escassa influência política e económica regional, distante já da condição de “cidade mais principal do Algarve” (D. João III) e do dinamismo de Quinhentos, período que na urbe deixou um importante legado de património e prestígio.

O século XIX registou no património de Tavira, como aconteceu em muitos lugares do País, demolições e modificações. Desapareceram entre outros importantes registos patrimoniais da cidade a “porta da afeição” (sécu-

lo XIII) demolida em 1854, a “Torre de Mar” (e Edifício da Principal) construída no reinado de D.João I junto à ponte antiga do Gilão e destruída em 1888 para beneficiação da Praça da Ribeira (actual Praça da República).

No final do século XIX e primórdios do século XX Tavira conheceu a construção do Mercado da Ribeira (1885) e do Jardim Público ou do Coreto (1890), a chegada do caminho-de-ferro (1905), um novo sistema de abastecimento de água, construção de alguns ajardinamentos como o da Alagoa (1915) e jardim do Castelo (1939), uma cadeia civil, um matadouro e um cemitério. No século XIX, a pujança das ideias liberais e da industrialização na Europa, o republicanismo em expansão, estabeleceram um novo entendimento do urbano, o espaço público ganha novas dimensões. Fruto das novas ideias surgem associações que promovem convivialidades, a cooperação e iniciativas recreativas e artísticas.

A luz eléctrica é instalada em 1916, apenas nalgumas zonas da cidade, substituindo um obsoleto sistema de candeeiros a petróleo, obra financiada por empréstimo e por um imposto extraordinário sobre o atum. Mas a electricidade só chegaria a várias localidades do concelho quase 50 anos depois, casos de Santa Luzia, Santo Estêvão e Santa Catarina.

Corrida de bicicletas entre amigos



Em 1917 inicia-se a rede de esgotos e dez anos depois chega a linha telefónica.

Durante a Primeira Guerra Mundial na sequência de boas safras instalam-se na cidade duas fábricas de conservas de peixe: a Balsense e a Tavirense.

A mobilidade no interior da cidade, com uma estrutura de ruas estreitas, determinou necessidades de alargamento da zona baixa até à nova estação do caminho-de-ferro.

A circulação nas primeiras décadas era feita por escasas viaturas e veículos de tracção animal.

No centro da cidade toda a movimentação entre as duas margens se fez até aos anos 60 pela ponte antiga. Nessa década foi construída a variante à EN 125. As inundações de 1989 atingem e danificam a ponte, pelo que é necessário instalar uma ponte militar provisória junto ao Jardim Público. Em 1993 conclui-se a ponte dos Descobrimentos e já no novo milénio é inaugurada a ponte de Santiago entre a Bela Fria e a Porta Nova.

A imagem dos cronistas tavirenses sobre a cidade sofre alterações ao longo dos últimos dois séculos, pelos artigos da imprensa da época perpassam ideias de natureza contraditória, nomeadamente de exaltação romântica e contemplativa da urbe e do rio, mas também insatisfação pelo imobilismo dos poderes públicos em relação a necessidades prementes

Virginio Pires, director do jornal tavirense “Povo Algarvio”, numa das suas crónicas de 1960 designa Tavira como a “bela adormecida”. O mesmo autor escrevera em 1931 a “Canção da Bela Adormecida” integrada na recita “Na terra de D. Paio”:

“Sou a bela adormecida
Desta Província garrida
Que o sol beija com fervor
Nesses campos verdejantes
E nas pescas abundantes
Reside o meu esplendor”

A leitura dos jornais da época, a cronologia dos acontecimentos sociais e dos “melhoramentos” revela uma

cidade que ao longo do século XX e com atrasos vai procurando acompanhar os novos tempos.

Em 1960 Tavira, “a única cidade portuguesa que nascida no passo de um rio, se estendeu por ambas as margens” como a caracterizou Orlando Ribeiro, possuía idêntico quantitativo populacional que em meados do século XVIII por alturas do terramoto. A estagnação demográfica esteve ligada aos problemas da economia local, em particular com as acessibilidades e a decadência portuária.

A descrição feita pelo geógrafo nos anos 50 do ambiente da cidade é elucidativa: “Quase sem indústria, com comércio modesto e porto sem movimento, a população activa de Tavira reparte-se entre as profissões urbanas, a agricultura, a exploração das salinas e a pesca para que se lançam, no mar fronteiro, as maiores armações do atum. Apenas nos bairros humildes da periferia se sente a vida popular no bulício das mulheres e nos jogos e correrias das crianças. Nenhum fermento de vida nova anima esta cidade adormecida, as suas ruas desertas, os jardins onde os velhos tomam o fresco das tardes cálidas ou se aquecem ao sol do Inverno, os largos onde perpassam discretas figuras femininas, esgueirando-se da igreja para o encerro das suas moradas. Uma tranquilidade quase opressiva transpõe a imaginação para a história; mas esta vê-se e toca-se no estranho remate das casas desta cidade do passado.”

Numa entrevista concedida para este trabalho o médico Jorge Correia, Presidente da Câmara entre 1959 e 1972 afirma: “Tavira estava atrasada. Tinha no meio da cidade três propriedades. E... era uma vergonha, não tinha ensino secundário como Olhão ou Vila Real. Em Outubro de 1961 instalei uma Escola Técnica no Palácio da Galeria. Para conseguir desafectar a Ilha de Tavira do domínio público marítimo, protestei e estive um ano sem ir à Câmara mas não me puseram na rua. Até 1963 um terço da população vivia das armações e quem tinha acções vivia à rica...”

Carminda Cavaco, autora de um dos mais importantes trabalhos sobre a economia algarvia, escreve na sua obra “O Algarve Oriental” (1976) que “a persistência de modo e estilos de vida tradicionais e o baixo nível económico das populações rurais, piscatórias e operárias contribuíram para as elevadas taxas de analfabetismo que se verificam ainda hoje entre adultos, mesmo urbanos”.

Do ponto de vista económico a cidade vive do pequeno comércio, das pescas, com particular relevo para a captura e transformação do atum, de uma agricultura de



Festas da Cidade no Rio Gilão, década de 1950-60?

proximidade e subsistência sem produção suficiente para as necessidades de mercados mais amplos.

Em vários momentos o inconformismo de alguns cidadãos manifesta-se. Sebastião Leiria, homem de cultura e regente da Banda, escreve numa das suas crónicas a propósito da demolição do antigo Teatro António Pinheiro que “*uma rajada de modernismo se impõe para quebrar a ronceirice da cidade cristalizada votada ao abandono no conserto desse progresso que em poucos anos modificou a face de terras próximas...*”, discordando com “*o desrespeito por uma obra que Tavira tanto se orgulha*” e propondo a construção de um novo edifício noutra local. O Cine-Teatro António Pinheiro nasce da demolição do anterior e é inaugurado em 1968.

A cidade não produz durante o século XX no domínio da cultura qualquer figura com expressão nacional. Estácio da Veiga, pioneiro da arqueologia portuguesa do século XIX e autor de obras de referência contínua o taviense de maior relevo na cultura portuguesa.

A vida social reflecte desejos de acesso à educação e à cultura por parte de significativos extractos da população.

No início do século existiu um pequeno teatro situado em frente da Igreja de Santiago, mandado fechar em 1910 por falta de segurança. Num barracão de madeira na rua 1º de Maio projectava-se cinema, ampliado nessa altura para teatro enquanto se não construía o Teatro Popular.

As fulanizações que sempre marcam a vida pública nas pequenas localidades estão bem patentes a propósito da construção do Teatro Cinema Popular na carta de 1914 de José Falcão de Berredo apelando à contribuição dos habitantes assumindo o autor a sua condição não partidária e verberando os seus detractores.

A actividade artística caracterizava-se por iniciativas de natureza cíclica e religiosa, contextualizadas por acções beneméritas de recolha pública de fundos, recorrendo a alguns artistas e orquestras vindos de Lisboa, ao folclore, amadores e fogos “de Viana do Castelo”.

Em 1937 para a comemoração nacionalista dos Centenários (1140 e 1640) preparou-se a abertura de um museu e sala de leitura na Misericórdia, que regista um número reduzido de visitantes acabando mais tarde por encerrar.

O rio e o mar marcam as várias iniciativas.

Em Cabanas de Tavira e Santa Luzia, localidades piscatórias, realizavam-se em Agosto festas e procissões.

Em Tavira no final de Setembro e inícios de Outubro marcavam presença as “Grandiosas Festas da Cidade” para obtenção de fundos. Em 1930, 1931 e 1932 destinaram-se à construção do Monumento aos Mortos da Grande Guerra.

Companhias itinerantes deslocavam-se no Verão para o Algarve e passavam também por Tavira. Nas zonas rurais ocorriam bailes e algumas procissões.

A partir de 1960, no Verão, com abertura a 15 de Agosto data evocativa de Nossa Senhora, e com fins de beneficência surgiram no Jardim Público as “Festas a Favor da Misericórdia de Tavira”. Estabeleciam-se entradas preços diferenciados consoante os utentes fossem “cavaleiros ou senhoras”. Nas festas de 1960 ainda havia um “Dia do Folclore Nacional” e outro “do Folclore e da Elegância”, o programa incluía fogo de artifício, desfile e concerto da Banda de Tavira, carros alegóricos em corso, cortejo de oferendas e folclore.

Ocorriam também “serenatas no rio”, com embarcações imitando gôndolas venezianas, nas quais em 1963 participa José Afonso que, anos mais tarde, se tornaria celebre como compositor de intervenção, marcante na renovação musical portuguesa e autor da canção símbolo “Grândola Vila Morena”. É apresentado com destaque na imprensa local como “o melhor interprete das baladas coimbrãs”. Ainda nessas mesmas festas cantou Maria Clara a “Canção de Tavira”.

Na década de 60 alguns ranchos actuavam para turistas, como ocorria em Conceição de Tavira.

Do ponto de vista social a presença militar deixou marcas profundas na história de Tavira.

O quartel da Atalaia desenvolve recruta e formação de tropas de infantaria. Edifício pombalino, manteve-se durante os dois últimos séculos como uma das mais importantes referências externas da cidade, por onde passaram várias gerações de jovens portugueses.

A 30 de Março de 1920 no jornal da cidade “O Povo Algarvio” escrevia-se “...cidade de remotas tradições, militar por excelência, assistiu confragida à retirada da unidade que aqui se aquartelava”. Dez anos depois a vontade mantém-se assim justificada no mesmo jornal: “...Os recrutas retidos durante o dia pelas suas obrigações espalham-se logo, após o toque da ordem, pela cidade, comunicando-lhes a sua alegria de rapazes, a sua despreocupação pelo dia de amanhã, o seu entusiasmo por poderem durante algumas horas andar livres”.

A guerra colonial (1961-1974) origina uma presença militar mais intensa, a época dos “milicianos”, durante a qual muitos jovens vindos de outras zonas do País conhecem Tavira e convivem com a população local.

Nessa época registam-se casamentos de moças tavirenses com militares. O quartel com capacidade para 400 homens chega a enquadrar o triplo o que origina uma economia de apoios particulares no alojamento, refeições, tratamento de roupas, ...

Em meados da década de 50 o alojamento citadino escasseava e o turismo algarvio ensaiava as primeiras iniciativas de divulgação externa.

O antigo Presidente da Câmara Jorge Correia conta: “Senti a necessidade de criar um posto de turismo na década de 60, mas a verdade é que não tínhamos onde receber as pessoas, só havia algumas pensões “pataqueiras”. Fui eu quem, em 1969, com alguns amigos, fizemos as Pedras d’ El-Rei. Às praias sempre iam algumas pessoas mas lá não havia apoios nenhuns”.

O século XX deixou também muitas e importantes marcas no património edificado.

Os espaços públicos, jardins e edifícios mostram as principais correntes do pensamento arquitectónico de finais do século XIX e do início do século XX : a arquitectura do ferro (no mercado da Ribeira, coreto, candeeiros públicos, ...) a arte deco e o nacional-modernismo, a habitação portuguesa de Raul Lino (casas geminadas da Avenida da Estação), ...

A população do concelho manteve-se, com algumas variações intercensitárias, praticamente a mesma, do início e ao final do século XX, cerca dos 25 000 habitantes, mas a oferta de trabalho no sector turístico e dos serviços provocou mobilidades internas e um gradual abandono do interior serrano.

Na transição do milénio e na ultima década do séc.XX Tavira apresenta inquestionáveis sinais de mudança.

A bela e enigmática cidade das “vinte igrejas” dá sinais de acordar do torpor de décadas.

A urbe cresce e reequipa-se. Aproveitando fundos europeus, recursos nacionais e municipais, com um Plano Director Municipal aprovado, a cidade reabilita e refuncionaliza património, instalam-se equipamentos hoteleiros, atrai investimento e turismo, actualiza e promove a cultura artística e científica, constrói novos equipamentos educativos e desportivos. Surgem algumas iniciativas

especializadas ligadas à animação turística: um comboio urbano, trens a cavalo para passeios no interior cidade, a torre obscura, um centro astronómico, discoteca e bares, passeios de barco, aquatáxis,...

Nas últimas duas décadas a cidade recupera e ganha dimensão, potencia no exterior a sua imagem como cidade de património e de cultura.

Tavira e o mar: perigos e riquezas

A relação da cidade e das populações com o mar evoluiu ao longo dos tempos.

Do ponto de vista simbólico o elemento água é de todos o mais imprevisível, estando por isso nas culturas tradicionais ligado ao princípio do caos, donde resultaram frequentes narrativas históricas e mitológicas de dilúvios.

As alterações provocadas pelas marés, as cheias dos rios, as modificações de ventos e correntes, as súbitas tempestades marítimas, levaram a que durante milhares de anos as populações olhassem com desconfiança e receio as grandes águas oceânicas.

Era diminuto o número de pessoas que se aventuravam nos mares, a navegação em pequenas embarcações com a linha de costa à vista era a mais usual.

O mar fornecia alimentos e durante séculos o seu uso foi exclusivamente utilitário.

As invernias trouxeram desde sempre sempre preocupação às localidades do litoral, por diversas vezes no século XX o mar entrou na povoação de Cabanas de Tavira e o rio transbordou as margens e alagou a zona baixa de Tavira.

Tavira localizou-se desde remotos tempos em zona abrigada, mas a escassos quilómetros do oceano. O seu posicionamento é explicado por razões morfológicas, pela existência de zonas inundadas no estuário do Gilão, sobretudo sapais e salinas, mas também pela necessidade de manter uma posição defensiva e de vigilância em relação aos perigos naturais e bélicos, sobretudo a pirataria e o corso.

A permanência de comunidades humanas nas ilhas-barreira situadas frente a Tavira foi durante séculos nula,

devido ao galgamento oceânico no período das invernias. Assim aconselhava a hidrodinâmica do estuário, a modificação e reconstrução natural das ilhas-barreira, também os ataques frequentes de corsários referidos nos textos de Frei João de São José (1577) e do italiano Alexandre Massai (1621).

O sistema de fortificações na frente atlântica (Torre d'Ares, Fortes de Santo António do Rato e de São João da Barra e o Torrão do Lastro já desaparecido) e as muralhas fenícia, islâmica e cristã da cidade, bem como a torre de vigia do Alto de Santa Ana e Torre de Mar (destruída em 1886) contam-nos essa preocupação constante das populações locais com os perigos vindos do mar em diversos períodos históricos.

A função de “atalaia” deu o nome à zona da cidade próxima do mar e ao quartel edificado em 1795 no período pós-terramoto.

Como desde sempre acontecera, na primeira metade do século XX a economia marítima na zona de Tavira assentou fundamentalmente nas pescas e na exploração das salinas conhecidas na cidade desde o período islâmico e claramente referidas no foral de Afonso III (1266).

A moluscicultura, como processo produtivo e tecnológico, surge apenas em meados do século XX. Contudo a apanha de mariscos, o “marisqueio”, sobretudo de bivalves, tem antecedentes na antiguidade, como o demonstram os vestígios arqueológicos, o que ajudou a estruturar economias de subsistência individual e familiar, muitas vezes de natureza complementar à actividade piscatória e agrícola.

As migrações sazonais e captura do atum determinaram o estabelecimento de “armações” no mar e “arraiais” instalados nos areais onde viviam os familiares que também apoiavam as actividades piscatórias.

Um dos aglomerados populacionais do concelho, “Cabanas da armação”, actual vila de Cabanas de Tavira, teve origem ainda no século XVIII nesta actividade.

Santa Luzia a mais antiga povoação marítima do concelho terá surgido no século XVI a partir de uma Ermida dedicada à santa siciliana protectora dos que padecem dos olhos.

Inundação em Cabanas de Tavira, resultado de uma tromba de água, década de 1960?



Sem porto que recebesse navios maiores, a actividade piscatória concentrava-se na costa junto às ilhas-barreira. Eram utilizadas as “xávegas”, as espécies capturadas eram variadas e abundantes.

Em 1926, com o trabalho de máquinas, é aberta uma barra artificial evitando continuidades de território, também que os barcos encostassem à praia ou que os pescadores tivessem de encontrar ligação ao oceano pela barra de Cacela situada a escassos quilómetros.

Permaneciam à entrada do último século nas proximidades da cidade quatro “arraiais” de armação de atum (Medo das Cascas, Barril, Armação Nova e da Abóbora), que foram sucessivamente destruídos por tempestades inverniais em 1931, 1941 e 1952 e 1962.

Vila Real de Santo António e Olhão possuíam os principais centros conserveiros no sotavento. Consequência das necessidades de abastecimento e transporte alimentar na I Guerra Mundial instalam-se em Tavira, em cada uma das margens do rio, duas fábricas de transformação do pescado, a Balsense e a Tavirense. Permanecem hoje visíveis os seus edifícios como marcas da história da indústria transformadora das pescas no século XX. O arraial Ferreira Neto dá origem a um hotel.

Durante toda a primeira metade do século XX diminuem as capturas de atum. Os cardumes desaparecem das costas e com eles as armações, encerram as fábricas de conservas.

Encerra também uma Escola de Pesca, criada em 1945 pelo Comandante Henriques de Brito e que funcionou no Convento do Carmo até meados da década de 70.

Com o declínio das pescas nasce uma nova relação da população com o mar.

As novas funções do mar

Do estatuto social do veraneio à democratização da “Praia”.

O turismo como fenómeno social emerge no século XX com grande impacto transformador, resulta da melhoria das condições de vida das populações, dos avanços nos transportes e das alterações nos costumes e nas mentalidades.

O turismo, hoje uma poderosa e influente indústria, contém dimensões antropológicas, sociológicas, económicas e ambientais, crescentemente presentes nas análises e estratégias de desenvolvimento.

A actividade turística envolve modelos mentais e comportamentos sociais que encontramos no imaginário individual e colectivo.

Nos finais do século XIX e princípios do século XX algumas famílias mais abastadas construíram residências de férias junto às praias. A ideia de férias e de lazer era privilégio de uma minoria endinheirada, um comportamento que não fazia parte das possibilidades, interesses e prioridades das classes populares, mais preocupadas em garantir quotidianamente a subsistência das famílias.

A praia associou-se à ideia de descanso e convívio. Afirmava-se que os banhos de mar faziam bem à saúde e as praias davam “boas cores” aos seus frequentadores. A presença de extractos sociais mais elevados no litoral durante longos meses de veraneio permitia selecção de relações sociais e a realização de festas e convívios que conduziam a uniões, casamentos e negócios. Essas famílias fixavam-se periodicamente junto às praias acompanhadas de amigos e pessoal doméstico, criando algum dinamismo em localidades apenas vividas pelos seus habitantes.

As principais estâncias balneares no centro-sul do País eram na 1ª metade do século XX a Costa do Sol (Estoril e Cascais), as praias de Sintra, a Caparica, a Praia da Rocha (Portimão).

O Algarve balnear situou-se numa fase inicial entre Lagos e Portimão. As termas de Monchique atraíam também muitas pessoas para tratamentos e descanso.

No sotavento apenas Monte Gordo registava alguma frequência nas primeiras décadas do século XX, na sua marginal estabeleceram-se as primeiras habitações de veraneio. As famílias endinheiradas de Tavira, Olhão, São Brás ou Faro passavam períodos de férias em Monte Gordo, frequentando a praia, organizando festas ou jogando no Casino.

Ainda na primeira metade do século XX a Revista “Panorama” (nº10 de 1942) descreve o fenómeno do

turismo com Monte Gordo a “povoar-se de mil e uma coloridas barraquinhas. Ali ocorre o andaluz, escasso de praias, porquanto os terrenos são pantanosos...E durante alguns anos que por ali assistimos à chegada ruidosa de alentejanos das terras interiores de Beja. Servem a estes de económica condução, as barcas ou gasolinas do Guadiana...”

Tomás Cabreira (1865-1918), taviense, engenheiro civil doutorado, deputado e Ministro das Finanças promoveu em 1915 o 1º Congresso Regional Algarvio onde expôs os problemas estruturais que determinavam o atraso da região perspectivando o elevado potencial das condições naturais da região. Homem de cultura, inovador nas ideias e na acção escreve em “O Algarve Económico” (1918) sobre as perspectivas de desenvolvimento turístico para a região.

Na década de 40 Tavira não integrava os principais centros de veraneio da região e o uso da praia não fazia parte dos hábitos da generalidade da população local. Raras eram as pessoas que demandavam as ilhas-barreira por razões que se não relacionassem com as pescas.

Na capital do País, por iniciativa de particulares, organizavam-se grupos excursionistas para vir ao Algarve assistir ao espectáculo das “amendoeiras em flor”. Chegavam os primeiros e raros turistas estrangeiros atraídos pelo “pitoresco” que uma região isolada ainda guardava.

Em 1943 a referida publicação oficial, na rubrica “Conheça a sua terra” descrevia a existência da praia de Tavira “ a 3 quilómetros da foz do rio Gilão” e informava “não há parques de campismo demarcados mas pode praticar-se no campo, na serra ou mesmo nas ilhas de areia sobre o mar”.

A descrição de uma visita à Ilha de Tavira em 1941 em pleno Verão por Fernando Gil Cardeira é significativa: “contemplei o local e vi que estavam uma dezena de banhistas na praia, que esta se estendia para poente e que tinha o arraial da armação do Barril em frente a Santa Luzia. No local onde havia três casas de veraneio”.

Na primeira metade do século XX apenas algumas famílias utilizam a ilha de Tavira concluídas as actividades das armações do atum, o que ocorria já com o Verão a meio, perto do fim de Agosto. Em 1951 e apenas ao domingo estabeleceu-se uma carreira de camioneta de Tavira para as Quatro Águas a cargo da empresa Pilar.

A travessia normal era assegurada por barqueiros a

troco de algumas moedas. Anos mais tarde a mesma empresa de camionagem cria transporte colectivo de barco entre o cais das Quatro Águas e a Ilha de Tavira, que ano após ano regista procura crescente.

As escassas famílias veraneantes construíram inicialmente casas precárias, que depois evoluíram para construções mais sólidas.

O alojamento em Tavira era praticamente inexistente. Na Pensão Arcada frente à Câmara Municipal albergavam-se os forasteiros que demandavam a cidade.

No “ Povo Algarvio” de 20 de Agosto de 1960 queixa-se um cronista que o Secretariado Nacional de Informação, Cultura e Turismo nada informa sobre as festas de Tavira e conta a frustração de um casal de espanhóis por não conseguirem alojamento, concluindo : “Não será viável criar para já, aquele mínimo de condições que permitam aos turistas que se deslocarem à praia mudarem de roupa e disporem de um toldo?”

Anunciada na década de 40 a construção de um “excelente campo de aviação” a abertura do Aeroporto de Faro ocorre em 1965 e é um forte impulso na consolidação da ideia de região turística para o Algarve, perspectiva que se desenvolve e ganha espaço desde as primeiras décadas do século XX.

Com a chegada do turismo surgem as oportunidades e os “grandes negócios imobiliários”, na construção e comercialização dos “empreendimentos”, ao mesmo tempo que a população local garante emprego na actividade turística ainda que desde sempre marcada pela sazonalidade.

A procura de abastecimento alimentar por parte do turismo faz escoar produtos agrícolas para o mercado interno. Os pequenos agricultores do barrocal têm uma nova oportunidade, contudo os processos tecnológicos produtivos, baixa capacidade de investimento e escasso associativismo não geraram a resposta solicitada pelo aumento da procura de bens.

As condições climáticas na zona de Tavira, de características mediterrânicas com insolação de mais de 3000 horas ano, uma temperatura média anual de 17° C, propiciam aos turistas longos períodos de amenidade no contacto com o mar e a natureza do barrocal e da serra.

Fixam-se algumas famílias de estrangeiros em zonas da serra.

Surgem dezenas de imobiliárias e empresas de construção civil, os homens do interior algarvio abandonam as suas aldeias e trabalham como pedreiros e serventes na construção civil.

Algumas construções tentam recriar características tradicionais da casa algarvia, nomeadamente a chaminé, açoteias e platibandas, mas na maioria dos casos predominam modelos híbridos, o que levou o historiador de arte e do urbanismo Eduardo Horta Correia a considerar o Algarve como a zona do País “*mais atingida pela destruição maciça dos vestígios da sua identidade*” (oração de Sapiência na Universidade do Algarve, 1999).

Implanta-se um modelo de desenvolvimento turístico, que em muitos aspectos segue o modelo de outras regiões do sul da Europa exclusivamente dependente do período estival. A segunda habitação, para férias dos proprietários e aluguer a veraneantes, dá origem a ocupações excessivas em diversos locais do litoral algarvio.

A entrada do turismo na vida da cidade de Tavira ocorre com o aparecimento de aldeamentos da periferia, utilização de casas alugadas à população local e de algumas pensões. Só numa fase posterior e já na transição do milénio surgem hotéis com maior qualidade e capacidade de alojamento.

A empresa ATRIUM em Tavira construiu na zona de Santa Luzia 1967 o empreendimento “Pedras D’el-Rei” ligado ao Clube Mediterrâneo e logo a seguir desenvolveram-se as “Pedras da Rainha”, seguindo a mesma filosofia urbanística, quer nas tipologias como na estratégia comercial. Estes dois empreendimentos oferecem cerca de 2 600 camas.

Na década de 70 surgiu junto à EN 125, entre Tavira e Conceição, o Eurothel (233 camas) e o aldeamento da Quinta das Oliveiras.

Instala-se um parque de Campismo da Ilha de Tavira ocupando 35 000 m² com capacidade para 1550 utentes.

As várias pensões (Castelo, Princesa do Gilão, D. Rodrigues, ...) garantem reduzida capacidade de alojamento.

As especificidades ambientais de Tavira estiveram pre-

sentes em alguns projectos de natureza turística, quer nos aldeamentos da primeira geração menos densificados (décadas de 60 e 70) como no aproveitamento de alguns conventos (Santo António, Nossa Senhora da Graça e das Bernardas) e casas de turismo de habitação.

Em 2000 abre o Hotel Vila Galé Albacora (322 camas) que refuncionaliza o antigo Arraial Ferreira e pouco tempo depois são inaugurados na cidade o Hotel Vila Galé Tavira (530 camas), pertencentes ao mesmo grupo hoteleiro e o Hotel da Porta Nova (274 camas).

Surgem novas tipologias, aparthotéis como o Cabanas Park Resort com 90 apartamentos.

O turismo desportivo estabelece-se junto à cidade, surgem campos de golfe como os de Benamor e Quinta da Ria.

A Via do Infante/A22, a ligação por auto-estrada Lisboa – Ferreiras e a ponte sobre o Guadiana determinaram um incremento da mobilidade interna e externa.

O turismo em Portugal representava em 2005, de acordo com uma análise de conjuntura, 11% do PIB e 10% do emprego e o País ocupava a 16ª posição a nível mundial nos destinos turísticos. O Algarve registava 40% das dormidas a nível nacional, tendo como fundamento principal dessa capacidade atractiva, o clima e a praia.

A frente marítima e a dimensão ambiental

A questão ambiental é um problema novo, surgido à escala planetária na segunda metade do século XX.

A tomada de consciência do valor dos ecossistemas e da biodiversidade resultou dos efeitos da industrialização, tensões demográficas sazonais e poluição crescente, agravada pela urbanização expansiva provocada pelo turismo de massas na Europa do Sul, em particular no Mediterrâneo e no litoral sul da Península Ibérica.

O contributo das Universidades e da comunidade científica permitiu o acesso a informação, a monitorização de ocorrências e o alerta sobre as interações causa-efeito.

São hoje claramente visíveis as consequências da pressão humana sobre os territórios e recursos naturais e nas economias regionais. Em muitos lugares do mundo valores património milenar foram atingidos de forma extensiva e cumulativa, por vezes irreversível.

Se a concentração humana e o turismo desencadearam nas últimas décadas uma elevada pressão costeira, a tomada de consciência e resposta da comunidade científica e dos responsáveis públicos foi acompanhada de medidas de contenção, embora se discuta os níveis de eficácia.

Desta nova realidade surgiram os Parques e Reservas Naturais e também da Reserva Ecológica Nacional – REN.

Pioneira dos aspectos de protecção, a mata da Condição criada em 1920 visava a exploração de lenha, produção de cal e de taninos, abrangendo 457 hectares da Serra de Tavira

A frente litoral de Tavira com 18 Km de extensão integrada no Parque Natural da Ria Formosa (Decreto-Lei nº 373/87 de 9 de Dezembro) engloba uma grande variedade de habitats, sapais, restingas, cordões dunares, esteiros, lagoas de água doce e salobra, vegetação rípica, matas e pinhais, salinas, terrenos agrícolas, sendo abrangida pela Convenção Internacional sobre Zonas Húmidas e a de Ramsar visa proteger a avifauna, a Directiva Aves (79/409/CEE), a Directiva Habitats (92/94/CEE) e o Corine Biótipos – C 15000010.

À importância do valor ambiental acresce um elevado valor económico, tradicionalmente ligado às pescas e salinicultura.

Este tipo de habitats é dos mais produtivos da bios-

fera, funcionando como maternidade de muitas espécies. A Ria Formosa integra a Rede Natura 2000 e assegura a produção de 80 % da moluscicultura nacional. É rica em espécies sedentárias e migradoras, crustáceos e moluscos.

Nos últimos anos, valorizando a relação do homem com este património surgiram trilhos de observação da natureza e foram requalificados os apoios das praias da Ilha de Tavira (Terra Estreita, barril e Homem Nu), e em Cabanas-Mar.

Junto ao litoral algarvio desenvolve-se uma ecovia que atravessa o concelho de Tavira.

Os principais problemas ambientais surgidos na frente marítima resultaram da instalação de infraestruturas artificiais nos cordões dunares e artificialização das costas, construção de marinas, da pressão humana e densificação de um território limitado, da deposição de entulhos, pescas ilegais e reconversão nalguns casos de salinas para piscicultura debilitando áreas de nidificação da avifauna.

Também a construção de barragens está a impedir a chegada aos estuários dos sedimentos que reforçaram durante séculos as barreiras naturais de contenção das invernias oceânicas.

A crescente motorização da náutica de recreio junto às praias causou impactos negativos.

Ilha de Tavira



Algumas medidas foram tomadas. A travessia das dunas com pisoteio de vegetação natural, determinou a instalação de estruturas de madeira ou passadiços.

Para reactivar e aumentar os processos biológicos e a fixação de colónias foi instalado em 1990 um sistema de Recifes Artificiais.

As variações demográficas anuais amplas e determinaram aumentos no consumo de água e necessidades de tratamento de efluentes e resíduos.

A compreensão da necessidade de evitar a ruptura dos ecossistemas, a diminuição da população agrícola e os perigos para a saúde da fertilização química dos solos, levaram também a que tenham surgido algumas experiências em Tavira de introdução dos novos conceitos da agricultura biológica, como as “quintas biológicas” ou “ecológicas”. Estas actividades com características de “nicho” de economia agro-ambiental (frutas, doçaria, ecoturismo, ...), promoveram uma pequena rede comércio de produtos e o aparecimento na cidade da Feira da Serra da Primavera, organizada conjuntamente pela a IN LOCO e a autarquia.

Com origem na Idade Média e na relação do mundo rural com as cidades, este movimento recente de revalorização dos produtos locais e do artesanato, tem uma dupla função de alerta para a desertificação do interior e de promoção de aspectos qualitativos da produção.

Novas funções do mar: as artes, as ciências e o lazer

A preservação patrimonial, as preocupações com o equilíbrio sócio-ambiental e a divulgação das capacidades e especificidades da região expressaram-se também na cultura e nas artes, nas actividades físicas e de lazer.

O cinema aparece como uma das artes com maior capacidade de divulgação das potencialidades algarvias, numa primeira fase centrando-se nos temas “típicos”, as “amendoeiras em flor”, ambientes rurais com carroças pejadas de produtos agrícolas, as paisagens costeiras e as comunidades de pescadores.

O “copejo” do atum, pela sua espectacularidade dramática e originalidade, resultou num dos acontecimentos mais captados pelas câmaras de cinema, tema do primeiro filme que se conhece sobre a região, “Pesca do Atum no Algarve” de 1913.

A cidade de Tavira surge em alguns filmes-documentários da primeira metade do século XX.

Rodado em 1958 “A acção social do pescador” de António Veríssimo é um documentário que aborda as melhorias nas condições de vida dos pescadores, focando vivências de Santa Luzia.

Em 1960 um número especial do “Visor, Noticiário Nacional do Cinema” “ é dedicado a Tavira com locução o jornalista Fernando Pessa.

Em 1961 António Campos realiza “A Almadraba



Atuneira” documentário sobre a vida na armação de atum da Abóbora frente a Cabanas de Tavira, considerado um dos mais importantes filmes com influencia reconhecida no aparecimento do movimento designado por “novo cinema português”.

Em 1968 um outro filme, actualmente em exibição no núcleo museológico do Hotel Albacora, realizado por Hélder Mendes, relata as várias fases da actividade piscatória no Arraial Ferreira Neto.

Na década de 90 e nos primeiros anos do novo milénio o cinema de ficção descobre Tavira e o seu litoral. As cenas captadas integram ambientes marítimos aproveitando o potencial estético da região.

“La regle du silence” (1993) de Marc Rivière, “Santo António de Todo O Mundo” (1996) de António Macedo, “Água e sal” (2001) de Teresa Villaverde rodado em Cabanas de Tavira, “À flor do mar” de João César Monteiro no forte de São João “Cavaleiros de Água Doce” de Tiago Guedes (2001), “A luz da Ria Formosa” (2005) de João Botelho, “Le pacte du silence” (2003) de Grahm Guit com Gerard Depardieu, Elodie Bouchez e Cármen Maura, “Kiss Me” (2004) de António Cunha Telles...

No campo das artes visuais, Tavira é procurada por artistas nacionais e estrangeiros. Bartolomeu dos Santos, artista plástico regressado a Portugal após três décadas de docência na Slade School of Fine Arts de Londres instala uma oficina de gravura em Tavira, por onde passam e se formam muitos jovens artistas. O potencial criativo do mar está presente em muitas obras produzidas. Desenvolve com a autarquia o projecto do Centro de Gravura e Desenho.

O Palácio da Galeria, com projecto do arquitecto José Lamas é reabilitado em finais de 2001 para funções culturais. A partir desse ano apresenta na sua programação uma sequência de exposições sobre o património e arte contemporânea que atraem dezenas de milhares de visitantes: (colecção Berardo, Gunter Grass, Júlio Pomar, René Bertholo, Vieira da Silva, a colecção do CAM da Fundação Gulbenkian, Ângelo de Sousa, Alberto Carneiro, Costa Pinheiro, Joana Vasconcelos, Cabrita Reis,...).

Desenvolve-se o Museu Municipal de Tavira de

estrutura conceptual polinucleada, com a instalação dos primeiros núcleos de Cachopo e Sant’Ana,...Avançam também os projectos do Núcleo Islâmico e Fenício e prepara-se o futuro Museu da Cidade

Em 2002 “Os Dias de Tavira” projecto artístico multidisciplinar utilizou a ria e os armazéns das salinas como espaço cénico, participam Augusto Alves da Silva, Francisco Tropa e André Maranhã, José Pedro Croft, Pedro Cabrita Reis, Pedro Tropa e Teresa Santos, Rafael Toral e o Projecto Teatral.

Algumas exposições de arte revelam preocupações ambientais, casos de “Tuberaria Major” (Palácio da Galeria/MMT) com textos poéticos (Carlos M. Oliveira), fotografia e vídeo (Roberto Santandreu) sobre o “Alcar do Algarve”, planta única no mundo em risco de extinção, exclusiva do habitat da Ria Formosa, a qual nasce de madrugada e morre ao por do sol.

A Biblioteca Municipal, requalificada a partir da antiga prisão da cidade com projecto do arquitecto Carrilho



Exposição Tuberária Major, (Palácio da Galeria/MMT)



Ode Marítima “Verão em Tavira 2007”

da Graça, é baptizada com o heterónimo de Fernando Pessoa, Álvaro de Campos. No Verão de 2007 a “Armação do Artista” apresenta no leito do rio, durante a maré baixa, a “Ode Marítima” de Álvaro de Campos.

Em 2005 é inaugurado no Convento do Carmo um “Centro Ciência Viva” dedicado à água e energias, com laboratórios para experimentação.

Surge um Centro Astronómico no Malhão e a Torre Obscura que refuncionaliza o antigo depósito de água da cidade.

A existência de população residente e visitante que manifesta interesses culturais e de lazer determinou o lançamento em 2002 do programa “Verão em Tavira” multifacetado correspondendo à necessidade de potenciar a relação da cidade com um turismo de múltiplas origens. Gradualmente a programação da cidade vai abrangendo todo ano.

Nos últimos tempos desenvolvem-se projectos para a construção de um Fórum Cultural e um Centro de Arte Contemporânea.

Tavira renova e actualiza programas e revaloriza a sua memória histórico-monumental.

Na actividade desportiva ligada ao mar destaca-se em particular a vela com a realização de competições nacionais e internacionais na zona de Tavira.

Um inquérito promovido em 2007 pela Agenda 21 Local revela como factores de maior satisfação da população local, a paisagem, o património, eventos culturais e a gastronomia.

Na transição do milénio Tavira busca soluções para os novos paradigmas da contemporaneidade, reencontrando-se com as suas origens e perspectivando o futuro.

Na vertigem do atribulado e criativo século XX, Tavira e o mar ganham novas funções.

Bibliografia

Tavira litoral, território em mudança

Alberto Corvo

ANICA, A.C. (1993), *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*, Câmara Municipal de Tavira.

ANICA, A.C. (2001), *Tavira e o seu Termo. Memorando Histórico*, vol. 2, Câmara Municipal de Tavira.

ARAÚJO, M.A. (2000), A evolução do litoral em tempos históricos: a contribuição da Geografia Física, in: *O litoral em perspectiva histórica (séc. XVI-XVIII)*, FLUP, Porto.

ARRUDA, A.M. (1997), Os Núcleos Urbanos Litorais da Idade do Ferro no Algarve, in: *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, IPPAR, Lisboa, pp. 243-255.

BLOT, M.L.P. (2002), Os portos na origem dos centros urbanos: contributo para a arqueologia das cidades marítimas e flúvio-marítimas em Portugal, in: <http://www.ipa.min-cultura.pt/pubs/TA/folder/28>

BRAUDEL, F. (2001), *Memórias do Mediterrâneo, Pré-História e Antiguidade*, ed. portuguesa, Terramar, Lisboa.

CALDAS, E.C. (1997), *Evolução da Paisagem Agrária*, in: *Paisagem*, DGO-TDU, Lisboa.

CARDOSO, J.L. (1993) *Contribuição para o conhecimento dos grandes mamíferos do Plistocénico Superior de Portugal*, Câmara Municipal de Oeiras.

COSTA, A.; ANDRADE, C.; SEABRA, C.; MATIAS, L.; BAPTISTA, M.A.; NUNES, S. (2005), 1755, *Terramoto no Algarve*, Centro Ciência Viva do Algarve, Faro.

COUTINHO, V., et al. (2001), *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve – Do Período Islâmico ao Século XVIII*, Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, Portimão.

DAVEAU, S. (1980), *Espaço e tempo: evolução do ambiente de Portugal ao longo dos tempos pré-históricos*, Clio, n°2, INIC, Lisboa.

DAVEAU, S.; MATTOSO, J.; BELO, D. (1997), *Portugal – O Sabor da Terra, Algarve*, Círculo de Leitores; Expo'98 Lisboa, Pavilhão de Portugal, Lisboa.

DIAS, J.M.A. (1988), *Aspectos Geológicos do litoral algarvio*, Geonovas, vol. 10, APG, Lisboa.

DIAS, J.M., FERREIRA, Ó., MOURA, D. (2004), O sistema de ilhas-barreira da Ria Formosa, in: *II Reunião científica rede CYTED-XVII. 3º SIPRES – Simpósio interdisciplinar sobre processos estuarinos. Livro Guia da Excursão*, Faro.

DIAS, J.M.A. (1993), Estudo de avaliação da situação ambiental e propostas de medidas de salvaguarda para a faixa costeira portuguesa (Geologia costeira), Liga para a Protecção da Natureza, Lisboa., in: UALG, <http://w3.ualg.pt/~jdiad/JAD/indexeB.html>

DIAS, J.M.A. (2004), A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios, in: TAVARES, A.A., TAVARES, M.J.F., CARDOSO, J.L., eds., *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos: Geologia, História, Arqueologia e Climatologia*, Lisboa, pp. 157-170.

GOMES, M.V.; CALADO, D.; NIETO, J.M. (2004), Machado, de bronze, de Bernardinho (Tavira), *Revista Portuguesa de Arqueologia*, Lisboa, 7:2, pp. 119-124.

KHAWLI, A. (2003), *Tavira Islâmica. Novos dados sobre a sua História*, in: *Tavira, Território e Poder*, C.M. Tavira; *Mus. Nac. de Arqueologia*, Lisboa, pp. 131-146.

MAGALHÃES, J.R. (2006), *Tavira nos séculos XVII e XVIII*, in: *Espírito e Poder, Tavira nos tempos da Modernidade*, C. M. Tavira.

MAIA, M.G.P. (2004), *Tavira Turdetana. Porto do "Círculo do Estreito" nos finais do séc.V a.C.*, in: *Associação Campo Arqueológico de Tavira*, www.arkeotavira.com/Estudos/PescaTavira.pdf

MAIA, M.G.P. (2003), O Bronze Final Pré-Fenício no Concelho de Tavira, in: *Tavira, Território e Poder*, C.M. Tavira; *Mus. Nac. de Arqueologia*, Lisboa, pp. 39-47.

MAIA, M.G.P. (2003), *Tavira Fenícia. O território para Ocidente do Guadiana, nos inícios do I milénio a.C.*, in: *Associação Campo Arqueológico de Tavira*, www.arkeotavira.com/Estudos/Tavira.pdf

MAIA, M.G.P. (2005), *Tavira, como um porto-santuário de influência fenícia*, in: *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve, vol. I, Comunicações e Conferências*, Silves.

MAIA, M. (2003), *Muralhas Islâmicas de Tavira*, in: *Tavira, Território e Poder*, C.M. Tavira; *Mus. Nac. de Arqueologia*, Lisboa, pp. 155-162.

MANUPPELLA, G.; RAMALHO, M.; ANTUNES, A.T.; PAIS, J. (1987), *Carta Geológica de Portugal. Notícia explicativa da folha 53-B Tavira*, SGP, Lisboa.

MARQUES, T. et al. (1995) *Carta Arqueológica de Portugal – Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Sto António, Castro Marim, Alcoutim*, IPPAR, Lisboa.

NEVES, R.; RUFINO, R. (1992), *As salinas em Portugal: sua importância ornitológica*, *Correio da Natureza*, SNPRCN, Lisboa, pp. 2-7.

PAIS, J. (1989), *Evolução do coberto vegetal em Portugal no Neogénico e no Quaternário*, *Comun. Serv. Geol. Portugal*, Lisboa.

PENA, A. (2001), *Roteiro Natural do Concelho de Tavira*, C. M. Tavira.

RAPOSO, L.; SILVA, A.C.F.; SILVA, C.T. (1993), *Pré-História de Portugal*, Universidade Aberta, Lisboa.

RAPOSO, L. (1997), *Paleolítico no Algarve*, in: *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, IPPAR, Lisboa, pp. 137-153.

RIBEIRO, O. (1992), *Geografia e Civilização. Temas Portugueses*, 3ª ed., Livros Horizonte, Lisboa.

RIBEIRO, O.; LAUTENSACH, H.; DAVEAU, S. (1987), *Geografia de Portugal. I – A posição geográfica e o território*, Edições João Sá da Costa, Lisboa.

SANTOS, L.F.R. (1992), *Os Moinhos de Maré da Ria Formosa*, PNRF, Faro.

SARAIVA, M.G.A.N. (1999), *O Rio como Paisagem*, F.C.G; F.C.T., Lisboa.

SERRÃO, J.V. (2001), *Tavira um Percurso na História*, in: *Tavira História Viva*, C. M. Tavira.

SILVA, L.F. (2007), *Balsa, Cidade Perdida*, *Campo Arqueológico de Tavira; Câmara Municipal de Tavira, Tavira*.

TELLES, G.R. (1997), *Paisagem Global*, in: *Paisagem*, DGOTDU, Lisboa.

VASCONCELOS, D.A.B.V. (1999), *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, 3ª ed., C. M. Tavira.

A Ribeira de Tavira: dízimas... cordas, mastros, remos... especiarias... carnes e versas

Rita Manteigas e Isabel Macieira

ANICA, Arnaldo Casimiro, *O Hospital do Espírito Santo e a Santa Casa da Misericórdia da Cidade de Tavira (Da Fundação à Actualidade -Notas)*, Tavira, 1983.

ANICA, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu Termo, Memorando Histórico*, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 1993.

CAETANO, Carlos, *A Ribeira de Lisboa. Na Época da Expansão Portuguesa (Séculos XV a XVIII)*, Pandora, Lisboa, 2004.

CARITA, Hélder, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da Época Moderna (1495-1521)*, Livros Horizonte, 1999.

CARITA, Hélder, *Arquitectura Indo-Portuguesa na região de Cochim e Kerala – modelos e tipologias dos séculos XVI e XVII*, Tese de Doutoramento, Universidade do Algarve, 2006, (fac-simile).

CAVACO, Hugo, “As alfandegas do Levante algarvio nos “regimentos” quinhentistas”, *IV Jornadas de História de Tavira*, Actas. Tavira, Câmara Municipal de Tavira/ Clube de Tavira, 2003.

CORREIA, José Eduardo Horta – “André Pilarte no Centro de uma Escola Regional de Arquitectura Quinhentista”, actas do *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte. Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*, Lisboa, Universidade de Coimbra/Instituto de História da Arte, 1988.

COSTA, Paula Maria de Carvalho Pinto da, “Tavira nos séculos XII a XV – a ocupação cristã” in *Tavira, Território e Poder*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira, [Catálogo de Exposição].

MASSAY, Alexandre, *Descrição do Reino do Algarve*, Museu da Cidade de Lisboa, 1621

Duas Descrições do Algarve do Século XVI. Cadernos. *Revista de História Económica e Social*, 3, Lisboa, Sá da Costa Editora, 1983

IRIA, Alberto, *Da Importância Geo-política do Algarve, na Defesa Marítima de Portugal, nos Séculos XV a XVIII*, Academia Portuguesa de História, Lisboa, 1976.

KHAWLI, Abdallah, “Tavira Islâmica, Novos dados sobre a sua História”, in *Tavira, Território e Poder*, catálogo de exposição, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia e Câmara Municipal de Tavira.

MACIEIRA, Isabel, *A Ilha de Moçambique durante a Idade Moderna: a «cidade de pedra e cal»*, 2007, Tese de Mestrado, Universidade do Algarve, (fac-simile).

MARQUES, J. Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses, Documentos para a sua História*, Vol.I (1147-1460), Instituto para a Alta Cultura, Lisboa, 1944.

MARQUES, J. Martins da Silva, *Descobrimientos Portugueses: Documentos para a sua História*, vol. III, Instituto para a Alta Cultura, 1971.

O Foral de Tavira de 1504: estudo e transcrição, Câmara Municipal de Tavira, 2004.

PEREIRA, Paulo, “Lisboa (séculos XVI-XVII)”, in actas do Simpósio Internacional “Novos Mundos-Neue Welten. Portugal e a Época dos Descobrimientos” no Deutsches Historisches Museum, em Berlim, Nov. 2006 (retirado da Internet em Julho de 2008: WWW.dhm.de/aussstellungen/neue-wetten/pt/docs/paulo_pereira.pdf)

Revista Panorama, Vol. 2º, 2ª Série, 1843.

ROSSA, Walter, Leite, Antonieta Reis, Coelho, Isadora, Simões, Nuno, e Barão, Pedro, “Recenseando as invariantes: alinhamento de alguns casos de morfologia urbana portuguesa de padrão geométrico” in *Actas do V Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*, Universidade do Algarve, Faro, 2001.

Roteiro do Património Arquitectónico Militar de Tavira, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 2005.

Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Concelho, Livro 1º, Tombo da Cidade de Tavira, Arquivo Histórico Municipal, fl 83v a 88-v.

SILVA, Luís Fraga da, “Descoberta uma planta inédita da cidade de Tavira, do séc. XVI”, *Campo Arqueológico de Tavira*, 4 de Abril de 2008, <http://arkeotavira.com/Mapas/Ferrari/noticia-tavira-ferrari-net.pdf> (Julho de 2008).

TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago, *O Legado Islâmico em Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa, 1998.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito, *Notícias Históricas de Tavira*, 1242/1840, Câmara Municipal de Tavira, 1989.

A longa vida da Armação do Medo das Cascas e o “Português Suave” do Arraial Ferreira Neto

Marco Lopes

Arquivo Distrital de Faro

Livro de Actas das Sessões da Direcção da Companhia de Pescarias do Algarve, 1933-1948.

Arquivo Histórico Municipal de Tavira

Actas da Câmara Municipal, 1944-1947.

O Povo do Algarve, 1915-1917.

Província do Algarve, 1917.

Povo Algarvio, 1945.

Jornal do Pescador, 1945.

LEAL, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. IX, Liv. Editora de Mattos Moreira e Companhia, 1880.

SILVA, A. A. Baldaque da, *Estado actual das pescas em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891.

ANICA, Arnaldo Casimiro, *Távira e o seu termo: Memorando Histórico*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993.

IDEM, *Távira e o seu termo: Memorando Histórico*, vol. II, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2001.

COSTA, Fausto, *A pesca do atum nas armações da costa algarvia*, Lisboa, Bizâncio, 2000.

FRANÇA, José-Augusto, *História da Arte em Portugal: o Modernismo (século XX)*, Lisboa, Editorial Presença, 2004.

LOPES, João Baptista da Silva, *Corografia ou Memoria Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, vol. I, Faro, Algarve em Foco, 1988.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Cosmos, 1970.

PEREIRA, Nuno Teotónio, “Arquitectura”, in *Dicionário de História do Estado Novo*, dir. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, vol. I, Lisboa, Bertrand, 1996.

PROENÇA, Maria Cândida, “O Algarve e a implantação da República”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*, Lisboa, Colibri, 1999.

RODRIGUES, Joaquim Manuel Vieira, “Vila Real de Santo António, centro piscatório e conserveiro”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*, Lisboa, Colibri, 1999.

TOSTÕES, Ana Cristina, “Arquitectura portuguesa do século XX”, in *História da Arte Portuguesa*, dir. Paulo Pereira, 3.ª ed., vol. III, Lisboa, Temas e Debates, 1999.

Távira e o Mar, na Antiguidade

Maria Maia

Francico Gómez Toscano, (2008) “El Bronce Final en la Región de Huelva”, *Sidereum Ana II*, Mérida-Badajoz, 28-38 de Maio (no prelo)
Idem e Maria Garcia Pereira Maia, (2008), “Um Achado da iCADE do Bronze em Tavira”, *Sidereum Ana II*, Mérida-Badajoz, (no prelo).

J. Ruiz de Arbulo (1998), “Rutas Marítimas y Tradiciones Náuticas,

Cuestiones en Torno a las Navegaciones Tírias al Mediterráneo Occidental”, *Rutas, Navios y Puertos Fenicio-Púnicos*, Eivissa : 23-48; 42.

Maria Garcia Pereira Maia (2006), “Távira, como um Porto-Santuário de Influência Fenícia”, in *Actas do 3º Encontro de Arqueologia do Algarve*, XELB 6, Silves : 227-240; 229 e s.

Maria Garcia Pereira Maia (2000), “Távira Fenícia. O Território para Ocidente do Guadiana, nos Inícios do I Milénio a.C.”, *Fenícios y Territorio*, Alicante: 121-150; Fig. 8.

Maria Garcia Pereira Maia (2006 -2) “A Pesca, a Actividade Conserveira e as Ânforas de Tavira”, *História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*, I Conferencia Internacional, El Puerto de Santa Maria, Sevilla: 459-487.

K. M. Kenyon (1965), *Digging in Jericho*, London.

Enrique Garcia Vargas, (2001) “Pesca, Sal y Salazones en las Ciudades Fenicio-Púnicas del Sur de Ibéria”, *De La Mar y de La Tierra Producciones y Productos Fenicio-Púnicos*. Eivisasa : 9-66;20.

J. M. Campos Carrasco, N. de la O Vidal Terruel, (2006), “La Industria Pesquera en Época Romana en el Litoral Onubense”, *História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*, I Conferência Internacional, El Puerto de Santa María, Sevilla; 407-454; 417.

M. Beltran Lloris, (1978) “Problemas de la Metodología y del Concepto histórico-Geográfico que Recubre la Noción”, *Méthodes Classiques et Méthodes Formelles dans l'Étude des Amphores*. Roma : 97ss. Idem, (1990), *Guía de la Cerámica romana*. Zaragoza: 224.

J. L. Escacena Carrasco, M. R. Zuloaga Montesino, I. Ladron de Guevara Sanches (1996), *Guadalquivir Salobre. Elaboración Prehistórica de la Sal Marina en las Antiguas Bocas del Rio*. Sevilla.

C. Fabião (2006) “A Exploração de Recursos Marinhos na Lusitânia Romana: Balanço dos Conhecimentos e Perspectivas de Investigação” *História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*, I Conferência Internacional, El Puerto de Santa Maria, Sevilla; 496-529;518. V. Rau (1951), *A Exploração e Comércio do Sal lem Setúbal*. Lisboa.

M. L. Estácio da Veiga Affonso dos Santos (1971) *Arqueologia Romana do Algarve*, Lisboa; 70-75.

F. Mayet e C.T. da Silva (1997), “L'Établissement Phénicien d'Abul (Alcácer do Sal), Itinéraires Lusitaniens. Paris: 235-275.

F. Mayet, A. Schmitt e C. Tavares da Silva (1998), *Les Amphores du Sado (Portugal), Prospection des Fours et Analyse du Matériel*. Paris.

A. M. Arruda (2006), “Os Recursos Marítimos na Economia da Idade do Ferro do Sul de Portugal: O Sal, a Pesca e os Preparados de peixe”, *História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*, I Conferência Internacional, El Puerto de Santa Maria, Sevilla: 383-406; 390 e ss.

Manuel Maia (2004), www.arqueotavira.com : 231.

A. M. Galopim de Carvalho (2003), *O Sal, na História da Terra e do Homem*, www.triplov.com/galopim/sal.htm

E. Garcia Vargas (2001), “Pesca, Sal y Salazones en las Ciudades Fenicio-Púnicas del Sur de Ibéria”, *De la Mar y de la Tierra – Producciones y Productos Fenicio-Púnicos*. Eivissa: 9-66;38.

P. Counillon e R. Étienne, (1997) “Les Taricheai d’ après les Sources Grecques », *Itinéraires. Lusitaniens Paris* :181-193 ;186 e ss.

E. Garcia Vargas (2001), “Pesca, Sal y Salazones en las Ciudades Fenicio-Púnicas del Sur de Ibéria”, *De La Mar y de la Tierra. Producciones y Productos Fenicio-Púnicos*.Eivissa: 9-66; 22.

Maria Garcia Pereira Maia (2006-2), “A Pesca, a Actividade Conserveira e as Ânforas de Tavira”, *História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*. I Conferência Internacional, El Puerto de Santa Maria, Sevilla: 459-487.

M. Ponsich e M. Tarradell (1965). *Garum et Industries de Salaison dans la Méditerranée Occidentale*.Paris.

L. Fraga da Silva (2007), *Balsa, Cidade Perdida*. Campo Arqueológico de Tavira, Câmara Municipal de Tavira.

Maria Garcia Pereira Maia (2003), “Fenícios em Tavira”, *Tavira Território e Poder*, Museu Nacional de Arqueologia, Lisboa: 57-72.e Maria Garcia Pereira Maia e Luís Fraga da Silva (2004) “O Culto de Baal em Tavira”, *Actas del 3 Congreso del CEPO, Huelva Arqueológica*, 20: 173-194

P. fernandez Uriel (2001), “ La Púrpura Mas que un Tinte”, *De la Mar y de la Tierra- Producciones y Productos Fenicio-Púnicos*, Eivissa: 67-90.

Tavira e o mar em época Islâmica

Manuel Maia

BRITO DE VASCONCELOS, D. A. (1989) , *Notícias Históricas de Tavira 1242-1840*, Tavira

CAMPOS CARRASCO, J.M., GÓMEZ TOSCANO, F. e PEREZ MACIAS, J.A., (2006) *ILIPLA NIEBLA, Evolución Urbana y Ocupación del Territorio*, Universidad de Huelva

DIAS, Maria Manuela A. (1999), “ Sobre o epitáfio de Juliano, Bispo (Cacela 987 d. C.), in, *Arqueologia Medieval*, 6, p.11-18

DOMINGUES, Garcia ,(2003) “Tavira na Época Árabe” in, *Tavira Território e Poder*, Tavira, p.341-359

FRANCO ARAÚJO, A.D, e COSTA FRANCO, A. (1993), “ Os Forais de Tavira”, in *Tavira do Neolítico ao Século XX*, *Actas das II Jornadas de História de Tavira*, Tavira, p. 157-187

FRAGA da SILVA, L. (2008)

KHAWLI, A, (2001) “Le Garb Al-Andalus à L’Époque des Secondes Tafas (539-552/1144-1157) “ in, *Arqueologia Medieval*, 7, p. 23-35.

KHAWLI, A. (2001) “Um Quirât de Ibn Casi cunhado em Mértola” in, *Mértola Revista Municipal*, nº 3, p.70-72

KHAWLI, A (2003) , “Tavira Islâmica. Novos dados sobre a sua História” in, *Tavira Território e Poder*, Tavira, p. 131-146

MAIA, Manuel, (2003) “Muralhas Islâmicas de Tavira” in, *Tavira Território e Poder*, Tavira, p. 155-162

MAIA, Maria Garcia Pereira (2003) “ O Bronze Final Pré-Fenício no Concelho de Tavira” in, *Tavira Território e Poder*, Tavira, p.39-47

MAIA, Maria Garcia Pereira (2004), “O Vaso de Tavira e o seu contexto”, in, *Portugal, Espanha e Marrocos – O Mediterrâneo e o Atlântico*, Faro, p.143-166

MAIA, Maria Garcia Pereira (2004/06), “A Pesca, a Actividade Conserveira e as Ânforas de Tavira” in, *Historia de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*, Sevilha, pp.455-488

REI, António, (2005) “O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século XII – XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa’id al Maghribî, in www2.fcsh.unl.pt/iem/medievalista

SIDARUS, A. e REI, A. (2001) “Lisboa e seu termo segundo os geógrafos árabes” in, *Arqueologia Medieval*, 7, p.37-72.

TAHIRI, Ahmed,(2003) “Tavira Islâmica. Una entidad urbana de Uksunuba en Garb al Andalus” in, *Tavira Territorio e Poder*, Tavira, p. 147-154.

Maia, Maria Garcia Pereira, “ O Bronze Final Pré Fenício no concelho de Tavira”, in, *Tavira Território e Poder*, Tavira, 2003, p.39-47.

Maia, Maria Garcia Pereira, “ A Pesca, a Actividade Conserveira e as Ânforas de Tavira”, in, *História de la Pesca en el Ámbito del Estrecho*, Sevilha, 2004/2006, p. 455-488.

- Tahiri, A. “Tavira Islâmica. Una entidad urbana de Uksunuba en Garb al Andalus”, in, *Tavira Território e Poder*, Tavira, 2003, 147-154.
- Domingues, Garcia, “Tavira em Época Árabe”, in, *Tavira Território e Poder*, Tavira, 2003, p. 341-359
- Khawli, A. “Tavira Islâmica. Novos Dados Sobre a Sua História”, in, *Tavira Território e Poder*, Tavira, 2003, p.131-146
- Khawli, A. op cit na nota anterior, p. 133
- Rei, A. O Gharb al-Andalus em dois geógrafos árabes do século XII/ XIII: Yâqût al-Hamâwî e Ibn Sa’îd al-Maghribî, 2005, www2.fcsh.unl.pt/em/medievalista, p. 21
- Maia, Maria Garcia Pereira, “ O Vaso de Tavira e o seu contexto”, in, *Portugal, Espanha e Marrocos – O Mediterrâneo e o Atlântico*, Faro, 2004, p. 143-166.
- Maia, Manuel, “Muralhas Islâmicas de Tavira”, in, *Tavira Território e Poder*, Tavira, 2003, p. 156 ss.
- Khawli, A. op cit na nota 5, p. 134.
- Domingues, Garcia, op. cit. na nota 4, p. 345
- Idem.
- Campos Carrasco, J.M., Gómez Toscano, F. e Perez Macias, J.A, ILIPLA NIEBLA, Evolución Urbana y Ocupación del Territorio, Universidade de Huelva, 2006, p. 243.
- Khawli, A. op. cit. na nota 5, p. 133
- Idem
- Domingues, Garcia, op .cit. na nota 4, p.346
- Idem, p. 346
- Idem, p.347
- Khawli, A. “ Um Quirât de Ibn Casi cunhado em Mértola”, in, *Mértola – Revista Municipal*, nº 3, Mértola, 2001, p. 70-72
- Dias, Maria Manuela A., “ Sobre o epitáfio de Juliano, Bispo (Cacela 987 d.C.), in , *Arqueologia Medieval*, 6, p.11-18
- Fraga da Silva, L. www.arkeotavira.com
- Khawli, A., op. cit. na nota 5, p.132
- Khawli, A. “ Le Garb Al-Andalus à l’Époque des Secondes Taifas (539- 552 / 1144 – 1157””, in, *Arqueologia Medieval*, 7, p. 30.
- Brito de Vasconcelos, D. A. *Notícias Históricas de Tavira 1242-1840*, Tavira, 1989, p.175.
- Franco Araújo, A. D. e Costa Franco, A. “ Os Forais de Tavira ”, in *Tavira do Neolítico ao Século XX*, Actas das II Jornadas de História de Tavira, Tavira, 1993, p. 169

A pesca e a indústria do sal em Tavira à época medieval e moderna: Receita para o sucesso e prosperidade de uma terra algarvia

Marco Lopes

AAVV, *O Foral de Tavira de 1504: Estudo e Transcrição*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2004.

ANICA, Arnaldo Casimiro, *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*, vol. I, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 1993.

IDEM, *Tavira e o seu termo: Memorando Histórico*, vol. II, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2001.

COSTA, Paula Pinto, “Tavira nos séculos XII a XV”, in *Tavira: território e poder*, Lisboa/Tavira, Museu Nacional de Arqueologia/Câmara Municipal, 2003.

GALHARDO, Valentino Dinis Tavares, “O porto de Tavira na quarta década do século XVIII: alguns aspectos significativos”, in *Actas das I Jornadas de História de Tavira*, Tavira, Clube de Tavira, 1992.

GOMES, Rosa Varela, “O Barlavento Algarvio nos finais da islamização”, in *Portugal islâmico: os últimos sinais do Mediterrâneo* (catálogo de exposição), Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, 1998.

IRIA, Alberto, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XIV* (Subsídios para a sua história), Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1982.

IDEM, *O Algarve nas cortes medievais portuguesas do século XV* (subsídios para a sua história) 1404-1449, vol. I, Lisboa, Academia Portuguesa de História, 1990.

JOSÉ, Frei João de São, “Corografia do Reino do Algarve”, in *Duas descrições do Algarve do século XVI*, (apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães) Lisboa, Sá da Costa, 1983.

MAGALHÃES, Joaquim Romero, *Para o estudo do Algarve económico durante o século XVI*, Lisboa, Lisboa, Cosmos, 1970.

IDEM, “Panorama social e económico do Algarve na época de D. Jerónimo Osório”, in *Anais do Município de Faro*, n.º XI, 1981.

IDEM, *O Algarve Económico (1600-1773)*, Lisboa, Estampa, 1993.

IDEM, “A conjuntura económica”, in *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias (elementos para a sua história)*, Lisboa, Colibri, 1999.

IDEM, “Tavira nos séculos XVII e XVIII”, in *Espírito e Poder: Tavira nos tempos da Modernidade (catálogo de exposição)*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2006.

MAIA, Maria Garcia Pereira, *Lendas das Mouras Encantadas (catálogo de exposição)*, 1999.

MARQUES, A. H. Oliveira, *Novos ensaios de História Medieval Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1988.

MARTINS, José António de Jesus, *O reino do Algarve nos finais da Idade Média: os concelhos algarvios do século XV*, s.l., s.n., 2007.

MORENO, Humberto Baquero, *Os municípios portugueses nos séculos XIII a XVI: estudos de história*, Lisboa, Presença, 1986.

PIERONI, Geraldo; COATES, Timothy, *De couto do pecado à vila do sal: Castro Marim (1550-1850)*, Lisboa, Sá da Costa, 2002.

PINA, Rui de, *Chronica do muito alto e muito esclarecido príncipe D. Afonso III*, Lisboa, Of. Ferreyriana, 1728. (fonte impressa)

RAU, Virgínia, *Estudos sobre a História do Sal português*, Lisboa, Presença, 1984.

SARRÃO, Henrique Fernandes, “História do Reino do Algarve”, in *Duas descrições do Algarve do século XVI*, (apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães) Lisboa, Sá da Costa, 1983.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Tavira - História Viva*, s.n., edição de Rui Guedes, 2001.

SILVA, Manuela Santos, “Estudo histórico”, in *Forais de Silves*, Silves, Câmara Municipal, 1993.

SOUSA, João Silva de, “Privilégios singulares e colectivos concedidos a algarvios no século XV (elementos para o seu estudo)”, in *Actas das I Jornadas de História Medieval do Algarve e Andaluzia*, Loulé, Câmara Municipal de Loulé, 1987.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito, *Notícias Históricas de Tavira (1242-1840)*, Tavira, Câmara Municipal, 1989.

Ecos do Norte e do Levante Tavira na intercepção de rotas comerciais e artísticas nos séculos XV – XVIII

Alexandra Curvelo e Alexandre Pais

BASSANI, Ezio e FAGG, William B. – *Africa and the Renaissance: Art in Ivory*. New York / Munchen: The Centre for African Art / Prestel-Verlag, 1988.

BERTI, Fausto - *Storia della ceramica di Montelupo: uomini e fornaci in un centro di produzione dal XIV al XVIII secolo*. Montelupo Fiorentino: Aedo, 1997, volume primo.

Cerâmica espanhola dos árabes a Miró nas coleções do Museu de Cerâmica de Barcelona. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1996. [Catálogo de exposição]

CORREIA, José Eduardo Horta – “André Pilarte no Centro de uma Escola regional de Arquitectura Quinhentista”. *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte. Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*. Coimbra, 13 a 17 de Abril de 1987. Lisboa: Universidade de Coimbra/Instituto de História da Arte, 1988.

CORREIA, José Eduardo Horta – “A Arquitectura do renascimento em Tavira”. *Actas das I Jornadas da História de Tavira*. Tavira, Clube de Tavira, 1992, p.81-88.

CRUZ, Maria Leonor Garcia da – “Tavira no processo de abandono de praças portuguesas do Norte de África no século XVI. Abertura de um estudo”. *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2006, p.20-45. [Catálogo de exposição]

Duas Descrições do Algarve do Século XVI. Cadernos da Revista de História Económica e Social, 3. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1983.

O Foral de Tavira de 1504: Estudo e Transcrição. Tavira: Câmara Municipal de Tavira, 2004. [Estudo introdutório de Manuela Santos Silva; Transcrição de Daniel Santana, Isabel Salvado e Marco Lopes]

FIOCCO, Carola, GHERARARDI, Gabriella, MORGANTI, Maria Grazia, VITALI, Marcella – *Storia dell'arte ceramica*. Bologna: Zanichelli, 1986.

GUERREIRO, Manuel Viegas (apresentação crítica) – *Frei João de S. José e a sua Corografia do Reino do Algarve, 1577*. S.l.e.: Universidade do Algarve, s.d.

LAMEIRA, Francisco Ildefonso – Itinerário do Barroco do Algarve. S.l.e.: Delegação Regional do Sul da Secretaria de Estado da Cultura, 1988.

LAMEIRA, Francisco Ildefonso – Roteiro das Igrejas de Tavira / A Guide to the Churches of Tavira. S.l.e.: Região de Turismo do Algarve, 1996. [Monografia / 5]

MACIEIRA, Isabel – Duas Peças Namban em Tavira. Lisboa: 1998. [Trabalho policopiado apresentado à Escola Superior de Artes Decorativas].

LAMEIRA, Francisco Ildefonso – A Pintura Sacra em Tavira (Séculos XV a XX). Lisboa: Edições Colibri; Câmara Municipal de Tavira, 2004.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – O Algarve Económico 1600-1773. Lisboa: Editorial Estampa, 1988.

MAGALHÃES, Joaquim Romero – “Tavira nos séculos XVII e XVIII”. *Espírito e Poder. Tavira nos tempos da Modernidade*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2006, p.12-19. [Catálogo de exposição]

MANCHADO MUÑOZ, Francisco Xavier – “Gente de mar del Algarve en la carrera de Índias: Tavira, siglos XVI-XVIII”, *IV Jornadas de História de Tavira*. Actas. Tavira: Câmara Municipal de Tavira / Clube de Tavira, 2003, p.23-31.

MOREIRA, Rafael – “A importação de obras de arte em Portugal no século XVI”. *Da Flandres e do Oriente. Escultura Importada. Coleção Miguel Pinto*. Lisboa: Ministério da Cultura / Instituto Português de Museus, 2002, p. 11-21. [Catálogo de exposição]

PINTO, Óscar Caeiro – “A “Obra Pia” do Capitão Manuel Nobre Cannellas”. *al Gharb. Revista Cultural do Algarve*. N.º2, Fevereiro de 2008. Olhão: Gente Singular editora, p.4-10.

SIMÕES, J. M. dos Santos – *Azulejaria em Portugal no século XVII*. Tomo I – Tipologia. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1971.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito – *Notícias Históricas de Tavira 1242-1840*. Lisboa: Livraria Lusitana, 1937.

...Ao Glorioso S. Pedro Gonsalves, nosso Patrono, e Padroeiro... Culto e devoções da igreja dos mareantes de Tavira

Daniel Santana

CARMONA MUELA, Juan, *Iconografia Cristiana. Guia Básica para Estudantes*, Madrid, Ediciones Istmo, 1998.

CORREIA, José Eduardo Horta, “André Pilarte no centro de uma escola regional de arquitectura quinhentista”, separata das Actas do IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte, Coimbra, Universidade de Coimbra, 1988.

Idem, “A Arquitectura do Renascimento em Tavira”, in *Actas das I Jornadas de História de Tavira*, Tavira, Clube de Tavira, 1992, pp. 81-88.

DIAS, Geraldo J. A. Coelho, “Religiosidade popular e devoção das gentes do mar em Esposende”, in *Portugalia*, Nova Série, Vols. XVII-XVIII, 1996/1997, pp. 245-254.

Duas Descrições do Algarve do Século XVI, (apresentação, leitura, notas e glossário de Manuel Viegas Guerreiro e Joaquim Romero Magalhães), s.l., Sá da Costa Editora, 1983.

DUCHET-SUCHAUX, Gaston, PASTOUREAU, Michel, *La Biblia y los Santos. Guia Iconográfica*, Madrid, Alianza Editorial, 1999.

HESS, Lawrence. “St. Francis of Paula”, in *The Catholic Encyclopedia*, Vol. VI, New York, Robert Appleton Company, 1909, 13 de Julho de 2008: <<http://www.newadvent.org/cathen/06231a.htm>>.

IRIA, Alberto, *Descobrimientos Portugueses. O Algarve e os Descobrimientos*, Vol. II, Tomo 1, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988.

KRUS, Luís, “Corporações”, in *Dicionário Enciclopédico da História de Portugal*, Vol. I, Publicações Alfa, 1990, pp. 158 e 159.

Idem, “Primeiras imagens do mar: entre o desejo e o medo”, in AAVV (coor. Fernando António Baptista Pereira, Maria Isabel Pereira Coutinho e Maria Rosa Figueiredo), *A Arte e o Mar*, (catálogo de exposição), Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, pp. 29-39.

LAMEIRA, Francisco, *A Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo*, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2000 (desdobrável).

LAPA, Albino, *O Compromisso dos Pescadores da Cidade dos «Sete Mártires» Tavira*, Separata do “Boletim da Pesca”, n.º 52, Lisboa, 1956.

MACIEIRA, Isabel, *A Pintura Sacra em Tavira (Séculos XV a XX)*, Lisboa, Edições Colibri – Câmara Municipal de Tavira, 2004.

PIRES, Fernanda Cinturão Pacheco, *A Igreja de S. Pedro Gonçalves Telmo de Tavira. “Templo dos Mareantes e Pescadores”*, Relatório de Seminário da Licenciatura em Estudos Portugueses – Ramo de História da Arte, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, 2003 (poli-copiado).

SANTA MARIA, Frei Agostinho de, *Santuário Mariano...*, Vol. VI, Lisboa, Oficina de António Pedrozo Galram, 1718, pp. 426 e 427.

SERRÃO, Vítor, “O contexto artístico de Tavira quinhentista”, in AAVV, *Tavira – Território e Poder*, (catálogo de exposição), Museu Nacional de Arqueologia – Câmara Municipal de Tavira, 2003.

Idem, “A arte da pintura em Tavira no século XVII. Obras importadas e produção local”, in AAVV, *Espírito e Poder. Tavira nos Tempos da Modernidade*, (catálogo de exposição), Câmara Municipal de Tavira – Instituto Português de Museus, 2006, pp. 92-105.

SOBRAL, Luís de Moura, “Imaculada Conceição”, in AAVV, *Bento Coelho (1620-1708) e a Cultura do Seu Tempo*, (catálogo de exposição), Lisboa, Instituto Português do Património Arquitectónico, 1998, pp. 210-212.

VASCONCELOS, Damião Augusto de Brito, *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, (anotações de Arnaldo Casimiro Anica), Câmara Municipal de Tavira, 1989.

Visitação de Igrejas Algarvias – Ordem de Santiago, (apresentação, leitura e notas de Francisco I. C. Lameira e Maria Helena Rodrigues dos Santos), Faro, ADEIPA, 1988.

VORÁGINE, Santiago de la, *La Leyenda Dorada*, Vol. I, Madrid, Alianza Editorial, 1999.

Ex-votos – o acervo de painéis votivos de Tavira

Isabel Macieira

AAVV - Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, editorial Enciclopédia Lda., Lisboa, Rio de Janeiro, vol X.

Revista Museu, *Ex-votos da sala de milagres do Santuário de Bom Jesus da Lapa na Bahia*, <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=6942>

Chaves, Luís,

1914 - “A coleção de milagres do Museu Etnológico Português”, *O Archeologo Português*, vol. XIX, Lisboa.

Correia, José Eduardo Horta,

1988 - “André Pilarte no centro de uma Escola Regional de Arquitectura Quinhentista”, *IV Simpósio Luso-Espanhol de História da Arte. Portugal e Espanha entre a Europa e Além-Mar*, Coimbra, Universidade de Coimbra.

1992 - “Arquitectura do Renascimento em Tavira”, *Actas das I Jornadas de História de Tavira*, Tavira, Clube de Tavira.

Gomes, Carlos,

Ex-votos - <http://www.raizesportugal.com.br/cgomes/exvotos.htm>.

Iria, Alberto,

1973 - *Ex-votos de mareantes e pescadores do Algarve – religião e náutica*, Lisboa, Centro de Estudos da Marinha.

Lapa, Albino,

1956 - “O compromisso dos pescadores na cidade dos «Sete Mártires»”, *Boletim da Pesca*, nº 52, Tavira.

Macieira, Isabel,

2004 - *A Pintura Sacra em Tavira, (Séculos XV a XX)*, Tavira, ed. C.M.T. e Colibri.

Neves, Margarida de Souza, *Ciência e Preconceito* - <http://www.historiae-cultura.pro.br/cienciaepreconceito/iconografia/exvotos.htm>

Oliveira, Francisco Xavier de Ataíde,

1991 - *Monografia da Luz de Tavira*, V. R. Stº. António, ed. Algarve em Foco.

Porfírio, José Luís,

1998 - “Uma tradição sem tradição”, *Do Gesto à Memória. Ex-Votos*, Museu da Guarda, Museu Grão Vasco e Museu de Lamego.

Queiroz, Jorge,

1999 - *A Ermida de Nossa Senhora da Visitação de Montemor-o-Novo e os seus Ex-Votos*, ed. CM Montemor-o-Novo, Paróquia de Nª. Sª. da Vila.

Santa Maria, Fr. Agostinho de,

1718 - *Santuário Mariano*, tomo VI.

Tavira na transição do milénio: As novas funções do mar

Jorge Queiroz

“Agenda Local XXI – Diagnóstico do Estado do Ambiente do Concelho de Tavira”, Câmara Municipal de Tavira como apoio da DCEA/FCT/UNL, Tavira, 2001

Anica, Arnaldo, “Tavira e o seu Termo”. Memorando Histórico, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 1993.

Anica, Arnaldo, “Tavira e o seu termo”, Volume II, Câmara Municipal de Tavira, Tavira, 2001

Brito, Carlos, “25 Anos que mudaram o Algarve”, CCDR Algarve, Faro, 2005

Cardeira, Fernando Gil, “Memórias Escritas”, edição de Maria Rita Baptista, Tipografia Tavirense, Tavira, 2003

Cartaxo, Joana e Lopes, Marco “Tavira no século XX e o ambiente sócio-cultural” in “Tavira, Vila Antiga, Cidade Renovada”, Câmara Municipal de Tavira, 2005.

Cavaco, Carminda “O Algarve Oriental”, volume 2, Gabinete do Planeamento da Região do Algarve, Faro, 1976.

Chagas, Ofir Renato das “Tavira Memórias de uma Cidade”, Edição do Autor, Tavira,

Correia, Jorge, entrevista gravada, Tavira, Junho de 2008

Correia, José Macário “Tavira e o Algarve Perante o Novo Milénio”, Município de Tavira, Tavira, 2005

Flores, Adão, “O turismo no Algarve na primeira metade do século” in “O Algarve da Antiguidade aos nossos dias”, Edições Colibri, Lisboa, 1999.

“O Povo Algarvio”, jornal, 16 de Agosto de 1964 e outros anos.

“Panorama”, Revista nº 10, 1942

Pinto, Eduardo e Correia, Paulo, “Filmando a Luz – Introdução à História do Cinema Rodado no Algarve”, Algarve Film Commission, Faro, 2007.

Ribeiro, Orlando, “Geografia e Civilização”, 3ª edição, Livros Horizonte, Lisboa, 1992

Santos, António Rodrigues dos Santos “O teatro em Tavira recordações de um Espectador”, Actas das I Jornadas de História de Tavira.

Viegas, Noélia “Tavira nos anos 60, histórias de amor em tempos de guerra”, artigo in “Algarve Mais”.

Catálogo



1- Cidade de Tavira e seus arredores

Carta Parietal manuscrita e colorida

José Sande de Vasconcellos (e colaboradores)

1790/97

411 x 172 cm

Biblioteca Nacional de Portugal, C. Par 2

O original do mapa da cidade de Tavira apresentado nesta exposição é um dos maiores documentos do género conhecidos em Portugal no século XVIII. Recolhido na secção de cartografia da Biblioteca Nacional de Portugal, apresenta um comprimento invulgar de 411 x 172 cm, sendo formado por um conjunto de folios produzidos autonomamente, colados e assentes num suporte de tela para garantir a sua integridade e um manuseamento seguro. Um revestimento integral da superfície do mapa com verniz de protecção é hoje, em grande parte, uma das causas visíveis para o seu deficiente estado de conservação.

Esta peça monumental aparece assinada no rodapé pelo Coronel José d Sande Vasconcellos, mas a sua realização contou, pelo menos, com o concurso dos engenheiros José Mayer e Jacinto Alexandre [Travassos], nomeados em legenda de menos destaque, a indicar a relação de subordinação relativamente à coordenação de Sande Vasconcellos. A preciosa indicação da patente de coronel ajuda a balizar com alguma precisão a época de produção da carta: entre 21 de Abril de 1790 e 2 de Abril de 1797, data da sua promoção a brigadeiro, coincidindo portanto com o período em que ali esteve como governador e capitão-general D. Nuno José Fulgêncio de Mendonça e Moura, conde de Val de Reis.

Não se conhecendo ainda com o necessário rigor os contornos exactos de uma vida e obra ímpares no domínio da engenharia militar portuguesa da 2ª metade do século XVIII, estão no entanto fixados os dados básicos da sua biografia, graças aos contributos de Sousa Viterbo¹, Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda², Carlos Pereira Callixto³ e, mais recentemente, de Francisco António Dias Brabo⁴. Natural de Évora, fez a sua formação no estimulante ambiente na Aula de Fortificação de Lisboa, no período que precedeu o terramoto de 1755, e de onde saíra, em simultâneo, o brilhante conjunto de engenheiros que, com Manuel da Maia, viria a assegurar a reconstrução da Lisboa pombalina - é aliás de notar a acção de Sande Vasconcelos durante o megassismo, ajudando a salvar o paiol de pólvora do castelo de S. Jorge -

¹ Sousa Viterbo, *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses*, vol. III, Lisboa, INCM, 1988, pág. 10.

² Cristóvão Aires de Magalhães Sepúlveda, *História Orgânica e Política do Exército Português – Provas*, vols. I a XVII, Lisboa, Imprensa Nacional. 1910-1929.

³ Vide, entre os abundantes contributos deste autor dispersos em publicações periódicas: Carlos Pereira Callixto, "Apontamentos para a história das fortificações do reino do Algarve", sep. dos *Anais do Município de Faro*, nº 12, Faro, Câmara Municipal de Faro, 1983.

⁴ Francisco António Dias Brabo, "José de Sande Vasconcelos – engenheiro militar e cartógrafo no Algarve nos finais do século XVIII", in *Stilus*, nº 6-7, Tavira, AJEA Edições, 1999, pp. 145-176.

e a construção, de raiz, de núcleos urbanos regulados, como o de Vila Real de Santo António, no Algarve, onde Sande Vasconcelos comprovadamente assistiu.

A percepção da solidez de um ensino teórico muito completo, cuja diversidade disciplinar incluía a matemática e a geometria, trigonometria, desenho, hidráulica, cartografia ou arquitectura civil, além dos saberes próprios da arte militar - artilharia, fortificação, estratégia - é essencial para se perceber o eclectismo do exercício profissional de engenheiros como Sande Vasconcelos, beneficiando ainda de uma polivalência formativa que se viria a esbater, em toda a Europa, em finais de Setecentos, justamente, em favor de uma especialização militar cada vez mais evidente. Atente-se, por exemplo, no caso espanhol, seguindo as transformações do modelo francês, com a autonomização do ramo da engenharia civil e culminando, em 1803, com a célebre Ordenança de Carlos IV, que consagrou em definitivo a profissionalização da engenharia militar⁵. À amplitude da formação teórica dos engenheiros portugueses deverá acrescer uma larga experiência no terreno, a que Sande Vasconcelos faz constante referência nas suas queixas e petições, como garante das suas capacidades técnicas: no âmbito da engenharia militar a reedificação da praça de Almeida e de muitas outras fortalezas em todo o território nacional; o exercício da engenharia civil na reconstrução das pontes de Benavente; o tirocínio da arquitectura civil com a colaboração na reedificação da Patriarcal de Lisboa; e, até, a intervenção em operações de desenho urbano em grande escala, como o atesta a sua presença em Vila Real de Santo António. Envolvido também em mais delicados cenários de guerra, Sande Vasconcelos participou em acções militares na Beira - mais concretamente na praça de Almeida, porventura na campanha de 1762 - e participou na evacuação de Mazagão, o derradeiro testemunho da presença portuguesa em Marrocos, abandonada, como se sabe em 1769. Enfim, deve ser considerada igualmente a sua incansável actividade lectiva, desde as primeiras prestações como lente na Aula de Fortificação de Lisboa, ainda em período anterior a 1755, ao ensino durante mais de vinte anos no regimento de infantaria de Faro, passando por outras ocupações pontuais, como a de mestre de matemática do duque de Cadaval, D. Nuno Álvares Pereira de Melo. José de Sande Vasconcelos viria a morrer em Tavira, no dia 27 de Novembro de 1808.

A extraordinária produção gráfica de Sande Vasconcelos referente ao Algarve (cartas hidrográficas e topográficas, geográficas e militares, plantas e projectos de fortificações), onde se inclui a obra patente nesta exposição, conta, até à data, com cerca de cinquenta peças identificadas, sendo altamente expectável que outras venham a ser reveladas. Sabemos, de qualquer modo, que do seu currículo constavam ainda um mapa geral das Lezírias, um mapa geral das Coutadas Reais e Montarias, e certamente inúmeros desenhos de campo ou resultantes de levantamentos rápidos tirados em acções de espionagem, nomeadamente o reconhecimento da costa

⁵ Martine Galland Seguela, « Los ingenieros militares españoles en el siglo XVIII », in *Los ingenieros militares de la Monarquía Hispánica en los siglos XVII y XVIII* , (coord. Alicia Cámara), Madrid, Ministerio de la Defensa, 2005, pág. 208.

levantina espanhola e de praças de guerra ali situadas. O reconhecimento da qualidade científica dos seus contributos cartográficos foi natural: em 1798 seria mesmo nomeado membro da “Sociedade Real Marítima”, criada nesse mesmo ano, e à qual viria a apresentar relevantes exposições científicas.

A actividade de Sande Vasconcelos no âmbito das suas obrigações como engenheiro ao serviço da Coroa bem como as suas prestações lectivas estão ligadas de forma indissolúvel a esta abundante produção cartográfica: por um lado, ela aparece como extensão obrigatória das suas atribuições funcionais; por outro, torna-se possível através da disponibilidade de um corpo técnico de formação regional, dominando o processo de reconhecimento, de levantamento e de representação gráfica da realidade territorial algarvia.

A consideração do conjunto de trabalhos deixados por Sande Vasconcelos, e esta carta em particular, aproxima-o sem dúvida do “engenheiro-geógrafo”, categoria profissional que Hélène Vérin identificou no contexto da engenharia militar francesa da Época Moderna e que fez questão de distinguir da do simples geógrafo, realçando na prestação daquele a subordinação instrumental da representação geográfica às necessidades da acção estratégica: o conhecimento do território para além do que de imediato dá a ver ao observador tornando-se assim a chave do sucesso da planificação e do sucesso de uma campanha. Decorre, daqui, a caracterização de uma produção cartográfica específica - um tipo de mapa misto, a meio-caminho entre o levantamento geométrico e o desenho “à vista”, uma vez que as técnicas de notação geográfica uniformizadas e rigorosas não podiam, por si só, descrever as potencialidades e debilidades tácticas do terreno⁶.

Se é indiscutível a qualidade técnica e científica dos levantamentos de Sande Vasconcelos, e o seu desenvolvimento segundo os parâmetros indiscutivelmente modernos da disciplina cartográfica, a cópia de informações complementares e a organização do material disponível parece, neste caso, apontar para modelos descritivos mais arcaizantes. A memória da corografia, por exemplo, e tal como codificada desde os alvares do século XVII, está bem presente na enunciação das realidades económicas e produtivas da região, na insinuação do detalhe histórico, na indicação de regimes de propriedade, na avaliação do território que se propõe conhecer.

Os *Suburbios Orientaes e Suburbios Occidentaes* [de Tavira] numa faixa de três léguas para o interior e abrangendo os restantes quatro núcleos de povoamento do termo da cidade - aldeia de Nossa Senhora da Conceição, Cabanas da armação, Cabanas de Santa Luzia e lugar de Nossa Senhora da Luz - constituem o objecto deste levantamento cartográfico, faltando embora o preenchimento da cartela cimeira da composição, que deveria levar o título formal. A eixo dispõe-se a representação ortogonal da cidade de Tavira, com a configuração plena e rigorosa do seu traçado urbano e com a enumeração em legenda complementar dos bairros

⁶ Hélène Vérin, *La gloire des ingénieurs - L'intelligence technique du XV^e. au XVIII^e. siècle*, Paris, Albin Michel, 1993, pp. 196-198.

e dos largos que a compõem, a que não falta referência à antiguidade islâmica da sua cinta muralhada. As capacidades militares e as mais-valias estratégicas da região afiguram-se essenciais aos engenheiros. A Fortaleza de São João (de Cabanas ou da Barra) e o Forte de Santo António (ou do Rato) onde se nota o assoreamento que o vinha a isolar e a enfraquecer o seu valor militar, formavam a linha avançada de defesa da cidade. Sobre este último não deixa de ser importante a observação sobre o seu estado de conservação: embora com o fosso aterrado, as muralhas mostravam *boa consistencia*, o que poderá indicar a realização da empreitada de recuperação sugerida pelo engenheiro italiano Alexandre Massai no 1º quartel do século XVII ou outra já durante as campanhas da Restauração, como a ocorrida na fortaleza de São João, cuja inscrição gratulatória à iniciativa do regente D. Pedro, em meados de Seiscentos, Sande Vasconcelos tem o cuidado de transcrever. Localizado a nascente, um outro ponto merece a atenção do engenheiro e ajuda a caracterizar o edificado de apoio às actividades económicas do aro regional: trata-se do farol mandado construir pelo Compromisso dos Mareantes de Tavira, que, fundado em finais do século XV⁷ e com igreja própria na cidade, dedicada a São Pedro Gonçalves Telmo, não limitava aparentemente a sua actividade a acções de solidariedade social, antes inscrevendo a sua intervenção num quadro de apoio mais lato às actividades marítimas.

O modelo corográfico revela-se, aqui, na notação impressionista da organização produtiva do território e na evocação dos modos de vida que ela determina: a predominância da agricultura no *hinterland* - oliveiras, alfarrobeiras, amendoeiras e figueiras, vinho e hortaliças – as itinerâncias do gado que se apascentava na ilha, para aonde deveria passar a vau na baixa-mar ou a exploração das riquezas marinhas nos seus mais inesperados aspectos, de que se destaca a saborosa identificação do lugar *aonde os homens do mar vêm segar a morraça que descobre a maré*, a milenar faina de sargaços para adubo das terras mais ásperas; noutra pormenor, este desenhado, descobre-se a organização de uma *roda de barcos*, em frente da ilha, onde era armada a *rede de corda* para a pesca ao atum.

Explorando em simultâneo diferentes formas de descrição da realidade – entre o desenho e o texto – a carta de Sande Vasconcelos promove igualmente a proliferação de “pontos de vista” nas matérias gráficas que desenvolve. Entende-se, naturalmente, o valor estratégico dos desenhos não ortogonais dispostos em pequenos quadros da sua faixa inferior, como era hábito, como vimos, neste género de “cartas mistas”, mas como não percebê-los, também, como formas de valorização “artística” do conjunto, onde os engenheiros – alguns com certeza em regime de aprendizagem - mostravam os seus dotes de desenhadores, quebrando ao mesmo tempo a secura da abordagem estritamente funcional do território envolvente? [MS]

⁷ Arnaldo Casimiro Anica, *Tavira e o seu Termo - Memorando Histórico*, vol. II, Tavira, Câmara Municipal de Tavira, 2001, pp. 189-192.

2- Tavira litoral – Território e Povoamento

Projecção multimédia (8 minutos)

Alberto Corvo (Conteúdos de base)

Francisco Coelho da Mota, Raquel Pereira e Samuel Roda Fernandes (Produção multimédia)

2008

Memória descritiva

Projecção multimédia de sequência cartográfica evolutiva, do território litoral do concelho de Tavira, nos seus aspectos físicos, respectivos povoamentos e transformações espaciais mais significativas, da pré-história à actualidade.

Constitui uma abordagem histórico-geográfica que pretende explorar e transmitir uma visão da relação antrópica com o espaço físico, como se da evolução de um organismo vivo se tratasse, na medida em que a dinâmica das imagens possa transmitir ao observador uma ideia de transformação permanente, traduzida por evoluções físicas, ocupações de espaços, transições, abandonos, reocupações, sobreposições,... A importância atribuída aos fenómenos e objectos representados não se prende aqui com os seus valores patrimoniais intrínsecos mas antes com o seu significado em termos de implantação espacial no território.

Alguns aspectos dos conteúdos cartográficos de base desta peça multimédia, assim como fontes documentais, poderão ser melhor compreendidos com a leitura do texto introdutório *Tavira Litoral, território em mudança*, inserido nesta mesma publicação.

Delimitação

O território representado, variável consoante os temas e as épocas, está delimitado, na máxima amplitude, por um rectângulo definido pelas seguintes distâncias a partir do centro de Tavira: 4,5Km para Norte; 17-S; 10,5-O; 22-E. A definição de tais limites, que ultrapassam os do próprio concelho, justifica-se pela especificidade de alguns temas, não espartilháveis por limites administrativos. Pelo contrário, nos temas que exigiram grande aproximação, as imagens restringem-se a uma área, pouco superior a 1 Km², abrangendo pouco mais que o actual centro histórico de Tavira.

Opções metodológicas

Pretendendo-se transmitir ao observador, simultaneamente, informação gráfica acerca da distribuição espacial dos fenómenos, informação descritiva textual e informação cronológica, a maior necessidade que se colocou foi a de conseguir transmitir a informação necessária à compreensão dos assuntos, com a máxima simplificação requerida por uma projecção dinâmica, sem prejuízo do rigor de conteúdos. Para o conseguir, optou-se por uma cartografia reduzida aos elementos estritamente necessários e auto-explicativa, ou seja, sem recurso a qualquer legenda,

por se entender que tal seria incompatível com a dinâmica evolutiva que se pretende transmitir e porque seria mais um nível de leitura a exigir a atenção do observador que se requer centrado nos três níveis de informação referidos.

A relativa diversidade de ângulos de observação do território, requerida por temas muito distintos, obrigou à utilização de fontes cartográficas de escalas muito diversas, e de documentos, úteis na recolha de indícios e pormenores, mas sem rigor, ou mesmo sem qualquer expressão cartográfica. Na síntese final, elaborada sobre a base das Cartas Militares de Portugal, escala 1:25000, optei pelas seguintes classes hipsométricas (em metros): 0-10; 10-20; 20-50; 50-100; 100-150; 150-200 e +200; representadas por cores próximas dos padrões comuns utilizados na hipsometria, facilmente assimiláveis pela relação directa entre gradação de tom e altitude.

Para uma compreensão facilitada, de ocorrências espaciais que não se associam facilmente à realidade, foi necessário juntar nomes aos elementos gráficos, quando estes surgem pela primeira vez (ex: *moinhos de maré*). De qualquer forma, a informação descritiva, projectada continuamente em associação com as imagens, facilita, por associação de ideias, a compreensão das mesmas.

Cronologia

Em sincronia com as imagens cartográficas e com as descrições textuais, a contagem cronológica, de forma contínua e adaptada a períodos de duração diversa, permite balizar, desde fenómenos ocorridos no território, contados por anos e décadas, até aos que se medem pela ordem dos séculos e mesmo dos milénios.

Nota metodológica: na contagem do tempo geológico e da pré-história antiga (Paleolítico e Mesolítico), utiliza-se usualmente a sigla BP (Before Present) que tem como referência de “presente” o ano de 1950 dC, no entanto, para esta sequência utilizei desde o início a sigla aC para que a contagem contínua do tempo, que acompanha as imagens, não apresentasse um “salto” cronológico de 2000 anos na transição de BP para aC, que poderia ser de difícil compreensão.

Contributos especiais

Pela grande diversidade de fontes a que um trabalho desta abrangência, e de curto prazo de realização, obriga e porque nenhum trabalho é inteiramente original, na medida em que incorpora ensinamentos de trabalhos anteriores de referência, cabe-me aqui fazer as seguintes menções especiais: pelo trabalho já desenvolvido acerca de aspectos histórico-geográficos do concelho de Tavira, ao Geógrafo Luís Fraga da Silva, cuja cartografia própria foi fonte fundamental para o desenvolvimento das peças cartográficas relativas às épocas fenícia, romana e islâmica; aos Arqueólogos Maria Maia e Manuel Maia, além das indispensáveis referências bibliográficas, pelos esclarecimentos pessoais fundamentais para uma melhor compreensão, respectivamente, das épocas do Bronze Final, fenícia e turdetana e romana e islâmica; pelas mesmas razões mas em relação à génese e evolução das ilhas-barreira e aos aspectos da dinâmica geomorfológica litoral regional, ao Prof. Alveirinho Dias. [AC]

Síntese descritiva temática de conteúdos

- **Paleolítico Médio**

Período cronológico: 118 000 aC (120 000 BP) - 33 000 aC (35 000 BP).
Descrição: sítios onde se encontraram os vestígios mais antigos da presença humana no território. (fig. 3a da pág. 22)

- **Génese e evolução das ilhas-barreira**

Período cronológico: 30 000 aC (32 000 BP) - 3000 aC (5000 BP).
Descrição: descida do nível do mar; formação das ilhas-barreira; recuo da linha de costa; migração das ilhas-barreira até à posição actual. (figs. 3b a 3d da pág. 22)

- **Final da pré-história /transição para a proto-história**

Período cronológico: 2700 aC - 800 aC.
Descrição: sítios da Idade do Cobre (2700 aC - 1800 aC) e da Idade do Bronze (1800 aC - 800 aC) localizados com simbologia pontual. (fig. 3e da pág. 22)

- **Povoamento do sítio genético - fenícios e turdetanos**

Período cronológico: séc. VIII aC - IV aC.
Descrição: representação em mancha, das áreas aproximadas de ocupação pelos fenícios (VIII - VI) e posteriormente pelos turdetanos (V - IV). (fig. 1 da pág. 162)

- **Povoamento dos cerros do Cavaco e Abreu – turdetanos e romanos**

Período cronológico: séc. III aC - I aC.
Descrição: transição do povoamento turdetano, para os cerros do Cavaco e Abreu; ocupação romana do mesmo território (séc. II aC - I aC). (figs. 2 e 3 da pág. 162)

- **Balsa romana e Antiguidade Tardia**

Período cronológico: séc. I aC - VII dC.
Descrição: transição do povoamento romano para os sítios de Torre d'Aires, Antas e Arroio; evolução da área de implantação da cidade de Balsa; apogeu e decadência; principais vias de ligação a Balsa, necrópoles e villas do território balsense; transição para a Antiguidade Tardia. (figs. 4 e 5 da pág. 162)

- **Tabira islâmica**

Período cronológico: séc. X - XIII.
Descrição: dos focos de fixação iniciais à máxima expansão do perímetro amuralhado e áreas extramuros. (fig. 1a da pág. 23)

- **Tavila cristã**

Período cronológico: séc. XIII - XVI

Descrição: transformações e expansão do perímetro urbano e áreas húmidas próximas à cidade nos sécs. XIII - XIV e XV - XVI. (figs. 1b e 8 da pág. 23)

- **Dispositivo de defesa costeira e dinâmica litoral**

Período cronológico: séc. XVI - XVII.

Descrição: estruturas defensivas e migração da barra de Tavira. (fig. 8 da pág. 23)

- **Lançamento da armação de pesca do atum Medo das Cascas**

Período cronológico: 1732 - 1734.

Descrição: lançamento da armação de Medo das Cascas e assentamento do arraial de Cabanas da Armação.

- **A fé, as armas e o trabalho - conventos, quartel militar e salinas**

Período cronológico: séc. XVIII.

Descrição: construção de novos conventos, expansão de salinas e início da construção do quartel da Atalaia.

- **Crescente importância da pesca do atum na economia local**

Período cronológico: 1841 - 1846.

Descrição: lançamento das Armações do Barril, Livramento e Abóbora; localização dos quatro arraiais na Ilha de Tavira. (fig. 6 da pág. 162)

- **Industrialização tardia e breve**

Período cronológico: 1884-1917.

Descrição: expansão de salinas; fábrica de moagens; declínio dos moinhos de maré; caminho de ferro; fábricas de conservas de atum Balsense e Tavirense. (fig. 7 da pág. 162)

- **Dinâmica litoral - desafio às actividades antrópicas**

Período cronológico: 1926 - 1962.

Descrição: aberturas e migrações de barras; alterações geomorfológicas das ilhas-barreira e implicações sobre construções e equipamentos. (fig. 10 da pág. 23)

- **Da economia do atum ao turismo e resistência da salinicultura**

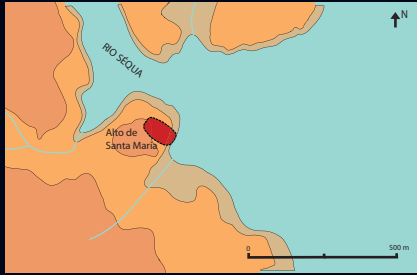
Período cronológico: 1966 - 1976.

Descrição: extinção das armações da pesca do atum; construção dos primeiros aldeamentos turísticos e expansão da área de salinas. (fig. 6 da pág. 23)

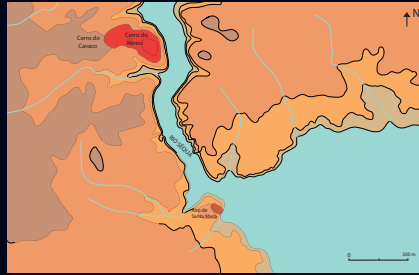
- **Expansão urbana, que limites?**

Período cronológico: 1976 - actualidade.

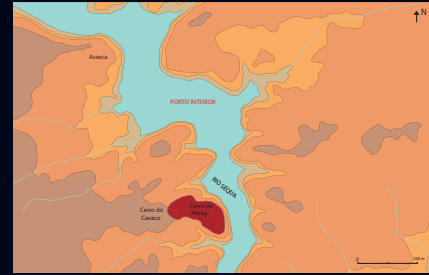
Descrição: expansão dos núcleos urbanos de Tavira, sedes de freguesia e unidades turísticas especialmente mais relevantes.



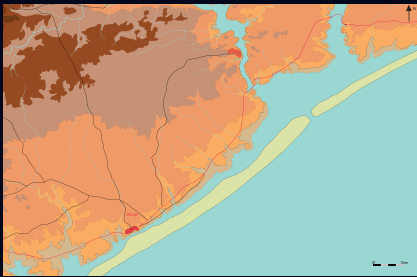
1



2



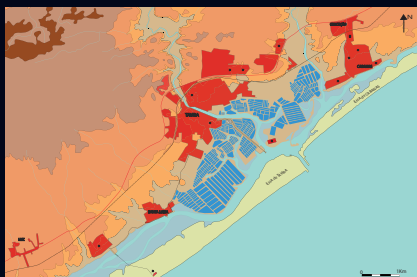
3



4



5



6



7

Legenda geral

	+200m
	150-200m
	100-150m
	50-100m
	20-50m
	10-20m
	0-10m
	planície litoral glaciária
	ilha-barreira
	mar/rio/estuário/área inundável
	curso de água/linha de água
	sapal e área inundável
	salinas/marinhas
	povoamento/área urbana
	edifício novo
	igreja/ermida
	forte/atalaia
	moinho de maré
	localização imprecisa/ruína
	horta urbana/cerca conventual
	sítio/achado
	villa romana/necrópole
	estrutura de armação de pesca
	estrada/rua
	ponte
	caminho de ferro
	unidade hoteleira

3- Maqueta de Contextualização geográfica de Tavira Proto-histórico

Maria Maia (Conteúdos científicos)

Carlos Loureiro (Maquetista)

75x65cm

2008

Câmara Municipal de Tavira

O Alto de Santa Maria, que o geógrafo Orlando Ribeiro designou de “Colina Genética” tem uma localização ideal, no que respeita ao domínio da foz do Gilão, em cuja margem direita se situa.

A referida colina tem a sua cota mais elevada cerca de 20 m acima do nível do mar, formando uma paleo-península, num ponto em que a maré chega perfeitamente, tornando o rio navegável.

No seu sopé oriental, os navios podiam fazer aguada, na “Fonte das Muitas Bicas”, como era tradicionalmente designada.

A península estava defendida de ventos e tempestades e de inimigos que se aproximassem, por via marítima, por uma zona de sapais e por um cordão de ilhas barreira, instáveis por serem constituídas por dunas de areia, mas constantes, limitando-se a mudar de posição e de amplitude, com o decorrer dos séculos. Uma delas corresponde à actual Ilha de Tavira. Estas ilhas barreira dificultam a entrada na actual Ria Formosa que, para Oriente, se prolongaria até ao Guadiana e que, para Ocidente, ia até Faro. O “Alto de Santana”, na outra margem do Gilão, a Norte, protegia a elevação dos ventos frios.

A maqueta que pretende dar o enquadramento geográfico, com ênfase nas características topográficas e orográficas da Colina de Santa Maria seguiu de muito perto a reconstituição feita pelo especialista em geografia histórica Fraga da Silva que, estudando as curvas de nível e eliminando as alterações do relevo, artificiais e feitas posteriormente, definiu uma paleo-península cujo ponto mais elevado corresponde grosso modo à área da Igreja de Santa Maria (altitude aproximada = 20 m). Sondagens arqueológicas efectuadas nas imediações da Igreja permitiram conhecer a altitude a que aflorava o *bed-rock*, neste sítio, que formaria um pequeno *plateau* que, em seguida, baixava, de forma bastante abrupta em todos os sentidos, excepto o Oeste, onde se situaria o istmo.

De salientar que existe ainda hoje uma nascente, cujo caudal quase não baixa durante o Verão, por baixo da actual sacristia da Igreja e que corre hoje subterrânea até à “Fonte das Muitas Bicas”, que debita, constantemente, hectolitros de água doce para o rio.

O nível do mar, neste período, foi definido a partir de um pequeno molhe de atracação escavado arqueologicamente no interior de um edifício (dito BNU), contíguo à Praça da República e posteriormente confirmado no estudo do referido autor, sobre *Balsa Cidade Perdida* e ainda em Vila Moura (Quarteira).



Foi assim confirmada a existência, nos séculos VIII e VII a. C., pelo menos de duas enseadas, uma correspondente à actual Praça da República, onde se situa hoje o edifício da Câmara Municipal e outra, no lado oposto da península, onde é actualmente o Bairro da Bela Fria.

4- Maqueta sobre um povoado “fenício de ocidente” (na colina de Santa Maria)

Maria Maia (Conteúdos científicos)

Carlos Loureiro (Maquetista)

55x45 cm

2008

Câmara Municipal de Tavira



Para a elaboração das maquetas que pretendem oferecer uma reconstituição da cidade, no período de maior presença efectiva de populações “fenícias de Ocidente”, os séculos VII e VI e ainda parte do V a.C., foram tomadas em conta, em primeiro lugar, os resultados das escavações arqueológicas realizadas na Colina.

- A muralha. As escavações puseram a descoberto 13 m de muralha que, nalguns pontos, quando resulta do somatório daquela que sobreviveu com uma outra mais antiga, chega a atingir 9,50 m de espessura. Escolhemos representar a espessura do muro defensivo, na sua fase mais duradoura, que era de 3,50 m a 5,50 m. e que era interrompida, na sua extremidade “Leste” por um grosso e maciço torreão de planta circular e perfil tronco cónico. A base destas estruturas situava-se à cota aproximada de 8 m acima do nível do mar.

A muralha parece obedecer a um modelo oriental que sabemos ser constituído por duas paredes paralelas, travadas perpendicularmente por outras, mais estreitas, que deixavam entre si depressões tendencialmente rectangulares que, no caso de Tavira, eram cheias com grandes pedras soltas e areia. A parte inferior da face externa fazia talude até à altura de 1,10 – 1,20 m e era revestida por uma camada de barro amarelo/esverdeado que desempenhava a função de alisamento e reboco exterior. Este facto foi representado nas maquetas.

Sobre o soco pétreo de pedras calcárias o pano defensivo era feito de adobes ou taipa, cuja altura só pode ser calculada com base em estudos realizados noutros locais. Existem paralelos muito próximos para esta muralha, no âmbito peninsular, em La Fonteta (Alicante, já no Levante espanhol) e no Castillo de Doña Blanca (El Puerto de Santa Maria, Cádiz e portanto, tecnicamente já no Atlântico).

O aspecto físico escolhido para representar a muralha baseia-se em baixos-relevos parietais encontrados no palácio do rei assírio Sargão II (721-705 a.C.)



e no de Senaqueribe (705-681 a.C.) que representam cidades fenícias em curso de serem assaltadas ou pilhadas. Foi a partir destes modelos que optámos pela representação de merlões triangulares e pequenas “janelas superiores” que apenas colocámos nos torreões adossados e parcialmente embebidos nos ângulos que separam troços rectilíneos.

A cota de 8 m serviu-nos para procurar, no modelo físico acima comentado, uma curva de nível que se lhe ajustasse e prolongámos a estrutura defensiva para Ocidente, presumindo um torreão, cada vez que esta linha mudava de sentido. O caminho de ronda superior baseia-se igualmente nos baixos-relevos parietais assírios.

O prolongamento na direcção Norte do pano fortificado está atestado arqueologicamente embora a sua espessura seja muito estreita: cerca de 3 m e apenas numa extensão de 14,50 m, após o que desaparece.

O facto de não termos detectado mais muralha deve-se, em parte, à intercepção pelas fundações de uma casa actual mas, mesmo antes disso, deixa de existir e é substituída por uma parede que forma dois ângulos rectos consecutivos e que poderá, eventualmente, corresponder a parte de uma porta. A representação que escolhemos para esta porta é puramente conjectural.

Um edifício que está figurado próximo destas estruturas baseia-se parcialmente em escavações arqueológicas, no decurso das quais pude identificar os alicerces pétreos de dois compartimentos estreitos e compridos, contíguos, separados por um destes alicerces e que identifiquei hipoteticamente com um tipo de edifícios, com protótipos orientais e caracterizados por terem uma planta tripartida a que muitas vezes é atribuída a função de “armazéns” e, que mais modernamente, tendem a ser designados de “edifícios singulares”.

O casario é totalmente conjectural, uma vez que a área onde o colocámos se encontra subjacente à malha urbana actual e que não pude ainda identificar quaisquer estruturas inteiramente domésticas datando deste período, sob a actual Tavira. A escolha da posição deste casario, na economia da área amuralhada, obedece à localização de habitações escavadas no Castillo de Doña Blanca sitio arqueológico que é identificado com a sede da colónia fenícia de *Gadeira* (ainda que não unanimemente). O aspecto físico que atribui às moradias inspira-se em casas exumadas no mesmo sítio arqueológico.

Os poços votivos ou *bothroi* que foram representados subjacentes ao Palácio da Galeria existem e estão patentes ao público.

O templo segue modelos fenícios orientais e israelitas, com as suas duas colunas destacadas da fachada. A sua localização aproximadamente no sítio onde está hoje a igreja de Santa Maria faz todo o sentido, dada a bem comprovada permanência de culto em lugares anteriormente sacralizados.

A nascente de água, já acima comentada, devia fazer parte do recinto (*Themenos*) que envolvia o templo, talvez alimentando um espelho de água,

a exemplo do que sucede em Mozya, uma pequena ilha perto da Sicília onde decorrem escavações num complexo sagrado fenício/púnico. O pequeno bosque é totalmente hipotético, mas a sua existência neste recinto é verosímil.

O navio que figura no porto exterior ou comercial, a que tinham acesso navios de toda a espécie, quer pertencentes aos habitantes do povoado, quer não, é a representação de um *Gaulos*, embarcação bojuda, pesada e de difícil manobra que se deslocavam movidos a remos e vela. Eram utilizados para navegações de longo curso e para a guerra.

O porto do lado oposto da colina, defendido pela ponta da península amuralhada que vigiava o curso do rio que o ligava ao mar, era o chamado “porto interior” onde geralmente apenas era admitida a armada pertencente ao povoado, de que constituía, ele próprio, uma peça na estratégia defensiva, porque aí fundeavam os navios de guerra.



5- Maqueta do sítio turdetano dito BNU

Maria Maia (Conteúdos científicos)

Carlos Loureiro (Maquetista)

45x35 cm

2008

Câmara Municipal de Tavira

Este sítio era a sede de uma agência bancária, pertencente ao Banco Nacional Ultramarino, agora integrado na Caixa Geral de Depósitos,

A primeira intervenção teve lugar ao nível do primeiro piso do edifício, à cota da Travessa da Fonte, tratando-se de meras sondagens prévias à remodelação deste piso, uma vez que a agência bancária, que ocupava a parte frontal, abria para a Praça da República.

No decurso das sondagens, foi revelada a existência de um pano de muralha construído no período islâmico, no século XII d. C.

A recolha, classificação e divulgação do já famoso “Vaso de Tavira” (século XI), no decurso destas sondagens, parece ter sido determinante para a prossecução de escavações, no tardoz da antiga agência bancária, das quais resultaria a revelação de unidades estratigráficas datadas do Período Turdetano.

O nível que escolhemos para a maquete que pretende dar ao público uma imagem, tão viva quanto possível, da ocupação de uma área localizada da actual cidade de Tavira, no Período Turdetano, data dos finais do século IV ou inícios do III a. C.

Foi nossa intenção recriar o “nível de abandono”, que no jargão arqueológico, designa a terra que cobria os artefactos que estavam então em uso, bem como o solo que os suportava. O abandono de BNU foi provocado por um



incêndio que semi - carbonizou toda a área e provocou a derrocada da parte superior das paredes, que eram construídas em adobes, deixando-as reduzidas aos alicerces, de alvenaria de pedra local, calcária, dita “pedra caliça”.

A maquete tentou recriar, em primeiro lugar, as construções que registámos, cartografámos, fotografámos e desenhámos minuciosamente à escala de 1/20. O registo dos materiais arqueológicos móveis foi feito com igual rigor, pelo que nos foi possível fazer a reconstituição tridimensional de todo o “ambiente” acrescida da sua interpretação funcional.

Grande parte da maquete tem fundamento arqueológico:

- Do paredão do molhe do porto, de águas pouco profundas que ocupavam a actual Praça da República, apenas escavámos um troço de pouco mais de 3 m, com uma altura observável próxima dos 50 cm, a partir da actual superfície. Com os meios de que dispúnhamos, foi impossível acompanhar esta estrutura mais para o fundo porque o nível freático invade, hoje, os seus alicerces.

Estou convencida de que a escavação pôs a descoberto a parte superior deste molhe de atracação, que tinha uma largura aproximada de 1,50 m, porque observámos, neste contexto, um buraco estruturado que interpretei como o negativo de um poste de madeira, para a amarração de embarcações.

Outra razão que me leva a pensar que estava perante a parte superior do molhe, foi o facto de ter registado e recolhido, no mesmo nível, cerâmica turdetana, fragmentada, mas *in situ*.

- A rampa representada está na sua verdadeira posição e era revestida de uma argila amarelada. Destinar-se-ia a permitir o arrastamento de embarcações, para terra firme. Não conheço a sua verdadeira extensão, porque estava interrompida, a Oriente, por construções mais recentes. Talvez fosse mais extensa, neste sentido Leste.

- A porta de entrada para o complexo “industrial” foi observada arqueologicamente.

- A “cabana” onde eram guardadas as redes de pesca, de esparto, (na realidade apenas identifiquei uma, dobrada várias vezes sobre si própria) com os respectivos pesos de barro dotados de perfuração central, foi registada e existe. Uma concha de vieira e uma taça de barro serviram de contentores de combustível e suporte de pavios, para iluminação deste recinto que seria, portanto, coberto.

Não pudemos escavar a parede posterior da “cabana”, mas identificámos adobes quase completos e semicarbonizados que creio resultantes da derrocada desta estrutura que não estaria, portanto, muito distante.

- A grossa parede que isola a parte “industrial”, a Ocidente é real.

- O poço, onde ainda durante a escavação brotava água salobra que crescia na maré-cheia, é real.

- A parede feita de taipa composta por marga local misturada com cal e

onde três perfurações bem estruturadas eram perfeitamente identificáveis, também existia. Colocava-se em posição perpendicular ao complexo conserveiro e interpreto-o como a base de uma estrutura de madeira, destinada a suspender grandes atuns, recém pescados e desembarcados há pouco.

A Etno-arqueologia ensina-nos que os escombridas seriam estripados e limpos no cais e postos a escorrer, suspensos pela cauda, de uma trave sustentada por grossos madeiros.

- Dos três tanques representados, apenas escavámos parte do mais oriental. Continha espólio muito interessante, como anzóis de bronze de grandes dimensões, mas não restos de ictiofauna. Interpretei-o como um tanque em que os grandes peixes, depois de limpos, escorridos e cortados em pedaços, eram mergulhados em salmoura, durante a primeira fase da sua conserva para posteriormente se transformarem em *tarichos*.

- A área intermédia, junto do poço, estava quase inteiramente ocupada por ânforas turdetanas, datáveis de finais do século IV ou inícios do III a. C. A parte superior estava fragmentada e caída sobre o solo de terra batida, mas mantinham os fundos pontiagudos fixos em posição vertical. Os fragmentos superiores destes contentores cerâmicos caíram para o solo, arrastados pela derrocada geral das construções, na sequência do incêndio já referido, selando o respectivo conteúdo, que pudemos identificar e que diferia de ânfora para ânfora.

A maioria continha grandes pedaços de atum, que conservavam a a respectiva coluna dorsal, havendo muitas verbas em conexão. Nas mesmas ânforas foram introduzidas douradas, cujos maxilares, de grandes dimensões, recolhemos.

Outras ânforas continham mariscos bivalves, não abertos. Umas tinham estado cheias de ostras, outras de berbigão, juntamente com algumas amêijoas.

- O “armazém das ânforas” ocupava um nível superior e tinha, ao que julgo, entrada por um caminho situado bastante mais acima, quase equivalente ao da actual Travessa da Fonte, uma passagem que testemunhará, apesar da importante “pegada” deixada pelos muçulmanos, a tradição da “rua turdetana”.

Muitas outras partes da maqueta são apenas presumidas e assumidas sem confirmação arqueológica.

- A frontaria do complexo não pôde ser confirmada arqueologicamente. A imponente muralha do período islâmico sobrepôs-se-lhe, no século XII d. C.. Toda a sua reconstituição é hipotética, embora baseada em registos localizados de derrubes de adobes, que penso corresponderem a pilastras que sustentariam uma cobertura de tábuas ou canas, que se queimou, aquando do incêndio que ditou o abandono.

Toda a parte ocidental do complexo é presumida. Está subjacente a edifícios actuais.

- Os dois tanques que estão representados também não se baseiam em dados obtidos por escavação. São meras hipóteses, baseadas na possibilidade de as

partes menos nobres do peixe, como a cabeça, as tripas e o sangue, terem sido aproveitadas para a confecção de *garos*. Não tenho a menor prova neste sentido, nem a tipologia das ânforas recolhidas, na parte escavada, permite confirmar esta mera sugestão.

- As coberturas em terraço, da parte posterior do complexo, baseiam-se em paralelos conhecidos e na abundância de restos carbonizados, que corresponderiam a traves que os sustentariam.

- O navio atracado no porto resulta da necessidade de animar a paisagem e explicar a função do molhe, mas baseia-se em estudos sobre embarcações deste período. Representou-se um *hippos* descarregado. Trata-se de um tipo de embarcações ligeiras, que, no entanto, afrontavam o alto mar, da mesma maneira que faziam navegação de cabotagem. [MM]



6- Sestércio de Nero

Bronze

34mm/36mm (diâmetro)

64 d.c

Proveniência desconhecida

Museu Municipal de Tavira, n.º inv. MMT 2907



Fig. 1- Sestércio de Nero, Museu Municipal de Tavira



Fig. 2- Sestércio de Nero, Museu Britânico

Pertence ao espólio do Museu Municipal de Tavira uma moeda romana em cujas faces, obverso e reverso, se representa, respectivamente o busto do Imperador Nero (54-68 d.c) e o motivo de um porto com a designação “PORT AVGVSTI” (fig. 1). Existem moedas semelhantes, com os mesmos elementos figurativos e disposição, em vários museus, nomeadamente, no Museu Britânico (fig. 2) e no Museu da Civilização Galo-Romana em Lyon. Sabemos que o porto representado é o grandioso porto de abastecimento de Roma, localizado próximo da foz do rio Tibre, no lugar de Óstia. A moeda inglesa identifica-o directamente no seu reverso (S POR OSTC) enquanto que a moeda em análise faz unicamente menção ao porto enquanto obra da dinastia augusta.

O imperador Cláudio, em 42 d.c, havia mandado executar grandiosas obras no porto romano, obras dispendiosas pois estruturavam uma “bacia” totalmente artificial sendo que acabaram por se prolongar por várias décadas. O ano de 64 d.c. foi o ano em que as mesmas terminaram, já na época de Nero, tendo sido cunhada uma moeda comemorativa do feito.

Na moeda de Tavira, a representação do porto, adapta-se à forma circular da mesma: duas longas estruturas arquitectónicas contornam-na lateralmente; no centro, oito embarcações de vários tipos, cuja cunhagem, permite distinguir aspectos como os velames, remos, entre outros pormenores. Na base da moeda, um deus reclinado, identificado como representação do Tibre com golfinho associado e instrumento de comando (timão) na mão (Alexandre Cesário, 2003).

Tentar reconstituir o porto de Óstia é possível devido sobretudo a uma gravura do século XVI da autoria de Georgio Braunio Aggippinate inserida na obra “Civitates Orbis Terrarum”, 1585-1616, (fig. 3) na qual se podem observar as estruturas portuárias da época de Cláudio, sendo que, nesta obra, estas se encontram associadas às posteriores e monumentais obras portuárias do Imperador Trajano, que devido ao seu 2º porto com forma hexagonal, tornaram Óstia como a grande referência portuária do Império. Com efeito, o primeiro porto interior, identificado como “ PORTVS CLAVDII” corresponde ao Porto que nos interessa analisar. As duas estruturas que envolvem as moedas comemorativas correspondem respectivamente, à direita a um imponente molhe (que protegia o porto dos ventos dominantes) constituído por extensa arcaria ritmada por potentes contrafortes, arcaria que é representada com boa definição na moeda

tavirense e, à esquerda, a uma delimitação, também semicircular, que constitui simultaneamente um “caminho marítimo” de acesso a três templos com cais na extremidade. O trabalho de Braunio auxilia grandemente a interpretação da estrutura deste lado da moeda pois as sucessivas colunatas apresentam-se muito estilizadas e de forma contínua como se de uma única estrutura se tratasse (já a moeda do Museu da Civilização Galo-Romana em Lyon sugere, pelo menos, a edificação de dois templos). A percebemo-nos ainda de que os dois semicírculos que constituem o porto interior terminam, deixando entre si, naturalmente o espaço de entrada no porto. É no centro deste espaço que se encontra uma escultura monumental, sobre um pódio cilíndrico, dando-nos a perceber deste modo a forma pouco definida que nos surge no topo da moeda apresentada na exposição. Na moeda britânica esta escultura masculina é representada com maior definição.

Por fim, já não se encontrando representado na iconografia seleccionada para a moeda comemorativa, pode observar-se na gravura um farol sobre uma base de grande dimensões que sugere um “pseudo” fechamento do porto, sendo que este conjunto proporciona, pela perícia que requer na entrada do porto, uma solução para maior segurança do mesmo.

Sendo que a moeda não foi achada em contexto arqueológico, não podemos associar a sua origem à grande cidade romana que na época existia no Concelho de Tavira – Balsa: “o porto algarvio mais importante (...) na época Romana, nomeadamente nos séculos I e II da nossa era (...)”, conforme as palavras de Luís Fraga da Silva. Com efeito, este autor no seu livro *Balsa, cidade perdida* (2007), destaca alguns aspectos da zona portuária de Balsa, tais como o seu porto interior e molhe artificial com terminação circular e com eventual farol -estrutura final de um longo cais que contornava toda a cidade à beira do canal/ria. Numerosos armazéns e algumas fábricas de salga localizar-se-iam na zona ribeirinha. Já a maioria dos templos posicionavam-se numa plataforma superior, mais próximos da zona habitacional.

Sendo que Roma conferia modelos de localização, urbanísticos e arquitectónicos, poderíamos observar em Balsa, em pequena escala algumas estruturas portuárias similares à analisadas na moeda, adaptadas à defesa natural que constituía a ria e à forma de construir dos balsenses, com base em taludes de terra e alvenaria e posterior revestimento pétreo. (Luís Fraga, 2007). [RM]



Fig. 3- Representação do Porto de Óstia em “Civitates Orbis Terrarum”, de Georgio Braunio

7- “A Ribeira de Tavira”

Alguns elementos gráficos para a sua reconstituição

A Ribeira de Tavira, foi crescendo e consolidando as suas estruturas, durante os séculos XV e XVI, tendo como referência a margem sul do rio Gilão. A opção de analisá-la na Exposição “Tavira, patrimónios do mar”, deve-se não só ao facto da aproximação da cidade ao rio e ao mar se ter devido ao desenvolvimento da sua actividade portuária de cariz comercial, mas também devido ao apoio de Tavira às Praças do Norte de África, dado que era a povoação portuguesa mais perto desta região recentemente “conquistada”. Acresce a estes factos, o ter-se verificado que, a área da Ribeira de Tavira, circunscreveu, na generalidade, este lado da cidade até à segunda metade do século XX, o que nos faz compreender que o início da Época Moderna foi, com efeito, “esplendoroso” para a “Ribeira” mais meridional do Reino. Na verdade, a noção de Ribeira, tendo como exemplo Lisboa, é um conceito que se consolida com a Expansão e que se vai multiplicando, por todo o Império Ultramarino (Carlos Caetano, 2004).

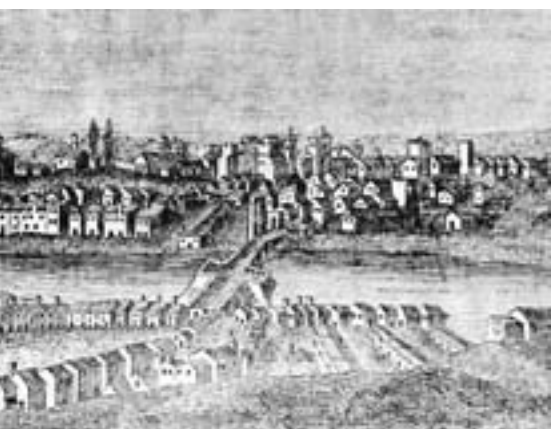


Fig. 1-Imagem publicada no Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis “O Panorama”, Vol. 2º- Série 2ª, Lisboa, 1843

Imagem publicada no Jornal Litterario e Instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis “O Panorama”, Vol. 2º- Série 2ª, Lisboa, 1843 (fig. 1)

Neste ano, Tavira é descrita como uma “...das mais agradáveis povoações do Algarve pela beleza da sua situação...” entre outros adjectivos de carácter laudatório. Contudo, a imagem da cidade que ilustra este artigo não corresponde ao século XIX, não se apresentando datada, sendo que tem sido atribuída, na generalidade, a meados do século XVI, pois ainda não representa o Palácio da Família Corte Real na zona ribeirinha, que sabemos já existir em 1573, data em que D. Sebastião aí pernitoou (Arnaldo Casimiro Anica, 1993).

A importância desta gravura consiste, com efeito, em se apresentar até à data como a vista panorâmica mais antiga da Cidade de Tavira.

Contudo, a análise de um documento judicial do início do século XVI, que soluciona um problema da primeira metade do século XV - “*Sentença da Rellação das Boticas da Praça Assougues e Famgas. Serem do Concelho*”, proporciona-nos uma série de informações colaterais, para nós fundamentais, visto que descreve vários edifícios localizados na antiga Praça da Ribeira, hoje Praça da República e que constituem a parte central da referida gravura. Estes dados manuscritos correspondem, ao que observamos ilustrado no Jornal, podendo a gravura corresponder à visão que a cidade apresentava na primeira metade do século XV. Na referida *Setença* são descritos os açougues, com sua arcaria e alpendres associados, edifício que corresponderia ao longo edifício que vemos desenvolver-se perpendicularmente ao rio à esquerda da ponte; sabemos também que os açougues se encontram associados às Tercenas (espaço para a construção de barcos,

com área coberta e área descoberta), o que poderá corresponder, na gravura, ao espaço livre logo à esquerda e aos primeiros edifícios seguintes também para este lado. Se observarmos as tipologias de casario que se desenvolvem nesta correnteza, podemos constatar grande número de fachadas idênticas, às quais podemos facilmente associar um carácter funcional, que poderiam corresponder a armazéns, cuja tipologia não diferiria das tercenas ou mesmo da primeira alfândega, que não surge, enquanto edifício destacado, nesta imagem.

“Olissipo quae nunc Lisboa, civitas amplissima Lusitaniae, ad Tagum, totiq orientis et multarum Insularum et Aphricoeque et Americae emporium nobilissimum”, gravura em cobre de Georgio Braunio Aggippinate, 2ª estampa do 5º volume da obra “Urbium proecipuarum mundi theatrum quintum”, 1593 (fig. 2)

Esta gravura de G. Braunio, mostra a Capital do Reino/Império Ultramarino no final do século XVI. A zona ribeirinha de Lisboa, mostra-se aqui em todo o seu esplendor, no local onde hoje se localiza a Praça do Comércio e áreas adjacentes, sendo que já se apresenta com o novo Paço Real vulgo *paços da Ribeira*, conforme legenda inscrita. Na imagem podemos identificar em primeiro plano as tercenas, com alguns barcos em construção associados a edifícios de apoio, armazéns da Nova Casa da Índia (mais próxima do rio do que a “velha”), armazéns de armas, Terreiro do Trigo e, à frente deste, a Alfândega. Todos estes edifícios, de carácter funcional, apresentam formas semelhantes nas quais se reconhecem compridas naves perpendiculares ao rio, facilitando o transporte de mercadorias, largas portas e vãos regulares no piso superior. Tavira terá tido em conta muitas destas tipologias, com naves para armazenamento ao longo do Rio Gilão (das quais ainda existem vestígios) e uma concentração de funções similares ao denominado “Terreiro do Paço” com locais para a venda de pão/trigo e carnes associados ao espaço para a tributação dos bens que chegavam (alfândega).

Planta de Tavira, pertencente a “Plantas de diferentes Plazas de Espana, Itália, Flandes y las Índias” de Leonardo di Ferrari (1645), pertencente ao Arquivo Militar de Estocolmo (fig. 3)

Luís Fraga da Silva, divulgou em Abril último, no site do Campo Arqueológico de Tavira, a mais antiga planta de Tavira que se conhece actualmente, um desenho do século XVII com base numa planta da cidade do século XVI (sobre a qual não temos conhecimento). Ora, pela identificação de edifícios já construídos ora pela sua ausência, esta planta foi datada pelo autor referido entre 1542 e 1568, recuando cerca de 250 anos o conhecimento ortogonal que tínhamos da cidade através da planta de Sande Vasconcelos (final do século XVIII).



Fig. 2-“Olissipo quae nunc Lisboa, civitas amplissima Lusitaniae, ad Tagum, totiq orientis et multarum Insularum et Aphricoeque et Americae emporium nobilissimum”, gravura em cobre de Georgio Braunio Aggippinate, 2ª estampa do 5º volume da obra “Urbium proecipuarum mundi theatrum quintum”, 1593



Fig. 3- Planta de Tavira, incluída em “Plantas de diferentes Plazas de Espana, Itália, Flandes y las Índias” de Leonardo di Ferrari (1645), pertencente ao Arquivo Militar de Estocolmo



Contudo, em relação à zona da Ribeira em análise, as novidades não foram tantas como noutras partes da cidade, sendo que pudemos constatar algumas alterações na organização dos quarteirões regulares do Bairro da Ribeira, devidos provavelmente aos sucessivos terremotos do século XVIII. A esmagadora maioria dos mesmos permanece como na planta de Sande de Vasconcelos, mantendo-se ainda, aliás na actualidade, comprovando-se desta forma que a dimensão e estrutura da cidade já se encontrava estabilizada em meados do século XVI. A grande novidade foi, com efeito, o surgimento da *Aduana*, ou seja, a alfândega, devidamente identificada na legenda, cuja estrutura, tendencialmente quadrangular e com uma escala esmagadora, se localiza no espaço onde no jornal “O Panorama” se localizava o comprido edifício identificado por nós como os Açougues. Documentos dizem-nos que, com efeito, Tavira tinha ganho uma monumental alfândega que, em 1583, sabemos ter sido construída recentemente, o que, aliás, corresponderia ao estatuto portuário que a cidade detinha, e que, com o mapa de Ferrari fica comprovado e localizado.

Sabemos que a Ribeira detinha, pelo menos desde 1542, uma estrutura urbana consolidada, com quarteirões bem definidos, estruturados por três longos arruamentos paralelos ao rio e ao largo da Corredoura, pelo que, as formas decorativas dos vãos dos edifícios desta zona apresentam-se como um testemunho que nos permite apreender cronologias assim como o estatuto social de quem foi habitando esta parte da cidade.

Analisando três vãos de sacada com requintada ornamentação, na travessa Dona Brites e zona adjacente, podemos deduzir não só sobre a incidência da habitação na Ribeira que viria, paulatinamente, a substituir o lado funcional (o que não deixará de coincidir com a gradual mas acentuada dificuldade em entrar no porto de Tavira devido ao assoreamento do rio), mas também sobre o desejo de exhibir na fachada da habitação o vão artisticamente mais original e/ou “actualizado” com os padrões estéticos em vigor. Assim, coexistindo ou sendo sucessivamente substituídos (sendo por vezes emparedados e reabertos ao lado) observamos formas manuelinas, mudéjares e renascentistas, provando que, coincidindo com os achados arqueológicos (nomeadamente as faianças) provenientes de Espanha (mudéjares) ou Itália (renascentistas), as formas arquitectónicas também era assimiladas, integradas e adaptadas.

Vão Manuelino, Rua de Dona Brites

Vão polilobado, decorrente do desenvolvimento final do gótico, no qual as formas ogivais se vão complexificando de forma original. Esta forma predomina na cidade que extravasa a muralha medieval para a zona da Ribeira, surgindo em muitos edifícios ao nível do piso terreo mas também do primeiro e por vezes segundo andar. Com efeito, o aumento da população e a presença de “mui nobre gente” entre meados do século XV e meados do século XVI fez com Tavira, em 1520, ganhasse, excepcionalmente, estatuto unicamente conferido a sedes episcopais: o de cidade.



Vão Mudéjar, Rua de Dona Brites

Tendo em conta que o “reino do Algarve” somente em meados do século XIII se torna definitivamente cristão, bem como a sua proximidade com o *al-andaluz* e com o último reduto islâmico no continente europeu, Granada (islâmica até 1492), a persistência de contactos com uma população árabe assim como a influência de muitas das suas técnicas e formas artísticas na população cristã algarvia/tavirense foi uma realidade que se verificou, consistentemente, pelo menos até ao início da Época Moderna. Uma das formas características desta “arte partilhada” é o uso de grande variedade de arcos dos quais sobresaem os vãos geminados, divididos por esbeltos colunelos. O “jogo” contrastante de diferentes materiais é outra característica que se pode verificar na janela de sacada em análise, em que o mármore branco do elemento central contrasta com o calcário envolvente. É ainda de salientar a forma das bases laterais dos colunelos, com a forma de “turbantes” perlados, comuns a alguns capiteis ebo-rensens, cidade com muitos vestígios mudéjares. Contudo, alguns elementos decorativos de carácter renascentista estão já presentes neste vão, tais como os anjinhos suportando ânforas numa evocação do “grotesco” italiano, uma das formas mais precoces do novo gosto italiano a penetrar, também nesta altura, em Portugal.



Vão renascentista, “Casa André Pilarte”

Uma das formas de vãos renascentistas mais comuns em Tavira são os vãos com emolduramento, denominados de “chambranle” por Horta Correia (1988). Este geometrismo rigoroso, na forma e na minúcia do talhe da pedra, ilustra o gosto dos residentes pelos valores da simplicidade, proporção e harmonia próprios da obra “ao romano”. A implantação de casario regular na Ribeira permite, com efeito, que o lote medieval, estreito e alto, se alargue, dando origem ao surgimento de vãos de grandes dimensões como é o caso da janela de sacada em questão.



“O Itinerário ,Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas”, de Jan Huygen van Linschoten (1596), apresenta numa das suas ilustrações do Império Português do Oriente uma das ruas principais de Goa no século XVI. Nesta, em cujo primeiro plano podemos visualizar o “exótico” quotidiano dos portugueses na capital do império no oriente, surgem ao fundo as fachadas dos edifícios que compunham o arruamento sendo que estes se apresentam cobertos pelos “famosos” telhados de tesoura, elemento arquitectónico, cuja forma, ainda persiste na paisagem urbana de Tavira. Com efeito, este tipo de cobertura de quatro águas, que se caracteriza por cobrir cada divisão da casa (o que permite com que de fora adivinhemos o seu interior), é proveniente do Oriente, tendo sido assimilada pelos portugueses e transportada para o reino. Os altos e inclinados telhados permitiam que o ar quente e humido subisse fazendo com que a zona frequentada da casa se mantivesse fresca. O ar abafado era exteriorizado através da estrutura de reixa do interior do telhado (no Algarve normalmente substituído pelo caniço) e sequentemente pelas telhas em forma de escama (Hélder Carita, 1995), que os portugueses logo adaptaram a “canudo”. Em Portugal, o uso deste tipo de cobertura era principalmente uma forma de ilustrar o estatuto social do encomendador, visto que o clima não justificava tal opção. O uso dos telhados de tesoura, iniciado numa época em que o lote da casa, por ser maior, se adequava a tal cobertura (Horta Correia, 1992), persistiu em Tavira sendo que temos conhecimento de documentos do século XVIII nos quais é explicitada a sua encomenda, existindo a condição de que somente fossem construídos nas “casas da frente”. [RM]



8 - Descrição do Reino do Algarve

Alexandre Massay

1617/ 1618

30,9 x 46,4 cm

Fólios 10 e 11 do “Códice de Massay”

(MC.DES.1402.04 e MC.DES.1402.05)

Museu da Cidade - Câmara Municipal de Lisboa

A presente planta para o forte do Rato, em Tavira, aparece incluída na famosa DESCRIÇÃO DO REINO DO ALGARVE composta pelo engenheiro italiano Alexandre Massai, entre 1617 e 1618, por ordem do governador, D. João de Castro. Em 1621, após a morte de D. João, Massai retocou e aperfeiçoou os desenhos aqui insertos, como fez questão de lembrar no intróito, submetendo então este magnífico álbum à apreciação real. Do mesmo códice, formado por desenhos de fortificações e apreciações corográficas das principais localidades algarvias consta ainda, na sua segunda parte, uma descrição do reino de Portugal, com a mesma organização de matérias - apresentação de algumas vilas e fortalezas *as-/im em trassas como em relaçois e descursos emportantes e necessarios ao serviço de Sua Magestade*.

Alguns dados biográficos sobre Alexandre Massai (†1638) eram conhecidos desde a súpula incontornável de Sousa Viterbo¹, muito mais tarde contextualizados na sua exacta dimensão histórica e tecnológica por Lívio da Costa Guedes², Carlos Pereira Callixto³ e Rafael Moreira⁴, sobretudo, a quem coube estabelecer o seu invulgar percurso no panorama da engenharia militar portuguesa do 1º quartel do século XVII, bem como destacar a dedicação do italiano à definição da linha de defesa marítima das costas alentejanas e algarvias. Uma completíssima e competente avaliação da sua vida e obra devida ao historiador António Martins Quaresma, especialmente dedicada à actividade desenvolvida no litoral do Alentejo, incluindo inúmeros dados inéditos resgatados de arquivos locais e nacionais, a que não falta uma completa informação sobre os projectos realizados, alguns construídos e outros que não passaram do papel, é o mais recente e importante contributo para o conhecimento deste curioso episódio de aclimação da arte fortificatória italiana do tardo-Renascimento

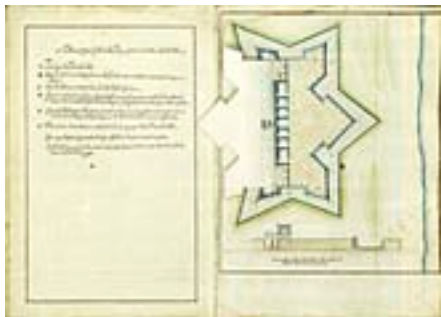
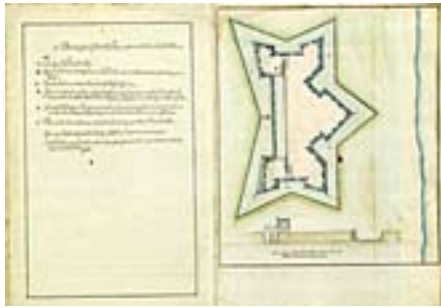
¹ Sousa Viterbo, Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses, 2º vol., Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1988.

² Lívio da Costa Guedes, Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A “Descrição de Alexandre Massai (1621)”, Lisboa, Arquivo Histórico e Militar, 1988; Idem, Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A “Descrição de Alexandre Massai (1621) II Tratado”, Lisboa, Arquivo Histórico e Militar, 1989.

³ Em inúmeros artigos dispersos em publicações periódicas.

⁴ António Martins Quaresma, *Alexandes Massai - A “escola italiana” de engenharia militar no litoral alentejano (séculos XVI e XVII)*, Sines, Centro Cultural Emmerico Nunes, 2007.





às regiões meridionais do reino português, integrado então na monarquia hispânica.

Nascido em Florença, provavelmente na década de 60 de Quinhentos, Massai era sobrinho do frade servita Fr. Giovanni Vincenzo Casale, com quem entrou em Portugal em 1589, acompanhado por dois irmãos mais novos. Engenheiro e arquitecto, escultor e pintor com tirocínio qualificado na oficina de Giovanni Agnolo Montorsoli, por sua vez pontual colaborador e discípulo de Miguel Ângelo, Casale entrara em 1577, ou talvez antes, ao serviço de Filipe II nas obras do Arsenal de Nápoles, cidade à época integrada no domínio do império Habsburgo, engrossando o volumoso contingente de técnicos italianos contratados para erguer a formidável máquina de guerra filipina.

A formação de Alexandre Massai, além da experiência precoce que poderá ter tido na península itálica, deve ter sido feita maioritariamente com o tio, Casale, nas importantes obras dos fortes de São Lourenço da Cabeça Seca ou do Bugio e de Santo António de Cascais, ambos situados no estuário do Tejo; e se a esta aprendizagem faltou, porventura, uma dimensão teórica mais sofisticada, dotou-o certamente de uma desenvoltura prática e de uma experiência preciosa na construção de fortes marítimos, que se viria a revelar de grande utilidade na construção da sua carreira ao serviço da coroa. Outras duas notas, que ajudam a aclarar a qualidade técnica do trabalho de Massai, merecem destaque na sua biografia: por um lado, a obrigatória convivência com alguns destacados engenheiros activos em Portugal, como Filipe Terzi (†1598), Tiburzio Spannocchi e Leonardo Turriano (†1624)⁵ ou com o eco das obras deixadas por outros tantos, de estadia recente, como o Capitão Giovan Giacomo Paleari Fratino⁶ e Giovanni Battista Antonelli⁷; por outro, a familiaridade com os processos de produção arquitectónica, mesmo que não sejam conhecidos projectos não militares de sua autoria, propiciada quer próprio percurso do tio como ainda pelo casamento de Massai com uma filha do arquitecto régio Nicolau de Frias.

Datando as primeiras notícias da actividade de Alexandre Massai de 1590, quando foi enviado, por indicação régia, para o forte da ilha do Pessegueiro, a sul da vila de Sines, a *Descrição do Reino do Algarve* releva já da sua produção mais madura, afinada após uma longa prestação profissional na costa do Alentejo. Trata-se, na verdade, de uma relação sintética da região algarvia com objectivos estratégicos, coligindo dados de teor económico e demográfico e uma atenta observação das

⁵ Rafael Moreira e Miguel Soromenho, “Engenheiros militares italianos em Portugal (séculos XV-XVI)”, in *Architetti e ingegneri militari italiani all'estero dal XV al XVIII secolo*, (org. Marino Viganò), vol. II, Roma, Istituto Italiano dei Castelli e Sillabe, 1999, pp. 109-131.

⁶ Marino Viganò, «Al fratini mi yinginiere» - I Paleari Fratino da Morcote ingegneri militari ticinesi in Spagna (XVI-XVII secolo), Bellinzona, Edizioni Casagrande, 2004.

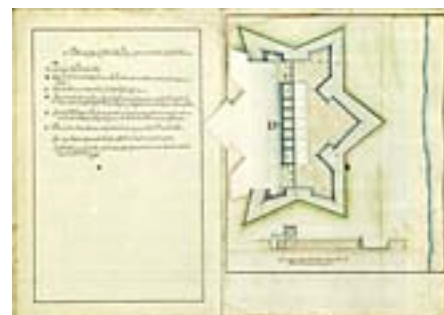
⁷ Miguel Soromenho, “Il Portogallo nella monarchia iberica: percorsi di Giovanni Battista Antonelli”, in *Omagio agli Antonelli*, Udine, Forum, 2004, pp. 263-280.

características territoriais e das condições de defesa de cada sítio, segundo os modelos corográficos em voga ao longo de todo o século XVII.

De acordo com as informações de Massai, Tavira era então a principal cidade do reino do Algarve, com um rendimento de dois mil setecentos e dezassete mil réis, nota que precede a enumeração dos recursos defensivos, incluindo o pessoal de infantaria, as peças de artilharia existentes e sua localização, bem como as munições disponíveis em armazém. A descrição introdutória detivera-se já na descrição pormenorizada do sítio e da sua barra, navegabilidade do rio e, sobretudo, das linhas de defesa, que contavam igualmente com as condições alagadiças dos terrenos envolventes para sua protecção.

De forma bem hierarquizada aparecem identificadas, na pena de Massai, as fortificações de Tavira, agrupadas em dois conjuntos distintos: os muros da cidade, ou seja, a muralha medieval, de taipa de terra (...) *fabricados ao antigo e muito danificados e caídos* e o castelo, de *alvenaria e pedraria*, ambos irreformáveis, pelos custos envolvidos; e um fortim quase improvisado, o Torrão do Lastro, a meio da entrada da barra, construído em taipa, que o engenheiro cria dever-se consertar com poucos custos, pela sua importância estratégica, e o forte da Ilha das Lebres, hoje conhecido como Forte do Rato, cuja fundação fazia remontar a D. Sebastião, com traça atribuída a *João Maria Beneditte*, que Rafael Moreira identificou com um engenheiro militar italiano de passagem fugaz por Portugal, sem outras obras ou referências conhecidas entre nós.

O projecto de modernização e finalização - ou de reconstrução - do Forte do Rato monopolizou a atenção técnica de Alexandre Massai na sua relação da cidade de Tavira, como facilmente se depreende na peça apresentada nesta exposição - facto tanto mais a ter em conta quanto o engenheiro se queixava da sua falta de tempo para outros intentos. As soluções propostas, com a competente demonstração gráfica, revelam a modernidade da abordagem, que não se limita a pormenores de desenho mas que inclui também o elenco de alternativas possíveis para a reconstrução bem como os respectivos cálculos de custos. A alteração do curso do rio, desviado para Leste, ocorrida durante a primeira fase da obra, provavelmente nas décadas de 60 ou 70 do século XVI, explicava, para Massai, o abandono da empresa, quando ali já se teria gasto uma quantia estimada em mais de vinte e cinco mil cruzados. Neste primeiro quartel de Seiscentos, quando escrevia, mantinha-se a pouca valia de uma fortificação que não podia defender a vila de Tavira - não se prevendo ao mesmo tempo que a barra retomasse a sua configuração original - e cuja conclusão ascenderia a doze ou quinze mil cruzados, pelo menos. Sobre a questão, o alvitre do engenheiro é claro: refazer o forte no Torrão do Lastro, com aproveitamento de materiais a transportar por barcas e batéis - *boa pedraria lavrada e assim mesmo muita alvenaria* - destinando as sobras a outras obras de fortificação de Tavira, de Faro e até das praças norte-africanas.





De qualquer modo, e atendendo certamente ao que lhe fora ordenado, Alexandre Massai trabalha no cenário de reconstrução do Forte do Rato, reconhecível através da sua própria descrição: um polígono de três baluartes virados ao mar, outros dois da parte de terra, assinalando ainda um poço de água de beber, detalhe precioso para a autonomia da estrutura defensiva em caso de necessidade.

É importante atentar nas convenções de desenho e de organização do material gráfico agora apresentado. De forma a condensar alternativas projectuais no mesmo suporte, tornando mais fácil uma leitura comparativa, Massai recorre a um curioso dispositivo de montagem que aparece noutras plantas deste mesmo códice, nomeadamente na do fortim da Ilha do Pessegueiro (fl. 65 do *Segundo Tratado*) e na do Castelo de Sines (fl. 72, *idem*), com recortes rebatíveis de papel colados ao folio base. No caso da planta do Forte do Rato, uma alternativa de leitura a que chama de *segunda trassa* (sic) mostra as propostas de restituição dos diferentes pisos dos baluartes e da correnteza edificada frente à praça de Armas, identificada na legenda como as *Cazas* (certamente um Corpo de Guarda) e *Almazéns* – para víveres da guarnição e certamente também servindo de paiol – ao nível quer dos fundamentos, quer dos sobrados e das coberturas, notando-se, e nos diferentes níveis, as diferenças de espessura dos muros, o ritmo dos vãos, os rasgamentos e compartimentações para as canhoneiras.

Por outro lado, e apesar dos muitos desenhos “impressionantes” ainda aqui incluídos – vistas cavaleiras ou a vôo de pássaro – a tendência para a racionalização de processos de representação – que tem paralelo na vulgarização coeva de modelos, ou maquetas – decorrente da especialização funcional do engenheiro, é evidente. A projecção ortogonal – a planta – garantindo uma restituição precisa, passa a prevalecer sobre outros esquemas gráficos, no caso deste desenho do Forte do Rato agregada a um corte disposto no rodapé e a um petipé, uma escala gráfica, inserta também na esquadria. Embora sem legenda, é provável igualmente o uso de um código de cores para indicação de estados diferentes do edifício, processo remissivo que se enquadrou também nas profundas alterações verificadas a partir de finais do século XVI na produção gráfica da engenharia militar europeia e que, em Portugal, foi introduzida maioritariamente pelos representantes do génio italiano. [MS]

9 - «Projecto de Encanamento para a Barra de Tavira. Feito por Ordem de S. M. Pela Comissão de Officiaes Engenheiros ao serviço no Reino do Algarve, em 1825»

Comissão de Officiaes Engenheiros ao serviço no Reino do Algarve

1825

143 x 63cm

Documento cartográfico, manuscrito a tinta de carvão (?) aguarelado (rosa, azul, amarelo) sobre papel espesso de polpa mecânica (?); suporte composto por 3 folhas coladas.

Sociedade de Geografia de Lisboa, n.º de inventário: 6-D-9

Através da atenta observação deste esboço de carta geográfica, rapidamente se compreende que se trata de um imaginoso plano do encanamento do rio Séqua, directamente orientado para o seu leito de foz, obstando dessa forma à estagnação económica em que havia mergulhado a cidade desde o séc. XVI, mercê do assoreamento do rio e da inacessibilidade do seu porto comercial. O projecto parece simples na sua planificação estrutural, e muito eficiente na prossecução dos seus objectivos. De tal forma que, à primeira vista, evidencia uma provável poupança nos custos de investimento, aplicando métodos de engenharia que funcionalizavam com a estrutura orográfica do terreno, aproveitando os declives, os recursos envolventes e a própria conservação do ambiente natural. A forma simples, e quase radical, como o projecto se apresenta, transmite desde logo uma enorme confiança no engenho humano e tecnológico, sendo aqui rentabilizado num expoente muito próximo da sua máxima eficiência. Pena é que não estivesse acompanhado do competente caderno de encargos, o que nos permitiria avaliar da sua possibilidade de execução prioritária.

O **objectivo** deste projecto consistia na construção de um canal que conduzisse o caudal do rio directamente para a embocadura da sua foz, abrindo assim uma barra artificial na zona conhecida por Bacia da Quatro Águas (onde fora originariamente a barra de Tavira). Deste modo encurtavam-se percursos e evitavam-se os meandros em que se dispersava o leito natural do rio, condicionantes orográficas essas que, juntamente com as cheias de Inverno, facilitaram o progressivo assoreamento do Séqua ao longo de séculos, impedindo o acesso das embarcações mercantes de largo bojo e alta tonelagem ao porto comercial, situado muito próximo do actual Jardim Público. Para esse efeito, projectava-se construir um açude, aqui assinalado pelas letras G-H, em forma pontiaguda e num ângulo obtuso, descaído de Este para Oeste, conforme à inclinação do terreno e ao atrito natural das águas. Embora não seja explícito no desenho, presume-se que esta represa não seria estanque, sendo talvez constituído por comportas que permitiriam a penetração de parte das águas para Sul, em direcção ao sapal cuja curvatura em cotovelo quase estrangula o rio, situando-se nas



Fig. 1- «Projecto de Encanamento para a Barra de Tavira. Feito por Ordem de S. M. Pela Comissão de Officiaes Engenheiros ao serviço no Reino do Algarve, em 1825»

suas imediações alguns moinhos. O estabelecimento de comportas em forma de guilhotina devia estar previsto no projecto, para melhor viabilizar o escoamento ou a retenção das águas, conforme o regime das marés ou, pontualmente, a força de impacto das cheias invernais. A ideia é genial e parece ser de fácil viabilidade. Certamente o mais oneroso seria escavar o canal directo à Barra de Tavira, que teria de ser aberto à força de braço ao longo de alguns milhares de metros. Mas atendendo ao terreno pantanoso e à sua constituição arenosa, não seria o esforço humano o pior dos entraves, mas antes a sua conservação desassoreada, para cuja efectivação o canal teria de possuir uma profundidade e largura muito consideráveis para a época. Por conseguinte, é de todo previsível que os custos fossem demasiado avultados para satisfazer uma população e um rendimento fiscal da actividade mercantil bastante escassos. Em todo o caso, esta questão do assoreamento da Barra do rio Séqua tem sido, desde há séculos, um forte indicador de desagregação demográfica e de recessão económica da cidade de Tavira, que desde o séc. XVI iniciou um longo percurso de estagnação e de progressiva decadência, só muito recentemente atalhado, e impulsionado num movimento inverso, pelo actual poder autárquico.

Salinas e Moinhos são alguns dos elementos de maior interesse económico na época, razão pela qual claramente se distinguem neste esquiço cartográfico. Repare-se que no debuxo arquitectónico a margem ocidental, a mais nobre e habitada da cidade, termina pouco antes da denominada «Casa do Sal», na qual

se registava a produção das salinas limítrofes e se cobrava o respectivo imposto, principalmente quando se destinava à exportação. Pouco distante, na margem direita, ficava a «Casa do Registo», um posto fiscal e alfandegário para as embarcações que saíam do cais de acostagem. Repare-se também que o esboço de encanamento do rio projectava-se numa linha secante à do próprio edifício, impedindo o descaminho fiscal do sal e facilitando a acostagem das barcaças de transporte dessa espécie de “ouro branco” do Algarve. Impõe-se acrescentar que o sal era um produto muito procurado e altamente valorizado no mercado externo, não só pela sua indispensabilidade na conservação dos alimentos, como ainda pela sua coadjuvante aplicabilidade em certas indústrias, pelo que a produção salífera no Algarve foi até praticamente ao dealbar do séc. XX uma das maiores indústrias extractivas da região. Note-se que ainda hoje, apesar dos seus baixos índices económicos, naquilo a que podemos chamar a “Balança Comercial do Algarve”, o Sal continua a ter uma importância relativamente significativa em Tavira, com a tão procurada «Flor do Sal», para fins gastronómicos, e em Loulé com as minas de sal gema, para fins industriais. Mas já que falamos nas salinas, vê-se, pela carta do projecto de encanamento do rio, que iriam perder-se as denominadas «Salinas do Desembargador», uma mercê régia cujos rendimentos constituíam uma espécie de compensação financeira para o exercício de apelo à Justiça, e que no passado privilegiou também a magistratura alfandegária em Tavira.

A linha da margem ocidental do projectado canal além de viabilizar a acostagem na «Casa do Sal» também rentabilizaria o aqui denominado «Moinho de Manuel António», também conhecido por Moinho do Aragão pertencente a Manuel António das Chagas. Era uma avantajada azenha alicerçada em vários arcos de volta inteira, dispostos em declive, por onde penetravam as águas da maré, cuja força era aproveitada para fazer mover as pesadas mós que trituravam o trigo, o milho e outros cereais. É curioso notar que nesta Carta apenas se registam quatro moinhos, o de «Manuel António» na margem esquerda, e o «do Safio», pertencente a Manuel Martins da Conceição, o «da Vinha» de que era proprietário Francisco José Marques Freire, e o «da Forca» pertença de Dona Teresa Pestana, residente em Faro, todos instalados na margem direita. É estranho que se assinalem tão poucos, pois sabe-se que existiam treze moinhos registados no rio Séqua e anexados ao Reguengo de Tavira (sete na margem direita e seis na esquerda), acerca dos quais as Cortes Constituintes deliberaram, em 5-6-1822, isentá-los do pesado tributo (metade da sua produção) que pagavam ao Convento da Estrela, em Lisboa. Felizmente a implantação do Liberalismo e do regime parlamentar-constitucional pôs termo a todo o tipo de privilégios e de imposições fiscais de carácter mais ou menos privado, libertando a circulação e a produção das cargas tributárias que, além de muito injustas, serviam apenas para sustentar as classes não produtivas – o Clero e a Nobreza.

O **assoreamento da barra** de Tavira foi sempre um problema incontornável e de difícil solução, em larga medida resultante da constituição lagunar e da estrutura orográfica do terreno. O problema era de tal forma grave que a localização da barra mudou várias vezes de local ao longo do tempo, comprovando-se que o assoreamento era um fenómeno estrutural, derivado de toda a envolvente orográfica em que a mesma se achava inserida. Além disso, a restinga dunar que percorre a costa algarvia desde Faro até Cacela, formando a hoje designada Ria Formosa, e na qual se integra a “Ilha de Tavira”, tem contribuído também para o assoreamento do rio Séqua, pois que nela esbarra, como se de um tampão se tratasse, a foz daquele importante curso de água. Por isso é que o assoreamento da barra tem constituído ao longo da história um forte impedimento ao desenvolvimento da cidade, cujo percurso cronológico importa aqui fazer lembrar. A tradição de prosperidade económica do porto de Tavira remonta ao reinado de D. Dinis, afirmando-se que nessa altura a sua azáfama mercantil rivalizava com o de Lisboa. Praticamente toda a zona sotaventina do Algarve, da foz do Guadiana ao Cabo de St^a Maria, dependia comercialmente do porto de Tavira. Assim se explica que se tenha transformado também numa Praça de Guerra, projectada para defender a linha costeira dos ataques corsários e assegurar o abastecimento, e o auxílio marcial, às praças militares do Norte de África.

A primeira notícia do assoreamento da barra de Tavira data de 1441, quando os mercadores da cidade do Porto pediram ao Regente D. Pedro (o famoso príncipe da “sete partidas”, um dos mais belos espíritos do renascimento europeu) que os isentasse da dízima portuária quando acostassem nas praias próximas de Tavira, para carregarem mercadorias frescas, porque a barra do rio estava tão assoreada que não permitia a entrada dos seus navios. Em 26-8-1506, um alvará de D. Manuel I, a instâncias da Câmara de Tavira, proibia que se construíssem mais moinhos nas margens do rio, porque se suspeitava que os mesmos ao reterem as águas nas suas azenhas embarçavam a corrente e contribuíam para o entulhamento do seu percurso natural. Em 1570 o rei D. Sebastião, a pedido da vereação tavirense, proibiu os navios de carregarem as frutas e outras mercancias fora do porto ou da barra de Tavira, obstando a que desse modo, e sob a desculpa do entupimento do rio, fossem os mercadores locais vender as suas produções a Aiamonte ou a outros portos andaluzes. Curiosamente foi também o rei D. Sebastião quem mandou construir a Fortaleza de St.^o António na embocadura do rio para defender a barra, definindo desse modo a sua localização, conforme aliás se comprova por este esboço de carta geográfica na qual se regista a existência do respectivo Paiol, cuja dureza de paredes garantiu a sua permanência séculos depois de nada existir que asseverasse a construção da dita fortaleza. Em 1639 o assoreamento da barra era já intransponível, a tal ponto que um navio inglês com cerca de cem toneladas

não pode entrar, ficando impedido de chegar ao porto de Tavira para carregar azeite. Anos depois, em 1670, já a barra se tinha mudado, cada vez mais para Levante, a cerca de três quilómetros da posição inicial, para o sítio da Gomeira, na freguesia da Conceição, junto às Cabanas da Armação, o que se comprova pelo facto de nessa data o regente, e futuro rei, D. Pedro II decretar, em nome do irmão D. Afonso VI, a construção da Fortaleza de S. João, que dois anos depois já cumpria as suas funções de defesa da barra. Além de perder profundidade, a barra “fugia” cada vez mais da cidade, o que originaria a transferência dos pescadores para as praias de S. Luzia e das Cabanas da Conceição.

Repare-se que a barra não consta deste esboço de carta geográfica, precisamente porque nessa altura já se havia transferido da Gomeira, para muito próximo da Fortaleza de Cacela, isto é, já se havia mudado da própria circunscrição concelhia. Esta questão do assoreamento do rio, como se vê pelas breves referências aqui aduzidas, originou com o evoluir dos séculos o afastamento da barra de Tavira, tornando-se, por isso, num problema estrutural que originou a decadência económica e demográfica da urbe tavirense. A carência de um porto, amplo, seguro e acessível, na costa leste do Algarve, motivou o Marquês de Pombal a fundar, ou a “restabelecer”, Vila Real de Santo António como centro impulsionador e aglutinador das pescarias algarvias, sobretudo da chamada “pesca rica” do atum e da corvina. É claro que o objectivo subjacente à edificação daquela vila seria o de arrecadar os impostos que escapavam à Coroa, desde que os pescadores sotaventinos procuraram obter nas praias de Monte Gordo a acessibilidade e a liberdade de movimentos que não tinham em Tavira. A nova ordem política estabelecida após a guerra-civil de 1832-34, mas que no Algarve se prolongaria até 1840, trouxe um novo folgo às pescarias algarvias, abolindo as pesadas imposições fiscais e impulsionando as relações económicas com os portos mediterrânicos. Não admira pois que a decantada questão do assoreamento do rio Séqua, e conseqüente afastamento da sua barra, fosse em 1835 considerada como obra prioritária da autarquia tavirense. Para a efectivação desse projecto o eng.º António Vaz Velho chegou mesmo a inventar uma espécie de draga para abrir uma nova barra e remover as areias que atrofiavam o percurso natural do rio. Mas as avultadas despesas que daí resultariam não permitiram à autarquia levar por diante um desiderato que nunca chegou a ser satisfeito. As acessibilidades entre o Algarve e o resto do país fazia-se quase exclusivamente por via marítima, e fluvial na zona nordeste entre Vila Real Stº António e Mértola, pelo que com o advento da «Regeneração» e do período «Fontista» iniciou-se uma época de fomento económico mercê da construção de novas vias de comunicação de terrestre, nomeadamente estradas macadamizadas e caminhos de ferro. Em 1859 a antiga «estrada real» (que marginava o litoral) foi substituída por uma nova via longitudinal que praticamente coincide com a actual 125. O comércio e o escoamento das produções

locais passou a efectuar-se por via terrestre, mas só a nível regional, porque a maioria das exportações e dos contactos externos, nomeadamente com a capital continuavam a fazer-se por via marítima através das carreiras em navio a vapor iniciadas em 1862, cujos portos de atracagem seriam preferencialmente Portimão, Faro e Vila Real de Santo António, sendo proveniente desse tráfego o grande crescimento económico experimentado nessas localidades. É claro que o problema do assoreamento do rio Séqua e da deslocalização da barra de Tavira passou a ser cada vez menos premente quando em 1889 chegou o comboio a Faro, estendendo-se progressivamente a via até Vila Real de Santo António, terminada em 1906. Em todo o caso, o povo tavirense foi insistindo com as autoridades centrais para que a obra se fizesse, concretizando as suas esperanças com a implantação da República, pois que em 1918 o eng.º Duarte Abecassis (descendente de algarvios) elaborou o projecto de abertura da barra, para cuja efectivação seria criada a «Junta Autónoma das obras da barra e porto de Tavira», cujas obras se concluiriam em finais de 1926. O ciclone de 1941 arrasou a velha barra, abrindo uma nova mais adiante a que chamaram “do Cochicho”. Em 1961 a Junta Autónoma dos Portos do Sotavento do Algarve procedeu aos trabalhos de reabertura da barra das Quatro Águas, onde ainda hoje se mantém, tal como estava projectada neste carta de 1825. [JCVN]

10 - “20 Moradias tipo B”, Projecto do Arraial da Armação de Tavira, Companhia de Pescarias do Algarve

José Sena Lino

1942

Cópia Heliográfica (1/100)

Câmara Municipal de Tavira

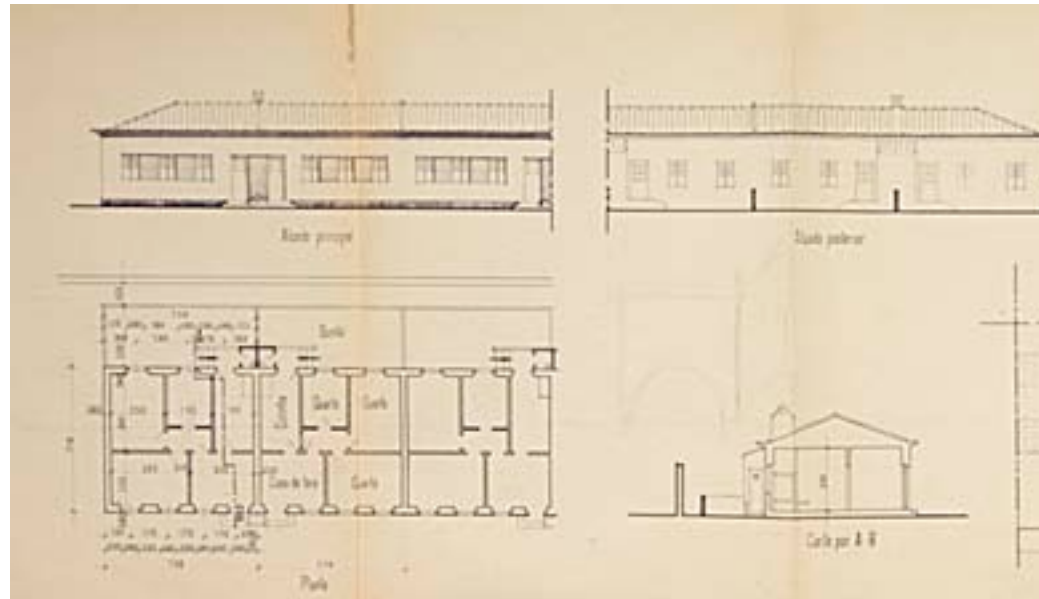
Após a resolução de “reconstruir” as instalações da Armação do Medo das Cascas (destruída pela violência do mar junto à barra artificial de Tavira), surge o projecto do novo Arraial da Armação de Tavira (1942), constituindo uma “cidade” tendencialmente autónoma na periferia da cidade.

A inauguração aconteceu em Abril de 1945 tendo homenageado o antigo administrador da Companhia de Pescarias do Algarve, o Comendador Ferreira Neto, ao associar-se o seu nome às novas instalações do Arraial.

Observando a planta geral do complexo, traçada pelo engenheiro do Instituto Superior Técnico José de Sena Lino, logo se constata o muramento do recinto, sendo que, no seu interior, metade da área se destinava aos trabalhos de preparação da armação à volta de um grande pátio ladeado por armazéns onde se guardariam os apetrechos marítimos. Com efeito, uma longa nave (80 metros) adossada a um dos muros do recinto associava-se a quatro pavilhões e a uma grande área a descoberto.

Na “Planta Geral”, podemos ainda distinguir, conforme legenda associada, o edifício da Direcção (localizado ao lado da entrada principal do arraial, virada a sul, sendo que existia uma entrada secundária a oeste), e no alinhamento deste, no centro do recinto habitacional, a Capela e a Escola, constituindo assim o arruamento principal -verdadeira “avenida” do Arraial. Estão ainda identificados o Forno, Casas de Venda, Lavadouro, Chuveiros e WC assim como um Depósito da água, equipamentos colectivos de auxílio ao quotidiano das famílias dos *companheiros* do arraial, para além dos equipamentos que permitiam a autonomia do mesmo. A zona habitacional organizava-se em torno dos edifícios/“referência”, em quarterões definidos por arruamentos regulares, ou de forma adjacente a alguns dos muros que rodeavam igualmente esta metade residencial. Estavam previstos 4 tipos de moradias: 6 de tipo A; 21 do tipo B; 26 tipo C; e 4 tipo D. As alterações face ao projecto inicial verificaram-se em alguns acertos ao nível do número de moradias e na realocização de alguns dos equipamentos.

Na exposição “Tavira, patrimónios do mar”, expõe-se uma cópia heliográfica do projecto em análise, correspondente à planificação de vinte moradias tipo B, onde se pode observar a planta, três alçados (principal, posterior e lateral), um corte e um pormenor da Entrada.



Observando os alçados, percebe-se a lógica de constituição desta “tipologia”: duas casas simétricas associadas a uma entrada comum e uma terceira casa projectada para adossar a outra moradia da mesma tipologia, à direita. O Alçado lateral apresenta-se cego, vendo-se o perfil de uma expressiva chaminé, no enfiamento do espaço da primeira cozinha. O Corte mostra um pé direito com 3 metros.

Na planta, podemos visualizar a distribuição interna de cada uma das três casas da moradia tipo B. Cada casa contém três quartos sendo que dois viram para o respectivo quintal, nas traseiras, e um deita para a fachada principal. Existe ainda a chamada “casa de fora” deitando para a “rua” e a cozinha, no mesmo alinhamento, deitando para o patamar do quintal. O que distingue esta tipologia da tipologia A é o número de quartos, sendo que a primeira apresenta somente 2 quartos.

A tipologia D é a que apresenta maior número de quartos e comodidades, sendo que a área é maior do que as restantes, apresentando não só casa de Estar e de Jantar como ainda WC/Banho privado; existem somente 4 moradias deste tipo, cada uma com 2 casas e cada casa com Entrada autónoma.

Constatando-se, deste modo, a existência de uma hierarquia ao nível das tipologias/nº de moradias por tipologia (com, efeito, o maior número de moradias, tipologia C, é constituído por casas com 4 quartos, área menor e acesso a WC colectivo), existem, contudo, aspectos uniformizadores em todos os tipos verificáveis na aparência geral do “bairro”, que tende a anular visualmente as



diferenças referidas, através de uma decoração arquitectónica uniformizada. Com efeito, para além de uma cerca uniforme, revestimentos cerâmicos iguais ladeam todas as janelas e portas, que se apresentam enquadradas por floreiras a centralizar os degraus das Entradas. A própria simetria das tipologias reforça este sentido, pontuada ainda, sistematicamente, pelo ritmo das chaminés de cada cozinha.

Com efeito, o destaque arquitectónico inside no edifício onde o Director do Arraial se encontrava instalado, “de acesso condicionado”, apresentando um alto torreão que, para além do lado funcional ligado ao visionamento da armação, não deixa de se associar às formas valorizadas pela arquitectura consequente da Exposição do Mundo Português de 1940; assim, também a Capela, sob a devoção de Nossa Senhora do Carmo (Ordem à qual se oferecia um dos primeiros atuns capturados na temporada), se apresenta com uma estética “medievalizante” como se pode observar na entrada em forma de arco ogival, numa clara evocação dos tempos áureos da “formação do país” habilmente seleccionados e valorizados pelo regime do Estado Novo. [RM]

11- Pesca do atum: para uma cinematografia

Luís Gameiro

“Instalação vídeo” a partir de *A Pesca do Atum*, Leitão de Barros, 1939 e *Almadraba Atuneira*, António Campos, 1961

30 segundos

2008

Câmara Municipal de Tavira

Desde os anos '10 do século passado que o cinema português se interessa pela pesca do atum. As primeiras imagens recolhidas em torno da ancestral almadraba datam de 1913, com o pequeno filme *Pesca do Atum no Algarve*, logo seguido de um outro de igual título, produzido pelo Cinema Condes em 1917.

A chamada geração de '30, de forte apetência documental e responsável pela renovação do cinema português, teve em José Leitão de Barros um dos maiores expoentes. Arquitecto de profissão, interessa-se pelo cinema, assinando vários filmes desde 1918.

Em 1939, anos depois de se interessar pelas actividades piscatórias da Nazaré; e alguns antes de o vir a fazer em relação à Póvoa de Varzim¹, assina *Pesca do Atum*. Filme improvisado, segundo o próprio Leitão de Barros², também pintor, não deixa de fazer uso dos seus recursos estéticos preferidos. Os jogos de

¹ Leitão de Barros realizou em simultâneo, na Nazaré, a longa-metragem *Maria do Mar*, 1930; e o documentário *Nazaré, Praia de Pescadores e Zona de Turismo*, 1929. Em 1942, também em simultâneo, assinou *Ala-Arriba!* e *Póvoa do Varzim*, longa-metragem e documentário, respectivamente.

² AAVV, J. Leitão de Barros, *Cinematca Portuguesa*, Lisboa, 1982; pp. 131



claro-escuro nos musculados torsos masculinos são recorrentes ao longo de toda a sua obra. De igual forma, o diálogo entre documentário e ficção sempre foi do seu agrado, não sendo este filme a exceção. Às ricas imagens etnográficas conseguidas na armação, cremos, do Cabo de Santa Maria; juntam-se em diálogo umas quantas outras que pretendiam reforçar o vigor e a virilidade da luta entre o animal e o homem, que no mar terá poucos exemplos para além do copejo do atum.³

Evidentemente, o nosso olhar, hoje muito mais exigente, viciado com imagens que nos chegam mesmo sem serem convocadas, é perfeitamente capaz de distinguir as reais imagens documentais daquelas que são “fabricadas”. Não deixa o filme por isso, no entanto, de constituir o primeiro belo exercício de cinema em torno da pesca de tunídeos.

O advento do turismo de massas no Algarve teve um natural efeito de atracção num grande número de profissões. O cinema não foi excepção, atraído não só pelas encomendas de filmes promocionais que cedo se multiplicaram, mas também por uma série de actividades que o Algarve, até então escondido e isolado do resto do país, tinha por descobrir.

Em Tavira, Concelho e região em que durante décadas os cineastas mais não viram que uma pitoresca cidade, sedutoramente atravessada por um rio e salpicada de igrejas; a pesca do atum torna-se subitamente o grande tema. Esta corrente é iniciada por Perdigão Queiroga no início dos anos '60 com *Visor em Tavira*, registando inclusivamente o fascínio popular que a designada “tourada do mar” exercia em muita gente, mesmo entre os locais; que em traineiras se deslocavam às armações para assistir aos copejos.

A partir de então, não há filmagem documental que tenha passado por Tavira até ao final da década – e foram várias – que tenha deixado escapar o registo, por mais breve que fosse, da almadraba atuneira.

Almadraba Atuneira é, justamente, o título do filme de António Campos, o outro registo cinematográfico da pesca do atum presente na exposição. António Campos, funcionário público e depois no quadro da Fundação Calouste Gulbenkian, interessa-se por cinema e viria a ser responsável por alguns dos filmes documentais mais significativos dos anos '70.⁴ De apurado sentido fotográfico, António Campos é também responsável pelo único verdadeiro documento etnográfico filmado sobre a tradicional pesca do atum e os envolvidos meios materiais e humanos.

Passando um fim-de-semana na antiga Ilha da Abóbora em casa de um conhecido, acordou sobressaltado um dia de manhã cedo, deitado no areal

³ Outro caso evidente é a pesca da baleia, que Henrique Campos ilustrou no filme *Quando o Mar Galgou a Terra*, 1954.

⁴ Destacam-se sobretudo os filmes *Vilarinho das Furnas*, 1971; *Falamos de Rio de Onor*, 1974 e *Gente da Praia da Vieira*, 1975



e a ouvir o mar, com um festivo ruído de fundo. Combinando com o seu anfitrião para que lhe emprestasse a casa no ano seguinte, durante a companhia, António Campos teve assim oportunidade de preparar o documentário. Sobre o ruído que ouvira, diz António Campos:

Numa manhã de Março de 1961 acordei na Ilha da Abóbora, ao som de foguetes e buzinas de traineiras que iam chegando, e de que eu, ainda estremunhado, não descortinava a razão de tal festa. Observada, com a água do mar banhando suavemente os meus pés ainda dormentes da viagem que acabava de fazer, do Barreiro até Conceição de Tavira, num ronceiro comboio nocturno, tomei, comigo próprio, uma resolução: Voltar no ano seguinte, para ali fazer o meu primeiro filme em 16mm sobre tão curioso acontecimento.⁵

A época era a do advento do Cinema Novo Português que em breve o filme *Os Verdes Anos* de Paulo Rocha iria inaugurar⁶; e que corresponde ao segundo salto em frente do cinema português. António Campos, que nunca foi filiado no movimento, vê esta época ser também marcante para ele próprio, na medida em que *Almadraba Atuneira* é o primeiro filme em formato 16mm, depois de três experiências na sua região Natal – Leiria – em formato amador 8mm.

O rigor técnico, a composição cuidada das imagens, a sonorização que na obra integral é imprescindível e que combina o vigor dos companheiros com a partitura de Stravinsky; denotam que o cineasta amador tinha brio profissional na concepção dos seus filmes.

António Campos afirmou que o filme não lhe trouxe contratempos.⁷ Porém, um facto fugia-lhe naturalmente da sua perspectiva. Em boa hora registou estas belas imagens, pois os meses de faina que acompanhou na Ilha da Abóbora, haveriam de consistir na última companhia daquela armação, destruída pelo mar no Inverno seguinte, tal como anuncia o leiteiro final do filme:

1961, Março a Setembro

Esta, foi a última companhia neste arraial, destruído pelo Inverno de 1962

Apresentam-se assim estes dois registos cinematográficos distintos, em épocas que testemunharam diferentes conjunturas no que respeita ao cinema e à pesca do atum, demonstrando a vida, o vigor, a dureza de uma actividade desaparecida. Se hoje podemos contemplar e apreender algo dessa fascinante temática, é graças à virtude das imagens que o cinema produz, encerrando uma incomparável capacidade para ajudar a escrever a História do século XX. [LG]

⁵ AAVV, António Campos, Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, Lisboa, 2000; pp. 138

⁶ O filme *Os Verdes Anos*, que Paulo Rocha assinou em 1963, é considerado o filme inaugural do Cinema Novo Português.

⁷ AAVV, António Campos, Cinemateca Portuguesa – Museu do Cinema, Lisboa, 2000; pp. 138

12- O Bicheiro e o Copejo nas armações de atum em Tavira

12 A- Bicheiro de mão

35,5 cm

Museu Marítimo “Almirante Ramalho Ortigão”

AP-I-165

12 B- Fotografia do Copo do atum

A cidade de Tavira é na região algarvia, desde distantes datas, um dos mais célebres e lucrativos pólos piscatórios, distinção que lhe vem em especial do atum que aprisionava nas redes das suas armações. Tempos houve em que a pescaria era farta e outros em que a faina não corria tão bem. Mesmo que a jornada se resumisse à captura de pouco mais que um punhado de atuns, nada faria desistir a *companha* de repetir o ritual do copejo no dia seguinte, a não ser uma perturbadora tempestade.

Tudo começa bem cedo, logo pelas primeiras horas da manhã. Uns quantos companheiros ficam em terra a cuidar do arraial ou a prestar serviço de manutenção aos apetrechos da armação. Os outros, depois de uma noite em descanso, partem em embarcações até aos lugares que lhes estão designados na almadrava. Instalados nas posições correctas os homens da armação vigiam atentamente a entrada dos cardumes, que depois de encerrados no interior da armadilha, são conduzidos até ao *copo* pela movimentação de barcos, redes e pela intervenção de bicheiros de longo alcance. Estes, feitos de longos paus em madeira – que apareciam anualmente na lista de compras da armação do Medo das Cascas entre as 25 e as 100 unidades desde os anos 50 aos 70 do século XX – e um pequeno gancho de ferro na ponta, tentavam indicar aos atuns que se achavam perdidos, ao uso de golpe, o caminho até ao último dispositivo do cerco. Aí reunidos, e no caso de serem em elevada quantia, a equipa de mar teria de ser reforçada com os membros que se encontravam no arraial. O embate a travar calcula-se animado. Já todos a postos, segurando as redes, os companheiros esperam pelo silvo do mandador, sinal que ordena a recolha das malhas que enclausuram os atuns, resultando daí a redução do seu espaço de manobra e da água que lhes é vital. Começa a pesca, sem grande apuro técnico, pois o único requisito que se pede ao companheiro é que acerte mortalmente no atum, assim o vê Raul Brandão, conhecido literato dos finais de Oitocentos e inícios da centúria seguinte, que dá à estampa uma obra que relata a vida marítima de Norte a Sul do país, ou não descendesse ele de pescadores. À medida que a rede sobe a vida vai sendo roubada aos atuns, resistindo enquanto conseguem ao ferimento fatal que o bicheiro lhes irá desferir. Uma das mãos



dos copejadores agarra a corda do pau da entrevela, a outra sustenta a ganchorra curta e afiada, ligada a uma alça por onde entra a mão, que procura fisgar violentamente a cabeça do atum e arrastá-lo num impulso hercúleo até as pranchas da embarcação que terá a lota como sua última paragem. Pouco a pouco o copejo vai chegando ao fim, sensação dada pelo amenizar da gritaria de incentivo à pescaria que desde o início da *levantada* é entoado e pela substituição no recinto do *copo* dos atuns por espécies mais pequenas – como os bonitos, as agulhas e os peixes-voadores – que entenderam seguir o seu percurso.

A tinta vermelha que pincela o azul-marinho, rasto legado pelo sangue dos atuns atingidos pelos bicheiros empunhados pelos homens da armação, que tão inimigos são desse peixe como o próprio roaz, desaparecerá não tarda e tudo voltará à normalidade, provisoriamente bem entendido seja, se tivermos em conta que instantes depois ou um dia passado a faina recomeça, mal toque o apito. [ML]

Bibliografia específica

BRANDÃO, Raul, *Os Pescadores*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1985.

COSTA, Fausto, *A pesca do atum nas armações da costa algarvia*, Lisboa, Bizâncio Editorial, 2000.

GALVÃO, António Miguel, *Um século de história da Companhia de Pescarias do Algarve: elementos para o estudo da pesca do atum no Algarve (sua evolução histórico-jurídica)*, 2.ª edição, Faro, Companhia de Pescarias do Algarve, 1953.

Fontes

Arquivo Histórico Municipal de Tavira, Fundo Arraial Ferreira Neto, Requisição de material para o lançamento da temporada de pesca (1956-1972).

13- Traje de Salineira

Museu do Trajo de São Brás de Alportel

O carregamento do sal à cabeça em grandes alcofas de esparto, era um trabalho essencialmente feminino e feito quase sempre em condições penosas de trabalho intensivo.

O sol intenso do Verão, o sal que corroe a pele e ainda os níveis intensos de claridade que caracterizam as áreas de salinização, criaram para a salineira uma indumentária característica.

De cabeça e face completamente embiocadas, as mulheres deixavam apenas transparecer, por entre o lenço, uma estreita nesga para a visão. As mãos protegiam-nas com luvas, normalmente meias velhas e remendadas. As saias eram forçosamente levantadas à altura do joelho para facilitar a subida dos íngermes declives das salinas. As pernas protegiam-nas com perneiras. Os pés estavam nus e desprotegidos. [EAS]



- **Lenço de cabeça, de algodão em tecido mesclado em tons de cinzento**
 Dims.: 750x750 mm
 M.T. Inv. N° 5980

- **Bata de tecido de flanela creme de corte simples. Sem gola. Aberta na frente. Manga comprida**
 Dims.: Alt. 510 mm / Lg. Omb. 410 mm / Mga. 500 mm
 M.T. Inv. N° 206

- **Calceta em tecido de algodão sobre a qual era vestida a anágua e a saia**
 Dims.: Alt. 960 mm / Lg. Cint 800 mm
 M.T. Inv. N° 3493

- **Anágua ou saiote de grande sobriedade sendo esta de tecido de algodão cor-de-rosa, rematadas na extremidade inferior com folho do mesmo tecido**
 Dims.: Alt. 820 mm / Lg. Cint. 640 mm
 M.T. Inv. N° 7408

- **Saia de tecido de algodão em tons de amarelos e castanho, formando xadrez. Extremidade inferior com aplicação de friso do mesmo tecido**
 É subida e presa acima do joelho por cordel entrançado.
 Dims.: Alt. 960 mm / Lg. Cint 840 mm
 M.T. Inv. N° 8060

- **Perneiras de lã grossa. Branca central em tons de castanho, tricotadas manualmente**
 Dims.: Alt. 330 mm
 M.T. Inv. N° s/n°

- **Luvas formadas por meias de linha em tons de castanho**
 Dims.: Comp. 650 mm
 M.T. Inv. N° 5348

- **Rodilha de tecido de cor cinzenta estampado com motivos florais estilizados de cor branca**
 Dims.: diam 150 mm
 M.T. Inv. N° s/n°

- **Acessórios**
 Alcofa de esparto

14- Ânforas fenício - púnicas

14 A- Ânfora “do Círculo do Estreito”

cerâmica

62 x 35 cm

Proveniência: Palácio de Galeria

Em depósito no Campo Arqueológico de Tavira, n.º inv. Gl-01-21-19

14 B- Ânfora Turdetana

cerâmica

72 x 28 cm (aprox.)

Proveniência: ex-sede do banco Banco Nacional Ultramarino (BNU)

Em depósito no Campo Arqueológico de Tavira, n.º inv. BNU 06-1-7

A palavra ânfora vem do latim *amphora* que derivou do grego *amphoreus*, abreviatura de *amphiphoreus*, palavra composta de *amphi* = dos dois lados e *phoreus* = carregador.

A própria designação que damos hoje a estas vasilhas de barro, geralmente de boca relativamente estreita, corpo mais ou menos alongado e fundo em bico, ou, em todo o caso, sempre estreito, trás em si a obrigatoriedade de possuir duas asas, para ser carregada por duas pessoas.

O nome destes contentores não nos elucida, porém, sobre o seu conteúdo, que geralmente era de natureza líquida como vinho, azeite, mel, molho salgado de peixe e até água, mas também sólida, como cereais em grão, frutos secos, pedaços grandes de carne ou peixe macerados em salmoura e ainda ostras e outros bivalves igualmente conservados em meio saturado de sal.

As ânforas tinham o fundo em bico ou estreito, por duas razões principais:

- Para se fixarem verticalmente em solos de terra batida. Esta é a explicação tradicional, que não parece muito pertinente, porque seria mais funcional dotá-las de uma base mais ampla, de forma que fossem auto – sustentáveis.

- A outra razão, que se baseia na análise da carga de navios naufragados e em raras representações gráficas greco-romanas, parece mais plausível. E é uma questão de *design avant la lettre*, pois a forma do fundo permite uma melhor estivação da carga, nos navios, ao serem colocadas deitadas lado a lado, mas em posição invertida, de forma que a zona da boca e das asas, mais larga, ia ocupar o espaço deixado vago pelo fundo esguio e alongado. Assim, os contentores amparavam-se uns aos outros e não havia desperdício de espaço.

O facto de algumas ânforas conterem água justifica-se pela necessidade do consumo de água potável, durante as navegações ao largo. Sustentou-se que os "fenícios" apenas faziam navegação de cabotagem, com terra à vista, durante o dia, mas a análise das suas rotas e as próprias fontes antigas provam o contrário,



Fig. 1- Imagem da Ânfora Fenícia

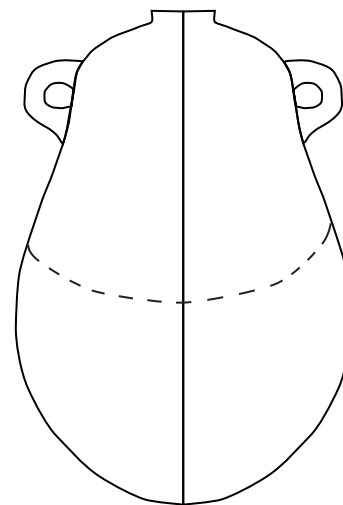


Fig. 2- Reconstituição da Ânfora Fenícia com base num dos modelos do “Círculo do Estreito”

demonstrando que se orientavam pelas estrelas. Os próprios gregos chamavam à Estrela Polar, "Estrela Fenícia".

Expõem-se dois exemplares, fragmentados e incompletos de ânforas, recolhidos em escavações, em dois pontos diferentes da actual cidade de Tavira.

É hoje um lugar comum dizer-se do contributo, da arqueologia, por vezes a única fonte existente, para o estudo da economia antiga (Rostovtzeff). Não custa também perceber quanto as características tecnológicas do seu fabrico podem contribuir para o conhecimento dos seus locais de origem e quanto o seu achado num sítio pode ser esclarecedor das actividades económicas e das relações comerciais desse mesmo sítio.

A mais antiga (Inv. GI-01-21-19), (fig. 1 e 2) pode ser dita "fenícia", embora o seu tipo T – 10.1.2.1 mostre que os oleiros que as produziram estavam sedeados em diversos povoados do Sul da Andaluzia e da costa Norocidental de África e que se destinavam a servir de contentor para armazenagem e comercialização das mercadorias aí produzidas. É portanto mais exacto chamar a esta rede de produtores e de comércio, "O Circulo do Estreito" (de Gibraltar) e, quando muito, chamar aos produtores "Fenícios de Ocidente".

Por finais do século VII a. C., este tipo de ânfora (Ramón T.10.1.2.1) conhece uma importante expansão comercial, que vai desde o Levante Ibérico, até Mogador, na costa marroquina, bem como em Alcácer do Sal, na costa atlântica Ocidental de Portugal e ainda mais a norte, à Figueira da Foz, ainda que estas últimas pertençam a um tipo um pouco posterior, em que o corpo é mais alongado.

Indícios arqueológicos recentemente descobertos, bem como o extraordinário sucesso deste tipo, sobretudo a partir de meados do século VI a. C., permitem colocar cautelosamente a hipótese de terem servido para o armazenamento e transporte de vinho. O exemplar exposto data da segunda metade do século VII a. C.

A mais recente (Inv. BNU 06-1-7), (fig. 3) tipo Torre Alta 2, Ramón T. 8.2.1.1 trata-se de um tipo de ânfora que obedece a um modelo um tanto peculiar, porque a boca é tendencialmente exvasada e corresponde a um perfil alongado, fazendo uma carena quando tem início o fundo que é ogival. Não tem ombros nem colo e a boca está colocada pouco acima das asas.

O seu fabrico está bem documentado na Baía de Cádiz e terão existido, num espaço de tempo que vai desde a segunda metade do século IV, ao III a.C. .

O exemplar exposto data, pelo contexto arqueológico, de finais do século IV, ou inícios do III a.C., porque foi recolhido no edifício dito BNU, na Praça da República, no interior de um complexo de pesca e de salga de produtos do mar que foi destruído por um incêndio generalizado, cuja cronologia é a mencionada.

A peculiar forma deste tipo de ânforas explica-se, quanto a mim, pelo facto de se destinarem a conter *tarichos*, uma conserva de peixe (e também de carne),

em que eram introduzidos pedaços grandes de peixe, dentro de recipientes de barro, onde terminavam a maceração e dentro dos quais eram posteriormente transportados, pelo comércio local ou a maior distância. Assim se justificaria o diâmetro e o perfil da boca, mais larga do que a habitual, bem como a forma do fundo, que guardaria a salmoura exsudada pela conserva, quando a ânfora estivesse na vertical. [MM]



Fig. 3- Ânfora Turdetana

15- “Prova” de tampa de “Atum em Azeite, 1ª Qualidade”, Palmas e Trindade, Lda

Tampa em Folha-de-Flandres associada a Carta em “Papel Almoço azul de 25 linhas”

Arquivo Municipal de Tavira

1923

No Arquivo Municipal de Tavira, na série documental, Correspondência Geral Recebida, aparece um curioso ofício datado de 21 de Julho de 1923, endereçado ao Presidente da Câmara Municipal de Tavira. A particularidade deste documento está no seu anexo –uma tampa de uma lata de conserva.

A razão de tão invulgar associação encontra-se no facto de Joaquim Barrote Trindade, o remetente, sócio gerente da firma “Palmas e Trindade Lda”, proprietária da fábrica de conservas Tavirense, pedir autorização para incluir “no desenho de algumas das suas marcas de conserva o braço d’armas desta cidade”.

No contexto da Primeira Grande Guerra e conseqüente procura de alimentos enlatados, surgem em Tavira pelo menos quatro fábricas conserveiras, sendo que duas são de dimensão familiar, a Gilão e a Santa Maria, ambas fundadas em 1915, conforme informação já avançada neste catálogo por Marco Lopes (p.52 do artigo a longa vida). Nos anos seguintes, 1916 e 1917, a paisagem urbana da cidade modifica-se com o aparecimento de duas grandes fábricas apenas divididas pelo Rio Gilão. A primeira é a já referida Companhia de Conservas de Peixe, Tavirense (na margem direita) e a segunda, a Companhia de Conservas de peixe Balsense (na margem esquerdo).

Na oficina de Litografia, um espaço que poderia existir na própria fábrica, as imagens que se pretendiam visualizar na lata de conserva eram desenhadas em pedras litográficas, passando posteriormente para um suporte em papel vegetal e daqui para as folhas “provenientes” de Flandres. Estas, depois de envernizadas, eram cortadas nas respectivas formas que iriam constituir a embalagem: tampas e tiras laterais. Os rebordos eram moldados e soldados, sendo que, o fundo da lata, após esta ser preenchida, era cravado -um fio de borracha garantiria a sua vedação de forma eficiente.

A partir de 1923, a firma proprietária da fábrica Tavirense, pretendeu associar o brasão de armas da cidade a vários dos seus produtos. Para tal enviou ao Município uma “prova” de uma tampa de “Atum em azeite, 1ª qualidade”. Nesta, podemos observar uma antiga representação heráldica da cidade: um escudo com uma ponte de um arco tendo duas torres nas extremidades, sainte de um rio com faixas onduladas, por onde navega um navio à vela. Coroa mural de quatro torres. Na década de 30, a Direcção-Geral de Administração Política e Civil do Ministério do Interior, promove uma reforma da heráldica autárquica,



sob a responsabilidade do conhecido heraldista e genealogista Afonso de Dornelas. Consultando o Diário de Governo, nº52-I Série, de 6 de Março de 1933, pode observar-se a nova representação heráldica de Tavira, apresentando alguns ajustes à realidade como o facto da ponte passar a ter sete arcos. A inclusão das cabeças dos reis cristão e mouro, evocando as antigas armas do Reino do Algarve, apresentou uma justificação de âmbito regional, assim como a colocação da Cruz de Santiago remetendo para o papel desta Ordem na reconquista do sul do país.

Sabemos, por observação directa, que o uso da heráldica de Tavira, continuou a ser usada no enquadramento gráfico de várias embalagens, quer para consumo interno quer para exportação, mantendo-se a vontade, por parte dos proprietários, de prestigiarem o produto associando-o a um ancestral símbolo da cidade. [OCP e RM]



Revestimentos arquitectónicos e louças

16- Revestimento cerâmico alicatado e argamassa

Barro cozido e óxidos metálicos
Sevilha (?), séculos XV (2ª metade) – XVI (início)
Proveniência: Convento da Graça, Tavira
Museu Municipal de Tavira - n.º inv. MMT00002282



Revestimento cerâmico alicatado



Argamassa

Herdeira de metodologias de trabalho que podem ser encontradas nas tradições do mosaico empregues no interior e exterior de edifícios, nomeadamente em territórios ocupados pela cultura islâmica, de Marrocos à Andalusia espanhola, da região da Anatólia, na Turquia, à Ásia Central e Irão, esta técnica de revestimento foi adoptada pelas populações cristãs como ornamento de pavimentos em igrejas e palácios.

Diferindo da maioria dos seus congéneres europeus, que empregavam barbotinas (argilas líquidas purificadas às quais se associavam pigmentos metálicos) para realizar os elementos decorativos, a tradição islâmica subsistiu na Península Ibérica na criação de composições onde os elementos figurativos se encontravam ausentes.

A paleta presente nas peças que compunham os revestimentos de edifícios ibéricos estava reduzida, essencialmente, a quatro cores: branco, azul, verde e ocre, mas era através da colocação das várias peças, cortadas com uma torquês (e não um alicate, como a terminologia poderia fazer crer) após a cozedura das placas cerâmicas, numa variedade de formas justapostas em intrincados padrões de tons contrastantes, que se formavam estes complexos revestimentos.

O conjunto exposto tem, ainda, a particularidade de estar associado à argamassa original, permitindo investigar, futuramente, as metodologias empregues na sua colocação. [AP]

17- Losetas

Técnica de *aresta*
Barro cozido e óxidos metálicos
Sevilha, século XVI (1ª metade)
Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira
Depositadas na ERA, *Arqueologia*

Quando uma placa cerâmica quadrada possui dimensões mais reduzidas que o convencional para o azulejo (entre 13 a 15 cm), ela é designada por loseta.

Estes elementos eram empregues em pavimentos, quer associados a outras losetas ou placas vidradas de formas variadas, quer em composições nas quais se articulavam com elementos de barro cozidos (vidrados ou não), criando contrastes fortes entre os motivos coloridos da cerâmica e o vermelho dessas chacotas (cor que, à época, não se conseguia obter na faiança).

Representando uma forma mais expedita de manufactura de revestimentos, a técnica de aresta permitiu substituir outras metodologias mais morosas e com acabamento, muitas vezes, menos cuidado. Designada nos territórios espanhóis por *cuenca*, esta terminologia permite compreender melhor o processo de execução, pois está directamente associado com o modo de colocação dos óxidos coloridos. Sob a pasta de barro era pressionado o motivo pretendido, ficando este impresso e os seus contornos relevados, formando arestas. Após a cozedura das placas, os sulcos que compunham os motivos (formando áreas reentrantes similares a conchas) eram preenchidos com óxidos metálicos, sendo cozidos de novo para fixar estes elementos, que não se misturavam devido à barreira das arestas de contorno. Esta metodologia permitiu alargar o tipo de composições presentes nos revestimentos cerâmicos, tanto em azulejos como em losetas, facilitando a introdução de motivos figurativos até aí raramente assinalados. Um outro aspecto quando confrontamos estes elementos com a paleta empregue nos alicatados, é o protagonismo que começa a assumir uma cor roxa densa, associada à utilização de um óxido de manganês.

Nas peças descobertas em Tavira, podemos observar uma gramática figurativa mais comum, como os elementos florais, até temas que são, na sua maioria, herdeiros do imaginário medieval: um dragão e o que parece ser um grifo, aos quais se associa uma loseta com uma garça, animal real associado à tradição cristã. Um quarto elemento, infelizmente truncado, parece representar o dorso de um elefante ou, eventualmente, de um outro monstro compósito no qual se integrasse parte da morfologia deste paquiderme.

A peça mais interessante, pela sua raridade, é a que apresenta o perfil masculino de um jovem imberbe, com o cabelo pelos ombros e um barrete ou chapéu elevado. Não sendo muito usuais este tipo de representações figurativas, esta tem, ainda, a particularidade de ter o fundo a azul, ao contrário das restantes peças, provavelmente por não existir então nenhum óxido que permitisse evocar a cor de carne, aqui preenchida a branco. O facto de não existir marcação do olho, associado ao carácter volátil do óxido de cobre, combinaram-se para criar uma mancha verde, cuja intenção só uma observação mais atenta permite perceber. [AP]



18- Azulejos

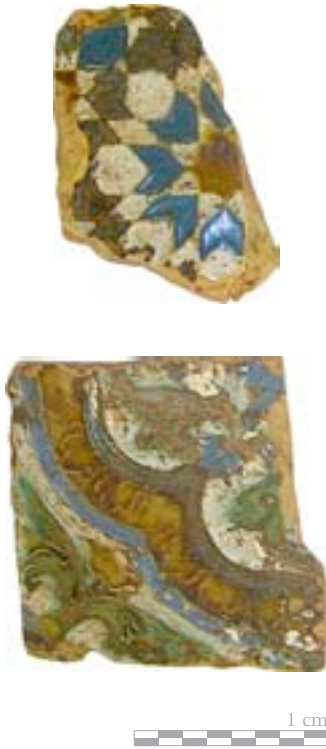
Técnica de *aresta*

Barro cozido e óxidos metálicos

Sevilha (?), século XVI (1ª metade)

Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira

Depositadas na ERA, *Arqueologia*



O emprego da técnica de *aresta* permitiu alargar o leque de composições decorativas empregues na azulejaria, possibilitando o surgimento de maior variedade de temas e, talvez por isso, a introdução de novas gramáticas estilísticas, tanto góticas como renascentistas.

Como reflexo da herança das composições alicatadas, então mais arcaizantes, constatamos a permanência dos motivos associados ao gosto islamizante, com temas cosmológicos formando padrões onde se podem reconhecer estrelas. A simplicidade relativa destes motivos permitiu a sua circunscrição à área de um único azulejo, formando estes elementos um módulo de padrão. Com a introdução de composições de um maior vocabulário artístico, mais conforme ao gosto europeu e cuja origem se pode associar aos estilos então em voga, do Gótico e do Renascimento, foi necessário alargar a área compositiva. Deste modo, cada azulejo podia formar $\frac{1}{4}$ do motivo, mas para efeitos de simetria este constituía, igualmente, um módulo da composição, naquilo que viria a ser designado por Santos Simões como um padrão de 2×2 .

Na peça exposta, a composição é constituída por um motivo polilobado, preenchido interna e externamente por elementos vegetalistas cuja filiação estilística híbrida permite associar-lhe, simultaneamente, características gótico-renascentistas. [AP]

19- Azulejos

Técnica de *majólica*

Barro cozido e óxidos metálicos

Talavera (?), século XVI (último quartel?)

Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira

Depositados na ERA, *Arqueologia*

Os fragmentos que aqui se apresentam poderão ter origem em diferentes painéis de azulejos, eventualmente com diversas manufacturas, mas o facto de se encontrarem incompletos e serem em número tão reduzido não permite tirar ilações mais concludentes.

Seríamos tentados a classificar o elemento com a representação de estrelas contornadas a manganês como tendo origem nos fornos de Lisboa, datável da segunda metade do século XVII. No entanto, a ausência de mais azulejos que integrassem uma composição com estas características levou-nos, ainda que com algumas reservas, a considera-lo parte de um painel com evidências de ter uma provável origem espanhola. Terão constituído esse quadro cerâmico os azulejos com a representação de uma mão segurando um objecto, e os vários elementos de padrões, um dos quais de influência italo-flamenga na concepção têxtil do seu motivo vegetalista. Ainda que, através das representações destes fragmentos, não seja possível estabelecer umnexo de relação, há, no entanto, um denominador comum que os aproxima e, simultaneamente, parece excluir a possibilidade da sua origem nacional: referimo-nos ao emprego de um óxido metálico laranja. Esta cor foi muito comum na majólica quinhentista italiana e, devido à migração de artistas com esta origem para os Países Baixos e para Espanha, na faiança e azulejaria aí manufacturadas. Temos exemplos da sua utilização nos painéis que forram um espaço do Paço Ducal de Vila Viçosa, encomendados em Antuérpia (1558), ou, mais tardiamente, no subcoro da igreja de São Roque, provenientes de Talavera (15...). Os artistas nacionais que se dedicaram à produção de azulejos com gramática decorativa maneirista, como Francisco de Matos e Marçal de Matos – o primeiro com o revestimento da capela de São João Baptista, na Igreja de São Roque (1584), e o segundo a quem é atribuído o painel dito de Nossa Senhora da Vida, outrora na Igreja de Santo André (c. 1580) e hoje no MNaz, inv. 138 –, não parecem ter empregue este óxido. Esta cor esteve presente em alguma, rara, produção de Lisboa no segundo quartel do século XVII, mas é facilmente enquadrada cronologicamente, pois todas as peças então manufacturadas são contornadas a azul de cobalto.

Assim, baseando-nos na informação disponível, todos os fragmentos de azulejos com decoração maneirista contornada a manganês descobertos em Tavira e onde está assinalada a cor laranja deverão ter origem exterior ao território nacional. O facto da carnação da mão não ter tonalizações amareladas parece afastar, igualmente, uma origem flamenga, pois esta é característica dessa produção, sendo mais comum a utilização de matizes azulados nas oficinas espanholas. Talvez com a continuação dos trabalhos arqueológicos em Tavira seja possível encontrar mais elementos, que poderão vir a comprovar, ou mesmo reformular, as propostas que aqui enunciamos. [AP]





20- Azulejos

Técnica de majólica

Barro cozido e óxidos metálicos

Lisboa, século XVII (1ª metade)

Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira

Depositados na ERA, Arqueologia

São em número apreciável os fragmentos de azulejos portugueses de padrão, datáveis do século XVII, encontrados em Tavira. Com a centúria de Seiscentos ocorreu uma progressiva complexificação na concepção de motivos decorativos para painéis cerâmicos, sendo a sua profusão e variedade um tributo à imaginação dos oleiros nacionais. De facto, em nenhum outro país teve a pintura de azulejos a riqueza ou mesmo a dimensão dos motivos concebidos (o maior conhecido à escala mundial tem 12x12 azulejos na definição do módulo, necessitando de 144 peças para estar completo). Um dos padrões mais eficazes, em termos estéticos (de acordo com Santos Simões, “dos mais belos”), e também um dos mais comuns ao longo do território nacional, foi igualmente encontrado em Tavira, sendo o seu módulo composto por 4x4 azulejos. Trata-se de um motivo de pendor maneirista, onde *ferroneries* se cruzam com formas vegetalistas estilizadas e folhagens de acanto, em azuis, amarelos e ocres, contrastando de forma vibrante com a serenidade do fundo branco onde se enquadram. [AP]



21- Fragmento de bojo de uma talha (?)

Barro cozido, óxidos metálicos, engobe

Século XIII

Al-Andaluz

Proveniência: Convento da Graça, Tavira

Museu Municipal de Tavira- n.º inv. MMT00002734

O fragmento que aqui se observa, parte do bojo de um objecto de dimensões médias, provavelmente uma talha, apresenta uma decoração geométrica e, aparentemente, fitomórfica numa técnica de *corda seca*. A cota onde foi encontrado corresponde a um aterro do Bairro Almóada e este tipo de decoração pode ser observado em peças muçulmanas manufacturadas desde o século XII, tendo sido já encontrados fragmentos em vários pontos do sul do País, nomeadamente no Alentejo e no Algarve. [AP]

22- Fragmento de bojo de um bacio ou de um alguidar (?)

Barro cozido e óxidos metálicos

Século XIII (final)

Al-Andaluz

Proveniência: Convento da Graça, Tavira

Museu Municipal de Tavira- n.º inv. MMT00002732

Parte do que parece ser um bacio ou um alguidar, este fragmento possui uma decoração epigráfica sob fundo melado que termina junto à aba, onde a chacota está exposta. Os motivos decorativos têm os contornos preenchidos com óxido de manganês, na técnica da *corda seca*. Tal como no que se refere ao fragmento anterior, também se pode observar este tipo de decoração em objectos de origem islâmica manufacturados desde o século XI, concentrando-se os fragmentos encontrados no sul do País, nomeadamente no Alentejo e no Algarve. No caso deste fragmento, especificamente, o geometrismo da decoração parece indicar já um horizonte mudéjar. [AP]



23- Fragmento

Técnica de *corda seca*

Barro cozido e óxidos metálicos

Espanha (Sevilha?), século XV (final) / século XVI (início)

Proveniência: Convento da Graça, Tavira

Museu Municipal de Tavira - n.º inv. 03/MMT/C/96

Ainda que não seja seguro definir a que parte do objecto pertenceria este fragmento (bordo, base ou tampa), ele constituía, indubitavelmente, parte do seu remate. Contrastando com os fragmentos anteriores, este foi manufacturado empregando um esmalte plumbífero que, pela sua opacidade, permitiu ocultar a chacota. Esta técnica permitiu uma paleta mais variada, ainda que fosse necessária a introdução do fio metálico, de acordo com o processo de *corda seca*, para evitar que os vários óxidos se misturassem aquando da cozedura. É perceptível que a decoração geometrizzante deveria ser de grande complexidade, aparentemente evocando uma temática floral estilizada no modo como acompanhava o remate do objecto. [AP]





Fig.1- Prato / Museu Nacional Soares dos Reis,
n.º inv. 876

24- Taça

Técnica de *reflexo metálico*

Barro cozido e óxidos metálicos

Espanha (Manises?), século XV (final)

Proveniência: Convento da Graça, Tavira

Museu Municipal de Tavira- n.º inv. MMT00002749

Da sofisticada decoração vegetalista que, outrora, se encontrava nesta taça, restam poucos vestígios. São ainda perceptíveis as “folhas de salsa” circunscritas em finas reservas circulares, contrastando com a forte decoração geométrica em azul cobalto. O motivo porque a decoração de *reflexo metálico* é tão frágil, desaparecendo com alguma facilidade, deve-se às próprias condições de manufatura. Sendo uma decoração de terceira cozedura a baixo fogo, os óxidos não fundem, senão de modo superficial, com a superfície vidrada, ficando, assim, muito expostos. Deste modo, objectos como esta taça que, outrora, possuíam uma decoração sofisticada, estão hoje quase reduzidos à simplificação de um motivo geométrico. [AP]



25- Fragmento de escudela

Técnica de *reflexo metálico*

Barro cozido e óxidos metálicos

Espanha (Manises?, Paterna?), século XV (final)

Proveniência: Convento da Graça, Tavira

Museu Municipal de Tavira - n.º inv. MMT00002271

Exemplo de um objecto mudéjar, em que se reúnem os princípios e técnicas mouriscas com tipologias ocidentais e as abstrações islâmicas com o naturalismo gótico, este delicado objecto traduz um refinamento só possível numa arte de Corte. Decorado a azul sobre fundo branco é possível discernir vestígios de uma decoração de brilho metálico que envolveria o tema vegetalista, cuidadosamente esgrafitado para criar um motivo de carácter tridimensional. A técnica de brilho metálico implicava uma terceira cozedura do objecto (a primeira para cozer o objecto de barro, a segunda para cozer a decoração de vidro estanífero, onde estariam presentes os motivos a azul cobalto). Esta era feita a baixo fogo, numa atmosfera redutora (retirando o oxigénio presente no forno pela adição de madeira húmida ao combustível empregue) e utilizando como óxidos decorativos uma mistura de óxido de cobre, nitrato de prata e, eventualmente, compostos naturais de ferro consoante se pretendia uma tonalidade dourada ou mais acobreada. Era da conjugação destes três factores que se obtinha esta sofisticada decoração que se impôs durante cerca de duzentos anos como uma das mais originais produções peninsulares, sendo posteriormente adoptada por outros países europeus, nomeadamente a Itália. [AP]



26- Jarra

Séculos XIV – XV

Cerâmica

Ø do bordo 22,5 cm; Ø da base 12,5 cm Ø máximo 25,6cm; 22,6cm de altura

Proveniência: Convento da Graça, Tavira

Museu Municipal de Tavira - n.º inv. MMT00002279

Bordo ligeiramente extrovertido; lábio arredondado; colo curto, ligeiramente extrovertido; corpo bitroncocónico, carena média suave; pé anelar em aba; quatro asas verticais com remate cónico, das quais só resta uma. Apresenta-se profusamente decorada, quer no interior, quer no exterior.



O colo apresenta, no interior, linhas horizontais realizadas a azul-cobalto e a reflexos metálicos, bem como cordão com palmetas (?) realizado a reflexos metálicos, separadas por linha que desce em bico preenchido até cerca de metade da altura da palmeta. A face externa apresenta cordão com motivo epigráfico [al-'afiya (a saúde, o bem estar)] realizado a azul-cobalto e reflexos dourados. Como que a imitar corda seca, cada letra apresenta os seus contornos delimitados com pintura a reflexos metálicos. Exceptuando as letras, todo o espaço da banda foi decorado com atauriques (motivo vegetalista) realizados a reflexos metálicos.

Na parede interna ostenta medalhão/florão com ataurique e possível sebqa executados a reflexos metálicos. No exterior, entre cada asa vidrada, encontra-se um rectângulo feito a azul-cobalto, delimitado por uma fina linha de esmalte branco e uma outra a reflexos metálicos, com indícios de ter tido atauriques realizados a dourado, dois quais já pouco resta. Dentro de cada rectângulo encontram-se dois medalhões, cada um deles definido por duas finas circunferências douradas, a que se segue um espaço vidrado a branco e uma circunferência mais larga, também ela dourada. No interior destes círculos, encontra-se decoração vegetalista (possivelmente atauriques) realizada a azul-cobalto. A decoração interna de cada medalhão é diferente dos demais.

Abaixo destes rectângulos azuis, encontra-se uma linha a azul-cobalto, interligando-os. Esta define a parte superior de uma moldura cuja parte inferior é definida por linha azul, emoldurada por duas linhas a reflexos metálicos. No interior da faixa dourada definida pelas duas linhas azuis, encontram-se medalhões circulares, separados por rectângulos verticais em cujo interior foram representados atauriques ou cordão epigráfico. Cada medalhão é definido por cinco círculos concêntricos, realizados a branco e dourado emoldurando círculo de grandes dimensões, onde a branco foram definidos motivos indeterminados, possivelmente epigráficos.

Na parte externa do pé ostenta uma faixa de espinhado realizado a reflexos metálicos e emoldurado por duas linhas douradas. No seu interior foram realizadas duas linhas paralelas, realizadas a reflexos metálicos, das quais sai uma fiada de pequenos triângulos. Está ainda presente uma linha dourada, da qual saem linhas semicirculares, paralelas entre si e que, possivelmente, se uniriam no centro da base.

Este objecto de luxo enquadra-se nas produções hispano-muçulmanas de cerâmica a azul e dourado, ou louça dourada, implicando uma técnica produtiva muito evoluída. Previamente a uma cozedura a 800°, a peça era banhada com uma base estanífera sendo-lhe ainda aplicado o azul-cobalto. Após esta primeira cozedura, e com recurso a uma pena, foram aplicados os “reflexos metálicos” os quais eram obtidos através de uma mistura de sulfatos de cobre e prata, almagra e cinábrio, dissolvidos em vinagre. Realizou-se, então, uma

segunda cozedura, a 600°. Atingida esta temperatura, o forno foi fechado com o intuito de obter um ambiente redutor e para que o oxigénio dos óxidos metálicos fosse absorvido pela atmosfera. Desta forma, o metal ficou aplicado, no seu estado normal, nas peças. Desta cozedura resultava o enegrecimento das peças, pelo que tinham de ser esfregadas para sair o negro e a decoração ficar visível (Caviró, 1991: 76; Correia, 2004: 649). [JC e SC]

Bibliografia específica

Cavaco, S. et al. [Covaneiro, J.; Lopes, G.] (No prelo) “Importações cerâmicas de Tavira na Baixa Idade Média”. In. *Arqueologia Medieval*, 11.

Correia, M. (2004) – “Três exemplares de cerâmica azul e dourada, provenientes de Alcochete”. In. *Revista Portuguesa e Arqueologia*. Volume 7. Número 1. p. 645-652.

Martínez Caviró, B. (1991) - *Cerámica hispanomusulmana – andalusí e mudéjar*. Madrid: Ediciones el Viso.

27- Fragmentos de prato

Técnica de *reflexo metálico*

Barro cozido e óxidos metálicos

Espanha (Manises? Paterna?), século XVI (início)

Proveniência: Convento da Graça, Tavira

Museu Municipal de Tavira - n.º inv. MMT00002742

Uma das séries mais complexas criadas pelos pintores que manufacturavam as peças de reflexo metálico foi esta, designada *solfas*, que decora os fragmentos do que, outrora, terá sido um grande prato de aparato. Ainda que a peça não revele, na aplicação do azul de cobalto, o grau de sofisticação de outros objectos conhecidos com o mesmo tipo decorativo, é possível que, tal como ocorre em grande número de exemplares, ele tivesse tido um brasão ou elemento relevado no covo a partir do qual irradiava a decoração. [AP]



Fig.2- Prato /Museu Nacional Machado de Castro, n.º inv. 3446/C1429



28- Fragmentos de pratos

Técnica de *majólica*

Barro cozido e óxidos metálicos

Itália (Montelupo?), século XV (final)

Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira (e outros locais)

Museu Municipal de Tavira - n.º inv. MMT00002897 e MMT00002898

Campo Arqueológico de Tavira

É conhecida a influência que algumas técnicas e decorações islamizantes tiveram na produção cerâmica do Quatrocento italiano. Algumas destas referências permaneceram, mesmo quando as gramáticas do Renascimento começaram a dominar a manufatura cerâmica em Itália, sendo exemplo o tema denominado “tridente”, patente em vários fragmentos descobertos em Tavira. Este motivo, de grande efeito decorativo, parece basear-se na decoração de “reflexo metálico”, suprindo esses efeitos pela introdução de óxidos de ferro que, pela sua densidade cromática, contrastam de forma harmoniosa com a densa teia de elementos em azul cobalto. [AP]



29- Fragmentos de jarro (?)

Técnica de *majólica*

Barro cozido e óxidos metálicos

Itália (Faenza?, Montelupo?), século XVI (início)

Proveniência: Convento das Bernardas

Museu Municipal de Tavira - n.º inv. MMT00002893, MMT0002894, MMT00002895, MMT00002896

Os numerosos fragmentos encontrados com fundo em ocre escuro e decoração caligráfica de elementos vegetalistas em castanho arrocheado de manganês, parecem ser parte de um jarro de dimensão média, pois foram recuperados parte de um pé e o arranque de uma asa. Da decoração deste objecto fariam ainda parte secções em azul, nas quais o mesmo tipo de decoração vegetalista foi esgrafitado, expondo a base de óxido de estanho que cobria a peça. Pelos elementos descobertos é ainda prematuro definir, de modo conclusivo, a sua forma e decoração, sendo necessário prosseguir os trabalhos arqueológicos para tentar encontrar os elementos em falta. [AP]

30- Fragmentos de prato

Técnica de majólica

Barro cozido e óxidos metálicos

Itália (Montelupo), século XVI (início)

Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira

Museu Municipal de Tavira - n.º inv. MMT00002892, MMT00002899

Uma decoração popular originária da região de Montelupo, anunciando uma certa “normalização” da produção, é a que empregava o tema das laçarias entrecruzadas de forma geometrizada, ao gosto do Renascimento. Objectos com esta decoração, certamente semelhante à que preencheria a peça a que correspondem os fragmentos que aqui se expõem, foram exportados para toda a Europa, tendo sido encontrado um número significativo na Casa do Infante, no Porto. Esta disseminação permite pressupor que estamos perante um gosto que se generalizou, não apenas no universo geográfico mais alargado do próprio continente, mas também no contexto das suas diversas regiões. [AP]



1 cm



Fig.3- Prato de Deruta, Palácio Ducal de Vila Viçosa, n.º inv. PDVV941



31- Pratos

Técnica de *safra* ou *smalto berettino*

Barro cozido e óxidos metálicos

Pesaro, Faenza, Veneza, Génova, Caltagirone ou Montelupo, século XVI?
(final?)

Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira e outros locais

Depositadas na Era, Arqueologia e Campo Arqueológico de Tavira

Um dos aspectos mais surpreendentes revelados pelas escavações efectuadas em Tavira, foi a profusão de fragmentos de faiança azul, com motivos na mesma cor, aí encontrados. A técnica aplicada nesta decoração implicava que os objectos fossem mergulhados numa calda corante azul de modo a cobrir toda a superfície, sob a qual se procedia à pintura de motivos num tom mais escuro. A calda empregue utilizava, eventualmente, para além do cobalto (responsável pela cor azul), uma mistura de outros óxidos (ferro, cobre, antimónio), de modo a obter variações tonais, aos quais se adicionava vidro, ou seja óxido de chumbo, compondo um “esmalte”. A esta espécie de “aguada” dava-se o nome de *safra*, designação de origem árabe que se refere à cor da safira¹, sendo em Itália conhecida como *smalto berettino*.

A técnica, que não parece ter sido difundida fora do território italiano, disseminou-se, no entanto, por vários centros produtores locais. Essa proliferação dificulta uma indicação segura de proveniência, podendo, no caso dos fragmentos encontrados em Tavira, ser associadas origens diversas. Ainda que a origem exacta das peças não possa ser estabelecida, os exemplares encontrados são, no entanto, interessantes, podendo definir-se algum critério qualitativo.

Uma das peças mais antigas poderá ser o prato com motivo de “troféus”, desenhados de modo quase gráfico num azul-cobalto escuro. Esta foi a peça mais completa encontrada até ao momento, e uma das poucas onde só se encontra presente uma cor única, ainda que desdobrada em diferentes matizes. Sabe-se que na segunda metade do século XVI, devido a vários factores, alguns dos quais de natureza económica, empregaram-se outras cores neste tipo de decorações. Assim, progressivamente, introduziu-se o amarelo de antimónio e, mais tarde, o ocre de ferro, sendo cada vez menor a precisão dos desenhos. De uma fase intermédia serão os fragmentos com um elemento do estilo *compendiario* (motivos retirados de gravuras de temas decorativos) em que é possível observar o ventre e as coxas de um putti com apontamentos a amarelo de antimónio. De uma fase mais tardia serão, talvez, os fragmentos de uma taça onde o cuidado empregue no desenho do motivo de penas de pavão, com elementos assinalados a amarelo e a ocre, contrasta com a forma algo apressada, quase meramente esboçada, como surgem representados os restantes elementos. [AP]

32- Pratos

Barro cozido e óxidos metálicos

Lisboa, século XVII

Proveniência: Casa Irene Rolo, Convento das Bernardas e outros locais

Museu Municipal de Tavira - n.º inv. MMT00002901 e MMT00002900

Peças depositadas na *Era, Arqueologia* e Campo Arqueológico de Tavira

O volume e variedade de fragmentos de faiança portuguesa encontrados em Tavira permite, quase, traçar a história da produção nacional. Sendo difícil a selecção de elementos, optou-se por destacar alguns, quer pela qualidade ou raridade dos motivos, quer para demonstrar a continuidade do consumo local das manufacturas, essencialmente, lisboetas.

Correspondendo à primeira fase das olarias de Lisboa, ainda muito próxima dos referentes asiáticos, é o fragmento onde se encontra representada uma “folha de artemísia”, tema comum na porcelana oriental que então chegava, em grandes quantidades, ao Reino. O que permite destacar esta pintura das muitas outras que se encontraram, é o modo como se encontra finamente desenhada, numa utilização de aguadas e azuis mais densos empregues de modo quase caligráfico, evidenciadores da mão de um mestre pintor (fig. 4). Também testemunho do período de esplendor que foi a primeira metade do século XVII, no que se refere à produção cerâmica lisboeta, é o fragmento onde surge parte de um elemento heráldico, do qual só é possível identificar uma Cruz de Cristo e os raios de um sol. Se o tema seria, por si só, digno de registo, acresce ainda a utilização de uma paleta rica da qual só muito raramente é assinalado em peças portuguesas. O aspecto mais invulgar é o tom laranja do sol e do interior da cruz, que contrasta, de modo surpreendente, com o azul dos contornos e o amarelo de antimónio de outros elementos compositivos (fig. 5). Num tipo de registo decorativo mais disseminado, mas nem por isso menos sofisticado, são as decorações de tipo islamizante, reminiscências dos motivos presentes nos objectos de reflexo metálico, mas a que a monocromia azul imprime uma nova individualidade. Este tipo de decoração foi das que conheceu maior expansão, em termos temporais, pois encontra-se nas peças mais antigas que se conhecem, chegando mesmo ao início do terceiro quartel do século XVII. (fig. 6)

Com origem indeterminada (segundo autores espanhóis será portuguesa, para os nacionais terá sido criada em Espanha), são os motivos designados como “rendas”. Esta decoração, de que se conhecem exemplares provenientes das olarias de Lisboa, mas que teve maior destaque nas manufacturas de Coimbra, foi empregue tanto na azulejaria, como em peças de uso. Nos exemplares mais bem pintados é notória a referência às rendas de bilros como elemento inspirador desta decoração (fig. 7).

Com a passagem da primeira metade da centúria de Seiscentos, assistiu-se a



Fig. 4- Prato / Museu Nacional de Arte Antiga, n.º inv. 6943cer



Fig. A e B



Fig. C e D



Fig. E- Prato / Campo Arqueológico de Tavira

uma importante modificação decorativa na cerâmica produzida em Lisboa. Os motivos passam a ser contornados a manganês, sendo em muitos casos mais estilizados do que nos cinquenta anos anteriores. Esta simplificação é notória no elemento que se convencionou designar por “aranhões” e que mais não é que a estilização da “folha de artemísia” (fig. 8). No entanto, ainda que muita decoração fosse simplificada, surgiu um tema que obrigava a grande minúcia e detalhe no modo como era empregue, o chamado “desenho miúdo”. Esta concepção decorativa, de certo modo islamizante na forma como preenchia o espaço num quase *horror vacui*, empregava motivos orientais quase miniaturais colocados, nas superfícies, de modo imaginativo e engenhoso. Trata-se de uma das mais interessantes manifestações da mestria dos pintores cerâmicos e em que é patente uma grande dose de humor na sua execução (fig. 9). Deste período, que coincide com a Restauração da Independência face à Coroa espanhola, assiste-se ao aumento de grande número de peças brasonadas, muitas feitas por encomenda, por vezes com as armas do Reino (fig. A e B), outras celebrando as famílias tradicionais portuguesas, como os Silva (fig. 10), numa elegia à nacionalidade. Outro tipo de brasões torna-se, igualmente, mais popular. Refiram-se aqueles que se encontram associados a ordens ou mesmo confrarias religiosas, alguns dos quais com caracteres ou legendas identificativas (fig. C e D).

A estilização dos motivos, talvez sintomática de uma produção mais apressada, é patente nas peças decoradas com o chamado motivo de “contas”, como o prato que se encontrou em Tavira, em cujo covo se encontra uma lebre (fig. E). Ambos os temas são ainda referências de inspiração orientalizante, tendência duradoura na manufatura cerâmica nacional. Mais invulgares, ainda que com a mesma referência cultural, são os fragmentos de uma taça cuja paleta alarga do tradicional azul e roxo para o amarelo de ferro (fig. 11). Nesta fase da produção são raras as peças que apresentam mais do que duas cores, contrastando neste ponto a manufatura da cerâmica com o azulejo, que então experimentava uma tendência de maior contraste cromático. Para o final do século é patente a maior relação entre a azulejaria e a faiança de uso, surgindo nesta as folhagens de acanto, em abas, tal como ocorre nos painéis nas cercaduras que os emolduram (fig. 12). Este tema é já indiciador do período de esplendor da azulejaria portuguesa, contrastando com a progressiva decadência que ocorre na faiança de uso, da qual esta só recuperará com a abertura das fábricas, por iniciativa do Marquês de Pombal, no terceiro quartel do século XVIII. [AP]



Fig. 5- Púcaro e Garrafa, Fundação Carmona e Costa, n.º inv. CER105 e CER89



Fig. 6- Prato / Museu Nacional Machado Castro n.º inv. 9512



Fig. 7- Prato / Museu Nacional de Arte Antiga, n.º inv. 89cer



Fig. 8- Prato / Museu Nacional Soares dos Reis, n.º inv. 391



Fig. 9- Prato / Museu Nacional de Arte Antiga n.º inv. 2400cer e Garrafa / Fundação Carmona e Costa, n.º inv. CER21



Fig. 10- Prato / Museu Nacional de Arte Antiga, n.º inv. 2393cer



Fig. 11- Prato / Museu Nacional de Arte Antiga n.º inv. 2471cer



Fig. 12- Prato / Fundação Carmona e Costa, n.º inv. CER61

33- Cachimbos

Barro cozido

Holanda, século XVII

Proveniência: Casa Irene Rolo, Tavira e Convento das Bernardas, Tavira
Museu Municipal de Tavira, n.º de inv. MMT00002908 (2 fragmentos)

Depositado na *Era, Arqueologia* (1 fragmento)

Os numerosos fragmentos de cachimbos encontrados em escavações um pouco por toda a Europa e no mundo ultramarino com que os europeus entraram em contacto, são um testemunho eloquente da alteração dos hábitos que a descoberta de novos produtos suscitou.

No caso dos fragmentos encontrados em Tavira, é difícil determinar se estamos perante um mecanismo de importação de peças ou, mais simplesmente, na sequência dos intercâmbios directos e imediatos estabelecidos entre os marinheiros e as populações locais, pois neste mapa de circuitos e redes comerciais multidireccionais, os vestígios concentram-se maioritariamente em áreas portuárias.

Um dado importante a registar prende-se com a imagem dos ocidentais construída e fixada por diversas civilizações asiáticas, em que o cachimbo foi um acessório particularmente notado e referido, tanto na produção textual como pictórica. É, assim, possível observar figuras de ocidentais a fumar nas representações de biombos *namban*, indiciando um costume que cedo assumiu um carácter de sociabilidade, tendo mesmo sido criado no Japão de finais do século XVI e início do século XVII um tipo de escultura de pequenas dimensões que representa um europeu com os seus calções tufados, chapéu cónico e bigodes fartos, por vezes a fumar, identificado quer com os portugueses, quer com os holandeses. [AP]



Fig. 13- Holandeses no Japão a fumar cachimbos. Xilogravura do início do sé. XIX / “Escola de Nagasaki”. Colecção do Nagasaki Prefectural Art Museum





Fig.14- Prato proveniente de Delft, Palácio Ducal de Vila Viçosa n.º inv. PDVV956

34- Fragmentos de prato

Técnica de majólica

Barro cozido e óxidos metálicos

Holanda (Delft), século XVIII (início)

Depositado no Campo Arqueológico de Tavira

A diversidade de origens patente nos fragmentos descobertos em Tavira, para o século XVIII, não estaria completa sem a presença de objectos originários de Delft. Este centro produtor holandês foi aqui assinalado através de um prato de grandes dimensões, com um tipo de decoração relativamente comum, cuja designação “persa” remete para a forma quase excessiva como os pequenos motivos florais a azul preenchem o espaço disponível da superfície. [AP]



Fig.15- Garrafa, Museu Nacional Machado Castro, n.º inv. 5322

35- Fragmentos de prato

Barro cozido e óxidos metálicos

Portugal (Coimbra), século XVIII (meados)

Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira

Depositado na Era, Arqueologia

Com o decorrer do século XVIII assistiu-se, em Portugal, à afirmação de um novo centro de produção cerâmica que, à época, terá suplantado mesmo as manufacturas de Lisboa. A região que assim despontava foi Coimbra, responsável por um tipo de manufactura que, não tendo a mesma qualidade técnica da capital, soube ser inventiva nas várias propostas decorativas encontradas, definindo um tipo de produção facilmente identificável. Pertencem a este grupo os numerosos fragmentos encontrados em Tavira, em cotas de escavação do século XVIII, tendo sido recuperados vários tipos de decorativos, dos quais o mais característico é o que emprega largas faixas em verde cobre, contrastantes com elementos caligráficos a roxo de manganês, sob fundo engobado claro. [AP]



36- Fragmentos de pratos

Barro cozido e óxidos metálicos

Portugal (Aveiro?), século XVIII (meados?)

Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira e outros locais

Depositado na Era, Arqueologia e Campo Arqueológico de Tavira

Surgiram nas escavações efectuadas em Tavira um número apreciável de fragmentos de faiança com a superfície preenchida, na sua quase totalidade, em roxo de manganês. A decoração que se consegue definir é constituída por elementos vegetalistas, folhagens de acanto e grandes florões, numa volumetria pujante que evoca as cercaduras de azulejos. Esta interessante decoração, que dá ao manganês um protagonismo que só tem paralelo com a Fábrica do Juncal, possui uma característica peculiar. Trata-se do facto de a superfície ser preenchida a roxo, ficando os motivos a branco, ao invés do que era comum, o desenho pintando, eventualmente preenchido, a cor, destacando-se contra o fundo alvo do objecto. Atribuídas a Aveiro, não há certezas sobre a origem destes objectos. Acerca deste importante centro produtor já José Queirós afirmava, em 1907, que importava conhecer melhor as respectivas manufacturas cerâmicas, pois as suas origens perdiam-se no tempo e eram florescentes na execução de objectos em barro. [AP]



Fig. 16- Taça, Museu Nacional Soares dos Reis, n.º inv. 1107CER



37- Fragmentos

Barro cozido e barbotinas

Inglaterra, século XVIII (último quartel?)

Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira

Depositados na Era, *Arqueologia*

No decorrer das escavações realizadas em Tavira foi possível recuperar diversos fragmentos de um tipo específico de produção cerâmica originária de Inglaterra. Trata-se de peças com decorações variadas empregando barbotinas (argilas líquidas) que permitiam contrastes cromáticos com a superfície dos objectos. Ainda que esta fosse uma técnica empregue há centenas de anos, o interessante das peças produzidas então era a forma como se executava a decoração, da qual se conhecem numerosas variações. Nos fragmentos que aqui se apresentam a metodologia empregue terá sido mergulhar os objectos num engobe de tonalidade creme e aplicar, de seguida, linhas de barbotina em tom castanho escuro que, num dos casos (cat. 45), foram repuxadas a intervalos regulares com um instrumento de ponta romba ou mesmo uma pluma. Este repuxado, executado com a barbotina ainda húmida, produziu o efeito denteado largo, mas igualmente os pequenos arcos colocados em posição lateral. Um aspecto interessante desta metodologia era a necessidade de ter o objecto colocado na posição na qual se fazia o repuxado. Neste fragmento há indícios de terem existido, pelo menos, duas orientações do trabalho. No caso do fragmento de um jarro (?) (cat. 46) a metodologia foi semelhante, mas mais cuidada, pois foram criadas faixas de pequenos repuxados, contrastando com áreas com decoração feita por elementos mais densos, em z, repuxados nas pontas. [AP]



Fig.17- Cafeteira, Museu Nacional Soares dos Reis, n.º inv. 102

Porcelanas chinesas

38- Fragmento de um prato

Porcelana branca decorada a azul sob o vidrado
China, fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi
Dinastia Ming, período de Jiajing (1522-1566), c. 1522-1540
Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira
Museu Municipal de Tavira, n.º inv. MMT00002905

Este fragmento pertencia a um prato covo com caldeira arredondada, repousando sobre pé inclinado para o interior, de porcelana muito branca.

A decoração, pintada a azul-cobalto sob um vidrado azulado, mostra, no exterior, medalhões circulares com cavalo a galope, separados entre si muito possivelmente por nuvens, na parede da caldeira, e cercadura de cabeças de ruyi sobre o pé. No interior, o fundo seria provavelmente preenchido por uma composição com grou a voar entre nuvens e símbolos auspiciosos, dentro de duplo círculo, e botões vegetalistas, na caldeira.

O grou, lu, é um dos mais populares motivos decorativos do período de Jiajing e um dos mais comuns emblemas de longevidade, juntamente com o pinheiro. Segundo os contos mitológicos, Xi Wang mu, a Rainha-Mãe do Ocidente, tem um grou sagrado que ela usava como seu transporte para viajar entre as Ilhas Penglai, a casa dos imortais, e a Terra. Muitas vezes o deus da longevidade, Shou Lao, também aparece representado acompanhado por um grou. Quando o grou, lu, é representado com um gamo, he, os seus nomes formam um símbolo que significa o universo ou longevidade, lu he. O grou é também o emblema da sabedoria sobre-humana. [MAPM]



Exterior



Interior



Fig.18- Pote, Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves, n.º inv. CMAG15



Fig.19- Prato, Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves, n.º inv. CMAG18

39- Fragmento de um prato

Porcelana branca decorada a azul sob o vidrado
China, fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi
Dinastia Ming (1368-1644), 2ª metade do século XVI
Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira
Museu Municipal de Tavira, n.º inv. MMT00002903

Este fragmento de porcelana branca pintada sob o vidrado em vários tons de azul, que variam entre o azul forte e o azul acinzentado da aguada, integraria parte do fundo de um prato que seria certamente decorado com gamos numa paisagem com rochedos e, provavelmente, um pinheiro.

O gamo, *lu*, simboliza imortalidade e é o companheiro do deus da longevidade, *Shou Lao*. Diz-se que é o único animal capaz de encontrar o fungo sagrado da imortalidade, *lingzhi*, sendo muitas vezes representado com um na boca.

O motivo do gamo tem uma longa história na arte chinesa. Entre as suas mais antigas representações são as encontradas sobre bronzes, ouro e prata do período dos Zhou Orientais (770-256 a.C.). Sobre cerâmicas, os mais antigos exemplos ocorrem nos azulejos do período dos Reinos Combatentes (475-221 a.C.) e pintado sobre as cerâmicas Changsha da dinastia Tang (618-907). Na dinastia Song (960-1279), o motivo dos gamos é popular sobre as almofadas Cizhou.

O gamo é também associado à boa sorte devido ao som do seu nome chinês, *lu*, que também pode significar “riqueza” ou “salário de funcionário” (Pierson, 2001, p. 14)



40- Fragmentos de taça (?) e de prato

Porcelana branca decorada a azul sob o vidrado

Séc. XVI

Convento das Bernardas, Tavira

Depositados na Era, *Arqueologia*

O fragmento onde são visíveis a cercadura ondulante com ondas e corolas brancas e enrolamento vegetalista contínuo sobre a aba e reverso desta, respectivamente, é datável de inícios para meados do século XVI, pelo que integraria uma peça que, muito provavelmente, chegou a Portugal no período dos primeiros contactos entre o nosso país e a China ou outras regiões asiáticas onde a porcelana chinesa estava já disseminada.

O outro fragmento permite-nos ver a decoração exterior da caldeira de um prato: uma haste com folhase pêssegos, provavelmente da 2ª metade do século XVI, cujo fundo seria possivelmente preenchido por uma paisagem.



Interiores

Exteriores



41- Dois fragmentos de um pote (guan)

Porcelana branca decorada a azul sob o vidrado

China, fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi

Dinastia Ming, período de Wanli (1573-1619), fim do século XVI / início do século XVII

Convento das Bernardas, Tavira

Depositados na Era, *Arqueologia*

Estes dois fragmentos são de porcelana branca muito espessa e compacta revestida de um vidrado azulado, cuja paragem é marcada por linha alaranjada.

Estes fragmentos faziam parte de um pote de grandes dimensões com gargalo curto, anel basal grosso e base côncava. A decoração do corpo seria dividida em três registos, separados entre si por duas bandas lisas, uma das quais muito estreita. O primeiro é constituído por cavalos marinhos mitológicos, *hai-ma*, por vezes rodeados por chamas, galopando sobre conjuntos de ondas com crista branca interrompidos por um rochedo vertical contra a qual rebentam, envolvendo-o de espuma. Pêssegos entre enrolamentos cobrem totalmente a zona principal da peça.





Fig.20- Prato, Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves, n.º inv. CMAG22

42- Fragmentos de dois pratos

Porcelana branca decorada a azul sob o vidrado
 China, fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi
 Dinastia Ming (1368-1644), 2ª metade do século XVI
 Primeiro fragmento, proveniente do Convento das Bernardas, Tavira;
 Museu Municipal de Tavira, n.º inv. MMT00002902
 Segundo fragmento, depositado no Campo Arqueológico de Tavira

Os dois fragmentos, ainda que integrassem pratos diferentes, são decorados com o mesmo tema: uma paisagem marítima, em que a noção de espaço é dada pelo contraste entre o primeiro plano vigoroso, marcado por rochedos pontiagudos para lá dos quais desliza uma sampana com grande vela enfunada pelo vento sobre águas calmas sugeridas por linhas azuis, e as ilhas com rochedos, pagodes, pavilhões, um pinheiro e outras árvores. O fragmento da direita apresenta ainda um cavaleiro que atravessa uma ponte. Neste mesmo exemplar é ainda visível a decoração da aba: flores de lótus brotando de água pouco profunda e garças brancas recortadas sobre folhas de lótus. Ambas as peças tinham a caldeira lisa. O exterior deveria apresentar três ramos com pêsegos à semelhança do que sucede noutros exemplares idênticos.

O tipo de cercadura presente no fragmento da direita acompanha frequentemente este tipo de decorações aquáticas, pelo que deveria figurar também no fragmento da esquerda.

Conhece-se mal a origem da decoração em que domina o elemento marinho ou lacustre, um tema novo na iconografia da cerâmica chinesa do século XVI. Ela evoca vistas da natureza, aspectos da vida, a arquitectura, os barcos..., ainda que de forma muito esquemática. Inspiram-se, provavelmente, em obras ilustradas que descrevem a actividade dos portos, as ilhas situadas ao longo das costas recortadas.



43- Fragmento de um prato

Porcelana branca decorada a azul sob o vidrado
China, fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi
Dinastia Ming, período de Wanli (1573-1619), último quartel do século XVI
Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira
Museu Municipal de Tavira, n.º inv. MMT00002904

Este pequeno fragmento faria parte de um prato com caldeira arredondada com aba, com bordo provavelmente recortado em chaveta, e pé inclinado para o interior, de porcelana branca e fina revestida de vidrado azulado, excepto da extremidade do pé.

A decoração é pintada a azul sob o vidrado com ameixieira reservada em branco sobre fundo azul, no fundo, e ramo bifurcado com uma ave poisada, no exterior da parede da caldeira.

A aba era provavelmente decorada com uma cercadura com garças brancas sobrepostas a folhas de lótus que brotam de águas pouco profundas, como se vê no prato com decoração vegetalista e dois gamos reservados em branco sobre fundo azul conservado no Victoria and Albert Museum, Londres (Scott e Kerr, 1994, p. 38, n.º 82) e no exemplar do Topkapi Saray Museum, Istambul (Krahl, 1986, vol. II, p.694, n.º 1156).

O prato da Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves, Lisboa, apresenta no fundo uma ameixieira florida com um tronco contorcido desenhando o carácter yue (lua), duas aves poisadas e outra a voar, também reservadas sobre fundo azul, mas uma cercadura diferente: ramo de flores separados por uma ave em diferentes posições.



Fig.21 - Prato, Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves, n.º inv. CMAG6





interior



exterior



44- Fragmento de um prato

Porcelana branca decorada a azul sob o vidrado
 China, fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi
 Dinastia Ming (1368-1644), 2ª metade do século XVI
 Convento das Bernardas, Tavira
 Depositado na Era, Arqueologia

Este fragmento fazia parte de um pratinho de porcelana branca decorada a azul sob o vidrado ligeiramente azulado com um patinho sobre rochedo, plantas aquáticas, no fundo, e tufos de relva sobre a aba. No exterior, ave poisada sobre arbustos, na parede da caldeira, e ramos de ameixeira, no reverso da aba.

45- Fragmento de uma taça (?)

Porcelana branca decorada a azul sob o vidrado
 China, fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi
 Dinastia Ming (1368-1644), 3º quartel do século XVI (?)
 Depositado no Campo Arqueológico de Tavira



Este fragmento de porcelana branca pintada em vários tons de azul sob um vidrado azulado faria parte de uma taça. No interior, o fundo é preenchido por uma paisagem com rochedos, que se elevam das águas, sugeridas por linhas azuis paralelas, e, no primeiro plano, uma grande águia poisada sobre o rochedo central que domina toda a composição, tudo dentro de duplo círculo. Segue-se uma banda branca que realça ainda mais a decoração central. A parede seria preenchida por dois ramos de ameixeira separados entre si por um insecto. O exterior apresenta vestígios de uma espécie de medalhões formados por flor com a sua folhagem. A base ostenta a marca *chang ming fu gui* (longa vida com riqueza e honra) com um quadrado central imitando uma moeda, dentro de duplo círculo, a azul sob o vidrado.

A águia, *ying*, é um símbolo de poder e força. A palavra águia em chinês tem o mesmo som que a palavra para herói, *ying*, e quando se dá um presente com uma águia pintada é visto como chamando alguém de herói, uma grande honra. A representação de uma águia poisada sobre uma rocha no mar, como nesta peça, expressa um símbolo visual de um herói que trava sozinho uma longa batalha (Fang Jing Pei, 2004, p. 66).

46- Fragmento

Porcelana branca decorada a azul sob o vidrado
China, fornos de Jingdezhen, província de Jiangxi
Dinastia Ming, período de Jiajing (1522-1566)
Proveniência: Convento das Bernardas, Tavira
Museu Municipal de Tavira, n.º inv. MMT00002906

Este fragmento é decorado com crianças a brincar, *wawa*, um tema popular nas porcelanas azuis e brancas do período Jiajing, um fervoroso taoísta, e uma cercadura com linha em ziguezague contendo contas ou pétalas.

As crianças foram um tema comum na pintura da dinastia Ming e a inclusão deste motivo na cerâmica pode já ser observado em peças da dinastia Song (960-1279) (Pierson, 2001, p. 47, n.º 40). Tradicionalmente, a representação de crianças está associada a um desejo de ter muitos filhos, especialmente rapazes. Na literatura taoísta, as crianças surgem como símbolos da inocência do sábio (Eberhard, 2001, p. 63) e podem estar ligadas ao tema do velho recuperando a sua juventude (Scott, p. 80, n.º 70).

O motivo das crianças, normalmente de cabeça rapada com pequena mecha de cabelos na frente, agrupadas à volta de um mestre, ou divertindo-se numa paisagem meramente acessória, prolongou-se durante os reinados seguintes, ainda que de forma mais discreta.



Fig.22- Pote, Casa Museu Dr. Anastácio Gonçalves, n.º inv. CMAG51



47- Cofre namban

Madeira lacada de negro (urushi), decoração com pó de ouro e prata (maki-e), incrustações de madrepérola (raden), ferragens de cobre douradas e prateadas

Japão, finais do século XVI / início do século XVII (transição do período Momoyama para o período Edo)

A. 15 x L. 22,7 x P. 12,9 cm

Proveniência: Tavira, Igreja de São Brás

Localização actual: Tavira, Igreja de Sta. Maria do Castelo

Este cofre de pequenas dimensões, em forma de baú com a característica tampa superior abaulada e articulada, apresenta a superfície de madeira lacada a negro e fundo decorado com aplicações de pequenos enxequetados de madrepérola de recorte geométrico. Nas reservas de perfil ondulante, polilobado, em que se inscrevem apontamentos vegetalistas e florais recorrentes na ornamentação nipónica (tangerineira, cerejeira, boninas, cameleira e acer), predomina a técnica denominada *maki-e*, literalmente, “imagem polvilhada”. É esta a gramática decorativa que assume, pois, maior destaque, já que ocupa os registos centrais da frente da peça, assim como os das ilhargas e tampa. Na reserva da tampa, destaca-se ainda um apontamento interessante, já que surge representada por entre a vegetação a figura de uma animal de difícil identificação, tratando-se possivelmente de uma cabra.

As ferragens, particularmente trabalhadas, apresentam a asa achatada e as respectivas rosetas e botões em forma de crisântemos estilizados. O mesmo cuidado de execução pode ser observado no ferrolho e espelho com recortes “em borboleta” e elementos flordelisados a que se juntam, nos remates dos cantos inferiores, cabeças de animais vistas de perfil.

Estamos perante uma tipologia de cofres ou arquetas de que se conhecem alguns exemplares semelhantes, nomeadamente na colecção Francisco Hipólito Raposo, em Lisboa, e na peça divulgada por Jorge Welsh no catálogo publicado em 2003, e cuja função continua por esclarecer. As duas hipóteses mais plausíveis neste caso, já que de acordo com o que se pode apurar a peça esteve sempre associado a um contexto religioso, apontam para uma utilização enquanto cofre eucarístico ou contentor de relíquias. Trata-se, sem dúvida, de uma questão importante, uma vez que dilui, do ponto de vista formal e estético, a fronteira entre a encomenda de carácter laico e sacro. Este entendimento de um mecanismo de contornos bastante mais complexos do que poderíamos ser tentados a julgar num primeiro momento, ganha ainda maior razão de ser se tomarmos em linha de conta a natureza da presença portuguesa (e ibérica) no Japão entre c. 1543 e 1639, que se caracterizou precisamente pela dependência



e interpenetração das vertentes comercial e religiosa, a tal ponto que à migração dos centros nevrálgicos do comércio no Japão correspondeu a deslocação da própria missão. [ACur.]

Bibliografia específica

After the Barbarians. An exceptional Group of Namban Works of Art / Depois dos Bárbaros. Um excepcional conjunto de obras namban. Jorge Welsh (Ed.). Lisboa, 2003.

FERRÃO, Bernardo – *Mobiliário Português. Dos Primórdios ao Maneirismo. Vol.III: Índia e Japão.* Porto: Lello & Irmão Editores, 1990.

IMPEY, Oliver – “Namban Lacquer for the Portuguese Market”. *Oriental Art*, Vol.XLVI, No. 3, 2000, p.42-47.

IMPEY, Oliver; JÖRG, Christiaan – *Japanese export lacquer 1580-1850.* Amsterdam, Hotei Publishing, 2005.

MACIEIRA, Isabel – *Duas Peças Namban em Tavira.* Lisboa: 1998. [Trabalho policopiado apresentado à Escola Superior de Artes Decorativas].

PINTO, Maria Helena Mendes – *Lacas Namban em Portugal. Presença portuguesa no Japão.* Lisboa: Edições Inapa, 1990.

Exposições

Exposição de Arte Sacra. Tavira: s.e., 1950.

Art Namban, Les Portugais au Japon. Nambankunst Portugezen in Japan. Coord. Pedro Canavarro. Bruxelles: Fondation Europalia International, Musées Royaux d’Art et d’Histoire ; Koninklijke Musea voor Kunst en Geschiedenis, 1989. [Catálogo da Exposição Europalia 89/ Japão]

Arte Namban. Os Portugueses no Japão. Lisboa: Fundação Oriente / Museu Nacional de Arte Antiga, 1990.



48- Estante de missal namban

Madeira lacada de negro (urushi), decoração sobre marcação de laca vermelha com pó de ouro e prata (maki-e), incrustações de madrepérola (raden)

Japão, finais do século XVI / início do século XVII (transição do período Momoyama para o período Edo)

A. 46 x L. 31 x P. 3,2 cm

Localização actual: Tavira, Igreja de Sta. Maria do Castelo

Este bellissimo exemplar de um núcleo relativamente parco no contexto da arte *namban*, apresenta já falhas de pintura e das aplicações metálicas que serviriam de protecção, faltas estas que não interferem, porém, com a leitura da peça.

O painel frontal, limitado por estreita fita de madrepérola a demarcar a tarja, é decorado por losangos, sobressaindo no centro uma circunferência de grandes dimensões sobreposta a um fundo de um complexo quadriculado geométrico axadrezado (*ichimatsu*) que ostenta o emblema IHS circundado por um resplendor. Neste caso, e porque as insígnias IHS – abreviatura de IHΣΟΥ (Iesoys) –, adoptadas pela Companhia de Jesus, surgem sobrepujadas pela cruz que assenta sobre um coração trespassado por três cravos, símbolos da Crucificação, podemos associar com relativa segurança esta encomenda aos Jesuítas.

Tomando como base a vasta epistolografia remanescente, verificamos ainda que Miyako (actual Kyoto), capital do Japão até 1615, surgia como o principal centro produtor de objectos lacados para uma clientela de origem europeia, tendo os Jesuítas assumido claramente um papel particularmente activo, como atesta a carta escrita por Diogo Mesquita ao Geral da Ordem em 1599, data coincidente com a provável feitura desta estante:

“(…) hasta agora nunca he mostrado a V.P. ninguna senal de gratitud polas muchas charida/des que me hizo El tiempo que Estuvo En essa Sancta casa, per tanto Embio a V.P. una estante/de Altar pintada delas boenas que hay En el Miyako de donde me vjne (...)»¹.

Se esta atitude denota já a relação estabelecida, ao nível da encomenda artística, entre ocidentais e nipónicos, em que os segundos se adaptaram às necessidades e gostos dos primeiros, o surgimento das estantes de missal no contexto da presença europeia no Japão introduz ainda uma nova vertente interpretativa. Efectivamente, estamos perante a apropriação, por parte da liturgia católica, de um objecto surgido originalmente no contexto do Islamismo, que é, juntamente com o Cristianismo, a religião do “Livro”. Referimo-nos ao *ruhl*, peça formada por pranchas cruzadas para suportar o Corão no contexto da mesquita, madrasa ou em casa.

A reminiscência desta origem islâmica, encontramos-la, no caso da estante





de missal de Tavira, e manifestamente, no recorte inferior da peça, a que se junta, do ponto de vista iconográfico, o referente católico (o IHS central) e os ecos da arte japonesa, sobretudo no reverso preenchido por enrolamentos de kuzu (feijoeiro do Japão) e hastes floridas. Estamos, assim, perante um objecto de carácter acentuadamente híbrido, testemunho do cruzamento de três civilizações e da capacidade (re)inventiva que a viagem das formas proporciona. [ACur.]

¹ Archivum Romanum Societatis Iesu, Jap.Sin 13-II, Carta de Diogo de Mesquita a Claudio Aquaviva, de Nagasaki, 28 de Fevereiro de 1599, fls.294-294v.

Bibliografia específica

FERRÃO, Bernardo – *Mobiliário Português. Dos Primórdios ao Maneirismo. Vol.III: Índia e Japão*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1990.

IMPEY, Oliver – “Namban Lacquer for the Portuguese Market”. *Oriental Art*, Vol.XLVI, No. 3, 2000, p.42-47.

IMPEY, Oliver; JÖRG, Christiaan – *Japanese export lacquer 1580-1850*. Amsterdam, Hotei Publishing, 2005.

MACIEIRA, Isabel – *Duas Peças Namban em Tavira*. Lisboa: 1998. [Trabalho policopiado apresentado à Escola Superior de Artes Decorativas].

PINTO, Maria Helena Mendes – *Lacas Namban em Portugal. Presença portuguesa no Japão*. Lisboa: Edições Inapa, 1990.

Exposições

Exposição de Arte Sacra, Tavira, 1950.

Exposição de Ex-Votos e de Arte Sacra, Tavira, 1970.

A Arte na Rota do Oriente. XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura – Os Descobrimientos Portugueses e a Europa do Renascimento, Vol.II: Núcleo dos Jerónimos. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros; Comissariado para a XVII Exposição Europeia de Arte, Ciência e Cultura; Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1983.

Art Namban, Les Portugais au Japon. Nambankunst Portugezen in Japan. Coord. Pedro Canavarro. Bruxelles: Fondation Europolia International, Musées Royaux d’Art et d’Histoire; Koninklijke Musea voor Kunst en Geschiedenis, 1989. [Catálogo da Exposição Europolia 89 / Japão]



49- Moeda de cunhagem autónoma de Balsa

Moeda de chumbo — sestércio.

Diâmetro - 17mm. Peso - 2,80g

Anverso - Barco, de proa alta e timão alto, na popa. Mastro em forma de árvore, com ramagens laterais nuas.

Reverso - Atum ou golfinho, nadando para a esquerda.

Legenda- BALS[...]

N.º inv. - 03/MMT/N/99

Balsa, enquanto povoado que pode ter sido aliado dos romanos, numa primeira fase e que seguramente passou mais tarde a *estipendiário* cunhou moeda autónoma, provavelmente no âmbito de uma política de monetarização promovida por Roma, nas áreas da Hispânia já sob o seu domínio. Roma procuraria assim substituir a economia de troca directa, por um lado e substituir as moedas púnicas que já circulavam na Península, desde o período Bárcida, por outro.

A legenda é a mais antiga atestação do topónimo Balsa e reflecte o nome de uma divindade cultuada na metrópole e cujo nome significa na realidade, apenas *deus*.

Os epítetos que eram apostos a este primeiro elemento especificavam o seu domínio geográfico (como em Baal Sur = o deus de Tiro) e a esfera em que os seus poderes eram prevalentes (como em Baal Safbn = deus dos elementos).

O povoado que foi amuralhado por populações fenícias, provavelmente de Ocidente e provenientes da Colónia de Gadeira (Cádiz em Espanha) e que ocupava a actual colina de Santa Maria, em Tavira, foi nomeado a partir do teónimo Baal, a que se acrescentou um segundo elemento, que poderia ser um epíteto, como Safon ou Shamen, não sendo porem de excluir que esta segunda palavra fosse um determinativo local, que começaria por S, levando à latinização em Balsa.

Estaremos perante um caso, com muitos paralelos conhecidos, em que o topónimo acompanha a deslocação das populações que o levaram primeiro para o Cerro Cavaco, cerca de 1 km a Norte de Tavira e, mais tarde, para a Balsa romanizada.

Os barcos que figuram no reverso, todos representados de perfil, são de vários tipos: alguns parecem apresentar *rostra* (esporões) na proa, sendo provavelmente navios de guerra, mas a maioria, como o exemplar exposto, mostra uma proa elevada, própria de um navio mercante.

O mastro de muitos dos exemplares conhecidos, quando está representado, é em forma de árvore, como na peça exposta. Pode observar-se, mais ou menos ao centro do navio, um tronco colocado na vertical, de onde saem ramos nus,

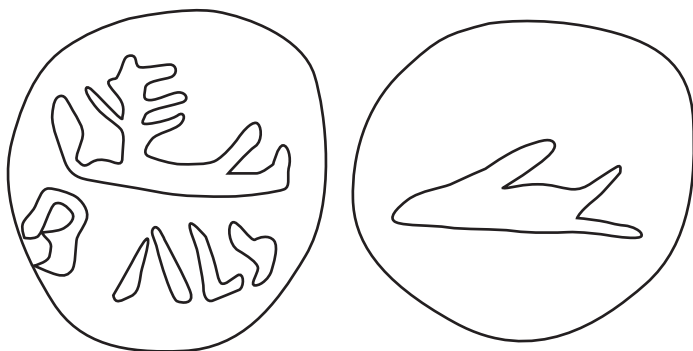


em número variável (aqui, 5 ou 6) que se dirigem para cima. Este símbolo não está presente em nenhum outro povoado peninsular emissor de moedas e representará, talvez um cedro, árvore emblemática do Líbano, e uma das principais exportações das metrópoles fenícias. As fontes antigas atestam o uso desta madeira em muitos dos templos cananitas.

Baal era o deus dos elementos, protector dos navegantes e travou uma luta extrema com o malvado deus do mar que exigia que lhe fosse entregue Asherat, progenitora de Baal. O nome Asherat significa "A Vertical", no sentido ontológico, mas também na acepção literal da palavra.

Junto de templos e altares, os fenícios colocavam postes fincados na vertical, que representavam a deusa e se chamavam *Ashera*. Um baixo-relevo assírio encontrado no palácio do rei Senaqueribe (703 - 681 a. C.) representa a pilhagem e destruição de uma cidade fenícia, pelos Assírios. Mostra, no registo superior e junto de um edifício que poderá ser um templo, guerreiros destruindo com machados árvores nuas muito idênticas ao mastro representado nas moedas balsenses.

O atum que figura no reverso pode constituir alusão a uma das actividades económicas mais importantes do povoado, a pesca e conserva dos produtos marinhos, em salmoura. Caso se trate de um golfinho, estaríamos perante outra espécie de alusão religiosa, pois este animal estava associado a deuses marítimos e a suas paredras, nomeadamente *Vénus*, interpretação romana de *Astarté* e correspondente feminina de Baal. Esta representação de grandes peixes é comum a muitas outras emissões monetárias autónomas, na Península Ibérica e sobretudo no Golfo de Cádiz. [MM]



50- A benção da armação de atum



A época piscatória da armação de atum do Medo das Cascas, ou de qualquer outra que era lançada nas costas de Tavira, iniciava quase sempre em Abril. É durante esse mês que se inspecciona o estado material de todos os utensílios afectos à armação e que se decide ir deitar as redes ao mar, não sem antes as benzer.

Esse momento solene, presidido pelo pároco da freguesia a que o arraial pertence, aqui recuperado pela imagem que esta exposição apresenta, é assistido com grande reverência e emoção pela companha e respectivos familiares. Atrás do cerimoniante, tomando o seu exemplo, todos os pescadores e seus entes próximos ajoelham-se junto às malhas do copo, rogando ao divino que a safra fosse abastada. Antes, porém, implora-se à padroeira Nossa Senhora do Carmo que zele e proteja os companheiros e todas as artes da armação, cuja imagem neste dia tem honras de enfeites florais e velas aos seus pés. A atenção vira-se de seguida para um recipiente com sal e outro com água, que depois de serem misturados, acto que a sessão litúrgica muito valoriza, são lançados sobre toda a armação durante o cortejo processional que entretanto se forma e que trava nas imediações do copo.

Precisamente nesse mesmo compartimento da armação espera-se encontrar e capturar atuns em elevada cifra. A favor dos cofres das ordens do Carmo de Tavira e de Faro está prometido o valor da venda dos primeiros atuns pescados. É o reconhecimento pelas preces escutadas, que na verdade não terminam com os salpicos de sal e de água. O rito da benção prossegue agora com as orações em latim pronunciadas pelo pároco, o *Benedictio navis piscatorie* e o *Benedictio ad omnia*, atingindo o seu ponto alto na altura em que a assistência se põe a cantar as letras do Credo e do Salvé-Rainha.

Na réstia de cerimónia que faltava cumprir, ainda estava previsto o arremesso de água benta a algumas embarcações, redes e âncoras, assim como o discurso final do prior a endereçar votos de felicidades à armação para a temporada de pesca que daí a dias inaugurava. Agora sim, a armação já podia ser deitada nas águas de Tavira e as famílias dos companheiros já podiam ter as suas almas mais aliviadas. [ML]

Fontes

Arquivo Histórico Municipal de Tavira, Fundo Arraial Ferreira Neto, Partes diárias da Armação do Medo das Cascas.

Bibliografia

GALVÃO, António Miguel, Um século de história da Companhia de Pescarias do Algarve: elementos para o estudo da pesca do atum no Algarve (sua evolução histórico-jurídica), 2.ª edição, Faro, Companhia de Pescarias do Algarve, 1953.

51 - Ex-Votos

Os painéis votivos são documentos que não só comprovam a fé e religiosidade popular, como se constituem como uma importante fonte iconográfica, onde se registam aspectos do seu quotidiano, das suas actividades e das suas práticas religiosas.

A história da cidade de Tavira, desde sempre ligada ao mar, com funções de guarda avançada na época das conquistas do Norte de África e onde as odisséias com a pirataria são uma constante até ao século XVIII, para além das tempestades e outras vicissitudes da vida quotidiana de mareantes e pescadores, revestiu-se permanentemente de perigosas e imprevistas situações em que a vida humana se torna frágil e a necessidade de ligações ao sobrenatural se torna, por isso, mais forte.

É em momentos de agonia que se invoca a Virgem Maria, a eterna mãe que vela por nós, simples humanos, fazendo-se promessas a troco da sua interferência divina nestas horas de angústia. Parte do pagamento dessas promessas faz-se, mandando ilustrar de forma clara e legível para todos, e para todo o sempre, o milagre em que a Senhora terá interferido em favor da vida.

Os painéis votivos pintados que aqui se apresentam representam uma pequena parte de um alargado conjunto de ex-votos deste tipo, que se encontram espalhados um pouco por todo o país, em igrejas e ermidas; pelo seu valor como referência histórica e social, estes acervos transformam-se em importantes elementos do nosso património cultural, cujo interesse se encontra para além da importância meramente estilística ou das capacidades artísticas do seu autor.

Referindo-se aos ex-votos existentes na ermida de Nossa Senhora do Livramento de Tavira, diz-nos Fr. Agostinho de Santa Maria que “(...) são testemunhos irrefragáveis dos prodígios, que a Senhora obra, os muytos sinaes, & memorias, que se vem pender da capella da Senhora, como são mortilhas, quadros, & outras cousas deste argumento”. Não existe já neste acervo nenhum dos exemplares a que este frade se referia, visto todos os exemplares remanescentes serem datados do século XIX; mas a esta ermida pertencem ainda vários exemplares de painéis votivos, que passamos a descrever. [IM]



51.1- Objecto - Quadro

Material - Óleo Sobre Tela

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 0500 X 0410 mm

Autor - Desconhecido

Época - 2ª metade do século XIX - 1837

Proveniência - Ermida de S. Lázaro ou de N.ª. Sra. do Livramento

Conservação - Boa

Colocação - Ermida de S. Lázaro ou de N.ª. Sra. do Livramento

Bibliografia – Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de mareantes e pescadores do Algarve – Religião e Náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha.

Legenda - “Milagre que fez N. S. do Livramento o mestre Joaquim

Pires e sua campanha vindo de Málaga no barco invocado Sacramento

e Conceição que vendo-se perdidos na altura de Muruella com grande temporal forão livres por interceção da M.ª. Sr.ª. Em dia 1 e 2 de Janeiro de 1837”.

Exemplar de uma pintura de características populares, onde é dado especial destaque à representação da Virgem no centro e ao barco já meio submerso pelas ondas, que se destaca dos tons neutros de toda a composição pelos brancos das velas. O autor deste trabalho demonstra algumas capacidades pictóricas, na expressividade de representação do movimento revoltado das ondas.



51.2- Objecto - Quadro

Material - Óleo Sobre Cartão (?)

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 0540 X 0435 mm

Autor - Desconhecido

Época - 2ª metade do século XIX - 1854

Proveniência - Ermida de S. Lázaro lu de N.ª. Sra. do Livramento

Conservação - Boa

Colocação - Ermida de S. Lázaro ou de N.ª. Sra. do Livramento

Bibliografia - Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de mareantes e pescadores do Algarve – Religião e náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha.

Legenda - “milagre. Achando-se o navio Santa Cruz e almas do capitão

Francisco da Cruz Alfarra às 10 horas da noite do dia 24 de Abril de

1854 na altura do golfo de Lião lhe entrou pela popa um tão forte golpe de mar que ficou submergido. A tripulação tendo perdido todas as esperanças de vida invocou com fé viva Nossa Senhora do Livramento e em continente (sic) viram-se livres do perigo em que estavam”.

De características bastante diferentes do exemplar anterior, especialmente ao nível da paleta de tons empregues, aqui mais abertos e luminosos, uma vez mais se representa uma cena de mar tempestuoso, embora num trabalho menos movimentado e expressivo. A figura da Virgem aparece aqui à direita da composição, numa glória muito estilizada e de intensa luminosidade.

51.3- Objecto - Quadro

Material - Aquarela (?)

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 0605 X 0440 mm

Autor - Desconhecido

Época - 2ª Metade do século XIX - 1855

Proveniência - Ermida de S. Lázaro ou de N.ª. Sra. do Livramento

Conservação - Boa

Colocação - Ermida de S. Lázaro ou de N.ª. Sra. do Livramento

Bibliografia - Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de mareantes e pescadores do Algarve - Religião e náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha.

Legenda - “Milagre que fes Nosa Senhora do Livramento o Capitão João José AlfarRa de Jazus a sua tripolação no ... (?) Pa.. (?) Chabote denominado Novo Destino que naufragou em dia nove de Novembro de 1855 no Porto de Cette com um grande temporal por milagre de Nosa Sra. se salvarão todos do prigo de morrem. Foi em dia nove do presente pelas 2h. 30m da tarde”.

Trata-se de um exemplar de bom desenho, com qualidades expressivas dadas através da mancha de cor, numa composição nitidamente romântica que nos mostra, na descrição dos pormenores, a fúria dos elementos naturais.



51.4- Objecto - Quadro

Material - Aquarela (?)

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 0700 X 0515 mm

Autor - Desconhecido

Época - 2ª Metade Do Século XIX - 1872

Proveniência - Ermida de S. Lázaro ou de N.ª. Sra. do Livramento

Conservação - Razoável

Colocação - Ermida de S. Lázaro ou de N.ª. Sra. do Livramento

Bibliografia - Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de Mareantes e pescadores do Algarve - Religião e náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha.



Legenda - “Hiate de recreio de Tavira?(Fraxe Iligível) . No dia 21 de Janeiro de 1872”.

De características muito semelhantes ao exemplar anterior, mas numa versão de menor naturalismo, onde o dramatismo da cena se expressa através da forte mancha de cor, equilibrando um desenho menos desenvolvido.



51.5- Objecto - Quadro

Material – Aguarela (?)

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 0575 X 0385 mm

Autor - Desconhecido

Época - 2ª metade do século XIX - 1876

Proveniência - Ermida de S. Lázaro ou de Nª. Sra. do Livramento

Conservação - Razoável

Colocação - Ermida de S. Lázaro ou de Nª. Sra. do Livramento

Bibliografia – Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de mareantes e pescadores do Algarve – Religião e náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha.

Legenda - “Os tripulantes da Barca S. João Baptista naufragada diante do forte de Quarteira, no oceano Atlântico, no dia 14 de Maio de 1876, salvos todos por intercessão de N. S. do Livramento, a quem recorrerão nas suas afflições, já sim esperença de salvação, assas reconhecidos ao patrocínio da Mai de Deus, offerecem este quadro, humilde offerenda, mas sincera sendo de pobres ..(?) que mais não ...(?)”

Mais um exemplar de características bem populares, com formas muito estilizadas e onde se presente, sobretudo, a intenção de descrever o acontecimento. A figura da Virgem, colocada à esquerda da composição, é aqui representada com o menino ao colo. O suporte encontra-se danificado.



51.6- Objecto - Quadro

Material - Óleo Sobre Tela

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 0720 X 0525 mm

Autor - Desconhecido

Época - 2ª metade do século XIX - 1877

Proveniência - Ermida de S. Lázaro ou de Nª. Sra. do Livramento

Conservação - Boa

Colocação - Ermida de S. Lázaro ou de N^a. Sra. do Livramento

Bibliografia - Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de mareantes e pescadores do Algarve – Religião e náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha.

Legenda - “Quadro oferecido a nossa Senhora do Livramento pela Tripulação do hiate Maria da Paz, que vindo de oran para Tavira soffreu um tão Grande Temporal no dia 20 De Dezembro de 1877, Na altura do Cabo da Gata, que não contando a tripulação já com a vida, se dispunha parte a lançar-se ao mar mas invocando a protecção d’ aquella Senhora, forão milagrosamente salvos”

Outro exemplar de um trabalho de expressão popular, onde o autor utiliza um formulário pré estabelecido, que se vai simplificando com o uso frequente. A Virgem aparece uma vez mais no canto esquerdo da composição, em meia figura e segurando o Menino no colo.

51.7- Objecto - Quadro

Material - Óleo sobre tela

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 710 X 60 mm

Autor - M.F.

Época - 1^a metade do século XX - 1905

Proveniência - Ermida de S. Lázaro ou de N^a. Sra. do Livramento

Conservação - Boa

Colocação - Ermida de S. Lázaro ou de N^a. Sra. do Livramento

Bibliografia – Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de mareantes e pescadores do Algarve – Religião e náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha

Legenda - “O mestre José Francisco Fonseca e seus cinco companheiros, dirigindo-se no dia 22 de Maio de 1905 à Barra de Portimão, na sua barca Flôr de Maio, foram assaltados por um cyclone, naufragando nas rochas do Carvoeiro, sendo milagrosamente salvos pela fé com que invocaram N^a. S^a. do Livramento. A barca foi depois completamente despedaçada. Feito por M.F”



Exemplar bastante sóbrio, onde é dada especial atenção aos pormenores decorativos do barco de grande efeito cenográfico; estes sobrepõem-se à limitação que o autor demonstra na reprodução do casario, ao fundo, e à imagem da Virgem acima dele.



51.8- Objecto - Quadro

Material - Óleo Sobre Cartão (?)

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 0765 X 0615 mm

Autor - Desconhecido

Época - 1ª metade do século XX - 1915

Proveniência - Ermida de S. Lázaro ou de N.ª. Sra. do Livramento

Conservação - Razoável

Colocação - Ermida de S. Lázaro ou de N.ª. Sra. do Livramento

Bibliografia - Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de mareantes e pescadores do Algarve – Religião e náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha

Legenda - “Chalupa Imperial de Olhão”, naufragada na Costa da Caparica, por motivos de um cyclone na manhã do dia 4 de Fevereiro de 1915”

Neste exemplar de grande beleza o autor transcreve, de uma forma bastante estilizada mas muito expressiva, a força das ondas; não é tão bem sucedido no tratamento do plano de fundo, também ele muito estilizado mas pouco naturalista, e na figuração da Virgem, reduzida aqui a um pequeno símbolo gráfico.



51.9- Objecto - Quadro

Material - Aguarela

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 490 X 340 mm

Autor - Manuel Zacarias Nascimento

Época - 2ª metade do século XX - 1977

Proveniência - Ermida de S. Lázaro ou de N.ª. Sra. do Livramento

Conservação - Boa

Colocação - Ermida de S. Lázaro ou de N.ª. Sra. do Livramento

Bibliografia - Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de mareantes e pescadores do Algarve – Religião e náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha

Legenda - “Naufrágio na Barra de Tavira em 9/3/77 do barco de pesca ArrAial; no qual perderam a vida dois dos seus três tripulantes. Desenho de: Manuel Zacarias Nascimento”

Representa-se aqui o mesmo tema de um dos exemplares colocados na ermida de Nossa Senhora das Ondas sendo, no entanto de diferente autoria. Num trabalho muito transparente e povoado de tons neutros onde sobressai o branco frio da espuma, destaca-se a ênfase dada à vaga gigante que engole a pequena embarcação, num desenho simples e estilizado, mas bastante expressivo.

Em relação à ermida de Nossa Senhora das Ondas é o mesmo Fr. Agostinho de Santa Maria quem nos deixa a seguinte descrição: “Na Cidade de Tavira tem os Mareantes huma Igreja, que elles fabricão, & adornão com grande devoção, dedicada ao seu grande Protector S. Frey Gonçalves, que nas tormentas lhes acode, & os livra de naufragar, & de serem sumergidos nas aguas. Nesta igreja collocarão com justa razão huns venturosos pescadores huma milagrosa Imagem da Rainha dos Anjos, a quem derão o titulo das Ondas, de onde a livrarão, ou aonde lhes appareceo, (...). Foi isto no anno de 1659 (...). He a escultura da Senhora tão primorosa, & soberana, que se duvida se poderiao as mãos dos homens obrar tão perfeyta, & peregrina Imagem. (...) Com esta soberana Imagem da Rainha dos Anjos tem muyta devoção, não só dos pescadores, mas toda aquela Cidade, & achão no seu amparo & patrocínio tão milagrosos favores, como o publicão os que os recebem”. Neste templo encontravam-se há anos dois exemplares de painéis votivos, dos quais um insere-se agora no núcleo de Arte Sacra da Igreja de Santa Maria.

51.10- Objecto - Quadro

Material - Óleo sobre tela

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 520 X 410 mm aprox.

Autor - Desconhecido

Época - Primeira Metade Do Século XIX. 1823

Proveniência - Ermida de N.ª. Sra. do Livramento

Conservação - Razoável

Colocação - Núcleo de Arte Sacra da Igreja de Santa Maria

Bibliografia - Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de mareantes e pescadores do Algarve – Religião e náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha.

Legenda - “Milagre que fez N. S. da Conceição ao mestre Ant.º. Baup-tista Ribeiro e sua campanha e passageiros. Vindo de Lisboa no barco invocado Sra. dos Martires, por alcunha o Lagarto os quais vendo-se perdidos junto à Arrifana com grande temporal forão livres por interce-ção (Sic) da N.ª. Sr.ª. em Dia 14 e 15 de Janeiro de 1823. Salve Rainha em acção de graças”.

Composição bastante dinâmica, embora de expressão popular, na qual o autor nos conta, de um modo assaz expressivo, a tragédia que se abateu sobre a tripulação deste barco; no seu trabalho este demonstra, uma vez mais, uma preocupação essencialmente descritiva.





51.11- Objecto - Quadro

Material - Guache Sobre Papel

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 635 X 480 mm aprox.

Autor - C. Belhy

Época - Segunda metade do século XX

Proveniência - Ermida de N^a. Sra. das Ondas (?)

Conservação - Razoável

Colocação - Ermida de N^a. Sra. das Ondas. Parede Frontal.

Bibliografia - Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de Mareantes e pescadores do Algarve – Religião e náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha.

Legenda - “Dia 9 de Março de 1977 o barco Arraial Tavira naufragou na Barra de Tavira perdendo a vida 2 dos 3 tripulantes, meu pai Manuel João das Dores Rodrigues (Belhy) E o seu grande amigo Marcelino do Livramento Tomé (Marcelino Gaiato). Salvou-se depois de muito lutar contra o mar enfurecido o terceiro tripulante João Fausto Reis.

Simples mas justa homenagem a estes pescadores. Tavira 10/12/77
C. Belhy”.

Outra composição de características bem populares, onde o destaque é dado às grandes ondas; nestas, através da gradação dos tons de azul e verde, o autor consegue dar a noção da força da tempestade. Trata-se de um exemplar bastante mais moderno que os restantes e, embora da autoria de um outro pintor retrata, o mesmo acontecimento de um outro trabalho, existente na ermida de Nossa Senhora do Livramento.

Sobre o exemplar existente na ermida de Nossa Senhora do Livramento, na freguesia da Luz de Tavira, é Alberto Iria quem o descreve como sendo uma “(...) das mais belas e das mais raras pinturas deste género, pois actualmente não abundam, infelizmente, ao menos no Algarve, a representação de caíques em ex-votos marítimos”.

51.12- Objecto - Quadro

Material - Óleo Sobre Tela

Tema - «Ex-Voto»

Dimensões - 740 X 640 mm

Autor - Desconhecido

Época - 2ª. metade do século XIX- 1840

Proveniência - Ermida do Livramento

Conservação - Boa

Colocação - Ermida do Livramento, nave única, lado da epístola

Bibliografia - Iria, Alberto, 1973 - Ex-Votos de mareantes e pescadores do Algarve - Religião e náutica, Lisboa, Centro de estudos da marinha.

Legenda - “Milagre que fez N. S^a: do Livramento ao mestre Lourenço da Costa indo para Lisboa defronte da Barra onde se viram perdidos e sem esperança de se puderem salvar de tão horrível tempestade e com tanta fé pediram a N. S^a. que esta aparecendo-Lhes, os animou, e levou ao porto de salvamento no 1º de Janeiro de 1840. Renovado no anno de 1904”.

Tal como os anteriores, este painel pintado apresenta todas as características de uma pintura de expressão popular, de uma autoria local; deixa, no entanto, transparecer algum à-vontade na transcrição da espacialidade e certa força expressiva e dramática que lhe é imprimida através de uma técnica de pintura de empastamentos e do uso de uma paleta de tons neutros e carregados, rasgada apenas pelas tonalidades claras nos planos de fundo e nas ondas revoltas, em primeiro plano.





52- Ex- Voto do Período Turdetano

N.º inv. CR-O5-9-1

Dimensões - altura máxima 114mm, largura máxima 81mm

Proveniência - Tavira, "Corte-Reais"

Ex-voto de barro, representando uma figura humana, com serpente. O corpo, de forma subcilíndrica foi executado com o auxílio de roda de oleiro e é oco. Ao nível dos ombros apresenta um espessamento aplicado sobre a superfície e que se prolonga em cilindros maciços representando os braços, que estão quebrados no início do antebraço. A cabeça falta. Da parte inferior da vestal, sublinhada por uma faixa de engobe esbranquiçado, parte a representação de um serpente, um cilindro aplicado sobre o corpo e, onde foram praticados orifícios circulares. A serpente apresenta o típico movimento coleante e pode ter tido também engobe branco.

Recolhida num contexto turdetano datado dos finais do séc. V ou inícios do IV a.C., esta figurinha não será a apresentação directa de uma divindade, porque as religiões semitas eram anicónicas, não permitindo a veneração de imagens de deuses.

Sendo os turdetanos populações da região Sudoeste da Península ibérica, caracterizadas pela profunda semitização resultante do convívio e da miscigenação com "fenícios" fixados, durante pelo menos três séculos, sobretudo na região costeira do território, não é de supor que a pequena imagem se destinasse a ser directamente cultuada, mas que fosse antes um ex-voto oferecido a um deus, com a sua representação, fenómeno que tem paralelos em todo o aro circum-mediterrânico.

São conhecidas estatuetas de barro aparentadas com esta, sobretudo na esfera de povoados "fenícios" do Mediterrâneo Central e cuja cronologia coincide *grosso modo*, com a peça de Tavira. Contudo, todos os paralelos, para esta figurinha que são do conhecimento da autora desta ficha representam personagens femininas, nomeadamente mulheres grávidas, tocadoras de tamborim ou ainda com os braços abertos lateralmente.

O ex-voto de Tavira teria, efectivamente, os braços abertos, mas o formato do tronco não apresenta nenhuma característica feminina que aliás, são bastante evidenciadas, mas outros exemplares e a serpente não está representada em nenhum dos supostos paralelos.

A serpente que a estatueta ostenta, presumivelmente na parte frontal constitui, até ao momento, um enigma.

Este réptil pode ser relacionado com meios aquáticos e, logo, com divindades marinhas. Por outro lado, a serpente terrestre faz parte da iconografia de muitos deuses antigos e de mais de uma divindade da mitologia greco-romana, nomeadamente Mercúrio, com o seu Pétaso (chapéu alado) e o seu Caduceu

(ceptro de ouro a que se enroscavam cobras) e Asclépios/Esculepius, o deus da medicina, que é representado por uma vara com duas serpentes, símbolo ainda hoje usado e bem conhecido de todos. Os Gregos antigos "interpretavam" os deuses estrangeiros e assim, faziam corresponder o fenício Melkart, o deus de Tiro a Heracles/Hércules e Eshmum equivale a Asclépios, com as suas cobras. Via Mercúrio, protector dos comerciantes e das viagens marítimas, é fácil chegar a Baal.

Não é possível, por enquanto, produzir uma opinião definitiva sobre o significado do ex-voto de Tavira, sabendo nós a vocação essencialmente marítima da BALS [...] fenícia e turdetana sedeadas na colina de Santa Maria e imediações que, pelo menos neste ultimo período, a população dedicava-se à pesca e à salga de produtos do mar, junto de um porto e numa "fábrica" de conservas em salmoura, situados na actual Praça da República, em frente do edifício da Câmara Municipal.

Esta figurinha de barro é, até ao momento, o mais antigo exemplar de ex-voto conhecido na actual cidade de Tavira. [MM]





53- Escultura São Pedro Telmo e Bandeira da Casa dos Pescadores em Tavira

53A- São Pedro Gonçalves Telmo 1.ª Metade do século XVIII

Madeira estofada e policromada

110 cm x 60 cm

Tavira. Igreja de São Pedro Gonçalves Telmo

53B- Bandeira da Casa dos Pescadores de Tavira

Século XX (c. 1940-1960)

Tecido

94 cm x 98 cm

Lisboa. Museu de Marinha

Na Cidade de Tavira tem os Mareantes huma Igreja, que elles fabricão, & adornão com grande devoção dedicada ao seu Protector S. Frey Pedro Gonçalves, que nas tormentas lhes acode, & os livra de naufragar, & de serem sumergidos nas aguas. Assim se lê num dos capítulos do Santuário Mariano, de Frei Agostinho de Santa Maria, escrito em 1718. Realça o autor a especial devoção dos mareantes de Tavira a um dos santos mais populares em todo o litoral da Península Ibérica: São Pedro Gonçalves Telmo, também conhecido por Santelmo ou Corpo Santo. Sob a sua invocação constituíram-se desde os finais da Idade Média, de Norte a Sul do País, numerosas confrarias de marítimos, incluindo nos principais portos algarvios (Tavira, Faro, Lagos e Portimão), continuando estas muito activas nos séculos subsequentes. Nascido em Frómista, diocese de Palência (Espanha), entre 1180 e 1190, Pedro Gonçalves Telmo ingressou na Ordem Dominicana e dedicou-se activamente ao ministério da pregação nos reinos de Leão e Castela, acompanhado de gloriosos milagres. Esteve na corte de Fernando III, o Santo, rei de Leão e Castela, assistindo o monarca no cerco de Sevilha [1248], & noutras batalhas famosas contra os Mouros, dando aos soldados admiraveis exemplos de doutrina, & sanctidade (CARDOSO, 1652-1744, p. 554). Passou depois à Galiza, onde pregou especialmente entre marinheiros e pescadores e se empenhou energicamente na construção de uma ponte sobre o rio Minho, em Ribadavia, operando acções miraculosas: Elle era o architecto, & o pagador, elle o mestre, & o obreiro, não se contentando com menos, que carregar a pedra & cal às costas (...). E faltando peixe co a mesma confiança, que emprendera tam grande machina, assentado nas margens do rio, levantava os olhos ao ceo, e começaua a feruer em cardume, & saltar na terra... (idem, p. 554). Após pregar em Portugal, na província de Entre-Douro e Minho, recolheu-se na cidade de Tui, onde veio a falecer. Depressa começou a ser-lhe prestado culto e a circular a fama dos seus milagres, pelo que se erigiu uma ermida no local onde se finou com o nome de Corpo Santo, designação amplamente adoptada pelas igrejas e confrarias sob a sua invocação.

Nesta escultura o santo enverga o hábito dos dominicanos, com uma embarcação na mão esquerda, adivinhando-se na mão direita um segundo atributo, já em falta, que seria um círio com a chama do “fogo-de-santelmo” – fenómeno atmosférico que ocorria durante as tempestades no mar, quando em certas partes da embarcação apareciam luzes das descargas eléctricas, sinal interpretado pelos mareantes como sinal da protecção do santo e prenúncio de bonança. Assim concebida, a escultura evoca perante os fiéis a miraculosa aparição do santo, sob a forma de “fogo-de-santelmo”, durante as aflições vividas em alto mar.

Considerando a qualidade plástica e certas marcas compositivas desta imagem – como as dimensões, o queixo boleado com covinha, a dobra dissonante do escapulário e a forma da peanha, ornamentada com flores abertas – é possível situá-la na órbita da oficina do famoso escultor e entalhador algarvio Manuel Martins (1667-1742), o maior entalhador algarvio na sua época, que além do mais era descendente de um mareante.

É interessante notar que, com a extinção do Compromisso Marítimo de Tavira e sua substituição pela Casa dos Pescadores (em 1941), ao abrigo da Lei criada pelo Estado Novo Corporativo (Lei n.º 1953 de Março de 1937), se manteve viva a devoção a São Pedro Gonçalves Telmo, conservando-se este como patrono dos pescadores tavirenses. Isso mesmo se reflectiu na composição do emblema e bandeira da antiga Casa dos Pescadores, claramente inspirados na escultura setecentista do padroeiro. Segundo a heráldica, no emblema lavrado na bandeira entram como esmalte o ouro, representando o sol e significando riqueza, constância e fé; a prata, representando a paz e significando também riqueza; o vermelho, representando o calor e significando força, vida e alegria; o verde representa o mar e significa esperança e abundância; o negro representa a terra e significa firmeza, honestidade e modéstia. As faixas onduladas representam o mar, surgindo destacada a imagem do patrono São Pedro Gonçalves Telmo, com seus atributos e assente sobre uma peanha de ouro onde está escrito o seu nome. Envolve a figura um listel com a designação do organismo em caracteres negros. Com a extinção da antiga Casa dos Pescadores, após o 25 de Abril de 1974, foi esta bandeira transferida para Lisboa. Repousa hoje junto ao Tejo, no Museu de Marinha. [DS]

Bibliografia específica

CARDOSO, Jorge, *Agiologio Lusitano dos Santos e Varões Illustres em Virtude do Reino de Portugal...*, Lisboa, Vol. II, Officina Craesbeckiana, 1652-1744.

LAMEIRA, Francisco, *A Talha no Algarve Durante o Antigo Regime*, Câmara Municipal de Faro, 2000.

LAPA, Albino, *O Compromisso dos Pescadores da Cidade dos «Sete Mártires»*, Separata do “Boletim da Pesca”, n.º 52, Lisboa, 1956.

PEREIRA, Fernando António Baptista, “Santelmo”, in AAVV, *A Arte e o Mar*, (catálogo de exposição), Fundação Calouste Gulbenkian, 1998, p. 63.

VASCONCELOS, Damião, *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, (anotações de Arnaldo Casimiro Anica), Câmara Municipal de Tavira, 1989.





54- As novas funções do mar

Na transição do milénio a relação das populações com o mar alterou-se profundamente.

Essa relação que, durante muitos séculos, foi exclusivamente utilitária, a pesca, a apanha de moluscos de bivalves, a salinicultura, transformou-se a partir das primeiras décadas do século XX num fenómeno social de grandes dimensões com o aparecimento numa primeira fase do veraneio nas praias e depois com o turismo de massas.

O uso da praia e das zonas litorais para fins de lazer e lúdicos é um acontecimento novo, com dimensões multifacetadas, antropológicas, sociológicas, económicas e ambientais. Correspondeu a uma profunda alteração dos modos de vida colectivos e nas mentalidades, reflexo da melhoria dos meios de transporte e das vias de comunicação, de alterações na organização do trabalho e democratização do direito a férias.

O Algarve tornou-se na 2ª metade do século XX o principal destino do turismo interno do País, com consequências múltiplas no seu modelo de desenvolvimento, alterações na paisagem, melhoria das condições de vida das populações e tensões sobre o território e os recursos naturais. O turismo trouxe desenvolvimento à região, criação de empresas e milhares de empregos, mas numa lógica meramente quantitativa e reprodutiva coloca problemas de sustentabilidade ambiental e a médio prazo mesmo de sustentabilidade económica.

O cinema e em particular os documentários captaram estas transformações sociais e os primeiros passos do turismo no Algarve.

Durante a 1ª República são rodadas várias curtas-metragens, no Estado Novo (1933-74) as “Actualidades Cinematográficas” de intenção propagandística mostram as inaugurações, um Algarve “pitoresco” e “florido”. O “Visor” de Perdigão Queiroga dedica em 1960 um número especial a Tavira, com contrastes urbanos, carroça e automóvel, o copejo do atum e o regresso dos pescadores.

Um filme marcante rodado 1968 no Arraial Ferreira Neto, “Almadrava Atuneira” de Hélder Mendes, terá reconhecida influência no aparecimento nos anos subsequentes do designado “novo cinema português”, com preocupações de renovação estética e sociais.

A ficção cinematográfica terá nas últimas décadas Tavira e a região como cenário: Teresa Villaverde, João César Monteiro, Marc Rivière, Tiago Guedes, António Cunha Telles, Graham Guit.

Para o último capítulo desta exposição, Miguel Andrade realizou no Verão de 2008 um vídeo-documentário. Um olhar que parte da cidade buliçosa no período estival em direcção ao mar, as salinas e os percursos da ria, a relação das populações com o litoral e as praias, testemunhos de pescadores e turistas, as festas de Santa Luzia, ...

Tudo isto também, patrimónios do mar. [JQ]

Créditos

Textos

Tavira Litoral, território em mudança”, Alberto Corvo

Figs. 1 (a-b), 3 (a-e), 6, 8 e 10 – Cartografia de Alberto Corvo, extraída do conjunto de bases cartográficas realizado para a produção da projecção multimédia Tavira Litoral, Território e Povoamento, no âmbito da exposição Tavira, patrimónios do mar. Nas figs. 1a e 2b, os perímetros urbanos e amuralhados foram adaptados de Silva, L. F. da, (2003) Tavira Islâmica, Associação Campo Arqueológico de Tavira, in: www.arkeotavira.com/arqueologia/tavira/atlas/TaviraII.pdf e Duarte, C., Lamas, J. (1985), Plano de Reabilitação e Salvaguarda do centro Histórico de Tavira, Câmara Municipal de Tavira, pp.44-45.

Fig. 2-Ilustração de Margarida dos Santos

Figs. 4, 5, 7b e 9- Fotografias de Alberto Corvo

A Ribeira de Tavira: dízimas...cordas, mastros, remos...especiarias...carnes e versas”, Isabel Macieira e Rita Manteigas

Figs. 1 e 3- Vista de Tavira publicada no Jornal Litterario e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis “O Panorama”, vol. 2º-Série 2ª, Lisboa, 1843, pág. 209

Figs. 4 e 6- Fragmentos da vista de Lisboa retirada de “Olissipo quae nunc Lisboa, civitas amplissima Lusitaniae, ad Tagum, totiq orientis et multarum Insularum et Aphricoeque et Americae emporium nobilissimum”, gravura em cobre de Georgio Braunio Aggippinate, 2ª estampa do 5ª volume da obra “Urbium proecipuarum mundi theatrum quintum”, 1593, gravura em exposição no Museu da Cidade-Câmara Municipal de Lisboa.

Fig. 5- Reconstituição de Tavira no século XVI tendo como base a planta de Tavira pertencente a “Plantas de diferentes Plazas de Espana, Itália, Flandes Y las Índias” de Leonardo de Ferrari (1645), Arquivo Militar de Estocolmo. Imagem retirada do Arquivo Digital de Cartografia Urbana, ISCTEC (<http://cartografiaurbana.ceurban.com>)

Fig. 7-Desenho de Pedro Barão, 2001

A longa Vida da Armação do Medo das Cascas e o “Português Suave” do Arraial Ferreira Neto

Fig. 4- Ana Carvalho

Tavira e o mar, na Antiguidade

Fig 1. Fotografia do Professor Gómez Toscano, Universidade de Huelva

Fig. 2, 6, 7- Fotografias de Manuel Maia

Figuras 3 e 4 – Desenhos de Maria Maia

A pesca e a Indústria do sal em Tavira à época medieval e moderna: receita para o sucesso e prosperidade de uma terra algarvia

Imagens de António Maria Callapez, 1952;

Ecossistemas do Norte e do Levante. Tavira na intercepção de rotas comerciais e artísticas nos séculos XV-XVIII

Fig. 4 – Rosto do Foral Manuelino, fotografia de José António Silva (IAN-Torre do Tombo)

Fig. 9- “Nossa senhora da Escalera”, fotografia de Hélio Ramos

...Ao Glorioso S. Pedro Gonçalves, nosso Patrono, e Padroeiro... Culto e devoções da igreja dos mareantes de Tavira

Fig.6- Nossa Senhora da Fruta, fotografia de Hélio Ramos

Fig.7- Imaculada Conceição, Hélio Ramos

Fig. 9- S. Francisco de Paula, Hélio Ramos

Ex-votos. O acervo de painéis votivos de Tavira

Fotografias de Hélio Ramos

Tavira na transição do milénio: as novas funções do mar

Fotografias de Família Andrade, Ana Carvalho, Roberto Santandreu e Câmara Municipal de Tavira (e ainda autores desconhecidos).

Entradas (por ordem numérica)

2.

Cartografia de Alberto Corvo, extraída do conjunto de bases cartográficas realizado para a produção da projecção multimédia Tavira Litoral, Território e Povoamento, no âmbito da exposição Tavira, patrimónios do mar.

3.

Sestércio de Nero/MMT, fotografia de Alexandre Cesário;

Sestércio de Nero/Museu Britânico, Trustees of the British Museum;

Gravura do Porto de Óstia, “Civitates Orbis Terrarum” de Georgio Braunio (Biblioteca Nacional, RES 505 A, Tomo IV, mapa 53)

7.

Fig. 1-Vista de Tavira publicada no Jornal Litterario e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis “O Panorama”, vol. 2º-Série 2ª, Lisboa, 1843, pág. 209;

Fig. 2-Vista de Lisboa retirada de “Olissipo quae nunc Lisboa, civitas amplissima Lusitaniae, ad Tagum, totiq orientis et multarum Insularum et Aphricoeque et Americae emporium nobilissimum”, gravura em cobre de Georgio Braunio Aggippinate, 2ª estampa do 5º volume da obra “Urbiium proecipuarum mundi theatrum quintum”, 1593, gravura em exposição no Museu da Cidade-Câmara Municipal de Lisboa.

Fig. 3- Planta de Tavira pertencente a “Plantas de diferentes Plazas de Espana, Itália, Flandes Y las Índias” de Leonardo de Ferrari (1645), Arquivo Militar de Estocolmo. Imagem retirada do Arquivo Digital de Cartografia Urbana, ISCTEC (<http://cartografiaurbana.ceurban.com>)

Fig. 4-Vista de uma das ruas principais de Goa retirada de “O Itinerário, Viagem ou Navegação para as Índias Orientais ou Portuguesas” de Jan Huygen van Linschoten (1596), Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, Lisboa, 1997; primeira edição na Biblioteca Real de Haia e no Museu Marítimo “Prins Hendrik” em Roterdão.

8.

Fotografia de Carlos Ladeira

7.

Imagens seleccionadas por Luís Gameiro a partir de A Pesca do Atum de Leitão de Barros e Almadra de António Campos depositados na Cinemateca Portuguesa

12.B

Autor desconhecido

14.A

Fotografia de António Cunha

23.

Fotografia de Hélio Ramos

24.

Fig. 1, Prato/Museu Nacional Soares dos Reis (MNSR), José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

Taça, fotografia de António Cunha

27.

Fig. 2, Prato/Museu Nacional Machado de Castro (MNMC), José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

fragmentos de prato, fotografia de António Cunha

30.

Fig. 3, Prato de Deruta, Fundação Carmona e Costa (FCC), J. Real Andrade;

32.

Fig. 4, Prato/Museu Nacional de Arte Antiga (MNA, Carlos Monteiro, DDF-IMC, I.P;

Fig. 5, FCC, (CER 105) fotografia de José Manuel Costa Alves;

Fig. 6, Prato/MNMC, José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

Fig.7, Prato/MNAA, José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

Fig. 8, Prato/MNSR, Arnaldo Soares, DDF-IMC, I.P;

Fig. 9, Prato/MNAA, Carlos Monteiro, DDF-IMC, I.P;

Fig.10, Prato/MNAA, Carlos Monteiro, DDF-IMC, I.P;

Fig.11, Prato/ MNAA, José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

33.

Fig.13, Desenho proveniente de “Selectec Works of the Nagasaki Prefectural Art Museum Collection. History and Culture”, 1999

34.

Fig.14, Prato de Delf , FCC, J. Real Andrade

35.

Fig.15, Garrafa/ MNMC, José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

36.

Fig. 16, Taça, MNSR

37.

Fig. 17. Cafeteira/MNSR, José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

38.

Fig. 18. Pote /Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves (CMAG), José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

39.

Fig.19. Prato/CMAG, José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

42 .

Fig.20, Prato/CMAG, José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

43.

Fig.21, Prato/CMAG, José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

46.

Fig. 22, Pote/CMAG, José Pessoa, DDF-IMC, I.P;

49.

Fotografias de Alexandre Cesário

50.

Autor desconhecido

51.

Fotografias de Hélio Ramos

54.

Fotografia de Miguel Andrade



ATUNS

O

EXPLICACAO

ARRE



CANAL

OCCHI DEN AED

EXPLICACAO

Nos muros do Rio se juntam as muralhas tanto a d'baixa de Tavira como as d'barra d'Ruzem e as d'Faro d'forma que a o mesmo tempo que corre a vazante p' Tavira corre tambem p' Faro

EXPLICACAO

